



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA /2017



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do Exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e as instruções contidas no Sistema de Prestação de Contas do TCU (e-Contas).

Unidade Prestadora de Contas (UPC)
Estado-Maior da Aeronáutica - EMAER

BRASÍLIA, MAIO/2017

Lista de siglas e abreviações

<u>ABREVIATURA</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>
1SC	1ª Subchefia do EMAER
2SC	2ª Subchefia do EMAER
3SC	3ª Subchefia do EMAER
4SC	4ª Subchefia do EMAER
5SC	5ª Subchefia do EMAER
6SC	6ª Subchefia do EMAER
7SC	7ª Subchefia do EMAER
ABN	Abaixo do Normal
ACN	Acima do Normal
ADS	<i>Airbus Defense and Space</i>
AFA	Academia da Força Aérea
AGE	<i>Aircraft Ground Equipment</i> - Equipamentos de Apoio de Solo
ALTCOM	Alto-Comando da Aeronáutica
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APF	Administração Pública Federal
ASIP	<i>Aerframe Structural Integrity Program</i>
ASOCEA	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
ASPAER	Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica
AVOEM	Autorização de Voo do Estado-Maior
BAMN	Base Aérea de Manaus
BASV	Base Aérea de Salvador
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
CCA-BR	Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília
CCA-RJ	Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro
CCISE	Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais
CDA	Comissão de Desportos da Aeronáutica
CDR	<i>Critical Design Review</i>
CDRL	<i>Contract Data Requirements List</i> - Lista de Requisitos de Dados do Contrato
CE	Condição Econômica
CECOMSAER	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CELOG	Centro Logístico da Aeronáutica
CEMAER	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica
CENCIAR	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CENIPA	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
CF	Constituição Federal
CFF	Cronograma Físico-Financeiro
CGU	Controladoria Geral da União

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
CG-PLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
CIAAR	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CIAER	Centro de Inteligência da Aeronáutica
CIEAR	Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLS	<i>Contractor Logistics Support</i> - Suporte Logístico Contratado
CMTAER	Comandante da Aeronáutica
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMAR	Comando Aéreo Regional
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COMGAP	Comando-Geral de Apoio
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
COMTI	Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação
CONSEFA	Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica
CONVICE	Conselho de Vice-Chefes
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
CPO	Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica
CPORAER-SJ	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos
CREFAB	Comissão de Reestruturação da Força Aérea Brasileira
CTA	Contratante de Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial
DCA	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DIRENG	Diretoria de Engenharia da Aeronáutica
DEPENS	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DIRSA	Diretoria de Saúde da Aeronáutica
EAI	<i>Embraer Aircraft International</i>
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EEAR	Escola de Especialistas da Aeronáutica
EGN	Escola de Guerra Naval
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EONIA	<i>Euro Overnight Index Average</i>
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
FAer	Fundo Aeronáutico
FISS	<i>Full In Service</i>
FUNCATE	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GABAER	Gabinete do Comandante da Aeronáutica
GE-SGDC	Grupo Executivo do SGDC
GFE	<i>Government Furnished Equipment</i>
GITE	Grupo de Instrução Tática e Especializada
GOCNAE	Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
GPS	<i>Global Positioning System</i>
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
ICP	Projetos de Cooperação Industrial
IEAV	Instituto de Estudos Avançados
ILA	Instituto Logístico da Aeronáutica
IMC	Índice de Massa Corporal
INCAER	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
INCOTERMS	<i>International Commercial Terms</i>
IPEV	Instituto de Pesquisas e Ensaio em Voo
ISS	Imposto Sobre Serviço
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
Kit SSS	Kit de material de segurança, salvamento e sobrevivência
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Muito Abaixo do Normal
MAC	Muito Acima do Normal
MCA	Manual do Comando da Aeronáutica
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
ME	Medidas Estratégicas
MSC	<i>Mission Support Center</i>
MTA	Módulo de Trabalho Anual
MTAB	Missão Técnica Aeronáutica Brasileira
MT-TAT	<i>Mission Trainer – Tactical Trainer</i>
NSCA	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
ODG	Órgão de Direção Geral
ODGSA	Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
ODS	Órgãos de Direção Setorial

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
ODSA	Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
OE	Objetivo Estratégico
OM	Organização Militar
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAMA-SP	Parque de Material Aeronáutico de São Paulo
PAME	Parque de Material Eletrônico
PCA	Plano do Comando da Aeronáutica
PDR	<i>Preliminary Design Review</i>
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PF	Programação Financeira
PLAMENS	Planos de Missões de Ensino
PLAMTAX	Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMA	Política Militar Aeronáutica
PMT	Proposta de Modificação Técnica
PMD	Política Militar de Defesa
PND	Política Nacional de Defesa
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPO	Plano Plurianual de Obras
PTA	Programa de Trabalho Anual
QCOA	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica
QOCON	Quadro de Oficiais Convocados
RAP	Restos a Pagar
RDPE	Restituição de Despesas Previamente Efetuadas
RFP	<i>Request for Proposal</i>
RG	Relatório de Gestão
RH	Recursos Humanos
ROP	Requisitos Operacionais
RP	Resultado Primário
RTLI	Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais
SAAB	<i>Svenska Aeroplan AB</i>
SAR	<i>Search and Rescue</i>

ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
SAS	Sistema de Assistência Social
SAUTI	Serviço de Atendimento aos Usuários de Tecnologia da Informação
SATCOM	<i>Satellite Communication</i> – Comunicação Satelital
SDAB	Subdiretoria de Abastecimento
SecexDefesa	Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública
SEFA	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SERENS	Serviço Regional de Ensino
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC-FAB	Serviço de Informação ao Cidadão da Força
SIGAER	Sistema de Informação Gerencial de Apoio à Decisão do Comando da Aeronáutica
SIGPES	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SIGPIMA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica
SILOMS	Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIPLORC	Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SisGAAz	Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISMETRA	Sistema de Metrologia Aeroespacial
SISPAT	Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica
SISPLAER	Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica
SISSAR	Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico
SISTED	Sistema Tático de Enlace de Dados
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SOW	<i>Statement of Work</i>
SPGIA	Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SRPV	Serviço Regional de Proteção ao Voo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STVD	Sistema de Tratamento e Visualização de Dados
SUCONT	Subsecretaria de Contabilidade
SUFIN	Subsecretaria de Administração Financeira
TA	Termo Aditivo
TCA	Termo Circunstanciado Administrativo

<u>ABREVIATURA</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TLI	Total Life Index
UAe	Unidade Aérea
UG	Unidade Gestora
UG CRED	Unidade Gestora Credora
UG EXEC	Unidade Gestora Executora
UPC	Unidade Prestadora de Contas
WBS	<i>Work Breakdown Structure</i>

Lista de tabelas

Tabela 4.1.1- Comparação da distribuição de idade dos militares do COMAER.....	186
Tabela 4.1.2 - Comparação da escolaridade dos militares do COMAER.....	187
Tabela 4.1.3 - Comparação da porcentagem dos militares por sexo.....	188
Tabela 4.1.4 - Comparação dos resultados do teste de avaliação do condicionamento físico.....	189
Tabela 4.1.5 - Comparação da rotatividade.....	190
Tabela 4.1.6 - Comparação do êxodo.....	191
Tabela 4.2.1.1 - Situação patrimonial dos terrenos sob a jurisdição do COMAER.....	199
Tabela 4.2.1.2 - Distribuição dos imóveis nos 27 estados da federação e no exterior.....	200
Tabela 4.3.1 - Total de militares capacitados nos cursos do STI no ano de 2016.....	201
Tabela 6.2.1 - Custo unitário do produto COMAER.....	220
Tabela 6.2.2 - Distribuição dos custos do COMAER por categoria.....	221
Tabela 6.2.3 - Distribuição dos custos do COMAER por processos.....	221
Tabela 7.4.1 - Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Tesouro Nacional e Fundo Aeronáutico.....	231
Tabela 7.4.2 - Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.....	231
Tabela 7.4.3 - Atendimento das Programações Financeiras (PF) das UG em 2016.....	232

Lista de quadros

Quadro 1.1.1- Finalidade e Competências.....	19
Quadro 1.2.1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	22
Quadro 1.3.1 - Macroprocessos Finalísticos do EMAER.....	27
Quadro 1.3.2 - Macroprocessos Finalísticos do COMAER.....	28
Quadro 2.1.1 - Objetivos estratégicos do COMAER.....	36
Quadro 2.2.1.1 - Ação 123B.....	47
Quadro 2.2.1.2 - Ação 14SZ.....	49
Quadro 2.2.1.3 - Ação 14T0.....	50
Quadro 2.2.1.4 - Ação 14VX.....	52
Quadro 2.2.1.5 - Ação 14XJ.....	53
Quadro 2.2.1.6 - Ação 2048.....	55
Quadro 2.2.1.7 - Ação 2048.....	57
Quadro 2.2.1.8 - Ação 20IG.....	59
Quadro 2.2.1.9 - Ação 20IH.....	61
Quadro 2.2.1.10 - Ação 20S9.....	63
Quadro 2.2.1.11 - Ação 20X8.....	66
Quadro 2.2.1.12 - Ação 20X9.....	69
Quadro 2.2.1.13 - Ação 20XA.....	71
Quadro 2.2.1.14 - Ação 20XA.....	73
Quadro 2.2.1.15 - Ação 20XB.....	75
Quadro 2.2.1.16 - Ação 20XB.....	77
Quadro 2.2.1.17 - Ação 212O.....	79
Quadro 2.2.1.18 - Ação 2868.....	82
Quadro 2.2.1.19 - Ação 7U72.....	84
Quadro 2.2.1.20 - Ação 14TH.....	86
Quadro 2.2.1.21 - Ação 156L.....	89
Quadro 2.2.1.22 - Ação 20SA.....	91
Quadro 2.2.1.23 - Ação 20XV.....	93
Quadro 2.2.1.24 - Ação 2913.....	96
Quadro 2.2.3.1 - Despesas por modalidade de contratação.....	99
Quadro 2.2.3.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	101
Quadro 2.4.1 - Indicadores de Desempenho – Monitoramento do Espaço Aéreo.....	105
Quadro 2.4.2. - Indicadores de Desempenho – Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira.....	106
Quadro 2.5.6.1 - Despesas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) no Exercício de 2016.....	109
Quadro 2.5.9.1 - Previsão Anual de Recursos da Ação 151S.....	110
Quadro 2.6.1 - Competências da COPAC.....	113
Quadro 3.2.1.1 - Processos Administrativos e Sindicâncias.....	180
Quadro 3.2.1.2 - Inserção dos PAD instaurados, em 2016, no sistema CGU-PAD.....	181
Quadro 4.1.1.1 – Força de trabalho da UPC.....	192
Quadro 4.1.1.2 - Distribuição da lotação efetiva.....	193
Quadro 4.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	193
Quadro 4.1.2.1 - Despesas com Pessoal.....	195
Quadro 4.1.4.1 - Distribuição de vagas por demanda.....	197
Quadro 4.1.4.2 - Evolução das Despesas.....	197
Quadro 4.1.4.3 - Despesa por Subelemento de Despesa.....	198
Quadro 4.5.1.1 - Comparativo de arrecadação FAer – 2016.....	206
Quadro 7.1.1 - Comparativo de determinações e recomendações.....	227
Quadro 7.1.2 – Cumprimento da determinação do Acórdão nº 9704/2016 – TCU.....	227

Quadro 7.2.1 - Auditorias realizadas em 2016.....	228
Quadro 7.2.2 - Monitoramento das Recomendações.....	229
Quadro 7.3.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	230

Lista de figuras

Figura 1.2.1 - Organograma do COMAER.....	24
Figura 1.2.2 - Organograma da SEFA.....	25
Figura 2.1.1 - Visão geral do Processo de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica.....	31
Figura 2.1.2 - Mapa Estratégico da FAB.....	35
Figura 2.6.1 - Organograma da Estrutura Básica.....	113
Figura 5.1.2.1 - Situação dos pedidos de acesso à informação.....	212
Figura 5.1.2.2 - Pedidos por tipo de resposta.....	212
Figura 6.2.1 - Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER - 2016.....	219
Figura 6.2.2 - Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege.....	220
Figura 6.2.3 - Demonstrativo Gerencial de Custos do COMAER - 2016 (Página 1).....	224
Figura 6.2.4 - Demonstrativo Gerencial de Custos do COMAER - 2016 (Página 2).....	225

Lista de gráficos

Gráfico 4.1.1 -Distribuição dos militares por idade.....	186
Gráfico 4.1.2 - Escolaridade dos militares do COMAER.....	187
Gráfico 4.1.3 - Porcentagem de militares do COMAER por sexo.....	188
Gráfico 4.1.4 - Resultado de avaliação do condicionamento físico.....	189
Gráfico 4.1.5 - Rotatividade – 2016.....	190
Gráfico 4.1.6 - Êxodo Prematuro – 2016.....	190
Gráfico 4.5.1.1 - Comparativo de arrecadação FAer – 2016.....	208
Gráfico 6.2.1 - Evolução do perfil de custos do COMAER – Ótica de Categorias.....	221
Gráfico 6.2.2 - Evolução do perfil de custos do COMAER – Ótica de Processos.....	222
Gráfico 6.2.3 - Acompanhamento do consumo de Energia Elétrica (KWh) no COMAER – 2016 x 2015.....	222
Gráfico 7.4.1 - Liberação de Recursos para as Unidades Gestoras do País em 2016 (Tesouro Nacional, Fundo Aeronáutico e PAC).....	232

Lista de anexos e apêndices

ANEXO I. Portaria EMAER nº 64/CEMAER – Grupo de Trabalho-Relatório de Gestão 2016.....	236
ANEXO II. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas.....	238

SUMÁRIO

1 VISÃO GERAL.....	19
1.1 Finalidade e competências.....	19
1.2 Organograma.....	21
1.3 Macroprocessos finalísticos.....	26
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	29
2.1 Planejamento organizacional.....	29
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	40
2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	45
2.2 Desempenho orçamentário.....	45
2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	47
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	98
2.2.3 Informações sobre a execução das despesas.....	99
2.3 Desempenho operacional.....	102
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	105
2.5 Informações sobre as ações do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais.....	107
2.5.1 Identificação das unidades gestoras que realizaram despesas no âmbito do PESE.....	107
2.5.2 Identificação dos gestores envolvidos no gerenciamento e na execução de despesas relacionadas ao PESE.....	107
2.5.3 Identificação e descrição sucinta das normas que regulam a gestão do PESE.....	107
2.5.4 Organograma funcional das unidades gestoras na execução do PESE.....	108
2.5.5 Alinhamento dos projetos do PESE com o Plano Plurianual do Governo	108
2.5.6 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados do PESE	108
2.5.7 Cronograma físico-financeiro do PESE.....	110
2.5.8 Informações por projeto (frotas cálidris, attícora, lessônia e carponis) do PESE	110
2.5.9 Indicação das próximas etapas previstas do PESE.....	110
2.5.10 Análise crítica sobre o andamento dos projetos do PESE.....	110
2.6 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate.....	113
2.6.1 Projeto AAE.....	114
2.6.2 Projeto AM-X.....	115
2.6.3 Projeto CL-X2.....	130
2.6.4 Projeto E-99M.....	133
2.6.5 Projeto F-X2.....	138
2.6.6 Projeto F-5BR.....	142
2.6.7 Projeto H-XBR.....	145
2.6.8 Projeto KC-X.....	151
2.6.9 Projeto KC-390.....	156
2.6.10 Projeto Link-BR2.....	157
2.6.11 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER).....	160
2.6.12 Projeto MAA-1B.....	168
2.6.13 Projeto MAR-1 Fase 2 (Míssil Antirradiação).....	168
2.6.14 Projeto P-3BR.....	170
2.6.15 Projeto I-X.....	175
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	177
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	177
3.2 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos.....	180
3.2.1 Pessoal Civil.....	180
3.2.1 Pessoal Militar.....	181

3.3	Gestão de risco e controles internos.....	183
4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	184
4.1	Gestão de pessoas.....	184
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	192
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	195
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	196
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	196
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	198
4.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	198
4.3	Gestão da tecnologia da informação.....	201
4.3.1	Principais sistemas de informações.....	202
	4.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	206
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	207
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	207
4.5	Gestão de fundos e de programas.....	208
4.5.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	208
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	211
5.1	Canais de acesso do cidadão.....	211
5.1.1	Portal FAB.....	211
5.1.2	Serviço de Informação ao Cidadão da Força Aérea Brasileira (SIC-FAB).....	211
5.1.3	e-OUV.....	213
5.1.4	Fale Conosco.....	213
5.1.5	Mídias Sociais.....	213
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	216
5.3	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	216
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	217
6.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	217
6.2	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	218
6.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	226
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	227
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	227
7.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.....	228
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	229
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	231
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	234
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235

APRESENTAÇÃO

As discussões no Brasil sobre a criação de um ministério específico para o setor da aviação começaram no fim da década de 20 e ganharam força a partir de 1935, com o lançamento de uma campanha para a criação do Ministério do Ar, sob a influência de países como a França.



Um dos principais defensores do plano para criar uma força aérea independente foi o presidente Getúlio Vargas. Ele organizou um grupo de estudos no início de 1940 e toda a estrutura do Ministério da Aeronáutica foi criada no fim desse ano. Esse novo órgão governamental seria responsável por todos os aspectos da aviação civil e militar, incluindo regulação, infraestrutura e organização.

Em 20 de janeiro de 1941, o governo brasileiro determinou a centralização das operações aéreas das forças militares brasileiras em um único comando, o Ministério da Aeronáutica. O seu ramo militar chamado "Forças Aéreas Nacionais", foi alterado para "Força Aérea Brasileira" (FAB), em 22 de maio daquele ano. Os ramos aéreos do Exército (Aviação Militar) e da Marinha (Aviação Naval) deixaram de existir e todo o pessoal, aeronaves, instalações e outros equipamentos relacionados foram transferidos para a FAB.

Logo após a sua criação, a FAB necessitava de pessoal qualificado e, já em 1941, foram criadas a Escola de Aeronáutica e a Escola de Especialistas de Aeronáutica, a partir da Escola de Aviação Militar e da Escola de Aviação Naval, até então pertencentes ao Exército e à Marinha, respectivamente.

O primeiro Ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, dividiu o território nacional em Zonas Aéreas e, em 22 de maio de 1941, criou a FAB, o braço armado do Ministério da Aeronáutica.

O Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica eram independentes até a data de 10 de junho de 1999, quando foram substituídos pelo Ministério da Defesa (MD) através da Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999. Com a centralização administrativa, os três braços das Forças Armadas do Brasil se transformaram em Comandos do Ministério da Defesa – Comando do Exército, Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica (COMAER).

O lema da FAB, “Asas que protegem o País”, é o resultado da ação de outros dois verbos: “Defender” e “Controlar”. O primeiro refere-se à Defesa do Espaço Aéreo que inclui o Território Brasileiro, com 8,5 milhões de Km², e a Zona Econômica Exclusiva, com mais 3,5 milhões de Km². O segundo, diz respeito ao Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Em cumprimento a acordos internacionais, o Brasil é responsável, também, por controlar os voos em mais 10 milhões de Km² sobre o Oceano Atlântico. Esta responsabilidade vai até o meridiano 10W. Somadas, as ações de defender e controlar compreendem 22 milhões de Km².

Para cumprir sua missão, a FAB divide sua estrutura de defesa por tipos de aviação: caça, patrulha marítima, reconhecimento, asas rotativas e transporte. O aparato está distribuído em localidades estrategicamente distribuídas no território brasileiro.

Atualmente, o COMAER conta com uma força de trabalho de 81.845 (oitenta e um mil oitocentos e quarenta e cinco) servidores, militares e civis, distribuídos por todos os estados do país, sendo que por volta de 54,05% estão na área meio e 45,95% na área fim.

A confecção de um Relatório de Gestão (RG) único do Comando da Aeronáutica, elaborado pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), é uma prática adotada desde 2015, atendendo às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Este RG consolida o vasto campo de atuação das tarefas atinentes ao COMAER, realizadas pelos Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA).

O Relatório de Gestão em comento foi resultado das tratativas entre o TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa), e o COMAER, representado pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) e pelo Estado-Maior da Aeronáutica.

1. VISÃO GERAL

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o COMAER é uma das Forças Armadas do País, subordinada ao Ministério da Defesa, destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

O Comandante da Aeronáutica (CMTAER) é responsável por exercer o comando, a direção e a gestão da Aeronáutica; orientar a elaboração e supervisionar a execução dos programas setoriais da Aeronáutica; e zelar pela aptidão da Força para o cumprimento de sua missão constitucional e de suas atribuições subsidiárias. Para tanto, o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do COMAER, do Ministério da Defesa. O Anexo I desse decreto estabelece as competências do órgão (conforme item 1.1 – Finalidade e Competências).

O EMAER, como Órgão de Direção Geral da Aeronáutica, foi designado como a Unidade Prestadora de Contas (UPC) do COMAER, reunindo e condensando todas as informações necessárias para demonstrar a correta aplicação dos recursos disponibilizados ao COMAER no exercício financeiro de 2016.

1.1. Finalidade e competências

O COMAER é um órgão integrante do Ministério da Defesa que tem por finalidade preparar os órgãos operacionais e de apoio da Aeronáutica para o cumprimento da sua destinação constitucional.

Em sua estrutura, o COMAER possui um Órgão de Direção-Geral, dois Órgãos de Assessoramento Superior, sete Órgãos de Direção Setorial, e nove Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante, como poderá ser observado no item 1.2 - Organograma.

Cada órgão possui uma finalidade específica descrita no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, conforme quadro abaixo:

Quadro 1.1.1- Finalidade e Competências

	NOME DO ÓRGÃO	SIGLA	PRINCIPAIS FINALIDADES
Órgão de Direção Geral	Estado-Maior da Aeronáutica	EMAER	<ul style="list-style-type: none">- Coordenar as ações dos Órgãos de Direção Setorial;- Orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento plurianual, de orçamento e gestão e de modernização administrativa do COMAER;- Orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com o portfólio de projetos e gestão de processos do COMAER;- coordenar, no âmbito do COMAER, os assuntos que envolvam o atendimento às solicitações dos órgãos governamentais, do Ministério da Defesa, dos Estados-Maiores da Armada e do Exército, bem como das Forças Armadas de outros países; e- Supervisionar as atividades realizadas pelas 26 (vinte e seis) Adidâncias Aeronáuticas Brasileiras situadas no exterior e pela Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (MTAB), situada em Assunção - Paraguai
Órgãos de Assessoramento Superior (#)	Alto-Comando da Aeronáutica	ALTCOM	<ul style="list-style-type: none">- Assessorar o CMTAER nas suas atribuições de direção e gestão da Força, bem como apreciar outros assuntos de interesse do COMAER; e- Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à Política Militar Aeronáutica

	Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica	CONSEFA	- Assessorar o CMTAER na formulação das diretrizes econômico-financeiras e nos assuntos relacionados com a execução, orçamento, administração financeira, contabilidade e auditoria
Órgãos de Direção Setorial	Comando-Geral de Apoio	COMGAP	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, patrimonial e de TI no COMAER
	Comando-Geral de Operações Aéreas	COMGAR	- Executar o planejamento, o preparo para o emprego e o controle das operações aéreas da FAB
	Comando-Geral do Pessoal	COMGEP	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do COMAER
	Departamento de Controle do Espaço Aéreo	DECEA	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER
	Departamento de Ensino da Aeronáutica	DEPENS	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino, relativas à formação e ao aperfeiçoamento do pessoal do COMAER
	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	- Planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do COMAER
	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica	SEFA	- Gerir as atividades relativas à administração financeira, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos do COMAER; e - Gerir as atividades relacionadas com o apoio administrativo, moradia funcional, provisões e material de intendência, pagamento de pessoal, subsistência e apoio assistencial e social
Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao CMTAER	Gabinete do Comandante da Aeronáutica	GABAER	- Assessorar o CMTAER no estudo dos assuntos submetidos à sua apreciação e assisti-lo em sua representação funcional e pessoal
	Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica	CPO	- Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos às promoções dos oficiais da Aeronáutica
	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica	CECOMSAER	- Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à comunicação social da instituição
	Centro de Inteligência da Aeronáutica	CIAER	- Fornecer subsídios ao CMTAER nos assuntos relacionados ao Estado, ao preparo e ao emprego da FAB
	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica	INCAER	- Pesquisar, desenvolver, divulgar e preservar a memória e a cultura aeronáutica brasileira
	Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica	ASPAER	- Assessorar o CMTAER no relacionamento institucional com o Poder Legislativo
	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	CENIPA	- Planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a prevenção e a investigação de acidentes aeronáuticos; e - Assessorar o CMTAER nos assuntos de sua competência
	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo	ASOCEA	- Assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à segurança do Serviço de Navegação Aérea e temas correlatos
	Centro de Controle Interno da Aeronáutica	CENCIAR	- Planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do COMAER

Fonte: EMAER

OBS: (*) Os Órgãos de Assessoramento Superior são convocados e presididos pelo CMTAER e são constituídos pelos Oficiais Gerais do último posto (Tenentes Brigadeiros do Ar) da ativa.

1.2. Organograma

O Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) é a Unidade Prestadora de Contas do COMAER, conforme disposto na Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016. Suas atribuições específicas constam do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, normativo interno alinhado com o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Como órgão de direção geral e UPC, o Estado-Maior da Aeronáutica é estruturado com sete Subchefias, as quais tem as seguintes atribuições:

Subchefias	Principais Atribuições
1ª Subchefia (1SC)	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar, analisar e emitir pareceres referentes às áreas de recursos humanos, de ensino de estruturas organizacionais e sistêmicas; e- Planejar, administrar, coordenar e acompanhar os recursos orçamentários concernentes à instrução e treinamento técnico-operacional do efetivo do COMAER.
2ª Subchefia (2SC)	<ul style="list-style-type: none">- Tratar dos assuntos relacionados à área internacional e à de inteligência estratégica afetos ao COMAER;- Coordenar e controlar as atividades dos Adidos Aeronáuticos do Brasil no Exterior e realizar, no âmbito do COMAER, a ligação com os Adidos Militares Estrangeiros no Brasil; e- Coordenar e emitir diretrizes sobre a atuação de militares em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU).
3ª Subchefia (3SC)	<ul style="list-style-type: none">- Gerenciar e normatizar o preparo e emprego dos meios aéreos, em atendimento às necessidades internas e em apoio aos órgãos externos;- Orientar, planejar e supervisionar, em coordenação com os ODSA e órgãos externos ao COMAER, os assuntos relativos à aplicação dos Sistemas Espaciais e propor diretrizes e estratégias para o setor estratégico espacial.
4ª Subchefia (4SC)	<ul style="list-style-type: none">- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades logísticas e patrimoniais do COMAER; e- Coordenar as fases do ciclo de vida de materiais no que concerne à implantação, utilização e desativação de aeronaves, sistemas de armas ou equipamentos.
5ª Subchefia (5SC)	<ul style="list-style-type: none">- Realizar a consolidação da proposta do Plano Plurianual (PPA);- Realizar a gestão orçamentária Anual do COMAER; e- Elaborar o orçamento anual do COMAER.
6ª Subchefia (6SC)	<ul style="list-style-type: none">- Tratar dos assuntos relacionados com o planejamento estratégico de mais alto nível do COMAER;- Manter estreita relação com o Ministério da Defesa e seus equivalentes nas demais Forças Singulares, buscando a harmonização dos estudos e Diretrizes de alto nível; e- Analisar, em coordenação com o Ministério da Defesa, os assuntos relacionados com as políticas e estratégias afetas à Defesa Nacional.
7ª Subchefia (7SC)	<ul style="list-style-type: none">- Supervisionar a governança do portfólio de programas e projetos do COMAER;- Coordenar os assuntos relacionados com a gestão dos processos no COMAER; e- Avaliar, monitorar e acompanhar a consecução do PPA e a execução físico-financeira das Ações Orçamentárias, bem como coordenar a elaboração do Relatório de Gestão, no âmbito do COMAER.

No nível de execução, as atividades estratégicas do COMAER são realizadas pelos Órgãos de Direção Setorial (ODS), conforme ilustrado no Quadro 1.2.1.

Quadro 1.2.1 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar as ações dos Órgãos de Direção Setorial; - Orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento plurianual, de orçamento e gestão e de modernização administrativa do COMAER; - Orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com o portfólio de projetos e gestão de processos do COMAER; - coordenar, no âmbito do COMAER, os assuntos que envolvam o atendimento às solicitações dos órgãos governamentais, do Ministério da Defesa, dos Estados-Maiores da Armada e do Exército, bem como das Forças Armadas de outros países; e - Supervisionar as atividades realizadas pelas 26 (vinte e seis) adidâncias aeronáuticas brasileiras situadas no exterior e pela Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (MTAB), situada em Assunção – Paraguai. 	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar Hélio Paes de Barros Júnior	01/01/2016 a 01/04/2016
			Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho	01/04/2016 a 31/12/2016
Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR)	- Executar o planejamento, o preparo para o emprego e o controle das operações aéreas da FAB	Comandante-Geral de Operações Aéreas	Tenente-Brigadeiro do Ar Gerson Nogueira Machado de Oliveira	01/01/2016 a 31/12/2016
Comando-Geral de Apoio (COMGAP)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, patrimonial e de TI no COMAER	Comandante-Geral de Apoio	Tenente-Brigadeiro do Ar Dirceu Tondolo Nôro	01/01/2016 a 25/08/2016
			Tenente-Brigadeiro do Ar Paulo João Cury	25/08/2016 a 31/12/2016
Comando-Geral do Pessoal (COMGEP)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do COMAER	Comandante-Geral de Pessoal	Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho	01/01/2016 a 05/04/2016
			Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Moretti	05/04/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
			Bermudez	
Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA)	<p>- Gerir as atividades relativas à administração financeira, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos do COMAER; e</p> <p>- Gerir as atividades relacionadas com o apoio administrativo, moradia funcional, provisões e material de intendência, pagamento de pessoal, subsistência e apoio assistencial e social</p>	Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Franciscangelis Neto	01/01/2016 a 31/03/2016
			Tenente-Brigadeiro do Ar José Magno Resende de Araújo	31/03/2016 a 31/12/2016
Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER	Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo	Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Vuyk De Aquino	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)	- Planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do COMAER	Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva	01/01/2016 a 10/03/2016
			Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Egito do Amaral	10/03/2016 a 31/12/2016
Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades de ensino, relativas à formação e ao aperfeiçoamento do pessoal do COMAER	Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho	01/01/2016 a 18/02/2016
			Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez	18/02/2016 a 05/09/2016
			Tenente-Brigadeiro do Ar Dirceu Tondolo Nôro	05/09/2016 a 31/12/2016

Fonte: EMAER

Figura 1.2.1 - Organograma do COMAER

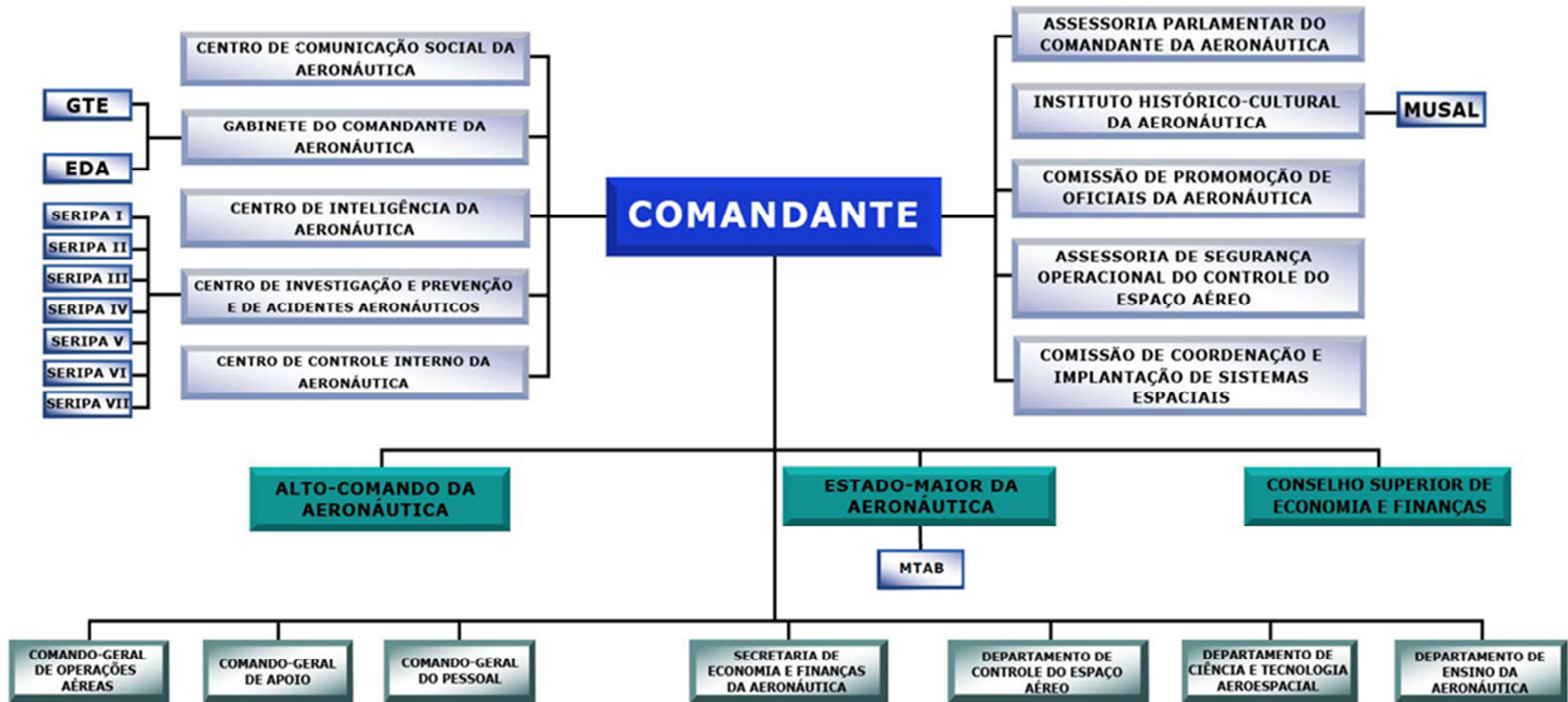
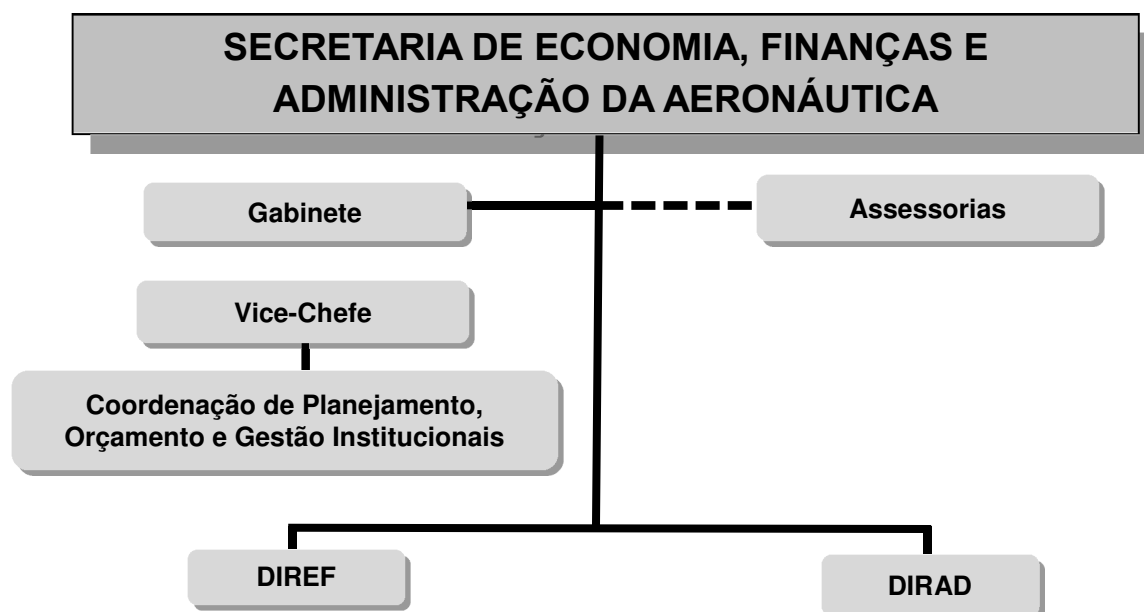


Figura 1.2.2 - Organograma da SEFA



Fonte: SEFA

Em virtude do processo de reestruturação da Força Aérea Brasileira, em andamento, faz-se necessária a exposição da figura acima, que explicita a modificação estrutural e nominal da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, em relação ao Relatório de Gestão do ano de 2016. Esta exposição vai ao encontro da Decisão Normativa - TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, inciso II do Art. 13, que estabelece a necessidade das alterações serem retratadas no relatório de gestão da Unidade Prestadora de Contas da qual seja integrante, sempre que houver qualquer modificação no nome ou na estrutura interna da unidade, sendo preservada a continuidade administrativa e se as atribuições permanecerem similares às anteriores.

1.3. Macroprocessos Finalísticos

No mais alto nível, a Constituição Federal, em seu Art. 142, descreve a destinação das Forças Armadas. Desta forma, designou-se à Aeronáutica exercer a defesa da Pátria através da soberania do espaço aéreo. Esta e as demais atividades a cargo do COMAER estão descritas nos documentos decorrentes do planejamento no nível Ministério da Defesa e COMAER, conforme descrito no item 1.1 - Finalidade e Competências.

Os Macroprocessos Finalísticos do COMAER, formulados com base nos documentos citados, estão diretamente alinhados com a sua missão-síntese: “MANTER A SOBERANIA DO ESPAÇO AÉREO NACIONAL COM VISTAS À DEFESA DA PÁTRIA.”, e seguem as competências previstas no Art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Atingindo os Objetivos Estratégicos e cumprindo a sua Missão Constitucional, o COMAER entrega à Nação Brasileira um dos mais nobres produtos em prol da Sociedade, a “liberdade”, por meio da segurança e da soberania do espaço aéreo.

Apesar das restrições orçamentárias impostas pela conjuntura, o COMAER atuou com empenho na execução de seus macroprocessos, priorizando as ações que permitissem obter os melhores resultados no cumprimento de sua Missão.

Em relação ao macroprocesso “Controle do Espaço Aéreo” o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) manteve em bom nível a prestação de seus serviços à sociedade, apesar das dificuldades inerentes à distribuição de organizações de suporte no extenso território nacional, para realizar a manutenção dos equipamentos de suporte, a implantação de novos equipamentos, assim como a contínua capacitação e treinamento de seus profissionais.

Em relação ao macroprocesso “Preparo”, o Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), mesmo com a redução de 20% no esforço aéreo alocado em 2016 comparado ao ano anterior, focou seus esforços no treinamento e capacitação de suas equipagens, extraíndo o máximo possível dos equipamentos disponíveis, bem como se utilizando dos treinamentos em simuladores de voo e demais sistemas para a manutenção do adestramento das equipagens (pessoal e equipamento) com um menor dispêndio financeiro possível.

Em relação ao macroprocesso “Emprego” concretizou-se por meio de Operações no território nacional de forma singular e em conjunto com as demais Forças (apoio aos Jogos Olímpicos, Eleições, Operação Ágata, combate ao *Aedes Aegypti*, etc.), e internacionais (apoio ao Equador em virtude do terremoto ocorrido; apoio ao Haiti – furacão Matthew) buscando aprimorar as técnicas e doutrinas de emprego. Em adição, atuou por meio do apoio aéreo a outros órgãos públicos (Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Ministério da Integração Nacional, etc.), assim como diretamente à população com as “Evacuações Aeromédicas”, transportando enfermos em regiões carentes e de difícil acesso.

Principais insumos que concorreram para a execução dos macroprocessos do COMAER em 2016:

- Equipamentos utilizados para o controle do espaço aéreo (radares, consoles de controle de tráfego aéreo, estações de comunicação, aeronaves de inspeção em voo, etc.), aeronaves do acervo da FAB, recursos humanos do COMAER (militares e civis), infraestruturas operacionais e administrativas de apoio e recursos orçamentários e financeiros recebidos.

Principais fornecedores que concorreram para a execução dos macroprocessos do COMAER em 2016:

- Comando-Geral do Pessoal (Administração de RH), Comando-Geral de Apoio (Suprimento de Manutenção das aeronaves), Departamento de Ensino da Aeronáutica (Formação de RH) e Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (desenvolvimento de projetos de CT&I, certificações, estudos em Aplicações Operacionais, etc.).

Principais parceiros externos da UPC no exercício de 2016:

- EMBRAER, AVIBRÁS, HELIBRÁS, AEL Sistemas, SAAB (Suécia), DENEL (África do Sul), AIRBUS Military (França) e Thales Group (França).

Os Macroprocessos Finalísticos do EMAER estão diretamente alinhados com as competências previstas no Art. 5º do Anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Quadro 1.3.1 – Macroprocessos Finalísticos do EMAER

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Planejamento Estratégico do COMAER	Elaborar o Planejamento Estratégico do COMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PEMAER (PCA 11-47)	Todas as OM do COMAER	6ª Subchefia do EMAER
Planejamento Orçamentário do COMAER	Elaborar o Orçamento do COMAER	Plano de Ação da Aeronáutica (PCA 11-44)	Todas as OM do COMAER	5ª Subchefia do EMAER
Inspeção no COMAER	Orientar as inspeções no COMAER	Relatório de Inspeção	Todas as OM do COMAER	7ª Subchefia do EMAER
Formalização de diretrizes e normas no COMAER	Elaborar e emitir diretrizes e normas para o COMAER	- Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) - Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA)	Todas as OM do COMAER	Todas as Subchefias do EMAER

Fonte: EMAER

Quadro 1.3.2 – Macroprocessos Finalísticos do COMAER

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Controle do Espaço Aéreo	Processo destinado ao gerenciamento do tráfego aéreo, que consiste na operação, implantação e manutenção de órgãos, sistemas, equipamentos e estações no atendimento às necessidades inerentes ao processo	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção de simuladores - Recuperação de instalações e de prédios operacionais - Implantação de novos softwares - Modernizações de sistemas de monitoração de dados estatísticos em TWR - Modernizações de DTCEA/APP/ TWR 	A Sociedade Brasileira <ul style="list-style-type: none"> - Empresas aéreas - Operadores de aeronaves civis e militares - Pilotos civis e militares - Unidades aéreas das Forças Armadas - Usuários ou assinantes de serviços e sistemas aeronáuticos (telecomunicações aeronáuticas, informações aeronáuticas, meteorologia aeronáutica, busca e salvamento e investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos) 	DECEA
Preparo	Capacitar e treinar as equipagens operacionais das unidades aéreas e de aeronáutica para agirem com prontidão, mobilidade e precisão	Meios de Força Aérea prontos para Emprego em qualquer parte do território nacional.	A Nação Brasileira <ul style="list-style-type: none"> - Unidades Aéreas - Unidades de Aeronáutica (não aéreas) subordinadas aos Comandos Operacionais (os Comandos Aéreos Regionais e Forças Aéreas) 	COMGAR
Emprego	Comandar, executar e controlar as ações de Força Aérea em tempo de paz, e empregar as capacidades e os meios aeroespaciais e terrestres da FAB nas eventuais ações de pronta resposta, que antecedem a ativação da Estrutura Militar de Defesa	As Ações de Força Aérea previstas na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 1-1/2012)	A Nação Brasileira <ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura nacional - Demais Forças Armadas e auxiliares - Agências Governamentais - Outros 	COMGAR e COMDABRA (Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro)

Fonte: EMAER

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1 Planejamento Organizacional

Destinação das Forças Armadas e do Comando da Aeronáutica:

A Constituição Federal estabelece como destinação das Forças Armadas a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, de onde derivam a missão e as atribuições do COMAER.

Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

- I - prover a segurança da navegação aérea;
- II - contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;
- III - estabelecer, equipar e operar a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, de competência do Comando da Aeronáutica;
- IV - operar o Correio Aéreo Nacional;
- V - cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; e
- VI - preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais, agindo em operação combinada com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito, podendo, na ausência destes, revistar pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como efetuar prisões em flagrante delito.

A FAB, dentro das demandas nacionais, atua em atividades de estímulo à indústria de defesa, de auxílio à repressão dos crimes transnacionais, de situações de crise institucional ou decorrentes de fenômenos naturais e, ainda, de maneira permanente, do sistema de busca e salvamento.

Desse modo, para ser uma Força Aérea efetiva, no futuro e, ao mesmo tempo, prover atendimento às políticas públicas, sociais e de integração do País, a FAB necessita do estabelecimento de uma visão de futuro, orientadora da construção de todas as capacidades requeridas para fazer frente a essas situações. Sintetiza-se, assim, a Missão do COMAER: “**Manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da pátria**”.

Para colimar esforços no sentido do seu desenvolvimento, a FAB identificou a seguinte visão de futuro, demarcada para o ano de 2041 e pautada nas diretrizes dos documentos condicionantes: “Uma Força Aérea de grande capacidade dissuasória, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais”.

Para ajudar na construção da organização, foram definidos os seguintes valores institucionais: disciplina, patriotismo, integridade, comprometimento e profissionalismo.

Planejamento Institucional:

Na FAB, o planejamento institucional tem por finalidade subsidiar a execução dos planejamentos de curto, médio e longo prazo, em todos os níveis da Administração.

O planejamento institucional classifica-se em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

Planejamento no Nível Estratégico: É o processo de formulação de estratégias para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças, utilizando os pontos fortes e fortalecendo os

pontos fracos da Organização para a consecução de sua missão. Integra as principais políticas, objetivos e metas estabelecidas. Nesse nível são realizadas as atividades relacionadas com os estudos, análises e avaliações.

Planejamento no Nível Operacional: é o processo de definir meios para a concretização dos objetivos. É nesse nível que as estratégias são desdobradas, permitindo realinhamentos para a obtenção de resultados, e que as atividades relacionadas com as políticas específicas setoriais são implementadas, com vistas ao cumprimento das diretrizes e objetivos estabelecidos no nível estratégico.

Planejamento no Nível Tático: é focado no detalhamento e na execução das ações. Na FAB, a execução será operacionalizada por meio de um sistema integrado de planejamento, execução e controle. Esse planejamento deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências, utilizando princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade, que se constituem nos principais critérios de avaliação da gestão.

O planejamento institucional é um processo de formulação de estratégias organizacionais, elaborado pelo EMAER em conjunto com os Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA), no qual se busca o atingimento da visão da instituição, bem como a viabilização das atividades rotineiras da organização com foco na missão, considerando o ambiente em que ela está atuando.

O planejamento institucional da FAB adota os seguintes horizontes temporais:

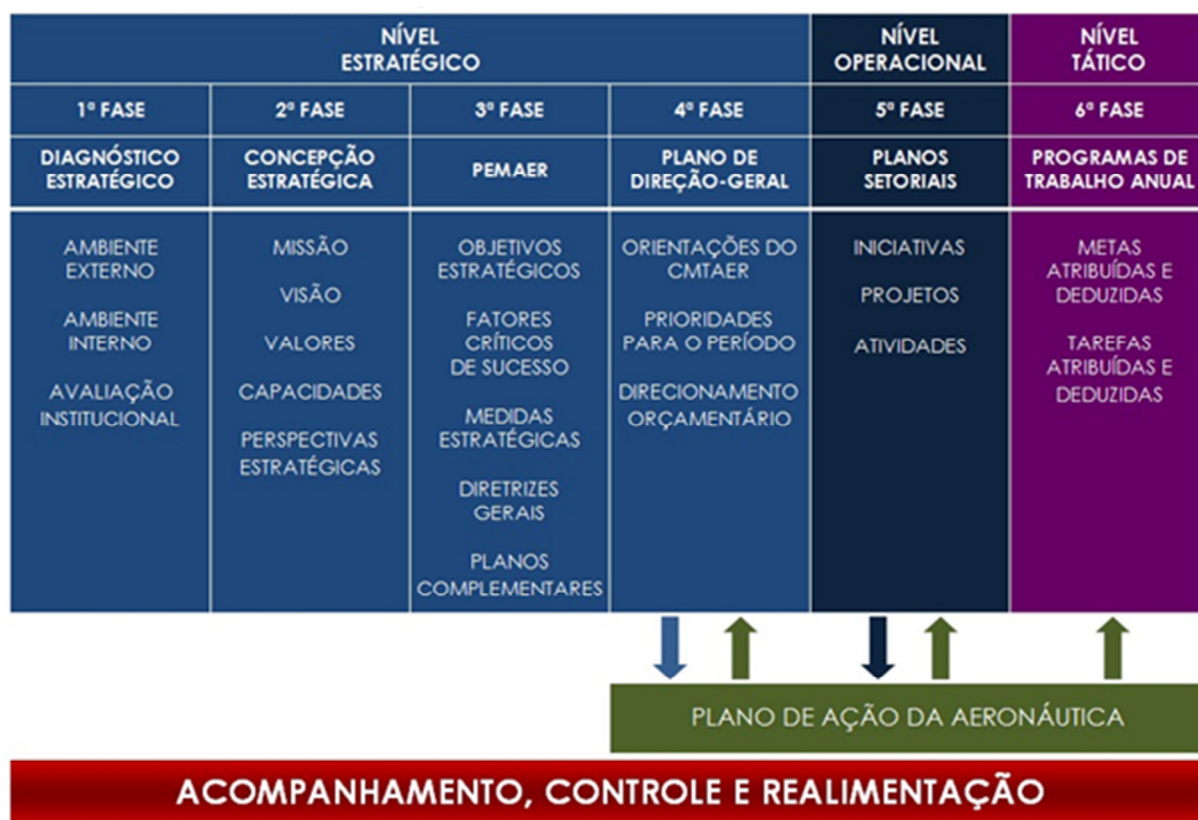
- * curto prazo - zero a 4 anos;
- * médio prazo - 5 a 10 anos; e
- * longo prazo - acima de 10 anos.

Para viabilizar esse planejamento, a FAB possui os seguintes instrumentos:

- * Concepção Estratégica;
- * Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (e Planos Complementares);
- * Plano de Direção-Geral (antigo Plano de Trabalho Plurianual);
- * Planos Setoriais dos ODSA;
- * Programas de Trabalho Anual; e
- * Plano de Ação da Aeronáutica.

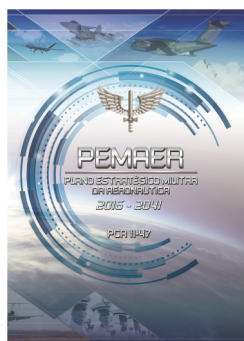
A Figura abaixo apresenta a visão geral do Processo de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica.

Figura 2.1.1 - Visão geral do Processo de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica.



Fonte: EMAER

Plano Estratégico:



O planejamento estratégico está relacionado com a visão futura da organização, com os objetivos estratégicos, as medidas estratégicas, as iniciativas, os projetos, as atividades e metas decorrentes, que, ao ser implementado, resultará na obtenção das capacidades militares necessárias, ou ainda, modificará, excluirá ou incluirá novas capacidades e atividades na FAB.

O Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), contempla um período de 25 anos e apresenta a estratégia a ser seguida pela FAB para o alcance da Visão descrita na Concepção Estratégica “Força Aérea 100”, proporcionando a estrutura necessária a fim de transformar a Força Aérea na instituição operacional e eficiente vislumbrada nesta Concepção Estratégica.

Os responsáveis pelo planejamento dos Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica são o principal público-alvo do PEMAER. Este documento, com seus planos complementares, eliminam a necessidade de outros planos estratégicos elaborados pelos ODSA, bem como proporcionam o necessário alinhamento estratégico das atividades e dos projetos realizados no âmbito daqueles Órgãos. Este modelo oferecerá a todos os militares e civis da Força o direcionamento dos esforços para o alcance das capacidades vislumbradas na Concepção Estratégica.

O Plano Estratégico não pode ser um documento isolado, ele é o elemento central da estratégia de Planejamento Institucional da Força Aérea, permitindo a tomada de decisão com o mínimo de incerteza sobre os recursos disponíveis necessários à execução das estratégias desejadas.

Nesse sentido, durante a concepção dessa edição do PEMAER foi definida a elaboração de Planos Complementares das áreas mais significativas para a consecução dos Objetivos Estratégicos da FAB.

Esses planos conterão diretrizes técnicas das suas áreas, com a orientação de longo prazo a ser seguida pela Instituição para alcançar a visão de futuro almejada na Concepção Estratégica.

Os Planos Complementares ao PEMAER serão elaborados considerando um horizonte temporal de, no mínimo, dez anos. As áreas a serem trabalhadas nestes planos encontram-se listadas a seguir:

- * Obtenção de Capacidades;
- * Ciência, Tecnologia e Inovação;
- * Infraestrutura da Aeronáutica;
- * Recursos Humanos;
- * Tecnologia da Informação;
- * Relações Internacionais;
- * Controle do Espaço Aéreo;
- * Logística;
- * Preparo Operacional da FAB; e
- * Comunicação Estratégica.

Objetivos e Medidas Estratégicas:

Na FAB, Objetivos Estratégicos (OE) são objetivos de alto nível e de longo prazo, tendo sua origem na Missão da Aeronáutica, no cenário estabelecido pelo diagnóstico estratégico e nos desafios necessários ao atingimento da Visão de Futuro.

Estratégia é o como fazer, ou seja, definir o caminho a seguir para se atingir os objetivos propostos. Na Força Aérea, as estratégias recebem a designação de Medidas Estratégicas ou Iniciativas Setoriais.

As Medidas Estratégicas (ME), que podem ser multisetoriais ou exclusivas de um único ODSA (Iniciativas Setoriais), representam uma consolidação das linhas de ação em pauta nesses órgãos quando da elaboração deste Plano.

No Nível Operacional, as ME transformam-se automaticamente em Objetivos Setoriais e a elas cada ODSA associa as Iniciativas Setoriais necessárias para cumprir a estratégia vislumbrada.

O Plano Estratégico definiu os seguintes Objetivos Estratégicos/Medidas Estratégicas para o COMAER:

OBJETIVO 1: Fortalecer e aprimorar a capacidade de emprego da Força Aérea Brasileira

- * Aprimorar o preparo com vistas ao emprego da FAB nas possibilidades de atuação;
- * Aprimorar os processos e as diretrizes de emprego da FAB com vistas às possibilidades de atuação;
- * Promover a adequação dos Meios de Força Aérea com vistas ao emprego da FAB nas possibilidades de atuação; e
- * Aprimorar a capacidade de inteligência em prol do preparo e emprego da FAB.

OBJETIVO 2: Aprimorar a capacidade de controle do espaço aéreo brasileiro

- * Aprimorar os serviços de Controle Integrado do Espaço Aéreo Brasileiro;
- * Modernizar os meios técnicos do Controle Integrado do Espaço Aéreo Brasileiro; e
- * Aprimorar a gestão organizacional com vistas a maximizar a efetividade do Controle Integrado do Espaço Aéreo.

OBJETIVO 3: Modernizar a gestão de recursos humanos da FAB

- * Racionalizar os recursos humanos com base nas necessidades administrativas, técnicas e operacionais da FAB;

- * Modernizar o Sistema de Ensino da Força;
- * Aprimorar o apoio ao homem e as ações de valorização do efetivo;
- * Ampliar a capacitação profissional na pós- formação de acordo com áreas de interesse da FAB; e
- * Aprimorar os processos de divulgação, seleção e admissão de pessoal.

OBJETIVO 4: Racionalizar a estrutura e a gestão organizacional da Força Aérea Brasileira

- * Aprimorar a gestão organizacional da FAB, com vistas a maximizar sua efetividade;
- * Reorganizar e racionalizar a estrutura organizacional da FAB, com vistas a maximizar sua efetividade;
- * Adequar a distribuição das organizações da FAB no território nacional, conforme as necessidades de reorganização institucional;
- * Incrementar as ações voltadas para assegurar a regularidade dos recursos orçamentários e financeiros para as atividades da FAB; e
- * Fortalecer a gestão de Tecnologia da Informação (TI) na FAB.

OBJETIVO 5: Aprimorar a integração nas ações com outras Forças e órgãos públicos

- * Ampliar a interoperabilidade nas operações aéreas com outras Forças e Órgãos Públicos;
- * Ampliar as interações administrativas com órgãos e sistemas do Governo Federal;
- * Ampliar a comunalidade de sistemas e equipamentos com as demais Forças Singulares; e
- * Ampliar a participação da FAB na formulação das doutrinas de emprego conjunto.

OBJETIVO 6: Desenvolver soluções científico-tecnológicas e de inovação para a Força Aérea Brasileira

- * Incrementar o desenvolvimento de estudos, de tecnologias, de pesquisas científicas e de soluções tecnológicas de interesse da FAB;
- * Ampliar a capacidade científico-tecnológica e de inovação da FAB;
- * Aprimorar a gestão do conhecimento científico-tecnológico da FAB; e
- * Modernizar o modelo de relacionamento na área tecnológica com a Indústria Aeroespacial Brasileira.

OBJETIVO 7: Fortalecer a consciência da sociedade brasileira sobre a importância da atuação da Força Aérea Brasileira

- * Reforçar a imagem da FAB como instrumento de Defesa Nacional;
- * Promover a interação com os segmentos da sociedade brasileira formadores de opinião;
- * Aprimorar a pesquisa, o desenvolvimento, a divulgação e a preservação referentes à cultura e ao histórico institucional; e
- * Aperfeiçoar o serviço de divulgação de relatórios de investigação de ocorrências aeronáuticas.

OBJETIVO 8: Aprimorar a capacidade de apoio logístico e de infraestrutura patrimonial da Força Aérea Brasileira

- * Modernizar a gestão logística;
- * Ampliar a nacionalização e a transferência de conhecimento relacionadas aos sistemas e equipamentos de apoio logístico à Força;

* Incrementar a interação com as indústrias com capacidade para prover apoio logístico à FAB; e

* Adequar a infraestrutura da Força à sua reestruturação.

OBJETIVO 9: Incrementar a governança institucional

* Aprimorar o Sistema de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica;

* Aprimorar a gestão estratégica de programas e projetos da Força Aérea Brasileira;

e

* Incrementar o processo de governança no âmbito dos ODSA.

OBJETIVO 10: Ampliar a capacidade de integração internacional de interesse do Estado Brasileiro

* Ampliar as medidas de cooperação com países e organismos internacionais de interesse;

* Ampliar a participação em Operações de Paz;

* Incrementar as ações conjuntas com países e organismos internacionais de interesse; e

* Contribuir para a projeção internacional da Base Industrial de Defesa no campo aeroespacial.

Mapa Estratégico:

O Mapa Estratégico é uma representação gráfica dos Objetivos Estratégicos, agrupados em Perspectivas Estratégicas, que foram concebidas como os temas correspondentes aos desafios da Instituição, e distribuídos verticalmente em Horizontes de Impacto.

Na Força Aérea, os Objetivos Estratégicos estão organizados em três Horizontes de Impacto:

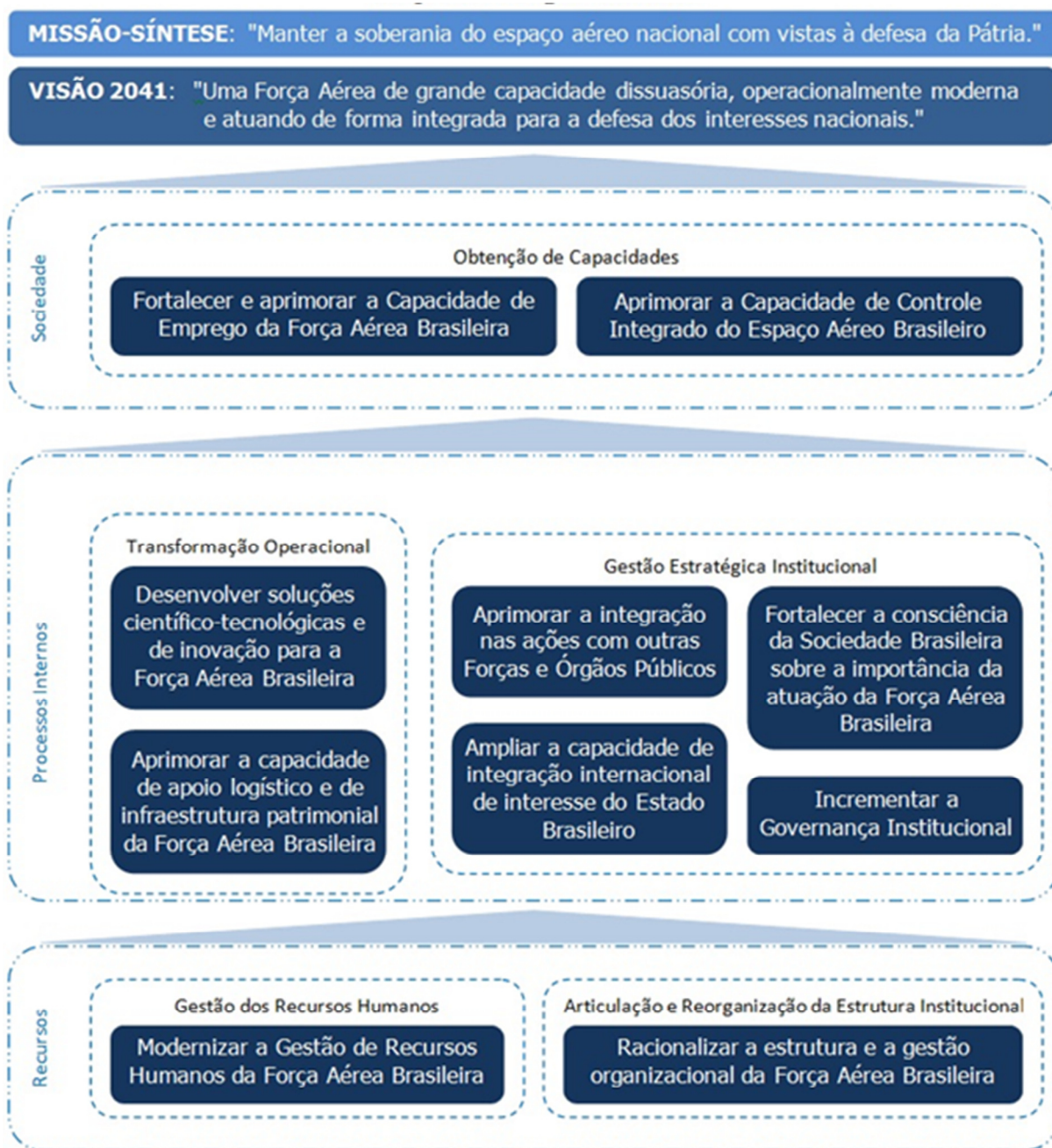
* **SOCIEDADE** - impactado pelos OE que representam as entregas da FAB à Nação brasileira, que reúnem as ações finalísticas atinentes à sua missão constitucional;

* **PROCESSOS INTERNOS** - impactado pelos OE que atuam sobre os processos que necessitam de aperfeiçoamento para que a FAB cumpra de forma mais eficiente, eficaz e efetiva a sua missão constitucional; e

* **RECURSOS** - impactado pelos OE que buscam a adequação dos recursos humanos e de infraestrutura da Instituição, classificados como os pilares que suportam seus demais desafios.

A Figura abaixo apresenta o Mapa Estratégico da FAB, com os seus Objetivos Estratégicos distribuídos pelos Horizontes de Impacto e conectados através de relações de causa e efeito.

Figura 2.1.2 - Mapa Estratégico da FAB.



Fonte: EMAER

Essa forma de apresentação permite uma melhor análise da estratégia do COMAER, explicitando e descrevendo o processo de transformação de ativos intangíveis em resultados concretos para a Sociedade Brasileira.

Plano Plurianual:

Para que o planejamento estratégico do COMAER possa se concretizar ao longo do tempo, é necessário que ocorra seu alinhamento com os objetivos do PPA do Governo Federal, especificamente aos do Programa 2058 – Defesa Nacional, sob responsabilidade do Ministério da Defesa, que para o período 2016-2019, foram definidos na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

No quadro 2.1.1, é apresentado um extrato dos objetivos estratégicos do COMAER e sua vinculação aos objetivos do PPA dentro do Programa 2058. O quadro apresenta ainda as metas do PPA sob responsabilidade do COMAER.

Quadro 2.1.1 – Objetivos estratégicos do COMAER

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO COMAER	OBJETIVOS DO PPA	METAS DO PPA (COMAER)
Fortalecer e aprimorar a capacidade de emprego da Força Aérea Brasileira	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	04G2 - Adquirir 22 aeronaves militares 04G3 - Atingir 44% do desenvolvimento do projeto da aeronave caça multimissão (F-X2) 04G4 - Modernizar 17 aeronaves militares
	1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística	04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses
Aprimorar a capacidade de controle do espaço aéreo brasileiro	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras	04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m
Modernizar a gestão de recursos humanos da FAB	1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional	04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44% 04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%
Aprimorar a integração nas ações com outras forças e órgãos públicos	1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e Internacional	**
Desenvolver soluções científico-tecnológicas e de inovação para a Força Aérea Brasileira	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da Informação	**
	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390 04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER 04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2)
Fortalecer a consciência da sociedade sobre a importância da atuação da Força Aérea Brasileira	1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade	**
Racionalizar a estrutura e a gestão organizacional da Força Aérea Brasileira	1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas	04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390, na Base Aérea do Galeão
Aprimorar a capacidade de apoio logístico e de infraestrutura patrimonial da Força Aérea Brasileira		
Incrementar a governança institucional	*	**

Ampliar a capacidade de integração internacional de interesse do Estado brasileiro	0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e Organismos Internacionais	**
--	--	----

Fonte: EMAER

* Observando-se o quadro acima, identifica-se que o objetivos estratégicos do COMAER tem estreita correlação com os governamentais, sendo acrescido apenas um item próprio, para aprimoramento de sua governança institucional.

** Em alguns objetivos o COMAER não possui meta específica no PPA. Nesses casos, a meta é do nível MD e a Aeronáutica colabora com iniciativas específicas, como é o caso da iniciativa 0507 (Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais – PESE), vinculada ao objetivo 1119 do PPA.

Principais Projetos Estratégicos:

Fruto da estratégia de longo prazo traçada no PEMAER, nos últimos anos o COMAER adquiriu e modernizou aeronaves, armamentos e sistemas, elevou os níveis de adestramento dos recursos humanos e adaptou a infraestrutura aeroespacial às necessidades operacionais da Força Aérea. Tudo isso com o objetivo de adequar os Meios de Força Aérea ao cumprimento de sua missão constitucional.

Dentre os projetos que incrementarão efetivamente nossas capacidades, merecem destaque os seguintes: F-X2, KC-X, KC-390, LINK-BR2, F-5 (2º Lote), HX-BR, Míssil A-DARTER e PESE.

1) F-X2

O Projeto F-X2 consiste da aquisição de aeronaves novas de caça de múltiplo emprego, simuladores de voo, logística inicial relacionada e armamentos necessários à operação da aeronave, bem como exige toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida e capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro no desenvolvimento de um caça de 5ª geração.

O processo de seleção da aeronave F-X2 foi concluído em 18 de dezembro de 2013, com a divulgação da empresa sueca SAAB AB como a oferta mais vantajosa.

O Gripen NG é um modelo supersônico monomotor projetado para emprego em missões ar-ar, ar-mar e ar-solo, sob quaisquer condições meteorológicas, e desenvolvido para se adaptar à evolução das ameaças e exigências operacionais enfrentadas pelas modernas Forças Aéreas.

A versão brasileira, a ser desenvolvida em parceria com empresas locais, a partir do projeto original destinado à Força Aérea da Suécia, contará com modernos sistemas embarcados, radar de última geração e capacidade para empregar armamentos de fabricação nacional.

2) KC-X

O Projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para substituição das Aeronaves C-130 Hércules, fabricadas na década de 1970, e que, devido ao seu envelhecimento e à dificuldade de aquisição de suprimentos, apresentam baixa disponibilidade e alto custo de operação.

Argentina, Portugal e República Tcheca são parceiros no desenvolvimento e fabricação de parte da estrutura dessa aeronave.

A aeronave será capaz de operar em pistas não pavimentadas em qualquer local do planeta. Seus sistemas de autodefesa a tornarão menos suscetível a ameaças em ambiente hostil. Deve constituir-se em uma das mais importantes ferramentas da FAB para cumprir sua missão

constitucional e prover mobilidade estratégica às Forças de Defesa do Brasil, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa.

Além das missões especificamente militares, o KC-X permitirá ao Estado Brasileiro, através da FAB, promover as seguintes ações:

- * Apoio a calamidades públicas e incêndios florestais no território nacional;
- * Apoio e ajuda humanitária internacional a países necessitados ou que sofreram calamidades públicas;
- * Apoio de material e mantimentos e transporte de pessoal para a manutenção das ações do Estado Brasileiro em regiões carentes;
- * Apoio aos pelotões de fronteira, às reservas indígenas e às localidades de difícil acesso na região amazônica; e
- * Apoio aos diversos órgãos do Estado Brasileiro, nas suas necessidades de transporte de material e pessoal, para a realização de missões de rotina, inspeções, vistorias, operações e monitoramento de projetos.

O desenvolvimento do KC-X posicionará o Brasil como protagonista entre os produtores de equipamentos de defesa no mundo, além de possibilitar exportações de um produto de alto valor agregado.

Ressalta-se ainda que o Brasil vem adotando uma política de incremento da indústria nacional, incluindo a indústria de defesa. Dessa forma, o desenvolvimento e industrialização do KC-X vêm atender ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa Brasileira, em consonância com a Política de Defesa Nacional e a Política Nacional da Indústria de Defesa.

3) KC-390

O Projeto KC-390 consiste na aquisição da aeronave desenvolvida no âmbito do projeto KC-X.

4) LINK-BR2

O Projeto LINK-BR2 consiste na materialização de uma tecnologia que permite que aeronaves troquem dados entre si, em pleno voo. O projeto prevê ainda a integração com EB e MB, com a inserção de estações de solo e embarcações nesse ciclo de troca de dados, permitindo, dentre outros, a transmissão de imagens de sensores, arquivos de texto e dados referentes ao posicionamento de tropas.

O emprego de um sistema de enlace de dados representa um grande diferencial para a FAB, em especial para as aeronaves de combate, pois permite que elas compartilhem mutuamente informações sem a necessidade de comunicação por voz, aumentando a consciência situacional e a segurança de voo.

O projeto envolve não apenas a aquisição de um sistema, mas seu desenvolvimento no Brasil, o que converge em uma oportunidade para a indústria nacional adquirir novas tecnologias para a fabricação de equipamentos.

5) F-5 (2º Lote)

O F-5 é um caça bireator projetado para cumprir missões ar-ar e ar-solo. O Projeto F-5BR previu a execução de serviços de modernização de aeronaves F-5 do acervo FAB, de modo a proporcionar a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da FAB, mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com os cenários de atuação no presente.

O Projeto F-5 (2º Lote), em andamento, refere-se à modernização das aeronaves que não foram modernizadas no âmbito do primeiro contrato de modernização.

6) HX-BR

O Projeto HX-BR é um empreendimento do MD que tem por objetivo atualizar a frota de asas rotativas das três Forças Armadas com helicópteros de médio porte modernos e adequados ao cenário Sul Americano. O projeto contempla 16 (dezesseis) helicópteros para a FAB, 16 (dezesseis) para o Exército Brasileiro, 16 (dezesseis) para a Marinha do Brasil e 02 (dois) para atender à Presidência da República.

O projeto também tem como propósito secundário fomentar a indústria de asas rotativas no Brasil, possibilitando o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020. Para isso, 12 (doze) empresas nacionais estão envolvidas na fabricação como subcontratadas ou beneficiárias de transferência de tecnologia. Sendo assim, o projeto colabora com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, promove o desenvolvimento industrial e tecnológico e alavanca a criação de inúmeros postos de trabalho dentro do País.

7) Míssil A-DARTER

O Projeto A-DARTER tem o objetivo de desenvolver, em conjunto com a África do Sul, um míssil ar-ar de curto alcance de 5ª geração, com guiamento por imagem infravermelha e empuxo vetorado, a fim de atender aos desafios dos combates aéreos contra caças de última geração em ambientes hostis de contramedidas eletrônicas, bem como realizar a transferência de tecnologia desse míssil para as indústrias de defesa brasileiras envolvidas no projeto.

O desenvolvimento do míssil A-DARTER capacitará a indústria nacional para o desenvolvimento de sistemas bélicos de alta tecnologia.

8) PESE

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) estabelece a estratégia de implantação de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (militar e civil). O PESE traz benefícios diretos e indiretos a todos os potenciais usuários do MD, como também a toda nação brasileira, e permite que as operações das Forças Armadas tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e integrada.

O Brasil, com suas dimensões continentais, não pode prescindir do uso do espaço para benefício de sua população e aprimoramento de seus sistemas de defesa. Incluir o País num cenário global, onde poucos detêm a capacidade gerencial, operacional, tecnológica e industrial para fazer uso do espaço, requer esforço coordenado entre diversos segmentos da sociedade.

Estratégia adotada pelo COMAER em 2016:

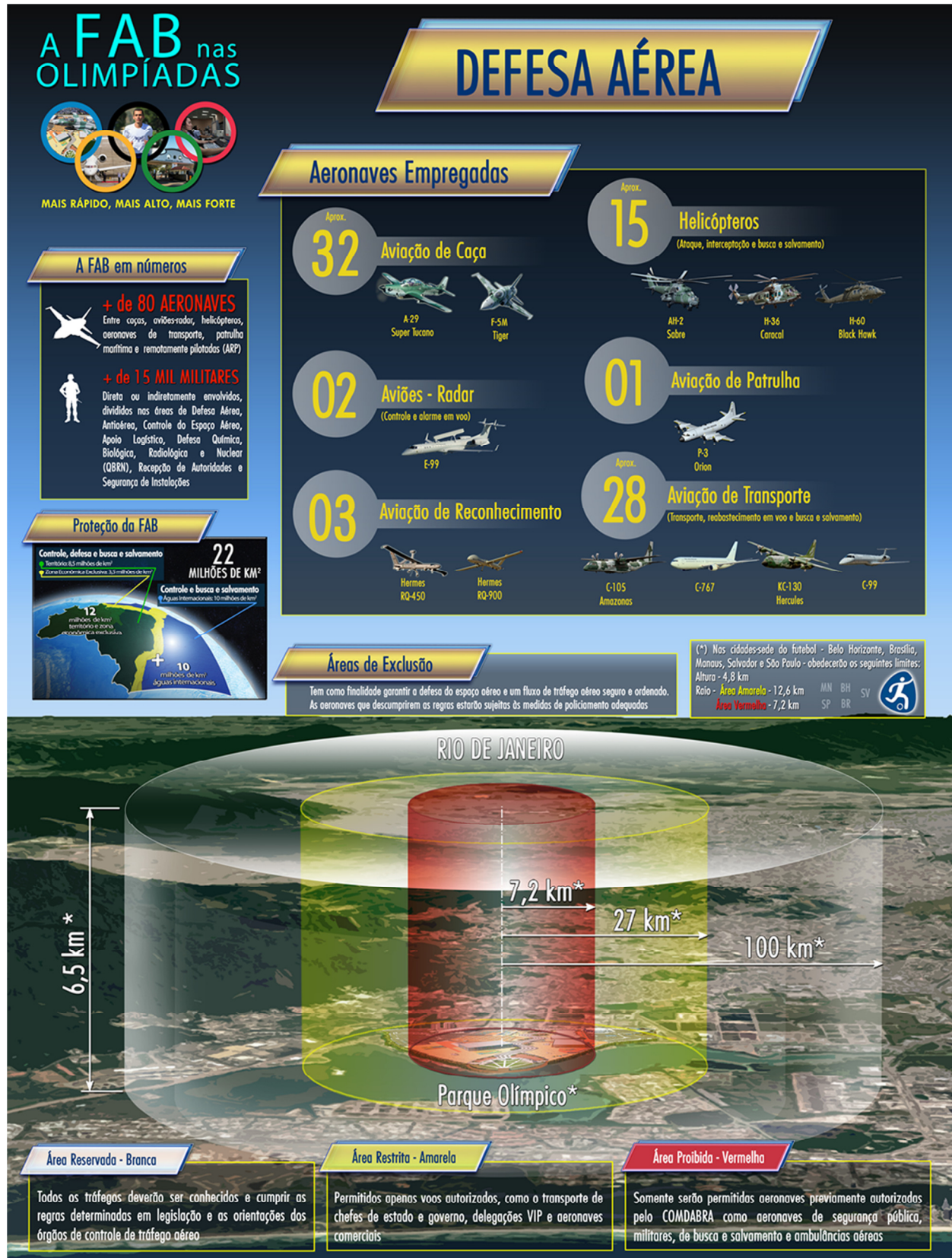
Considerando as dificuldades orçamentárias vivenciadas pela União em 2016, o COMAER priorizou, dentro do possível, o pagamento das atividades de sustentação da força relacionadas ao dia-a-dia (luz, água, telefone etc), reduziu o patamar de horas de voo para 100 mil horas anuais (ante uma média de 150 mil nos últimos 5 anos) e renegociou contratos de grande vulto relacionados às aeronaves (desenvolvimento, modernização e aquisição), postergando desembolsos previstos inicialmente para 2016 e reduzindo o escopo de alguns projetos.

Salienta-se que em 2016 foram publicados dois Decretos de limitação de movimentação e empenho, que provocaram um corte orçamentário total no COMAER de aproximadamente R\$ 1,072 bilhão. Ainda que tal corte não tenha se concretizado em sua totalidade, devido à nova meta fiscal estabelecida pelo governo, algumas ações já haviam sido tomadas e suas reversões não eram simples, tais como as renegociações contratuais de desenvolvimento e modernização de aeronaves.

Além disso, parte considerável dos recursos orçamentários somente foi descontingenciada no último trimestre do exercício de 2016, o que impactou diretamente na execução, uma vez que os trâmites administrativos para a realização das licitações deve obedecer um rito legal, com alguns prazos (parecer jurídico, recursos etc) que fogem ao controle do gestor.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Além das atividades rotineiras de adestramento da Força Aérea, 2016 foi marcado pelo apoio das Forças Armadas e do COMAER nas atividades de preparação, segurança e controle do espaço aéreo da Olimpíada, no Rio de Janeiro e nas demais cidades que sediaram outros eventos relacionados à competição.



Destaca-se ainda, no ano de 2016, a execução de diversas alterações organizacionais da estrutura de funcionamento do COMAER. Tais ações de ativação, desativação e transferência de organizações militares foi realizada sob as diretrizes emanadas pelo Comandante da Aeronáutica e fruto dos estudos da Comissão de Reestruturação da Força Aérea Brasileira (CREFAB). Outras mudanças organizacionais ainda estão em análise e ocorrerão ao longo dos próximos anos.

Com relação às metas descritas no PPA, sob responsabilidade do COMAER, cabe destacar os seguintes avanços:

*** 04G2 - Adquirir 22 aeronaves militares**

As dificuldades orçamentárias do exercício denotaram um grande desafio para as organizações gerenciadoras dos contratos de grande monta, como o caso da COPAC, setor responsável pela aquisição de aeronaves. Dentre as 04 aeronaves previstas para serem adquiridas no exercício de 2016, foram adquiridas apenas 02 (duas) aeronaves I-X (Legacy 500), totalizando 50% da meta prevista.

Com relação ao Projeto CL-X2 (uma prevista para ser recebida em 2016), os cortes e contingenciamentos orçamentários forçaram o COMAER a promover a redução do objeto contratual de 03 (três) para 02 (duas) aeronaves, bem como postergar a entrega da aeronave prevista inicialmente em 2016 para 2017.

A falta de disponibilidade financeira obrigou o COMAER a adiar, sem previsão de retomada, a aquisição da aeronave prevista para 2016, no âmbito do projeto KC-X2 (aeronave de transporte pesada de carga e reabastecimento de voo).

*** 04G3 - Atingir 44% do desenvolvimento do projeto da aeronave caça multimissão (F-X2)**

Apesar das restrições orçamentárias, o Projeto F-X2 foi priorizado e tem recebido, até o momento, os recursos necessários para a manutenção do seu cronograma.

Com relação aos avanços do projeto, houve um ajuste na metodologia que mede o avanço físico, de modo a não confundir-se com o avanço financeiro. A nova metodologia baseia-se em indicadores físicos extraídos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis *Work Breakdown Structure* (WBS). Fruto desta nova metodologia, os objetivos para o período ficaram da seguinte forma: 2016: 5,85%, 2017: 12,75%, 2018: 20,29% e 2019: 30,71%. Para 2016 o objetivo foi devidamente cumprido.

Com relação à Transferência de Tecnologia, o processo foi iniciado no fim de 2015, sendo que, no momento, existem em torno de 100 (cem) engenheiros e técnicos na Suécia. Em Nov/2016, houve a inauguração do *Gripen Design Development Network* (GDDN), em Gavião Peixoto/SP, que é o local, na EMBRAER, onde ocorrerá, principalmente, todo o processo de desenvolvimento e transferência de tecnologia da aeronave, no Brasil.

*** 04G4 - Modernizar 17 aeronaves militares**

Nesta meta, estão incluídas três modelos de aeronaves: A1-M, F-5M e C/P-95M. Cabe ressaltar que nos processos de modernização, o produto final (aeronave modernizada) quase sempre corresponde às últimas etapas contratuais previstas, não tanto por seu valor, mas sim pela finalização do conjunto de serviços para se atingir o produto final: aeronaves.

No projeto C/P-95M foram recebidas 10 (dez) aeronaves modernizadas em 2016.

Nos projetos A1-M e F-5M, não houve entrega de aeronaves em 2016, mas apenas a evolução de execução de etapas contratuais.

Em 2016 a meta atingiu o avanço previsto.

*** 04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses**

A redução do esforço aéreo alocado em 2016 para 103 (cento e três) mil horas de voo, ante 130 (cento e trinta) mil em 2015 e 155 (cento e cinquenta e cinco) mil em 2014 reforçou a necessidade do incremento do investimento em simulação, a fim de manter o adequado adestramento das tripulações.

Este processo está em curso e o avanço na meta só poderá ser aferido nos próximos exercícios.

*** 04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m**

Apesar da área de controle do espaço aéreo demandar investimentos de grande vulto em diversas áreas (gerenciamento do tráfego aéreo, informações aeronáuticas, telecomunicações, cartografia, meteorologia, ...), apenas a vigilância do espaço aéreo faz parte do monitoramento físico do PPA.

Em 2016 foram modernizados 34 (trinta e quatro) Radares TPS-77, instalados entre os anos de 2003 e 2005 como partes do Projeto SIVAM. Foram realizados serviços de modernização dos Subsistemas de Comando e Controle da Antena (SCCA) e do Subsistema de Distribuição de Energia (SDE), para oito estações de Radares LP23SST/RSM970 e dezesseis estações TA10SST/RSM970. Foram também modernizados sistemas servomecanismos e dos *encoders* de dez Radares Meteorológicos DWS-8500S do CINDACTA IV (Manaus), serviços de modernização de oito Sistemas Radar STAR2000/RSM970S para versão CIRIUS, para resolver obsolescências em diversos componentes, serviços técnicos e especializados para modernização dos Radares ASR23SS de Conceição do Araguaia(PA), Macapá(AP), Porto Velho (RO), Rio Branco(AC), Santarém(PA), São Luiz(MA), Vilhena(RO), e cadeia reduzida do Radar Primário ASR23SS de Manaus e estações de testes, aquisição de estações de vigilância de rota, do tipo primário bidimensional LP23SST, com antenas protegidas “RADOME” a serem implantadas em quatro localidades: Barra do Garças/MT, Morro da Igreja em Urubici/SC, Pico do Couto em Petrópolis/RJ e São Roque/SP, implantação do radar secundário de terminal em Lagoa Santa, Curitiba e Vitória e implantação de radar de vigilância de área terminal primário e secundário em Salvador e Porto Velho.

Todas estas modernizações e implantações propiciaram um aumento de 6,48% (53,48% no total) na cobertura radar, ante um valor planejado de 7% (54% no total) para 2016. Sendo assim, verifica-se que, apesar do cenário de restrições orçamentárias, o trabalho realizado no COMAER vem sendo realizado adequadamente, de modo a garantir a fluidez do tráfego aéreo nos céus jurisdicionados pelo Brasil com eficiência e segurança.

*** 04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44%**

O COMAER havia planejado, ainda no primeiro semestre de 2015, uma mudança nas proporções de oficiais temporários de 40% para 44% no quadriênio 2016-2019. A meta proposta tem como significado primordial o aumento da parcela de oficiais temporários em relação aos oficiais de carreira. Seu escopo é a agregação de conhecimentos e habilidades profissionais que atendam a demandas momentâneas e específicas da Força Aérea, em especialidades cuja formação possa ser obtida junto ao mercado de trabalho, sem onerar o orçamento destinado às unidades de formação profissional do COMAER. Em síntese, tal meta também tem por finalidade a redução de gastos com pessoal, especificamente no que tange ao pagamento de inativos e pensionistas, a ser atingido em longo prazo.

Todavia, no segundo semestre de 2015, o COMAER deu início ao processo de reestruturação da Força Aérea e paralelamente a esse trabalho começaram a ser reestudados os dimensionamentos de Pessoal. Neste sentido, até a definição adequada das necessidades de pessoal, foi reduzida a incorporação de oficiais temporários e mantido o ingresso dos oficiais de carreira. Assim, internamente houve um ajuste da meta para 37,1% em 2016, valor que será mantido para 2017. Em 2019 a nova meta é de 38,6%. O Plano de Pessoal do Comando da Aeronáutica (PCA 30-1), reeditado em 2016 detalha os quantitativos de pessoal ano a ano.

Pela nova proposta, a meta de 37,1% foi atingida.

*** 04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%**

A alteração do Regulamento da Reserva da Aeronáutica foi feita pelo Decreto nº 8.130 de outubro de 2013 e deu previsão legal à criação do Quadro de Sargentos da Reserva de Segunda Classe Convocados, cuja primeira turma foi incorporada à FAB em outubro de 2014.

O COMAER havia planejado, ainda no primeiro semestre de 2015, a meta de atingir a proporção de 23% de graduados temporários em 2019.

É importante ressaltar que por ser um quadro novo, as incorporações de pessoal nos anos de 2014 e 2015 somaram apenas 5,5% do efetivo, ante uma parâmetro inicial de 10% descrito no PPA.

Todavia, no segundo semestre de 2015, o COMAER deu início ao processo de reestruturação da Força Aérea e paralelamente a esse trabalho começaram a ser reestudados os dimensionamentos de Pessoal. Neste sentido, até a definição adequada das necessidades de pessoal, houve a incorporação de número maior de graduados temporários e a redução do ingresso dos graduados de carreira. Assim, internamente ocorreu um ajuste da meta para 7% em 2016, valor que será mantido para 2017. Em 2019 a nova meta é de 7,5%. O Plano de Pessoal do Comando da Aeronáutica (PCA 30-1), reeditado em 2016 detalha os quantitativos de pessoal ano a ano.

Pela nova proposta, a meta de 7% foi atingida.

*** 04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390**

Os voos de ensaios estão evoluindo e destacam-se as seguintes realizações:

- Mais de 730 (setecentos e trinta) horas de ensaios em voo, nos quais as duas aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo conforme projetado;
- Corpos de provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação; e
- Campanha de “Congelamento Aerodinâmico de Aeronave” ocorrida em junho de 2016, com lançamento de cargas e de paraquedistas.

As restrições orçamentárias que afetam o cronograma do projeto desde seu início ocasionaram o aumento do custo global do projeto e a extensão dos prazos de execução contratual, bem como o retardo no aproveitamento da janela de mercado para o produto, com a efetivação de seu potencial de vendas a terceiros países.

De qualquer modo, o desenvolvimento do KC-390 deve ser concluído dentro deste PPA, haja vista que no final de 2016 o projeto registrava um avanço total de 91,16% (5,47% em 2016).

*** 04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER**

Em 2016 houve uma evolução de 9,67% no âmbito do cronograma, obtendo-se um acumulado de 95,26% desde seu início.

Neste ano podem ser destacados os seguintes avanços: Realização da Campanha *Carriage Flight Test* (CFT) 3; e Realização de reuniões gerenciais e de acompanhamento do andamento do desenvolvimento e certificação do míssil (CDR, XVIII PMR, XIX JMC e JTQW).

Algumas dificuldades técnicas no desenvolvimento do produto, dentre as quais se destacam as relacionadas à montagem dos quatro primeiros GA (*Gimbal Assembly* - versão S1), provocaram o adiamento da Campanha de Certificação em voo, prevista para o fim de 2016, para o primeiro semestre de 2017.

*** 04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2)**

Esta meta trata dos serviços e do fornecimento de bens necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da Aeronáutica e no Protocolo Link BR2.

Em 2016, havia a previsão de um avanço de 12% no projeto. No entanto, não houve avanços físicos. Colaboraram para este quadro as restrições orçamentárias impostas para o projeto e a reestruturação societária da empresa contratada (MECTRON), haja vista que se faz necessária a celebração de Termo Aditivo ao Contrato em vigor, promovendo o ajuste de questões relacionadas à alteração de escopo, prazo, custo e outras cláusulas contratuais.

*** 04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390, na Base Aérea do Galeão**

As necessidades decorrentes da implantação da aeronave KC-390 na Base Aérea do Galeão foram mapeadas, porém as restrições orçamentárias que afetaram o orçamento em 2016 e consequentemente afetará os anos subsequentes, fez com que o Comando da Aeronáutica repriorizasse a construção do novo Hangar, optando por reformar um dos hangares existentes na Base Aérea do Galeão (Hangar 03). De qualquer modo, o projeto básico do hangar foi concluído pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG) juntamente com a EMBRAER, aguardando disponibilidade orçamentária para a sua construção.

Sendo assim, não houve nenhum avanço físico nesta meta.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Em virtude da globalização, as novas tecnologias e velocidade das transformações, o planejamento institucional do COMAER apresenta o enorme desafio de conciliar, de modo equilibrado e eficiente, a aplicação dos recursos disponíveis entre o suporte administrativo, treinamento operacional (horas de voo), suporte operacional (logística aplicada aos meios aéreos), controle de tráfego aéreo (radares, telecomunicações etc) e investimentos (aquisição e modernização de aeronaves, material bélico, infraestrutura etc).

Contudo, o esforço de gestão, em todos os níveis, deve concentrar-se na mensuração e na obtenção de resultados concretos, fazendo com que os recursos sejam canalizados para as ações capazes de alavancar o desempenho do COMAER.

Para tanto, é imperioso integrar os esforços de planejamento e de execução a partir de uma gestão estratégica que possibilite o necessário desdobramento dos grandes objetivos até a base da estrutura, e o consequente alinhamento de todos os integrantes do Órgão em torno das prioridades estabelecidas, com foco na Missão e na Visão da Aeronáutica.

Nesse cenário, conforme descrito no item Planejamento Organizacional, na estrutura de planejamento do COMAER cada Organização Militar (OM) edita o seu plano de trabalho, em seu nível, que contemplem as atividades que serão realizadas num determinado período de tempo (1 a 4 anos).

Esses planos contêm diretrizes das suas áreas, com a orientação a ser seguida pela Instituição para alcançar a "visão de futuro almejada". Considerando que o COMAER possui 322 (trezentas e vinte e duas) OM, fica inviável apresentar o detalhamento de cada uma delas neste Relatório de Gestão.

De qualquer modo, na estrutura prevista para esses documentos, descrita no normativo interno Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 11-1/2014 – Elaboração de Plano Setorial e Programa de Trabalho Anual, esta UPC aprova e atesta, anualmente, o alinhamento de cada uma das tarefas realizadas com os objetivos a serem atingidos no seu nível e no superior.

2.2 Desempenho orçamentário

A Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 170-2 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016, aprovada pela Portaria EMAER nº 58/5SC, de 9 de dezembro de 2014, e publicada no BCA nº 236, de 12 de dezembro de 2014, contém os conceitos, procedimentos e instruções referentes ao processo de elaboração do orçamento do COMAER para o exercício financeiro de 2016, considerando a nova estrutura programática instituída no PPA 2016-2019, bem como a criação do Plano Orçamentário (PO), conforme as orientações emanadas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A coordenação desse processo, no âmbito do COMAER, cabe ao Estado-Maior da Aeronáutica, ficando sob a responsabilidade da Quinta Subchefia a coleta e consolidação das necessidades de recursos orçamentários por intermédio do Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC).

No COMAER, o mencionado processo culmina com a chancela do Comandante da Aeronáutica no Plano de Ação (PCA 11-44), documento esse que consolida e aloca todos os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Aeronáutica, após a publicação do Decreto da Programação Orçamentária e Financeira.

Portanto, o EMAER, como Órgão de Direção-Geral, é responsável pelo planejamento, gestão e monitoramento do orçamento no COMAER, enfatizando a todos os Agentes da Administração envolvidos com o processo de elaboração orçamentário, a pertinência do zelo, bem como da precisão e tempestividade de suas atribuições.

Assim, para o exercício financeiro de 2016, o COMAER inicialmente contou com um orçamento de R\$ 5.247.370.000,00 (cinco bilhões duzentos e quarenta e sete milhões trezentos e setenta mil reais), com base nas despesas classificadas como discricionárias (RP-2) e nos Investimentos do PAC (RP-3).

Com relação ao fluxo de execução orçamentária, o COMAER seguiu o estabelecido nos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira nº 8.640, 8.700 e 8794, de 18 de janeiro de 2016, de 30 de março de 2016, e 07 de junho de 2016, respectivamente, conforme detalhado no item 2.2.2 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS:

Quadro 2.2.1.1 - Ação 123B

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	123B				Tipo: Projeto	
Título	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)					
*Iniciativa	Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X).					
Objetivo	Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional				Código: 1124	
Programa	Defesa Nacional		Código: 2058		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não	Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria		() Outras		
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
430.360.397	430.360.397	418.540.571	418.540.571	418.540.571	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave desenvolvida		percentual de execução física	3,0	3,0	3,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Aeronave desenvolvida	percentual de execução física	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A meta física evoluiu 3,07% no exercício financeiro de 2016. A liquidação de parte das etapas contratuais foi limitada pela dotação orçamentária determinada pela LOA 2016.

A metodologia de cálculo de avançamento físico do projeto baseia-se em indicadores físicos extraídos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis de cada parte no respectivo WBS.

A mensuração dos bens e serviços ofertados à sociedade, oriundos desta ação orçamentária é obtida por meio do percentual de execução física da aeronave em desenvolvimento. Tal produto e unidade de medida atendem perfeitamente a métrica para determinar o alcance da meta, pois o desenvolvimento da aeronave está diretamente ligado ao objeto do contrato.

O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. O processo de desenvolvimento da aeronave continua evoluindo com a realização dos voos de ensaios, nos quais ocorrem, na prática, as confirmações dos dados de engenharia do produto, previstos nas fases anteriores.

O projeto comprovou no exercício financeiro de 2016 a realização acumulada de 91,16% de execução física.

Destacam-se como marcos da execução física ocorrida no exercício de 2016: a continuação das realizações dos ensaios em voo, com uso das duas Aeronaves Protótipos e a expressiva qualidade de voo da aeronave, confirmada em mais de 730 (setecentos e trinta) horas de ensaio voadas, quando foram realizados os primeiros lançamentos de paraquedistas e cargas.

Por outro lado, os recursos planejados para suportar os contratos não foram totalmente contemplados pela Lei Orçamentária de 2016, obrigando à abertura de novas negociações de termos aditivos aos contratos, para abrigar as etapas que não puderam ser recebidas em 2016.

Quadro 2.2.1.2 - Ação 14SZ

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		14SZ			Tipo: Projeto	
Título		Aquisição de Aeronaves de Transporte Militar e de Reabastecimento em Vôo - Projeto KC-X2				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional			Código: 1121	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
88.293	70.635	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave adquirida		unidade	1,0	1,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Aeronave adquirida	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

O projeto foi encerrado em 30 de setembro de 2016, conforme 2º Despacho nº 1/PGRIPENC/D/3975, de 30/09/2016, em resposta ao Ofício nº 1/7SC1/8910, de 22/06/2016.

Quadro 2.2.1.3 - Ação 14T0

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		14T0			Tipo: Projeto	
Título		Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2				
*Iniciativa		Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2.				
Objetivo		Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional			Código: 1121	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		(X) Sim (..)Não	Caso positivo: (X) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.533.000.000	1.533.000.000	1.447.968.418	1.154.329.439	1.154.329.439	0	293.638.979
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave adquirida		unidade	1,0	1,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.101.820.289	919.053.164	(-146.381)	Aeronave adquirida	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF

ANÁLISE SITUACIONAL

A ação orçamentária em foco trata da aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins (Projeto F-X2), com vistas a ampliar a operacionalidade da FAB com o consequente aumento da capacidade de defesa aeroespacial do País.

Para a correta mensuração dos bens e serviços oriundos desta ação orçamentária, é necessário readequar o produto e a unidade atual, de modo a permitir que o avanço físico corresponda à realidade, pois a referida ação envolve o desenvolvimento e a aquisição das aeronaves.

A métrica a ser utilizada para mensuração da meta é a entrega de etapas contratuais, que correspondem ao andamento do desenvolvimento e da aquisição, pois ela está diretamente ligada ao objeto do contrato, qual seja: o desenvolvimento e a entrega de 36 (trinta e seis) aeronaves.

Assim, a metodologia de cálculo de avançamento físico do projeto baseia-se em indicadores físicos extraídos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis de cada parte do WBS.

Como decorrência da necessidade de modificação da metodologia que mede o avanço físico, de modo a não confundir com o avanço financeiro, os valores deste relatório foram corrigidos. Assim, a meta física prevista foi corrigida para 4,29%. Em 08 de dezembro de 2016 entrou em vigor

o 2º Termo aditivo ao contrato principal, o que acarretou em nova meta reprogramada (5,85%) para o ano de 2016.

No que tange à meta realizada, até a presente data, foi realizado 4,11% em 2016, considerando as etapas já apresentadas até de novembro de 2016, pois as etapas de dezembro encontram-se em processo de recebimento.

Em relação ao campo “meta realizada (Jan-Dez)”, o índice representativo de 4,11% foi retratado considerando-se a situação de 8 (oito) Etapas previstas, conforme Cronograma Físico-Financeiro (CFF), para o dia 15/Dez/16 (2 TA ao Contrato). Estas Etapas foram devidamente apresentadas pela contratada na data prevista (15/Dez) e estão sob processo de recebimento por parte do COMAER, cujo recebimento “definitivo” das mesmas está previsto para o 21/Jan/17. Desta feita, não se computou a “meta” como “realizada” por estar em processo de recebimento.

No exercício de 2016, não houve fatores que vieram a causar dificuldade no alcance das Metas Físicas planejadas, conforme parágrafo anterior, o índice referenciado em “Metas realizadas” considera tão somente aquelas Etapas que já foram totalmente recebidas por parte do COMAER, o que exclui as Etapas apresentadas pela contratada com data do dia 15 de Dez, por ainda estarem em processo de recebimento.

Quadro 2.2.1.4 - Ação 14VX

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		14VX			Tipo: Projeto	
Título		Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR em Lagoa Santa – MG				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas			Código: 1116	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
60.346.204	4.015.319	4.015.319	0	0	0	4.015.319
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Centro implantado		percentual de execução física	19,0	19,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	365.347	0	Centro implantado	percentual de execução física	1,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF

ANÁLISE SITUACIONAL

O projeto estava paralisado, devido à rescisão unilateral do contrato. O empreendimento encontra-se com um índice geral de conclusão de 80%. O principal impacto decorrente da paralisação do projeto é a degradação e o desgaste que os serviços sofreram em razão da ação do tempo durante o período em que a obra esteve interrompida. Os arranjos de gestão adotados para poder contornar tal situação foram todos no sentido de iniciar, o mais rapidamente possível, o processo para contratação da empresa que concluirá a obra. O processo para efetivar tal contratação foi finalizado e a obra foi reiniciada em 24/10/2016 com previsão de término, baseado no cronograma físico-financeiro atual do contrato, para 15/08/2018.

Quadro 2.2.1.5 - Ação 14XJ

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	14XJ				Tipo: Projeto	
Título	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390					
*Iniciativa	Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390					
Objetivo	Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional				Código: 1121	
Programa	Defesa Nacional		Código: 2058		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	(X) Sim	(...)Não	Caso positivo: (X) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
195.211.671	155.761.671	153.928.088	153.928.088	153.928.088	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave adquirida		unidade	2,0	2,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.425.849	5.425.849	0	Aeronave adquirida	Unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A aquisição das Aeronaves KC-390 faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 e é a continuidade natural do desenvolvimento requerido pelo projeto KC-X.

A dotação orçamentária abaixo da prevista nos contratos da Ação 14XJ em 2015 e 2016 impactou o alcance das metas conforme contratado, o que obrigou à renegociação dos termos contratuais para adequação das metas à disponibilidade dos recursos, culminando na assinatura de termos aditivos aos contratos.

Em consequência, a meta física planejada para o exercício financeiro de 2016 alcança apenas uma parte da primeira aeronave, razão pela qual o índice de execução física foi reprogramado.

Detalhadamente, no exercício financeiro de 2016, a evolução cumulativa da Linha de Produção, considerando a dotação orçamentária disponibilizada, permite que sejam comprovados apenas 6,88% da “Aeronave de Série Nº 1” na primeira estação da Linha de Produção, o que equivale à evolução de 0,23% de todo o projeto.

Os demais recursos despendidos na Ação 14XJ, visaram suportar a aquisição de materiais que requerem um longo ciclo de produção na indústria para a produção das outras aeronaves a serem recebidas na sequência.

A mensuração dos bens e serviços ofertados à sociedade, oriundos desta ação orçamentária, prevê que a entrega de cada aeronave seja demonstrada em sete estações de comprovação na Linha de Produção, que constituem etapas devidamente acompanhadas e medidas, culminando na entrega do produto para ser recebido por uma equipe de especialistas e pilotos.

Entretanto, até que cada unidade adquirida seja entregue, toda a cadeia de produção é acompanhada por meio das entregas de etapas, desde a aquisição dos materiais até a montagem final de cada uma das 28 (vinte e oito) aeronaves adquiridas.

Assim, a metodologia de cálculo de avançamento físico do projeto baseia-se em indicadores físicos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis de cada parte do respectivo WBS.

Quadro 2.2.1.6 - Ação 2048

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	2048				Tipo: Atividade	
Título	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico					
*Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística				Código: 1114	
Programa	Defesa Nacional			Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	(...) Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC		() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
162.864.030	374.554.148	361.857.225	169.367.403	169.305.972	61.432	192.489.822
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave disponibilizada		unidade	92,0	92,0	181,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
87.077.732	85.512.346	(-5.794.196)	Aeronave disponibilizada	unidade	20,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Com a aprovação da LOA 2016, no início do exercício, considerando-se os sucessivos cortes e suplementos, a Dotação Atualizada da UO 52111 alcançou o valor de R\$ 374.554.148,00. Esses valores acrescidos dos valores dos R\$ 121.108.050,00 da Unidade Orçamentária 52911, contribuíram para o cumprimento da meta em manter e suprir 238 (duzentos e trinta e oito) aeronaves disponibilizadas correspondendo à média dos meses de janeiro a dezembro de 2016. Outrossim, esses valores também foram acrescidos dos recursos oriundos dos destaques de créditos, bem como dos recursos da Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB) (dados extraídos em 15 de dezembro de 2016 do SILOMS - Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços - Comando da Aeronáutica). A alocação dos recursos da Ação 2048 atende a priorização estabelecida pela DIRMAB/COMGAP para cada atividade e projeto, utilizando-se a ferramenta de planejamento MTA - Módulo de Trabalho Anual. A sociedade brasileira está sendo atendida por meio do fornecimento de itens e serviços de manutenção para as aeronaves da FAB, que realizam missões de defesa do espaço aéreo, operações de busca e salvamento, de transporte de pessoas, de alimentos e de medicamentos, para áreas menos favorecidas, como na região amazônica, entre outras missões/operações. O recebimento de recursos oriundos dos destaques de créditos, no valor total de R\$ 88.167.751,61 contribuiu para o

cumprimento do esforço aéreo, atendendo aos projetos, tais como o C-130, C-105, C-95, C-97, C99, H-60, A-29, T-27 entre outros, que apoiaram as missões nos mais variados eventos (participação brasileira em missões de paz, apoio aéreo para as Olimpíadas, Incêndio Chapada Diamantina, Combate ao Mosquito da Dengue, Operação Mariana, Saúde Indígena, Segurança Pública, entre outros), bem como o recebimento de recursos da Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), no valor de R\$ 95.446.538,00, para atendimento aos projetos, que cumprem missões em favor desse Sistema, tais como inspeção em voo (IU-93, IC-95 e IU-50) e busca e salvamento (C-130, C-105, H-60, E/R-99, H-50 entre outros).

Foi mantida a estratégia de celebrar, com as empresas da iniciativa privada, contratos que propiciem a melhoria na disponibilidade de alguns projetos (contratos pagos por hora de voo) em consonância à Estratégia Nacional de Defesa, por carência do efetivo de mantenedor e visando otimizar os processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos/peças. Os materiais e os serviços referentes aos RAP foram aplicados para o suporte ao esforço aéreo e na manutenção da disponibilidade de 20 (vinte) aeronaves da meta não alcançada no exercício anterior. É pertinente esclarecer que a meta física de 181 (cento e oitenta e um) aeronaves disponibilizadas se refere à média mensal, obtida durante todo o ano, dentre diversos projetos do acervo da frota da Aeronáutica, distribuídas aos diversos operadores, segundo a Tabela de Distribuição de Aeronaves (TDA), que estavam disponíveis para realização das missões atribuídas. A expectativa de realização da meta física para o primeiro semestre de 2017, na Unidade Orçamentária 52111, é de que essa média mensal de 181 (cento e oitenta e um) aeronaves disponibilizadas seja mantida no patamar de 180 aeronaves que, em conjunto à Unidade Orçamentária 52911, com 50 aeronaves disponibilizadas, totalizará 230 (duzentos e trinta) aeronaves mantidas de média mensal, não cumulativa, durante todo o ano de 2017.

O valor acumulado realizado no fim do exercício está abaixo do acumulado de janeiro a junho, por se tratar de uma média mensal não cumulativa de aeronaves ao longo do ano, no entanto permanecendo acima da meta física prevista.

Quadro 2.2.1.7 - Ação 2048

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2048			Tipo: Atividade	
Título		Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística			Código: 1114	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		(...) Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
120.081.023	121.108.050	111.794.942	83.533.269	83.533.269	0	28.261.672
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave disponibilizada		unidade	78,0	78,0	57,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.423.014	3.648.022	(-129.453)	Aeronave disponibilizada	unidade	5,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Com a aprovação da LOA 2016, no início do exercício, considerando-se os sucessivos cortes e suplementos, a dotação atualizada da UO 52911, alcançou o valor de R\$ 121.108.050,00. Esses valores acrescidos dos valores R\$ 374.554.148,00 da Unidade Orçamentária 52111, contribuíram para o cumprimento da meta em manter e suprir toda a frota da FAB, disponibilizando-se 238 aeronaves (média dos meses de janeiro a dezembro de 2016).

Outrossim, esses valores também foram acrescidos dos recursos oriundos dos destaques de créditos, bem como dos recursos da Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB) (dados extraídos em 15 de dezembro de 2016 do SILOMS - Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços - COMAER). A alocação dos recursos da Ação 2048 atende a priorização estabelecida pela DIRMAB/COMGAP para cada atividade e projeto, utilizando-se a ferramenta de planejamento MTA - Módulo de Trabalho Anual. A sociedade brasileira está sendo atendida por meio do fornecimento de itens e serviços de manutenção para as aeronaves da FAB, que realizam missões de defesa do espaço aéreo, operações de busca e salvamento, de transporte de pessoas, de alimentos e de medicamentos, para áreas menos favorecidas, como na região amazônica, entre outras missões/operações. O recebimento de recursos oriundos dos destaques de créditos, no valor total de R\$ 88.167.751,61 (oitenta e oito milhões,

cento e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um, sessenta e um centavos) contribuiu para o cumprimento do esforço aéreo, atendendo aos projetos, tais como o C-130, C-105, C-95, C-97, C99, H-60, A-29, T-27 entre outros, que apoiaram as missões nos mais variados eventos (participação brasileira em missões de paz, apoio aéreo para as Olimpíadas, Incêndio Chapada Diamantina, Combate ao Mosquito da Dengue, Operação Mariana, Saúde Indígena, Segurança Pública, entre outros), bem como o recebimento de recursos da Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), no valor de R\$ 95.446.538,00, para atendimento aos projetos, que cumprem missões em favor desse Sistema, tais como inspeção em voo (IU-93, IC-95 e IU-50) e busca e salvamento (C-130, C-105, H-60, E/R-99, H-50 entre outros).

Foi mantida a estratégia de celebrar, com as empresas da iniciativa privada, contratos que propiciem a manutenção da disponibilidade de alguns projetos (contratos pagos por hora de voo) em consonância à Estratégia Nacional de Defesa, por carência do efetivo de mantenedor e visando otimizar os processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos/peças. Os materiais e os serviços referentes aos RAP foram aplicados para o suporte ao esforço aéreo e na manutenção da disponibilidade de 05 aeronaves da meta não alcançada no exercício anterior. É pertinente esclarecer que a meta física de 57 aeronaves disponibilizadas se refere à média mensal, não cumulativa, obtida durante todo ano, dentre diversos projetos do acervo da frota da Aeronáutica, distribuídas aos diversos operadores, segundo a Tabela de Distribuição de Aeronaves (TDA), que estavam disponíveis para realização das missões atribuídas. A expectativa de realização da meta física para o primeiro semestre de 2017, na Unidade Orçamentária 52911, é de que essa média mensal de 57 aeronaves mantidas sofra um decréscimo para o patamar de 50 aeronaves disponibilizadas que, em conjunto à Unidade Orçamentária 52111, com 180 aeronaves disponibilizadas, totalizará 230 aeronaves mantidas de média mensal, não cumulativa, durante todo o ano de 2017.

Quadro 2.2.1.8 - Ação 20IG

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20IG				Tipo: Atividade	
Título	Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional					
*Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.				Código: 1125	
Programa	Defesa Nacional		Código: 2058		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	(...) Sim	(X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
164.000	164.000	164.000	0	0	0	164.000
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pessoa beneficiada		unidade	1,0	1,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Pessoa beneficiada	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF

ANÁLISE SITUACIONAL

O recurso tem por objetivo atender a 114 (cento e catorze) estudantes inscritos no programa PROFESP - Programa Forças no Esporte, por meio da recuperação das instalações de parte do prédio do antigo alojamento dos suboficiais e sargentos da BASV, que servirão de vestiários/banheiros masculino e feminino, bem como da ampliação de 01 (uma) sala, que servirá como uma sala de artes.

A meta foi planejada para ser alcançada por meio da contratação do serviço de recuperação das áreas supracitadas através de certame licitatório, na modalidade Tomada de Preços.

Considerando a natureza do serviço, a metodologia de cálculo do alcance da meta estabelecida foi uma regra de três percentual, conforme andamento da execução do serviço.

Devido à descentralização tardia dos recursos, às dificuldades de caráter técnico na área de projetos, ao tempo excessivo na análise jurídica do processo e aos atrasos processuais e recursais na condução do certame licitatório, não foi possível a execução física do serviço em 2016, incidindo na reprogramação da sua realização para o exercício de 2017.

Após solução dos óbices supramencionados, a execução físico-financeira do serviço e atingimento da meta foi revisto para sua conclusão em 100%, até o fim do primeiro semestre de 2017.

Como consequência deste fato, o recurso orçamentário empenhado foi transferido para o exercício atual, a título de RAP Não Processados, a serem executados pelo Grupamento de Apoio de Salvador.

Para fins de garantia do cumprimento do prazo do serviço, conforme cronograma físico-financeiro reavaliado, com base em gestões do comando da BASV e do GAP-SV, a equipe de engenharia priorizará ações de fiscalização e acompanhamento dos serviços de forma ao cumprimento das metas e prazos reestabelecidos.

Quadro 2.2.1.9 - Ação 20IH

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20IH			Tipo: Atividade	
Título		Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.			Código: 1121	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
64.445.255	63.527.638	60.809.087	45.332.963	45.332.963	0	15.476.124
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave modernizada/revitalizada		unidade	2,0	2,0	10,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
27.277.388	24.569.094	0	Aeronave modernizada/revitalizada	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A presente ação orçamentária trata da Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados, com vistas a ampliar a operacionalidade da FAB.

O produto desta Ação Orçamentária está atrelado à média do somatório de todos os produtos obtidos na mensuração das metas físicas de vários Planos Orçamentários que são medidos de forma individualizada.

Os impactos decorrentes dos contingenciamentos e cortes afetaram diretamente a capacidade de defesa do espaço aéreo brasileiro com o consequente aumento de carga dos outros meios aéreos. Não é possível dimensionar os impactos causados no parque industrial brasileiro (empresas contratadas e suas subcontratadas). Foram adotadas medidas de gestão, como negociações gerenciais e aplicações de Termos Aditivos aos contratos, dentro de cada Plano Orçamentário, respectivamente, para contornar as diversas dificuldades impostas ao andamento programado de cada projeto. Os principais impactos foram na modernização dos projetos F-5, E-99M e H-50.

A frustração da meta física estipulada para o período considerado depende de vários fatores intrínsecos a cada Plano Orçamentário.

Neste sentido, o montante despendido para modernizar e ou revitalizar uma aeronave também fica em função de vários fatores tais como: tipo de aeronave, tempo de operação da aeronave, complexidade do serviço a ser executado, disponibilidade de componentes, boletins técnicos entre outros.

Quadro 2.2.1.10 - Ação 20S9

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) Integral () Parcial					
Código	20S9				Tipo: Atividade	
Título	Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica					
*Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.				Código: 1116	
Programa	Defesa Nacional			Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Ação Prioritária	(...) Sim	(X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.784.003	22.934.762	22.708.094	4.035.795	4.035.795	0	18.672.299
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Instalação militar adequada		unidade	15,0	15,0	33,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
9.512.396	9.637.408	(-13.573)	Instalação militar adequada		unidade	
Localizador: 0021 - No Estado do Maranhão						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
250.000	250.000	249.999	249.999	52.159	197.841	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Instalação militar adequada		unidade	1,0	1,0	1,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Instalação militar adequada		unidade	0,0

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Conforme planejado para o ano de 2016, foi aprovado na LOA o valor de R\$ 29.784.003,00. No entanto, após o Governo Federal, por intermédio do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, alterado pelo Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro de 2016, adotar medidas de contenção econômica (corte), reduziu o valor do limite de empenho para R\$ 7.670.083,00 das dotações orçamentárias de custeio e investimento destinadas ao COMAER.

Em 30 de março de 2016, outra contenção econômica (contingenciamento) foi adotada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8700, reduzindo o valor limite de empenho para R\$ 2.670.083,00.

Tendo em vista os cortes orçamentários ocorridos na Dotação Anual, a meta foi reprogramada. Por intermédio de uma "Matriz de Prioridades" houve um replanejamento, onde foram priorizadas as obras em andamento iniciadas em 2015 e as obras de menor custo, consideradas de maior impacto e importância para o COMAER. Por conseguinte, ao adotar esse replanejamento, a Meta aumentou de 15 para 33 obras.

De acordo com o planejamento da execução orçamentária (2016) nos diversos Setores Departamentais do COMAER (PO 0002 - PO 0006) tem-se o seguinte cenário:

No PO 0002- Infraestrutura na Área de Ensino, no PO 0004- Infraestrutura na Área de Apoio Logístico e no PO 0005- Infraestrutura na Área de Apoio à Gestão de RH, não houve a utilização dos recursos orçamentários alocados, devido à ocorrência do contingenciamento orçamentário publicado no dia 30 de março, provocando a necessidade de um replanejamento das obras pelo COMAER. Dessa forma, parte dos recursos alocados no PO 0002 foi remanejada para o PO 0003, após repriorização realizada pela administração em obras de caráter de urgência e emergência.

No PO 0003- Infraestrutura na Área de Comando e Assessoramento, no primeiro semestre, houve a utilização de recursos orçamentários alocados após repriorização realizada pela administração, o que possibilitou, a execução da obra do Rancho da Base Aérea de Manaus, da construção de Posto de Combustível do II COMAR e da obra de caráter urgente para recuperação de parte do muro perimetral da Base Aérea de São Paulo, as quais foram detalhadas na Análise do Localizador do PO 0003. No segundo semestre, o restante dos recursos do PO 0002- Infraestrutura na Área de Ensino e do PO 0005- Infraestrutura na Área de Apoio à Gestão de RH foram alocados no PO 0003, pois as obras planejadas estavam ainda em processo de licitação, sem condições de empenhar e sem a prioridade de atendimento após o replanejamento.

No PO 0006- Infraestrutura na Área de Operações Aéreas, foi possível, na Base Aérea de Santa Maria, a execução da obra de Construção do Parque de Oficina de Sensores (POSEN), que atualmente está com 100 % cronograma físico realizado;

Para o acompanhamento das metas, relatórios trimestrais são encaminhados, sendo possível acompanhar a execução física e financeira, o que auxilia na medição da instalação militar adequada, o qual é computado após a entrega fim da obra. Como metodologia de cálculo considerou-se que a cada Instalação Militar Adequada atendida, através da realização de obras/serviço, foi considerada como unidade para computo da meta a ser atingida.

O principal fator que vem dificultando o alcance das metas tem sido a restrição orçamentária no corrente ano, o que causou a reprogramação das metas. Para tentar mitigar estas dificuldades foram adotadas medidas de repriorização das obras, por intermédio de uma "Matriz de Prioridades". Em consequência, as obras planejadas de maior custo que não puderam ser atendidas no período de janeiro a junho de 2016, foram postergadas para o segundo semestre de 2016, caso seja ampliado o crédito de recursos orçamentários da referida Ação.

Em junho de 2016, a segunda contenção econômica do Governo Federal foi descontingenciada, por meio do Decreto nº 8784, retornando o limite do empenho para o valor de R\$ 7.670.083,00. No segundo semestre, parte dos recursos da Ação 15F1 no valor de R\$

1.114.367,91 foram remanejados para o PO 0003- Infraestrutura na Área de Comando e Assessoramento para atender as obras planejadas em 2016. Da mesma forma, os recursos da Ação 20S9 no valor de R\$ 8.612.919,00 alocados no PO EREL – Emenda de Relator também atenderam as obras postergadas no primeiro semestre de 2016.

Em relação aos RAP Não Processados, 78,5 % foram efetivamente executados de janeiro a dezembro, atingindo como resultado o atendimento à meta física não alcançada no exercício de 2015.

Localizador: 0021 - No Estado do Maranhão

Conforme planejado para o ano de 2016, foi aprovado na LOA o valor de R\$ 250.000,00. Todo recurso orçamentário foi utilizado na obra planejada de adequação das dependências do Hospital do Centro de Lançamento de Alcântara, com a execução física em 100%. Os relatórios trimestrais foram encaminhados, a fim de manter o acompanhamento da meta prevista, sendo possível verificar a execução física e financeira, o que auxiliou na medição final da instalação militar adequada. Como metodologia de cálculo considerou-se que a cada Instalação Militar Adequada atendida, através da realização de obras/serviço, foi considerada como unidade para computo da meta a ser atingida.

Quadro 2.2.1.11 - Ação 20X8

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20X8			Tipo: Atividade	
Título		Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Disponer de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.			Código: 1113	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		(...) Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.020.618	3.820.618	3.406.792	1.698.467	1.262.602	435.866	1.708.325
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aluno capacitado		unidade	3.002,0	3.002,0	1.375,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.121.793	1.987.127	(-502)	Aluno capacitado	unidade	1,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF

ANÁLISE SITUACIONAL

A meta física realizada não corresponde a uma readequação do planejamento, mas de correção do lançamento na LOA por Órgão externo ao COMAER, diferente ao que havia sido lançado pela Unidade Responsável e Unidade Orçamentária.

A Meta Realizada difere da reprogramada por ser uma meta “não acumulativa”, resultado de a variante do número de alunos matriculados oscilar em consequência de trancamentos por motivo de saúde, retorno de missões no exterior (Programa Ciência sem Fronteiras ou de acordos internacionais, fruto da proposta de internacionalização do ITA), da renovação das matrículas em janeiro e julho, e das formaturas em julho e dezembro.

A Ação tem o objetivo de realizar os Cursos de Graduação e de Pós-Graduação do ITA, formando com excelência engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do COMAER, do Ministério da Defesa e da Aviação em Geral. Por trata-se de uma Ação tipo atividade, suas realizações são medidas conforme o andamento do calendário acadêmico e principalmente após a formação dos alunos, verificadas pelos excelentes resultados obtidos por meio dos indicadores oficiais (ENADE, CAPES, etc.) e da Sociedade (revistas especializadas, rankings, competições acadêmicas, etc.). Entretanto, fatores como cortes e contingenciamentos orçamentários, na demora na alocação dos créditos e nos processos de licitação/aquisição, dificultam o andamento das

atividades e já estão comprometendo especialmente o atendimento às novas demandas advindas do Plano de Expansão do ITA.

Em consequência das excelentes oportunidades e qualidade de formação de seus alunos, o ITA teve 12.484 inscrições para o Vestibular de 2017, o que evidencia a maior concorrência entre os cursos mais procurados do País.

A captação das informações utilizadas para mensurar o resultado da meta é realizada juntamente às respectivas Pró-Reitorias de Ensino (da Graduação e da Pós-Graduação), que controla o número de alunos matriculados e de formados, no mês de julho, no caso da Pós-Graduação, e no mês de dezembro, na Graduação. A consolidação da informação é realizada pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, ligada a Pró-Reitoria de Administração.

Das principais realizações destacamos:

- Vestibular do ITA em dezembro, com 12.484 inscritos, representando um recorde de inscrições;
- Formados 84 alunos de Graduação;
- Formados 116 Mestres Acadêmicos e 56 Doutores;
- Os cursos de Engenharia do ITA obtiveram conceito 5 no ENADE, sendo que de 2.042 Instituições avaliadas, apenas 24 (1,2%) obtiveram o conceito na faixa 5, sendo o ITA uma delas;
- Alunos da Graduação foram medalhistas de ouro, de prata e de bronze na *23th International Mathematics Competition for University Students (IMC)*, realizada em Blagoevgrad, na Bulgária;
- Alunos da Graduação foram medalhistas de ouro, de prata e de bronze na Olimpíada Brasileira de Matemática;
- Aluno foi agraciado com o "prêmio de reconhecimento no *RTCA 2016 Annual Symposium Awards*";
- Alunos obtiveram o 1º lugar da América Latina na categoria *Humanoid Racing. Robocup Soccer 2D Simulation*, o 2º lugar nacional. *Robocup Soccer 3D Simulation*, o 2º lugar nacional. *Very Small Size Soccer*, e com o 4º lugar nacional na 14ª edição da Competição Brasileira de Robótica (CBR) juntamente com a 15ª edição da Competição Latino-Americana de Robótica (LARC).

Fatores de dificuldades relacionados abaixo tiveram atuação direta na realização da Meta:

- Perda de pessoal e de conhecimento, especialmente no caso de docentes;
- Redução do quadro de pessoal técnico e administrativo em função de aposentadorias, sem a contrapartida de novos concursos. Com a possível mudança nos critérios para aposentadoria, este quadro tende a piorar nos próximos períodos e é fonte de grande preocupação;
- Alocação de somente 11% do orçamento planejado para a Meta;
- Redução do número de vagas para o próximo ano, em função dos cortes orçamentários recebidos do COMAER e do MEC, uma vez que houve necessidade restringir ou paralisar iniciativas para adequação da escola às turmas maiores (salas de aula, laboratórios, alojamentos, etc);
- Manutenção inadequada nas salas de aulas, laboratórios, e Alojamento do Alunos, por falta de orçamento e pessoal;
- Falta de Assessoramento Jurídico na Instituição, principalmente para tratar de assuntos ligados à área de ensino; e
- Alocação de apenas 16% para a Vida Vegetativa, motivando redução de 50% do pessoal de limpeza. Tal medida impactou negativamente nas atividades acadêmicas, inclusive, em alguns dias expondo alunos e servidores a situação de risco.

A Expansão da Escola (duplicação da graduação e ampliação da pós-graduação), embora seja um projeto com apoio do Governo Federal, amparado em acordo assinado entre o Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e Ministério da Educação, teve que se ajustar a um novo plano de trabalho em função dos cortes orçamentários.

Os valores relacionados em RAP correspondem basicamente aos compromissos assumidos para as atividades que ocorrem no fim do ano como as formaturas, as defesas de tese, o Vestibular, e as providências para o início do próximo ano letivo. Desta forma essa execução refere-se a meta Física do ano anterior.

Quadro 2.2.1.12 - Ação 20X9

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20X9			Tipo: Atividade	
Título		Capacitação Profissional da Aeronáutica				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Disponer de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.			Código: 1113	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.401.232	13.527.964	13.033.349	7.669.938	7.654.492	15.446	5.363.411
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aluno capacitado		unidade	20.630,0	20.630,0	13.596,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.133.880	4.781.581	(-225.609)	Aluno capacitado	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A Ação Orçamentária 20X9 é voltada para a Atividade de capacitação profissional da Aeronáutica, abrangendo sete Planos Orçamentários, todos voltados para as diversas áreas do ensino e atingindo vários níveis de formação.

As atividades de ensino são executadas pelas Organizações de Ensino da estrutura do DEPENS, em modo presencial e semipresencial, e em Organizações que não fazem parte do Departamento, tais como: Instituto Logístico da Aeronáutica (ILA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ), Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE) e os Serviços Regionais de Ensino (SERENS). O conjunto de suas ações visa à consecução do objetivo de capacitar o efetivo do COMAER.

Alguns períodos de formação são distintos, havendo formandos no 1º e/ou 2º semestre, sendo que os principais cursos foram:

- Curso de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e Infantes;
- Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais;
- Curso de Comando e Estado-Maior;
- Curso Preparatório de Cadetes-do-Ar;

- Curso de Formação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos;
- Curso de Formação de Sargentos;
- Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento;
- Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários;
- Curso de Tática Aérea para Oficiais e Graduados;
- Curso de Formação de Cabos;
- Curso de Especialização de Soldados;
- Curso de Especialização em Logística;
- Curso Básico de Manutenção para Oficiais;
- Curso de Padronização de Instrutores;
- Curso de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação; e
- Curso de Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais.

Os valores alocados pelo Estado-Maior da Aeronáutica dentro do Plano de Ação de 2016 para esta Ação permitiram a formação de 13.596 (treze mil e quinhentos e noventa e seis) alunos, ainda que a liberação total dos créditos tenha ocorrido por etapas, sobretudo no início do Exercício. Esta dificuldade levou as Organizações de Ensino a encontrar soluções econômicas e mais adequadas à atual conjuntura do País, a otimização de recursos e a priorização de missões, com foco no planejamento e gestão.

Os recursos foram aplicados na aquisição de material de multimídia, de expediente, de informática, de manutenção (aplicados nos alojamentos e salas de aulas), contratação de serviços de reprodução de cópias para apostilas, em melhorias nas instalações dos discentes, tudo isso visando ao aprimoramento do ensino e a continuidade da qualidade dos cursos dentro do COMAER, otimizando o processo de aprendizagem do efetivo da Aeronáutica.

A reprogramação da meta, do 1º para o 2º semestre, foi consequência da reestruturação no quadro de pessoal da Aeronáutica, com vistas à diminuição do efetivo. Assim sendo, a meta física passou de 20.630 para 15.472 alunos capacitados. Apesar das restrições orçamentárias, conseguiu-se alcançar a meta física de 13.596 alunos capacitados no exercício de 2016. Este número é resultante da soma aritmética dos alunos capacitados em todas as Organizações da estrutura de ensino do COMAER.

O não alcance da meta física da Ação se deve a uma readequação do efetivo da Força, dessa forma, concretizam os números de militares formados/aperfeiçoados dentro deste novo cenário. A consequência disso será uma reavaliação da meta para o próximo ano, com uma possível redução.

No que se refere aos RAP Não Processados, considerando-se que não existe repetência em caso de não aproveitamento dos cursos por parte dos alunos, conclui-se que os RAP Não Processados não estão apropriados à meta física de exercício anterior. No entanto, as despesas inerentes à capacitação/formação passam de um ano para o outro gerando saldo na conta de RAP Não Processados.

Em uma visão prospectiva, com a confirmação dos recursos previstos na PLOA 2017, serão mantidas as programações dos principais cursos de formação/aperfeiçoamento/especialização, e, com a liberação dos créditos, os gerentes dos destes cursos poderão por em prática seus planejamentos, visando à formação, especialização e aperfeiçoamento efetivo da Aeronáutica.

Quadro 2.2.1.13 - Ação 20XA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20XA			Tipo: Atividade	
Título		Aprestamento da Aeronáutica				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.			Código: 1114	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.134.093	19.134.093	19.065.021	8.454.210	8.454.210	0	10.610.811
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Organização militar aprestada		unidade	322,0	322,0	322,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
22.959.291	22.146.697	(-493.128)	Organização militar aprestada		unidade	181,0

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Os créditos orçamentários aprovados na LOA 2016 para a Ação 20XA propõem o atendimento das Organizações Militares mantenedoras do COMAER, de forma quantitativa e qualitativa, no suprimento das atividades de apoio necessários em materiais e serviços, de forma efetiva e na busca da eficiência e eficácia operacionais, e da padronização e ocupação uniforme do efetivo. Desta forma, suporta a conservação, manutenção e segurança de instalações para campos de provas e estantes de tiro de aviação; apoio logístico em suprimentos e serviços para simuladores e seus equipamentos funcionais; aquisição de material bélico em atendimento a demandas de Programas de instrução operacional e a recuperação gradativa de reserva de guerra aérea e terrestre; manutenção do kit de Segurança, Salvamento e Sobrevivência (kit SSS); monitoramento e manutenção da frota atual em atendimento às atividades de transporte logístico de superfície; e aquisição e custeamento contínuo da demanda programada das Unidades Apoiadoras do COMAER para materiais de intendência.

A meta física prevista estimada inicialmente de aprestamento a 322 Organizações Militar, não acumulativa, foi mantida primando às necessidades previstas inicialmente na LOA, em observância às descrições dos Planos Orçamentários (PO), às Unidades de Medida estabelecida para cada PO, que caracterizam Unidade mantida, equipamento ou material mantido, e Quilômetro útil,

e, em consonância a conjuntura nacional caracterizada pelo descontingenciamento no fim do primeiro semestre. Os recursos são descentralizados pelas UO 52111 – Comando da Aeronáutica e UO 52911 – Fundo Aeronáutico, considerando como indicador o alcance dos produtos intermediários, caracterizando como meta principal a análise da evolução “qualitativa” em substituição a “quantitativa”. Para tanto a apuração da meta é feita com base na observação direta no funcionamento das Unidades e serviços prestados aos Militares.

Com os créditos disponibilizados, foi possível viabilizar a operação e manutenção dos estandes de tiro; realizar a recuperação de ambientes de simulação, investir recursos em aquisição de plataforma, e desenvolvimento de cenários de simulador, e realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva de *hardware* e *software* dos simuladores e seus assessórios, resultantes dos contratos de Suporte Logístico Contratado (CLS - *Contractor Logistics Support*); qualificado no que versam como prioridade a aquisição de material bélico de acordo com Programas de instrução, manutenção, e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica e, a recuperação gradativa de reserva de guerra aérea e terrestre em 30 anos; aquisição de materiais de saúde (ataduras, luvas, seringas, medicamentos, etc.) para o suprimento dos kits de Segurança, Salvamento e Sobrevivência (kit SSS); manutenção e disponibilidade da frota de viaturas aos quais asseguram o cumprimento de missões de transporte terrestre; e contrato firmado entre a Subdiretoria de Abastecimento e as empresas fornecedoras de materiais de intendência na aquisição de materiais para suprimento ao COMAER.

Dentre os fatores que dificultaram maior avanço da meta física estão os atrasos no recebimento definitivo de equipamentos periféricos de simuladores, e com isso a necessidade de desconcentração de recurso para atendimento a outro equipamento simulador; a necessidade de revisar especificações técnicas dos Materiais; tempo demandado na conclusão dos processos licitatórios; atrasos na entrega de materiais por parte de alguns fornecedores; e o corte orçamentário. Na conjuntura, as dificuldades impactaram no alcance da meta, onde apesar de realizado um descontingenciamento no primeiro semestre, a restrição inicial desestruturou a efetividade da execução dos créditos, ocasionando incertezas sobre as vinculações orçamentárias e visão conflitante da legislação vigente para a contratação de serviços especializados fundamentais para manutenção da atividade de operacionalização. Deste modo, cada Unidade reestruturou as prioridades delineadas, para recolocação de curso da execução, ou seja, houve a disponibilidade dos créditos orçamentários, apesar de posteriormente do tempo próprio, postergando ou mesmo alternando a demanda de prioridades.

No que se refere a “RAP Não Processados”, os recursos liquidados e pagos no ano de 2016, da ordem de R\$ 22.146.696,68 milhões, contribuíram para a recomposição dos níveis de estoque de materiais das diversas OM do COMAER; atenderam aos projetos estabelecidos como meta física no exercício de 2015, dos quais não havia alcançado a meta; e contribuíram para um alto índice de disponibilidade de viaturas.

Diante das observações, a expectativa é de que, no próximo período, haja a liberação de créditos previstos de forma que permaneça a estabilidade da atividade, e as aquisições de materiais e serviços previstos, e que diante as ações realizadas não ocorra maiores dificuldades para manter as 322 Organizações Militares Aprestadas qualitativamente.

Quadro 2.2.1.14 - Ação 20XA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20XA			Tipo: Atividade	
Título		Aprestamento da Aeronáutica				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.			Código: 1114	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
51.227.170	44.627.170	43.507.845	25.360.243	25.275.414	84.829	18.147.602
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Organização militar aprestada		unidade	322,0	322,0	322,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
13.654.700	11.345.146	(-491.276)	Organização militar aprestada	unidade	23,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Os créditos orçamentários aprovados na LOA 2016 para a Ação 20XA propõem o atendimento das Organizações Militares mantenedoras do COMAER, de forma quantitativa e qualitativa, no suprimento das atividades de apoio necessários em materiais e serviços, de forma efetiva e na busca da eficiência e eficácia operacional, e da padronização e ocupação uniforme do efetivo. Desta forma, suporta a demanda de materiais contra incêndio; de fardamento disponível nos postos de fornecimento; suporte ao desenvolvimento industrial; telemática militar; e instruções e treinamento técnico operacional da aeronáutica.

A meta física prevista estimada inicialmente de aprestamento a 322 Organizações Militar, não acumulativa, foi mantida primando às necessidades previstas na LOA, em observância às descrições dos Planos Orçamentários (PO), às Unidades de Medida estabelecida para cada PO, que caracterizam Unidade mantida, equipamento ou material mantido, e quilômetro útil, e, em consonância a conjuntura nacional caracterizada pelo descontingenciamento no fim do primeiro semestre. Os recursos são descentralizados pelas UO 52111 – Comando da Aeronáutica e UO 52911 – Fundo Aeronáutico, considerando como indicador o alcance dos produtos intermediários, caracterizando como meta principal à análise da evolução “qualitativa” em substituição a

“quantitativa”. Para tanto a apuração da meta é feita com base na observação direta no funcionamento das Unidades e serviços prestados aos Militares.

Com os créditos disponibilizados, foi possível viabilizar a operação de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos contra-incêndio do COMAER, aquisição e manutenção de equipamentos e edificações dos Serviços de Proteção Contra-incêndio (SESCINC), capacitação e atualização de pessoal militar com cursos para emprego de equipamento e material contra-incêndio, e programa de aquisição de extintores tipo “A,B,C” para atendimento a todo COMAER; para fardamento reembolsável foram aprimorados processos administrativos da SDAB, reduzidos custos licitatórios para eficiência dos recursos disponibilizados, manutenção preventiva e corretiva do trans-elevador, aquisição de impressoras RFID, e aquisição para reposição de artigos de fardamento do 7º, 9º, 10º e 11º Uniformes; para o suporte ao desenvolvimento industrial, foram realizados 2.512 serviços, relacionados a Certificações, Manutenção de portfólios, registros, e dentre outras manutenções, a confiabilidade Metrológica Aeroespacial no âmbito do SISMETRA; foi possível proporcionar instrução e treinamento técnico-operacional, com destaque para os Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos RIO 2016; operações e exercícios para aprestamento da tropa; e realizar as demissões previstas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX) e Plano de Missões de Ensino (PLAMENS), com finalidade de manter a operacionalização da FAB .

Alguns fatores dificultaram o avanço da meta física, como o grande tempo demandado na conclusão dos processos licitatórios e a necessidade de adequação dos recursos, movido pelo contingenciamento realizado. A consequência do não atingimento se deu pelo atendimento parcial da demanda, devido à redução quantitativa na aquisição dos itens de suprimentos e serviços. Por o impacto gerado pela redução de investimentos houve repriorização dos projetos, cursos, manobras e exercícios operacionais.

Dentre os fatores que dificultaram o avanço da meta física foram as necessidades de adequação dos recursos alocados em função do limite do orçamento destinado à atividade de Instrução, que gerou a necessidade de readequação dos créditos destinados às atividades e aquisições. Na circunstância, as dificuldades impactaram no alcance da meta, onde apesar de realizado um descontingenciamento no primeiro semestre, a restrição inicial desestruturou a efetividade da execução dos créditos, ocasionando incertezas sobre as vinculações orçamentárias e visão conflitante da legislação vigente para a contratação de serviços especializados fundamentais para manutenção da atividade de operacionalização. Deste modo, cada Unidade reestruturou as prioridades delineadas, de acordo com a disponibilidade dos créditos orçamentários, apesar de posteriormente do tempo próprio, postergando ou mesmo alternando a demanda de prioridades.

No que se refere a “RAP Não Processados”, os recursos liquidados e pagos no ano de 2016, da ordem de R\$ 11.301.382,62 milhões, contribuíram para a recomposição dos níveis de estoque de materiais das diversas OM do COMAER; atenderam aos projetos estabelecidos como meta física no exercício de 2015, dos quais não haviam alcançado a meta.

Diante das observações, a expectativa é de que, no próximo período, haja a liberação de créditos previstos de forma que permaneça a estabilidade da atividade, e as aquisições de materiais e serviços previstos, e que diante das ações realizadas não ocorram maiores dificuldades para manter as 322 organizações militares aprestadas qualitativamente.

Quadro 2.2.1.15 - Ação 20XB

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20XB			Tipo: Atividade	
Título		Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.			Código: 1124	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
39.691.928	5.889.154	3.263.953	74.725	39.426	35.300	3.189.228
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Setor aeroespacial adequado		unidade	1,0	1,0	1,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
73.909	36.123	(-51.474)	Setor aeroespacial adequado	unidade	1,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Esta Ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA, por meio de pesquisas em meteorologia aeroespacial, resultando em publicações técnico-científicas e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes na área Aeroespacial e de Defesa.

No período de avaliação, deu início ao cumprimento da meta física de manter o Setor Aeroespacial Adequado, apesar do corte de 57% do previsto para o ano.

A metodologia utilizada para apuração do resultado no período consiste na verificação da execução, com base nos valores liquidados.

Para o próximo período serão envidados esforços para se manter e aperfeiçoar a capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial no DCTA e espera-se que os recursos orçamentários sejam descentralizados, conforme definidos na LOA.

Esta Ação é composta por um projeto (PO0008) e uma atividade (PO0003). Para o projeto Link BR2 havia a necessidade de recursos no valor R\$ 48.418.783,97, mas sofreu um corte de 76%. Para a atividade de Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial foram destinados 85,6% do previsto na LOA.

Dentre as realizações citamos: o Projeto Link BR2 encontra-se na fase de realização da *Preliminary Design Review – PDR*. A falta de recursos nos anos anteriores, para atender as necessidades do Projeto, acarretou a postergação do seu término, prejudicando consideravelmente a operacionalidade da FAB. É importante destacar que outros projetos de interesse da Força (E- 99M e FX-2) têm seu cronograma de desenvolvimento inter-relacionado com este, de forma que atrasos no Projeto Link BR2 podem implicar atrasos naqueles. Com isso, foram realizadas tratativas com a empresa com o fito de adequar o contrato com a realidade orçamentária, por meio da celebração de termo aditivo, que implicou na postergação das entregas de etapas no fim do Projeto – em 21 meses – e, principalmente, no aumento dos custos finais. Da mesma forma, dada a restrição orçamentária imposta em 2016, será necessário negociar novo Termo Aditivo ao contrato, alongando-o ou reduzindo seu escopo, conforme decisão oportuna do EMAER.

A atividade de Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial realizou: análises de dados de vento obtidos no CLA, por diferentes técnicas de amostragem, avaliação da ocorrência de brisa marítima na costa norte do Brasil, análises sobre eventos de precipitação na estação seca do CLA e verificação/aferição de antenas de campo elétrico, instaladas na região do Vale do Paraíba.

A execução de RAP Não Processados é referente à atividade de Pesquisa e Desenvolvimento da Meteorologia Aeroespacial, que por meio de pesquisas e estudos do comportamento dos principais parâmetros meteorológicos (vento, temperatura, precipitação, pressão, tempo presente, nebulosidade e umidade), observados nas regiões onde estão localizados os Centros de Lançamentos Brasileiros, contribuiu com a meta de manter o setor aeroespacial adequado.

O principal fator que dificultou a execução da meta física é de ordem financeira, uma vez que a necessidade orçamentária do projeto não foi atendida, devido a cortes e contingenciamentos sofridos não só neste exercício, mas ao longo da sua vigência.

A Pesquisa, a Capacitação e o Desenvolvimento no Setor Aeroespacial contribuem com a soberania nacional no setor aeroespacial e os investimentos precisam ser priorizados para que o Brasil não tenha uma capacitação tecnológica deficiente para absorver as tecnologias bem como para desenvolvê-las, tornando o País dependente de produtos complexos a serem importados, produtos esses que sofrem embargos comerciais e cerceamento tecnológico.

Quadro 2.2.1.16 - Ação 20XB

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20XB			Tipo: Atividade	
Título		Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.			Código: 1124	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.903.426	11.122.741	9.319.050	5.301.536	5.290.108	11.428	4.017.515
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Setor aeroespacial adequado		unidade	1,0	1,0	1,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.624.979	4.891.960	(-6.947.806)	Setor aeroespacial adequado	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Esta Ação tem promovido a Pesquisa e o Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no DCTA, por meio de pesquisa e desenvolvimento de projetos.

No período de avaliação, deu início ao cumprimento da meta física de manter o Setor Aeroespacial Adequado, apesar do corte de 89,6% do previsto para o ano.

A metodologia utilizada para apuração do resultado no período consiste na verificação da execução, com base nos valores liquidados.

Para o próximo período serão envidados esforços para se manter e aperfeiçoar a capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial no DCTA e espera-se que os recursos orçamentários sejam descentralizados, conforme definidos no PLOA.

Dentre as realizações citamos: o projeto Alvo Aéreo não Manobrável que apesar de não ter recebido recursos orçamentários em 2016, teve a atuação da gerência do projeto, que conseguiu realizar um remanejamento orçamentário do plano orçamentário 0006 (PO 0006 - Manutenção em P&D) e assim custeou a aquisição de materiais que viabilizaram a realização do ensaio de caracterização da queima da Câmara de Combustão em bancada de testes, além de também ter realizado metas e tarefas que não dependiam de disponibilidade orçamentária como a aprovação da especificação técnica do Alvo Aéreo E-1, a elaboração e aprovação da Especificação Técnica do

Subsistema de Aquisição de Dados (SAD) e a preparação de um protótipo do Alvo Aéreo não Manobrável para a realização de Ensaio de Vibração, ficando as tarefas que dependem de recursos orçamentários replanejadas para execução a partir de 2017.

Dos projetos do IEAv, o projeto TERRA mantém em execução os projetos executivos para a fabricação e para a alimentação elétrica da fonte quente (forno elétrico) do ciclo Brayton, e foi concluído o desenvolvimento do conceito do primeiro núcleo do microrreator do projeto, o projeto PASIL realizou os primeiros experimentos de espectroscopia por fluorescência induzida por laser (LIF) de Érbio em Lâmpada de Catodo Oco (LCO), realizou experimentos de espectroscopia de alta resolução (LIBS) em Molibdênio na câmara de evaporação, visando a caracterização do vapor atômico, realizou a caracterização do vapor atômico gerado por ablação a laser através de PVDF (membrana sensor de densidade de vapor de metal) e sondas eletrostáticas, e otimizou o processo de espectroscopia de massa através do espectrômetro SIMS ("Espectrômetro de Massa por Íons Secundários") para caracterização de isótopos de interesse, o projeto PROHIPER concluiu a linha de guiamento do feixe laser para condução dos experimentos relativos à combustão supersônica assistida por laser, realizou a simulação numérica visando a configuração do 14-X S, e definiu os requisitos a serem preenchidos pela empresa a ser contratada para execução do projeto executivo do veículo acelerador hipersônico e de sua carga útil, o projeto PITER obteve um resultado importante para o projeto: foi testada uma abordagem para o subsistema de estimação do VANT com uso de imagens obtidas em voo, resultando na identificação automática dos pontos de controle e estimada a posição do VANT. Foi definida, também, uma região para a realização dos testes, onde uma equipe do IEAv fez o levantamento de 40 pontos de controle para geração de mosaicos e informações necessárias para testes dos subsistemas desenvolvidos. Foram concluídos: o desenvolvimento de identificação do local sobrevoado por reconhecimento de marcos, o desenvolvimento de identificação do local sobrevoado por casamento de padrões e o desenvolvimento de identificação do local sobrevoado por odometria visual.

A execução de RAP Não Processados dos projetos de Tecnologia Aeroespacial e de Defesa visam dotar a FAB de equipamentos específicos às suas missões e diminuir a dependência externa brasileira em Sistemas de Alta Tecnologia ampliando, também, a participação do Parque Industrial Nacional nesses projetos, contribuindo com a meta de manter o setor aeroespacial adequado.

Os principais fatores que dificultaram a execução da meta física são de ordem financeira e tecnológica, onde os riscos do trato da complexidade tecnológica aeroespacial estão presentes. Uma das formas de vencer as dificuldades apresentadas é a busca de recursos junto às Agências de Fomento, a alteração do escopo do projeto e o replanejamento do cronograma.

A Pesquisa, a Capacitação e o Desenvolvimento no Setor Aeroespacial contribuem com a soberania nacional no setor aeroespacial e os investimentos precisam ser priorizados para que o Brasil não tenha uma capacitação tecnológica deficiente para absorver as tecnologias, bem como para desenvolvê-las, tornando o País dependente de produtos complexos a serem importados, produtos esses que sofrem embargos comerciais e cerceamento tecnológico.

Quadro 2.2.1.17 - Ação 2120

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2120			Tipo: Atividade	
Título		Movimentação de Militares				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.			Código: 1114	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
172.481.387	172.481.387	152.879.083	150.413.923	150.413.923	0	2.465.160
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Militar atendido		unidade	15.337,0	15.337,0	14.334,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.086.845	3.336.057	(-12.395)	Militar atendido	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A Ação Orçamentária em comento destina-se à concessão do Direito Pecuniário previsto na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, devido ao militar para custear despesas com Ajuda de Custo, destinadas à locomoção e instalação, exceto as de transporte, nas movimentações com mudança de sede, bem como as despesas com indenização de transporte, destinadas às movimentações por interesse do serviço, nelas compreendidas a passagem e a translação da respectiva bagagem, para si, seus dependentes e um empregado doméstico, da localidade onde residir para outra, onde fixará residência dentro do território nacional e, ainda, à concessão do Direito Pecuniário previsto na Portaria nº 602/2010, do MD, devido ao militar, em missão permanente ou transitória com mudança de sede no exterior, por intermédio de indenização, mediante reembolso do valor efetivamente gasto de despesas com aluguel de imóvel residencial no exterior. No segundo semestre do exercício foram atendidas um total de 14.334 Ajudas de Custo e Indenizações de Transporte aos militares, o que corresponde a 93,46% da meta física acumulada proposta (15.337). Quanto à análise orçamentária, executou-se 87,20% do orçamento previsto para o exercício, o que corresponde a R\$ 150.413.922,54 dos R\$ 172.481.387,00. Quanto à execução dos RAP Não Processados, foram executados 96,71% em razão das obrigações contratuais existentes nas Comissões Brasileiras de Washington e Europa. Cabe destacar que não houve fator superveniente que estivesse relacionado ao não cumprimento dos objetivos estabelecidos na

proposta da referida ação. Houve, portanto, o alinhamento dos objetivos estratégicos e operacionais do COMAER com a realização das movimentações possibilitadas com os recursos orçamentários alocados na citada Atividade (Ação 2120- Movimentação de Militares). Destaca-se, portanto, o cumprimento pleno de movimentação de pessoal previsto para o segundo semestre do exercício, que tem como consequência a concessão de ajuda de custo, indenizações de transporte e bagagem decorrentes da movimentação de militares e seus dependentes.

Quanto à execução dos recursos orçamentários destinados à Ação, conforme previsto, ocorreu em sua maior parte no último trimestre do exercício, período no qual foram efetivadas as transferências *ex officio* de militares para o cumprimento do Plano de Movimentação de Pessoal do COMAER, estabelecido pela Diretoria de Administração de Pessoal. Alia-se a este fato a conclusão dos cursos no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, na Academia da Força Aérea, na Escola de Especialistas da Aeronáutica, no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica e na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, ocorridas nos últimos meses do corrente exercício, as quais foram concedidas ajudas de custo e demais indenizações decorrentes das transferências com mudança de sede.

Desse modo, com o fulcro de possibilitar a execução do referido Plano de Movimentação, utiliza-se como metodologia para o cálculo do direito financeiro devido, parâmetros que incluem o posto ou graduação do militar (em razão da incidência do soldo para cálculo do direito financeiro), a distância entre a Organização Militar de destino e origem, metragem cúbica limite para a categoria em que o militar faz parte, além da existência e necessidade de traslado de veículos. Com estes parâmetros, após análise criteriosa da Diretoria de Administração de Pessoal, são efetuadas as movimentações de modo a atender as necessidades do COMAER para o cumprimento das ações Estratégicas e Operacionais.

No que concerne à execução de RAP Não Processados, a Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE), quanto às despesas com passagens existentes, foram inscritos para cumprimento de obrigações contratuais relativas à indenização de bagagem e de passagem por conta da União naquela Comissão, relativas aos seguintes instrumentos contratuais: contrato nº 004/CABE/2012, transporte de bagagem de retorno de missão (missões no Reino Unido) firmado com a Empresa Momentous Moving; contrato nº 013/CABE/2014, transporte de bagagem de retorno de missão (missões fora do Reino Unido), firmado com a Empresa Actividades de Mudanzas y Gestiones Operativa; e por fim o processo licitatório realizado na Coreia, cujo objeto é o transporte de bagagem de dois oficiais ao término de missão com a Empresa Pumex International Movers Relocations. Quanto à inscrição de RAP na Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW), foram cumpridas as obrigações contratuais relativas ao instrumento de nº 013/CABW/2015, firmado com a empresa Status Baby Logistics, cujo objeto é o “serviço de mudança de bagagem desacompanhada para militares localizados nas Américas: Norte, Central e Sul” e o de nº 003/CABW/2015, firmado com a Empresa Dumonde Travel, cujo objeto é “emissão de passagens aéreas domésticas e internacionais”. Em ambos os casos, os RAP se justificaram em razão dos compromissos assumidos, via contratos, considerando as despesas com passagens e bagagens de retorno de missão.

Ressalta-se, ainda, que não houve a utilização de recursos orçamentários não alinhados aos objetivos definidos no Plano de Metas para a Ação Orçamentária 2120 – Movimentação de Militares.

Cabe considerar que para o primeiro semestre do exercício de 2016 não ocorreram óbices que dificultassem o cumprimento das missões de ordem estratégica e operacional no COMAER, uma vez que o orçamento ora destinado possibilitou o cumprimento de todas as missões programadas. No entanto, cabe ser destacado que a variação cambial foi um ponto negativo no tocante aos créditos na Ação, tendo em vista que parte da sua execução ocorre em moeda estrangeira, tendo, portanto, que considerar tal fator como um ponto crítico para o cumprimento de obrigações fora do território nacional, conforme apontamentos da Subdiretoria de Encargos

Especiais, Unidade que gerencia os recursos de Transporte de Bagagem e Pessoal na modalidade “por conta da União”.

Por fim, cabe destacar que o relatório ora apresentado representa um panorama de execução dos recursos creditícios alocados na Ação Orçamentária 212O até o dia 31 de dezembro de 2016.

Quadro 2.2.1.18 - Ação 2868

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2868			Tipo: Atividade	
Título		Combustíveis e Lubrificantes de Aviação				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.			Código: 1114	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		(...) Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
157.829.360	242.090.573	240.570.712	216.466.857	216.300.472	166.386	24.103.855
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Combustível adquirido		metro cúbico	42.551,0	42.551,0	78.873,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
22.767.400	22.750.026	(-42.400)	Combustível adquirido	metro cúbico	195.765,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

Com a aprovação da LOA 2016, no início do exercício, e novo corte, o valor inicialmente destinado à Ação foi de R\$157.829.360,00, tendo sido suplementado, ainda no primeiro semestre, com cerca de R\$58.663.067,00, e no segundo semestre com R\$ 25.598.146,00, perfazendo a Dotação Atualizada de R\$ 242.090.573,00.

Foram recebidos destaques de outras Unidades Orçamentárias no valor total de R\$ 27.649.668,47, valor que colaborou para custear as horas voadas pelas aeronaves que efetuaram missões indenizáveis as indenizações:

- a) 20X1 (PO 0001) – Participação Brasileira em Missões de Paz no Haiti referente ao PTRES 107824;
- b) 14SY (PO 0021) – Apoio a Realização de Grandes Eventos (Olimpíadas Rio 2016) referente ao PTRES 085666;
- c) 20XR (PO 0001) – Capacitação Profissional da Marinha referente ao PTRES 093486;
- d) 22BO (PO MP02) – Ações de Defesa Civil referente ao PTRES 107468;
- e) 20YP (PO 0000) – Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena referente ao PTRES 109694;

f) 14SY (PO MP01) – Apoio à Realização de Grandes Eventos referente ao PTRES 110474;
e

g) 22BO (PO MP03) – Ações de Defesa Civil referente ao PTRES 110478.

A meta física de 78.873m³ de combustível de aviação foi suficiente para cumprir o esforço aéreo de 103.713 horas, o equivalente a 97,88% do planejado.

Por fim, permanecem para o exercício de 2017 RAP na ordem de R\$ 24.156.7987,52, em virtude de haver notas ainda não processadas no sistema COMBLUB.

Quadro 2.2.1.19 - Ação 7U72

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		7U72			Tipo: Projeto	
Título		Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)				
*Iniciativa		Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M)				
Objetivo		Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.			Código: 1121	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52111 - Comando da Aeronáutica				
Ação Prioritária		(...) Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
129.948.367	18.483.079	18.460.027	10.965.164	10.965.164	0	7.494.863
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Aeronave modernizada		unidade	3,0	3,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.638.691	6.308.061	(-257.689)	Aeronave modernizada	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

As etapas contratuais do presente exercício não contemplam o fornecimento de aeronaves modernizadas e sim os serviços correspondentes à finalização do desenvolvimento do Projeto e também no fornecimento dos materiais que serão empregados na produção das aeronaves.

A meta física exibe o avanço percentual da execução dos contratos vinculados diretamente para que se atinja o objeto do Projeto, qual seja: a entrega de aeronaves modernizadas.

Este percentual de avançamento refere-se tanto ao pagamento de itens utilizados na modernização, quanto à execução dos serviços de modernização nas aeronaves, a serem entregues nas datas acordadas no contrato de despesa.

Cabe ressaltar que nos processos de modernização, o produto final – aeronave modernizada – quase sempre corresponde às últimas etapas contratuais previstas, não tanto por seu valor, mas sim pela finalização do conjunto de serviços para se atingir o produto final: aeronaves.

As restrições orçamentárias, desde 2014, ocasionaram menor capacidade de investimento plurianual no Projeto AM-X. Em decorrência, o EMAER ratificou a preocupação com o sucesso do Projeto e determinou a constituição de Grupos de Trabalhos para análise do problema e identificação de propostas de soluções.

Várias reuniões foram programadas e, desde então, as Empresas e a COPAC, juntamente com outras entidades da Aeronáutica envolvidas no processo, trabalharam para submeter ao EMAER cenários factíveis para a consecução do Projeto.

Os trabalhos até então desenvolvidos visaram estabelecer propostas que considerassem tanto os compromissos contratuais já firmados, como a capacidade de sustentabilidade da frota de A-1 modernizada, mediante a redução de recursos disponibilizados à Força.

Isto fez com que o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), por meio da Mensagem Direta nº 73/7SC1/18750, de 21 de dezembro de 2016, ordenasse a redução do objeto do contrato de modernização para quatorze aeronaves. Em consequência, os cronogramas dos contratos em vigor deverão ser ajustados para essa realidade, por meio de termos aditivos a serem firmados no primeiro semestre de 2017.

Convém mencionar que em dezembro de 2016 o Projeto foi contemplado com uma Suplementação de R\$ 3.923.940,00. Tal valor permitiu a liquidação de etapas contratuais, utilizando-se inclusive de RAP de exercícios anteriores na complementação do pagamento, porém não foi possível liquidá-lo na sua plenitude, pois, como informado no parágrafo anterior, somente no fim do exercício de 2016 é que ocorreu a decisão definitiva do número de aeronaves a modernizar. Dessa maneira, poder-se-á atualizar os cronogramas físicos financeiros de cada contrato por meio de termos aditivos, com previsão de serem assinados no primeiro semestre de 2017.

Quadro 2.2.1.20 - Ação 14TH

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		14TH			Tipo: Projeto	
Título		Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos				
*Iniciativa		Obtenção e adequação de aeronaves militares				
Objetivo		Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.			Código: 1121	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
26.500.000	25.472.973	24.493.240	14.568.900	14.568.900	0	9.924.340
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Sistema adequado		unidade	2,0	2,0	2,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.827.608	2.280.960	0	Sistema adequado	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

No processo de elaboração da Pré-proposta Orçamentária de 2016, com o objetivo de implantar 7 sistemas bélicos, foram solicitados R\$ 168.664.025,75. Ao longo do processo de tramitação do PLOA 2016, em função das expectativas de queda de arrecadação, esses recursos foram reduzidos para R\$ 26.500.000,00. Com a aprovação da LOA 2016, esses recursos se mantiveram no mesmo valor da PLOA 2016.

Entretanto, devido aos cortes e contingenciamentos orçamentários ocorridos, houve uma redução para R\$ 20.000.000,00. Durante o exercício, houve o descontingenciamento do valor R\$ 5.472.973,00, o qual foi destinado ao Projeto Armamento da Aeronave P-3AM.

Desta forma, face às restrições orçamentárias, houve a repriorização do atendimento. Assim, a meta física de sete sistemas implantados, após a repriorização, foi ajustada inicialmente para dois sistemas implantados, sendo reajustada para três sistemas após a liberação do recurso contingenciado, a saber:

- a) Bomba Guiada a Laser – Aquisição de kits de guiagem laser;
- b) Suporte Logístico para os PodReccelite e Litening;
- c) Armamento da Aeronave P-3AM – Aquisição de míssil Harpoon.

As informações referentes aos projetos atendidos e não-atendidos, com seus eventuais impactos estão detalhadas na Análise de PO.

Os RAP Não Processados de 2015 são referentes a recursos empenhados nos contratos de aquisição do míssil Harpoon e logística associada, de kit de guiagem laser e de suporte logístico para os *POD Litening e Reccelite*, sendo utilizados, em complemento aos recursos planejados em 2016 para esses projetos, no pagamento das respectivas etapas do cronograma físico-financeiro. Os recursos em RAP Não Processados do ano de 2015 não foram suficientes para concluir a meta. Cabe ressaltar que, houve dificuldade na medição da meta, em virtude de inconsistências entre as metas físicas da Ação e do PO. O indicador que mais se enquadra à realidade da execução física é “Sistema Implantado” com unidade de medida “Unidade”.

No período de Jan-Dez 2016, observou-se a conclusão da meta, com a implantação de 3 sistemas, superando a meta inicial de 2 sistemas implantados, em virtude do crédito descontingenciado. Os RAP Não Processados em 2016 não concluirão nova implantação de sistema.

Análise da execução do plano orçamentário:

Para o Exercício de 2016, foi prevista inicialmente a adequação de sete sistemas bélicos, sendo esses: 1) Míssil A-Darter (integração) – pagamento inicial do contrato; 2) Míssil A-Darter (aquisição) – pagamento inicial do contrato; 3) Míssil MAR-1 (aquisição) – pagamento inicial do contrato; 4) Armamento Terrestre (aquisição) – pistolas 9 mm e fuzis 5,56 mm; 5) Armamento da aeronave P-3AM (aquisição) – recebimento do 1º lote de mísseis HARPOON e pilones e porta-bombas; 6) Suporte logístico dos *PodReccelite e Litening*; e 7) Conjunto de Guiagem GPS para bombas de fins gerais (aquisição) – pagamento inicial do contrato. Contudo, devido a restrições orçamentárias, foi necessário que a DIRMAB readequasse a proposta inicial. Assim, foram priorizados os projetos com contrato em vigor, conforme segue abaixo:

a) Bomba Guiada a Laser – Uma vez que este projeto sofreu atraso no ano de 2015, houve necessidade de replanejar a conclusão para o presente exercício financeiro. Este projeto teve início em 2013 com a assinatura do contrato 01/PAMB/2013, no valor total de USD 8,060,000.00, para fornecimento de 120 kits de guiagem. O projeto foi dividido em 5 etapas, com encerramento inicialmente previsto para 1º de novembro de 2015. Entretanto, atrasos no processo de transporte do material, bem como restrições financeiras culminaram na elaboração de termo aditivo para postergar seu encerramento para 1º de novembro de 2016. No ano de 2015, foi recebido o material da 3ª etapa, constante de 20 kits de guiagem e o recebimento da 4ª etapa, constante de 50 kits de guiagem. No ano de 2016, finalizou-se a execução do contrato com o recebimento dos últimos kits de guiagem.

b) Suporte Logístico para os *PodReccelite e Litening* - Este projeto teve início em 22 de novembro de 2014, com a assinatura dos contratos de suporte logístico nº 049/GAL-PAMB/2014, no valor de USD 4,995,997.00 e de fornecimento de peças nº 050/GALPAMB/2014, no valor de USD 4,993,754.00. O cronograma físico-financeiro do projeto prevê a execução de 4 etapas de fornecimento de serviço e material. No corrente exercício, será concluída a 3ª etapa do cronograma físico-financeiro, com a manutenção de equipamentos eletrônicos do *PodReccelite* e do *PodLitening*. Todo o planejamento deste projeto para o ano de 2016 foi executado sem maiores problemas.

c) Armamento da Aeronave P-3AM – Em 18 de novembro de 2014, foi assinada da LOA do Case BR-P-ASP para aquisição de mísseis antinavio Harpoon, totalizando um custo estimado de US\$ 52,679,263.00. Para 2016, foi disponibilizado o recurso de R\$ 5.472.972,00, o qual foi utilizado para pagamento da etapa prevista para o corrente exercício. Adicionalmente, foi utilizado o valor de R\$ 1.559.392,14 para pagamento do Case SDD, o qual também atende necessidade do projeto.

Com relação aos projetos não atendidos, observa-se que aqueles referentes a aquisição e integração do míssil A-Darter (infravermelho) e aquisição do míssil MAR-1 (anti-radiação) são

projetos que dependem de finalização da fase de desenvolvimento (com aporte de recurso de outra Ação), que ainda não foi concluída, assim, não há impactos significativos decorrentes da não realização desses projetos, a não ser o atraso no cronograma de aquisição dos respectivos Projetos Estratégicos. O projeto armamento terrestre prevê a aquisição de fuzis automáticos leves e pistolas semi-automáticas calibre 9mm. O projeto teve início em 2013 com a aquisição parcial de pistolas 9mm, porém devido às restrições orçamentárias não teve prosseguimento nos anos seguintes. Como impacto, tem-se a redução da cadência de substituição do armamento atualmente empregado pela tropa nas atividades de preparo e emprego da FAB. O último projeto não-contemplado refere-se ao Conjunto de Guiagem GPS para bombas de fins gerais, cuja fase de desenvolvimento não foi concluída pela indústria nacional, sendo a previsão inicial de fornecimento de 50 unidades. Com o a fase de aquisição depende da conclusão do desenvolvimento (com aporte de recurso de outra Ação), não se registram impactos decorrentes da sua não realização, a não ser o próprio atraso no cronograma de aquisição. Com os recursos orçamentários estimados para 2017, bem como os RAP Não Processados de 2016, tem-se a expectativa de que seja adequado o seguinte sistema: 1 – Suporte Logístico do *PodReccelite/Litining*.

Quadro 2.2.1.21 - Ação 156L

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		156L			Tipo: Projeto	
Título		Obtenção dos Meios da Aeronáutica				
*Iniciativa		Obtenção e adequação de aeronaves militares				
Objetivo		Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional.			Código: 1121	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.479.599	3.583.680	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Meio militar disponibilizado		unidade	58,0	58,0	0,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Meio militar disponibilizado	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

A Proposta Orçamentária da DIRENG na Ação 156L PO 0001, para o ano de 2016, pleiteou o crédito de R\$ 24.567.902,32, visando à aquisição de 265 veículos. Tais quantidades supririam a renovação, no exercício de 2016, de ¼ da frota de veículos que estava com o seu tempo de vida útil expirado, considerando como parâmetro 70% da Tabela de Dotação de Veículos (TDV).

Por intermédio do e-mail, datado de 14/07/2015, o EMAER (5SC1), informou à DIRENG (Agente Responsável/Agente Auxiliar), que foi estabelecido para a Ação 156L o montante de R\$ 4.914.636,00 e, solicitou que fosse encaminhada àquele Estado-Maior uma planilha detalhada por Natureza de Despesa (ND) e meta física, visando à inserção da Proposta Orçamentária do COMAER no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

O valor informado pelo EMAER, naquela oportunidade, fez com que a meta física fosse replanejada e reduzida para 58 veículos, conforme e-mail encaminhado àquele Estado-Maior, pelo Agente Auxiliar, em 15/07/2015. A enorme diferença de R\$ 19.653.266,32, em relação ao valor proposto, inviabilizaria a aquisição de 207 veículos para a renovação da frota do COMAER em 2016.

Em setembro de 2015, conforme e-mail encaminhado pelo EMAER (5SC1), em 16/09/2015, foi estabelecido um limite orçamentário no PLOA, para a Ação 156L (PO 0001), no valor de R\$

4.479.599,00 que resultou em uma redução da meta física para 47 veículos. Merece destacar, que no SIOP consta a meta física de 58 e 52 veículos, respectivamente, para o localizador da Ação 156L e para o PO 0001, ou seja, diferentes daquela proposta pela DIRENG (47 veículos).

O valor supracitado (R\$ 4.479.599,00) foi aprovado de acordo com o Volume IV, da Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, onde consta a meta física de 58 unidades para a Ação 156L (2058.156L.0001), mais uma vez, superior àquela sugerida pela DIRENG (47 unidades/veículos).

Por intermédio do EE nº 42/5EM, de 17/03/2016 e do EE nº 75/5EM, de 04/05/2016, ambos do COMGAP, a DIRENG tomou conhecimento do Plano de Ação, referente ao exercício de 2016, e dos contingenciamentos ocorridos no mencionado Plano. Nesses documentos, pode-se constatar, que o crédito de R\$ 4.479.599,00 foi integralmente contingenciado. Fato que resultou na reprogramação da meta física da Ação 156L para zero unidades (veículos).

Ao fim do exercício de 2016, no mês de dezembro, por intermédio da Portaria nº 398, de 13/12/2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a dotação da Ação 156L foi anulada parcialmente em R\$ 895.919,00, passando para R\$ 3.583.680,00, tendo permanecido o seu contingenciamento integral.

Nos anos de 2013, 2015 e 2016, a restrição de recursos impostos na Ação 156L PO0001, provocou uma degradação da capacidade operacional do Sistema de Transporte de Superfície. Gradativamente o tempo de vida útil das viaturas está expirando e os custos de manutenção tem aumentado.

Considerando a previsão da dotação de R\$ 306.234,00 para a Ação 156L, na PLOA 2017, conforme informado no Fax nº 44/5SC1/13850, de 20/09/2016, do EMAER, constata-se que o quadro descrito acima demonstra pouca expectativa de se reverter em 2017, tendo em vista que este recurso possibilitará a aquisição de apenas 05 (cinco) veículos, quantidade insuficiente para atender a demanda dos diversos Elos Sistêmicos.

A aparente economia demonstrada pela restrição de recursos nesta Ação, certamente provocará custos elevadíssimos em curto prazo, pois a renovação da frota vai requerer altos investimentos na sua implementação.

Atualmente, 74% da frota de veículos leves e 40% da frota de veículos pesados estão com tempo de utilização vencido. Caso a situação atual não se reverta, o apoio de transporte de superfície da Força poderá entrar em colapso, comprometendo serviços essenciais, tais como: segurança patrimonial, escolta de autoridades, transporte de doentes/pacientes, desobstrução de pista, apoio a equipe de alerta, apoio de pista/operações, transporte de tropa e missões de GLO, entre outras.

O quadro descrito acima representará a necessidade da prorrogação da permanência de veículos, com tempo de vida expirado na frota do COMAER. Tal fato acarretará, dentre outras, as principais consequências: aumento dos custos de manutenção, aumento do consumo de combustíveis, baixa disponibilidade e maior dificuldade das OM no apoio operacional e administrativo de transporte de superfície.

Em relação à metodologia de cálculo utilizada na apuração dos produtos (veículos) realizados no Exercício, destaca-se que é feita por intermédio do acompanhamento da entrega, junto as Organizações Militares (OM) de destino. Cabe ressaltar que a entrega é realizada pelas Contratadas diretamente às OM de destino. Ao serem entregues nos seus respectivos destinos, as OM comunicam à DIRENG (Diretoria de Engenharia da Aeronáutica) o efetivo recebimento e encaminham as notas fiscais ao CELOG para fins de liquidação e pagamento, sendo essa última fase verificada no SIAFI.

Quadro 2.2.1.22 - Ação 20SA

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20SA			Tipo: Atividade	
Título		Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.			Código: 1119	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.550.000	10.550.000	10.425.392	6.177.169	6.165.350	11.819	4.248.223
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Sistema adequado		unidade	17,0	17,0	4,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.510.875	4.298.307	(-725)	Sistema adequado	unidade	6,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

O recurso orçamentário aprovado na LOA 2016 se destinou ao desenvolvimento e a manutenção de Sistemas de Tecnologia da Informação (TI) para áreas operacional, logística, administrativa e de controle do espaço aéreo por intermédio de aquisição de suprimentos, *softwares*, equipamentos e periféricos de TI, bem como contratação de profissionais e empresas para o aperfeiçoamento de pessoal e o desenvolvimento de Sistemas e Projetos na área de Telecomunicação e de Informática.

O planejamento para o exercício de 2016 teve como base ações voltadas para a continuidade da adequação e correção evolutiva dos Projetos de Tecnologia da Informação previstos no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), além dos Projetos Setoriais necessários às áreas supramencionadas.

Na LOA foi aprovado para a Ação o valor de R\$ 10.550.000,00 e a meta física de 17 (dezessete) Projetos, tendo por base o atendimento dos Sistemas priorizados no PEMAER e Projetos Setoriais associados à análise técnica segundo o seu nível de desenvolvimento. Todavia, o Plano de Ação do COMAER contemplou atender 11 (onze) Projetos com o mesmo recurso previsto na LOA.

No primeiro semestre foi possível a adequação de 2 (dois) Sistemas: Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – SIGPES e Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços - SILOMS, através de contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço técnico especializado destinado a manutenção destes Sistemas.

No segundo semestre, foram implementadas atividades voltadas à continuidade de processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas de TI, aquisição de suprimentos e *softwares*, contratação de profissionais do setor e empresas especializadas, além do aperfeiçoamento de pessoal e o incremento de pesquisas voltadas para atender os sistemas nas fases de desenvolvimento e implantação. Neste sentido, foram atendidas as demandas de mais 2 (dois) Projetos/Sistemas: Rede Mercúrio e Revitalização da Intraer.

Como método para mensurar o resultado da meta física da Ação foi adotado o critério de identificar quais Projetos executaram e liquidaram (total ou parcialmente) os recursos orçamentários descentralizados para atender suas necessidades no ano, conforme preconizado no item 6.8.3.2 do Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 170-1 - Processo Orçamentário do COMAER. Assim, a meta realizada no exercício foi de 4 (quatro) Projetos/Sistemas assistidos.

Cabe ressaltar que o fator mais relevante que dificultou o atendimento dos Projetos assistidos pela Ação 20SA foi a restrição orçamentária em 2016. A principal consequência do não atingimento da Meta no período sob avaliação foi a paralisação ou quase estagnação, no exercício, dos Projetos/Sistemas não contemplados com recursos, acarretando eventual perda de conhecimento já adquirido. As reprogramações ocorridas durante o ano visaram atender eventuais mudanças de cenários, bem como mitigar os efeitos da falta de recursos.

No que se refere a RAP Não Processados de 2013, foram liquidados e pagos R\$ 145.734,00 no Brasil, referente ao Sistema SISPLAER, não restando saldo a ser pago.

Quanto ao RAP Não Processados de 2014, foi inscrito e cancelado R\$ 0,02, no Brasil, referente ao Sistema de Implantação de Governança de TI.

Com relação a RAP Não Processados do exercício de 2015, foram liquidados R\$ 4.453.727,32, sendo R\$ 4.199.384,39 no Brasil e R\$ 254.342,93 no exterior (US\$ 74,035.90), referentes a 4 Sistemas (SIGPES, Sistema de Apoio à Decisão – SAD, Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços – SILOMS e Sistema de Planejamento da Aeronáutica – SISPLAER) e 2 Projetos (Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal no STI e Desenvolvimento de Projetos e Sistemas). Dentre estes, encontram-se liquidados a pagar R\$ 338.207,68 referente ao SAD e ao Desenvolvimento de Projetos e Sistemas.

O saldo restante a liquidar de RAP Não Processados do exercício de 2015 (R\$ 22.395,33) referente ao SAD e ao Desenvolvimento de Projetos e Sistemas, deverá ser inscrito em RAP Não Processados para 2017.

Com relação a RAP Não Processados do exercício de 2016, existe a previsão de inscrição do valor de R\$ 4.246.351,30 que se refere a compromissos assumidos para atendimento de 9 sistemas.

A expectativa para o exercício de 2017 é realizar o pagamento dos empenhos envolvendo contratos que permaneceram em RAP Não Processados, permitindo assim atingir as metas físicas estabelecidas para 2015 e 2016.

Quadro 2.2.1.23 - Ação 20XV

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20XV			Tipo: Atividade	
Título		Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.			Código: 1123	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: (...) PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.703.913.786	1.591.056.738	1.551.902.818	1.012.964.878	1.012.611.977	352.901	538.937.940
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Sistema mantido		unidade	1,0	1,0	1,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
420.908.537	460.142.212	(-5.754.993)	Sistema mantido	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

O Planejamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) é concebido para que as atividades e projetos sejam elaborados e realizados para permitir que a missão de DECEA seja executada com eficiência: “Gerenciamento e controle das atividades relacionadas ao Controle do Espaço Aéreo, à Proteção ao Voo, ao Serviço de Busca e Salvamento e às Telecomunicações do COMAER”.

Neste contexto, o planejamento foi elaborado buscando agregar atividades voltadas para a estrutura necessária de subsistemas de comunicação, navegação por instrumentos e meteorologia, a reboque da demanda por recursos humanos e obras civis que dão suporte a todos os serviços necessários ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB) e ao Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), prestados à sociedade brasileira, em todo o espaço aéreo nacional, em elevado nível de segurança e de qualidade.

O documento principal que rege o planejamento do DECEA é o Plano Setorial (PLANSET), elaborado para um período de quatro anos e atualizado anualmente. No ano de 2016 existiram 2054 (dois mil e cinquenta e quatro) projetos ou atividades, que representam as necessidades do DECEA, que uma vez cumpridas, propiciarão o alcance das metas planejadas e o cumprimento da missão citada acima.

A principal meta do DECEA é manter em funcionamento os sistemas de vigilância, de telecomunicações, de busca e salvamento, de informações aeronáuticas, de apoio à navegação aéreas, atividades de controle do espaço aéreo, de cartografia aeronáutica, operando com regularidade e permanente, 365 dias por ano, 24 horas por dia. Portanto como metodologia de cálculo, podemos afirmar que o que se pode medir é se o sistema operou com eficiência e regularidade e isso foi feito, mantendo todos os graus de segurança necessários.

As principais realizações do DECEA foram efetivadas por meio dos serviços de canalização de dados e voz, por meio satelital e terrestre permitindo a comunicação entre o piloto da aeronave e os operadores em terra, serviços em segurança da informação, serviços em sistemas operacionais do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro e manutenção do Sistema COPAS-SARSAT.

Também foram alvo de aplicação de recursos as manutenções preventivas, corretivas e suporte para sistemas da Tecnologia da Informação – TIOP, serviços técnicos especializados e suporte para o Sistema Integrado de Torre de Controle (SITC), serviços técnicos especializados e suporte para soluções de sistemas TATIC, automação e supervisão da climatização e fornecimento de energia elétrica das Organizações do DECEA.

Foi também objeto de modernização, o Sistema de Transmissão de Voz e de Dados – STVD dos APP Porto Alegre, São Paulo, Manaus, Fortaleza, Pirassununga e Natal e a atualização do Sistema TATIC em TWR (Torre) de Controle de diversas localidades e implantação do Sistema Integrado de Torre em Maceió, São Luis, Salvador e Taubaté.

A aquisição de sondas meteorológicas (balão, paraquedas, gás hidrogênio), fundamental para coleta das informações meteorológicas necessárias à navegação aérea e aquisições de equipamentos e sobressalentes para os equipamentos geradores de hidrogênio em diversas localidades do Brasil.

Também pode ser apontado como realização de 2016, o acordo de cooperação entre o DECEA e o Centro de Monitoramento e Alarme de Desastres Naturais (CEMADEN) e estudos, com a participação de Universidades, para a criação de modelos atmosféricos que possam auxiliar na diminuição do tempo de voo e aumentar a segurança operacional. A substituição dos equipamentos por outros mais modernos, em função do tempo de vida e precisão das informações e a instalação de equipamentos geradores de hidrogênio para a produção do gás hidrogênio necessário ao lançamento das sondas, para a coleta das informações e posterior divulgação à comunidade aeronáutica.

Outras realizações de relevância foram as modernizações dos Radares TPS-77 (B 34), instalados entre os anos de 2003 e 2005 como partes do Projeto SIVAM. Foram realizados serviços de modernização dos Subsistemas de Comando e Controle da Antena (SCCA) e do Subsistema de Distribuição de Energia (SDE), para oito estações de Radares LP23SST/RSM970 e dezesseis estações TA10SST/RSM970. Foram também modernizados sistemas de servomecanismos e dos *encoders* de dez Radares Meteorológicos DWSR-8500S do CINDACTA IV (Manaus), serviços de modernização de oito Sistemas Radar STAR2000/RSM970S para a versão CIRIUS, para resolver obsolescências em diversos componentes, serviços técnicos e especializados para modernização dos Radares Primários ASR23SS de Conceição do Araguaia (PA), Macapá (AP), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Santarém (PA), São Luís (MA) e Vilhena (RO), e cadeia reduzida do Radar Primário ASR23SS de Manaus (AM) e estações de testes, aquisição de estações radar de vigilância de rota, do tipo primário bidimensional LP23SST, com antenas protegidas por “RADOME” a serem implantadas em quatro localidades: Barra do Garças/MT, Morro da Igreja em Urubici/SC, Pico do Couto em Petrópolis/RJ e São Roque/SP, implantação do radar secundário de terminal em Lagoa Santa, Curitiba e Vitória e implantação de radar de vigilância de área terminal primário e secundário em Salvador e Porto Velho. Todas as modernizações e implantações visaram maior eficiência dos equipamentos e, por conseguinte, informações mais precisas, obtendo como resultado final o incremento da segurança.

A aplicação dos recursos baseados nas metas estipuladas permitiu ao DECEA obter como resultado a manutenção do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro operando com regularidade, atendendo a todos os requisitos de segurança, em funcionamento durante 365 dias do ano, 24 horas por dia. No ano de 2016, tivemos no País eventos de magnitude mundial como as Olimpíadas do Rio 2016, onde o controle do espaço aéreo operou com toda segurança e sem incidentes. Dessa forma o DECEA garantiu a fluidez do tráfego aéreo com segurança nos céus jurisdicionados pelo Brasil.

Os fatores de dificuldade se concentraram no recebimento de créditos para o desempenho do cumprimento da missão do DECEA. O orçamento deste Departamento somente foi disponibilizado em junho de 2016, até então este Departamento recebeu recursos fracionados, tendo havido contingenciamentos temporários e ao final, o montante de R\$ 118.728.159,00 deixou de ser descentralizado a este Departamento, pertencente à Ação 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

As medidas de gestão adotadas do DECEA foram o acompanhamento da aplicação dos recursos da Ação 20XV, distribuídas nos PO 002 e PO 003. A maioria dos recursos foi gerenciada por nove Unidades Gestoras subordinadas ao DECEA e a aplicação foi acompanhada integralmente pelo Órgão Central. O planejamento foi centralizado, e a execução distribuída pelas Unidades Gestoras, sendo quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA), localizados em Brasília, Curitiba, Recife e Manaus, um Parque de Material Eletrônico (PAME), o Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP), o Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), e a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), além do Órgão Central. Essas Unidades gestoras possuem grande capilaridade, como, por exemplo, o CINDACTA IV, em MANAUS, que possui 32 Destacamentos em diversas localidades da Região Norte do País, chegando aos mais diversos rincões do Brasil, visando permitir o controle, a segurança e a fluidez do tráfego aéreo.

Mesmo com o corte de recursos citado acima, não houve consequências relevantes e o DECEA conseguiu alcançar o seu objetivo que é o de garantir a fluidez e segurança do tráfego aéreo nos céus jurisdicionados pelo Brasil.

O valor total do RAP de R\$ 460.142.211,95 foi efetivamente liquidado mantendo em funcionamento os sistemas de vigilância, de telecomunicações, de busca e salvamento, de informações aeronáuticas, de apoio à navegação aérea, atividades de controle do espaço aéreo, de cartografia aeronáutica, operando efetivamente e com regularidade. A aplicação do RAP permitiu ao DECEA honrar seus compromissos empenhados no ano anterior.

É esperado que no ano de 2017 a cobertura de vigilância aérea no território nacional se mantenha estável, não obstante estar previsto neste período o início do processo de especificação, contratação e aquisição de equipamentos, permitindo a efetiva operacionalização da implantação gradual e operação de novos sensores, após homologados e certificados, a partir de 2018. As ações de planejamento foram desenvolvidas de forma a garantir recursos para a perfeita manutenção e modernização dos equipamentos e sistemas existentes, à qualificação dos recursos humanos, e para o atendimento das evoluções tecnológicas no atendimento das normas internacionais que regem o tráfego aéreo.

Quadro 2.2.1.24 - Ação 2913

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		2913			Tipo: Atividade	
Título		Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos				
*Iniciativa		Representa o próprio objetivo				
Objetivo		Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.			Código: 1123	
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária		52911 - Fundo Aeronáutico				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras	
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.999.694	10.899.694	4.398.033	2.586.435	2.567.730	18.705	1.811.598
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Atividade de prevenção realizada		unidade	122,0	122,0	42,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.713.268	2.264.635	(-97.056)	Sistema mantido	unidade	0,0	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

ANÁLISE SITUACIONAL

No ano de 2016, sob a coordenação geral do CENIPA, foram realizados 1 fórum; 7 seminários; 2 simpósios; 3 reunião de operadores; 19 palestras, 6 jornadas e 4 cursos, totalizando 42 ações de prevenção previstas no Plano de Gestão do CENIPA, alcançando um público total de 6.916 participantes. A metodologia empregada para a mensuração dos produtos foi a de atividade realizada.

As ações de prevenção são definidas com base nas estatísticas de acidentes aeronáuticos do ano anterior e em análises de tendências, e constituem o cerne do planejamento.

Além disso, o CENIPA manteve a estrutura de estudo e análise de acidentes aeronáuticos com o propósito de prevenir novas ocorrências, via emissão de recomendações de segurança aos órgãos competentes.

Devido ao bloqueio de 65% da dotação prevista na LOA, as metas físicas foram reprogramadas de modo a se adequar ao novo limite orçamentário. Foi estabelecida a priorização das ações para o alcance das metas, visando obter maior efetividade quanto à prevenção de acidentes aeronáuticos.

Como consequência da redução das metas físicas, existe a possibilidade de um incremento no número de ocorrências aeronáuticas em relação ao ano anterior.

Em relação aos RAP, importante ressaltar que as metas físicas do ano anterior foram alcançadas. Sendo assim, os valores liquidados a título de RAP correspondem à reposição dos estoques consumidos no ano anterior para a realização de metas físicas daquele ano.

Por fim, considerando o processo de reestruturação da FAB, espera-se uma otimização dos processos organizacionais e do emprego dos recursos humanos, de modo a não impactar o alcance da meta prevista para o próximo ano, em função da redução orçamentária esperada.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Como consequência, a execução do COMAER, face ao primeiro Decreto, ficou limitada a 1/18 da LOA nos meses de janeiro e fevereiro de 2016. Posteriormente, com o segundo Decreto, a limitação da dotação inicial passou à ordem de 43%, vigorando no período de março a junho de 2016. Na sequência, a partir de junho, a limitação passou ao patamar de 23% da LOA.

Em novembro, com a emissão de portarias de ampliação do limite, a limitação da execução da LOA finalizou em 3,8%, permitindo que o COMAER executasse o montante de R\$ 4,97 bilhões

Assim, considerando a limitação de 3,8%, aliada a um cancelamento na ordem de R\$ 84 milhões no decorrer do exercício, foi permitida a execução de 94,7% da LOA inicial.

Em que pese o descompasso apresentado entre as necessidades e as liberações de limites orçamentários (descontingenciamentos), o que naturalmente interfere na execução das ações planejadas, o COMAER, ainda assim, conseguiu executar 94,7% das dotações iniciais.

2.2.3 Informações sobre a execução das despesas.

Quadro 2.2.3.1 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 1.259.187.337,28	6,12%	R\$ 1.414.257.529,58	7,23%	R\$ 1.249.453.467,38	R\$ 0,06	R\$ 1.250.026.027,43	6,65%
a) Convite	R\$ 95.334.711,28	0,46%	R\$ 114.119.690,79	0,58%	R\$ 95.334.711,28	0,46%	R\$ 114.119.690,79	0,61%
b) Tomada de Preços	R\$ 3.199.228,65	0,02%	R\$ 3.725.920,23	0,02%	R\$ 3.179.866,44	0,02%	R\$ 3.677.835,54	0,02%
c) Concorrência	R\$ 144.037.758,02	0,70%	R\$ 217.115.137,49	1,11%	R\$ 143.784.813,13	0,70%	R\$ 173.193.468,16	0,92%
d) Pregão	R\$ 1.002.131.965,21	4,87%	R\$ 1.072.403.341,14	5,48%	R\$ 992.670.402,41	4,83%	R\$ 955.588.811,08	5,09%
e) Concurso	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
f) Consulta	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	R\$ 14.483.674,12	0,07%	R\$ 6.893.439,93	0,04%	R\$ 14.483.674,12	0,07%	R\$ 3.446.221,86	0,02%
2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 3.147.382.584,73	15,29%	R\$ 2.423.554.655,99	12,39%	R\$ 3.146.479.437,80	15,30%	R\$ 1.825.534.741,85	9,72%
h) Dispensa	R\$ 2.124.570.024,52	10,32%	R\$ 897.276.369,11	4,59%	R\$ 2.124.345.237,14	10,33%	R\$ 841.901.186,46	4,48%
i) Inexigibilidade	R\$ 1.022.812.560,22	4,97%	R\$ 1.526.278.286,88	7,81%	R\$ 1.022.134.200,67	4,97%	R\$ 983.633.555,39	5,24%
3. Regime de Execução Especial	R\$ 6.217.609,47	0,03%	R\$ 7.983.438,99	0,04%	R\$ 6.217.609,47	0,03%	R\$ 7.983.438,99	0,04%
j) Suprimento de Fundos	R\$ 6.217.609,47	0,03%	R\$ 7.983.438,99	0,04%	R\$ 6.217.609,47	0,03%	R\$ 7.983.438,99	0,04%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	R\$ 14.894.647.198,00	72,37%	R\$ 14.307.365.297,45	73,17%	R\$ 14.894.376.624,91	72,41%	R\$ 14.306.388.109,05	76,15%
k) Pagamento em Folha	R\$ 14.841.223.802,19	72,12%	R\$ 14.239.633.571,72	72,82%	R\$ 14.841.144.998,50	72,15%	R\$ 14.239.065.916,41	75,79%
l) Diárias	R\$ 53.423.395,81	0,26%	R\$ 67.731.725,73	0,35%	R\$ 53.231.626,41	0,26%	R\$ 67.322.192,64	0,36%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	R\$ 19.307.434.729,49	93,82%	R\$ 18.153.160.922,01	92,84%	R\$ 19.296.527.139,57	93,81%	R\$ 17.389.932.317,32	92,56%
Outros	R\$ 1.272.395.600,11	6,18%	R\$ 1.400.065.785,81	7,16%	R\$ 1.272.258.142,89	6,19%	R\$ 1.397.513.551,53	7,44%
6. Total das Despesas da UPC	R\$ 20.579.830.329,60	100,00%	R\$ 19.553.226.707,82	100,00%	R\$ 20.568.785.282,46	100,00%	R\$ 18.787.445.868,85	100,00%

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial, informações extraídas em 07 de março de 2017.

Análise Crítica

O COMAER vem buscando a racionalização das contratações, com a concentração de recursos humanos em Unidades especializadas para proceder a execução orçamentária e financeira, de modo a otimizar o trabalho dos agentes públicos na execução das aquisições com materiais e contratações de obras e serviços, extinguindo contratos e realizando a junção de tarefas.

Com foco nessa racionalização e analisando as modalidades de licitação executadas no orçamento em 2016, nota-se que houve pequena diminuição da despesa executada em relação ao exercício de 2015 (linha 01 do Quadro 2.2.3.1).

Destaca-se que a modalidade de licitação mais utilizada continua sendo o pregão, correspondendo a 79,59 % dos recursos financeiros utilizados para as aquisições e contratações.

Com relação à contratação direta, na dispensa de licitação os valores aplicados representaram 10,32 %, enquanto que na inexigibilidade os valores aplicados representaram 4,97 %, ambos em relação ao total das despesas executadas pelo COMAER.

Destarte, destaca-se um incremento dos gastos com dispensa de licitação, tendo em vista que ocorreram aquisições voltadas para o atendimento de projetos estratégicos da Aeronáutica, que foram os responsáveis pelo aumento desse tipo de contratação, tratando-se de aquisições envolvendo segurança nacional.

Quanto às contratações por inexigibilidade, comparativamente com a despesa executada em 2015, houve uma redução significativa, da ordem de 32,99%, passando de R\$ 1.526.278.286,88 (um bilhão, quinhentos e vinte e seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos) em 2015 para R\$ 1.022.812.560,22 (um bilhão, vinte e dois milhões, oitocentos e doze mil quinhentos e sessenta reais e vinte e dois centavos) em 2016.

Quadro 2.2.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal									
01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	5.782.053.302,85	5.455.085.139,33	5.782.053.302,85	5.455.085.139,33	-	-	5.782.053.302,85	5.455.085.139,33
12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	4.459.105.046,81	4.417.734.087,66	4.459.105.046,81	4.417.734.087,66	-	-	4.459.062.253,69	4.417.169.137,19
03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.759.188.853,02	3.548.025.928,76	3.759.188.853,02	3.548.025.928,76	-	-	3.759.188.853,02	3.548.025.928,76
Demais elementos do grupo		840.993.464,16	818.799.830,40	840.876.599,51	818.788.415,98	116.864,65	11.414,42	840.840.588,94	818.785.711,14
2. Juros e Encargos da Dívida									
21	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	144.497.833,55	170.728.791,98	144.497.833,55	170.728.791,98	-	-	144.497.833,55	170.728.791,98
22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	22.342.012,86	17.602.564,73	22.342.012,86	17.602.564,73	-	-	22.342.012,86	17.602.564,73
3. Outras Despesas Correntes									
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.606.309.779,39	1.540.647.799,49	1.066.313.725,25	1.118.740.337,26	539.996.054,14	421.907.462,22	1.061.571.323,87	1.017.329.651,23
30	MATERIAL DE CONSUMO	925.514.806,99	980.451.490,83	663.351.726,64	757.455.681,55	262.163.080,36	222.995.809,29	661.283.096,21	671.772.068,63
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	224.732.961,21	195.642.185,65	222.398.245,78	190.916.925,16	2.334.715,43	4.725.260,49	222.288.861,06	190.202.180,41
Demais elementos do grupo		573.277.598,48	471.747.134,17	546.272.378,04	446.771.908,51	27.005.220,44	24.975.225,67	546.032.030,26	446.038.100,22
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa		Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos									
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.072.302.585,85	781.559.592,01	1.612.835.549,62	611.275.880,37	459.467.036,23	170.283.711,64	1.611.438.389,00	404.103.283,05
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.171.486.053,61	2.123.459.418,52	851.190.385,53	700.063.730,99	320.295.668,09	1.423.395.687,52	848.851.785,23	481.234.470,04
Demais elementos do grupo		355.394.044,37	1.035.644.361,95	213.347.773,52	690.234.715,53	142.046.270,85	345.409.646,42	213.278.055,30	539.583.252,13
5. Inversões Financeiras									
62	AQUISICAO DE BENS PARA REVENDA	3.228.295,54	5.288.407,61	1.038.263,01	1.709.462,25	2.190.032,53	3.578.945,36	1.038.263,01	1.692.452,25
6. Amortização da Dívida									
77	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL	395.018.633,63	608.093.137,76	395.018.633,63	608.093.137,76	-	-	395.018.633,63	608.093.137,76
		22.335.445.272,32	22.170.509.870,85	20.579.830.329,60	19.553.226.707,82	1.755.614.942,72	2.617.283.163,03	20.568.785.282,46	18.787.445.868,85

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial, informações extraídas em 07 de março de 2017.

Análise Crítica

Em 2016 as dificuldades fiscais do Governo Federal impuseram ao COMAER um contingenciamento de 3,8% em relação à LOA inicial. Considerando as necessidades de custeio para a manutenção das Unidades do COMAER, essa restrição recaiu sobre os Grupos de Despesas 4 e 5 – Investimentos e Inversões financeiras, com 15% de contingenciamento das dotações iniciais desses Grupos.

Algumas Ações foram prejudicadas em decorrência da situação orçamentária do País. Nesse caso pode-se destacar a Ação 2913 – Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáutico, que executou apenas 40% de suas dotações previstas; além da Ação 20XB – Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial, cuja execução foi de apenas 74%. Por fim, considerando a crise pela qual passou o País no exercício de 2016, pode-se considerar que uma execução de 94,7% das dotações iniciais foi satisfatória.

2.3 Desempenho operacional

Os principais aspectos do Desempenho Operacional do COMAER já foram abordados nos itens 2.1 - Planejamento Organizacional e 2.2 - Desempenho Orçamentário, quanto aos objetivos da UPC, bem como as dificuldades orçamentárias do Exercício Financeiro 2016. Quanto aos indicadores de desempenho, esta UPC apresentará as devidas análises no item 2.4 – Apresentação e análise de indicadores de desempenho. Entretanto, destacaremos outros aspectos operacionais julgados relevantes.



O ano de 2016 foi marcado por inúmeros avanços para o COMAER, dentre os quais podemos destacar:

Na área de Governança Institucional, em janeiro, houve a edição da Concepção Estratégica “Força Aérea 100”, documento com visão de longo prazo (25 anos) que baliza o planejamento da instituição. Em setembro, foi reeditado o PEMAER, que orienta as principais ações a serem desenvolvidas no horizonte temporal 2016-2041.

Na área espacial, em maio, houve o lançamento, com sucesso, na Austrália, do foguete suborbital VS-30/IO V12, com propulsor de 1º estágio, tipo S-30, desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE).

Em apoio ao Governo Federal, o COMAER, atuou nos seguintes eventos:



* No início do ano, juntamente com as demais Forças Armadas, participou ativamente da campanha de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, atendendo às demandas do Governo Federal;

* Em outubro, atuou nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Maranhão, a fim de promover ações para a Garantia da Votação e Apuração (GVA) nas eleições 2016; e

* Ao longo de todo o ano, realizou mais de 80 missões de transporte de órgãos e tecidos.

Em apoio às nações amigas, em abril, a FAB auxiliou o Equador com transporte de mantimentos e materiais hospitalares, em razão do terremoto na região de Manta.

Em se tratando do controle de fronteiras, em junho, foi realizada a 11ª edição da Operação Ágata, envolvendo as Forças Armadas e 40 agências governamentais.



No que diz respeito à interoperabilidade entre as Forças Armadas, em novembro foi realizada uma operação inédita de reabastecimento de voo entre uma aeronave A-4 da Marinha (reabastecedora) e uma aeronave F-5 (receptora).

Quanto ao projeto mais importante da Força Aérea, o desenvolvimento/aquisição de 36 aeronaves Gripen NG junto ao governo sueco, destacam-se os seguintes eventos:



* Em maio, houve a apresentação formal da versão “E” do caça na Suécia; e

* Em novembro, houve a inauguração do Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen (na sigla em inglês: GDDN – Gripen Design Development Network), em Gavião Peixoto-SP, junto à unidade da EMBRAER destinada à produção de aeronaves militares.

Quanto aos demais projetos de grande vulto, destacam-se:



* Em maio, o recebimento do 1º helicóptero H-36 capaz de ser reabastecido em voo;

* Em junho, o KC-390 realizou o primeiro teste de emprego militar, com o lançamento de paraquedistas; e

Com relação à área de controle do espaço aéreo, a FAB recebeu, em setembro, a 1ª aeronave I-X (Legacy 500), nova aeronave laboratório responsável por aferir e calibrar equipamentos auxiliares à navegação aérea instalados em aeroportos de todo o País, garantindo a confiabilidade e segurança na operação desses equipamentos.

Com relação à olimpíada e paralimpíada, foram realizadas as seguintes ações:

* Interceptação da chama olímpica por ocasião de sua entrada no espaço aéreo brasileiro (maio);

* Conclusão das obras do Centro Olímpico da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro-RJ (jul);

* Treinamentos e simulações nas áreas de segurança, tráfego aéreo e defesa aérea (jun-jul);

* Transporte aéreo de mais de dois mil militares para atuarem nas forças de segurança (jul);

* Atuação direta nas atividades de segurança, controle de tráfego aéreo e defesa aérea (ago-set); e

* Participação de inúmeros atletas de alto rendimento da FAB nos jogos olímpicos (na maior parte sargentos temporários), destacando-se a participação do medalhista de ouro no salto com vara masculino, 3º Sargento Thiago Braz (ago).



Com relação ao acidente aeronáutico ocorrido com o avião do Chapecoense, a FAB atuou no traslado para o Brasil dos dois

sobreviventes e dos corpos dos brasileiros falecidos. Atuou ainda nos deslocamentos de autoridades e parentes de vítimas para a cidade de Chapecó, por ocasião do velório coletivo e homenagens ocorridas naquela localidade.

O ano de 2016 ainda foi marcado pela lembrança das seguintes datas importantes na história do COMAER:

- * Comemoração dos 75 anos de criação do Ministério da Aeronáutica (jan);
- * Comemoração dos 10 anos de lançamento do foguete Soyuz, que levou a bordo o 1º astronauta brasileiro, o Tenente-Coronel Aviador Marcos César Pontes (mar); e
- * Recordação dos 10 anos da maior operação de resgate da história da FAB, o acidente do voo Gol 1907, ocorrido na Serra do Cachimbo (set).

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro 2.4.1. - Indicadores de Desempenho – Monitoramento do Espaço Aéreo

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Monitoramento do Espaço Aéreo	92,86% (31/12/2015)	92,86%	92,86% (31/12/2016)	Anual	MEA = (EEM / EIM) x 100, onde: MEA – Monitoramento do Espaço Aéreo. EEM – Espaço Aéreo Efetivamente Monitorado por Radar Secundário no Nível de Voo 200. EIM – Espaço Aéreo de Interesse para a Monitoração por Radar Secundário no Nível de Voo 200.

Fontes: Monitoramento do Espaço Aéreo: Divisão de Delineamento Técnico (DDTE) do Subdepartamento Técnico (SDTE).

Análise:

O espaço aéreo de interesse para a monitoração (EIM) usado no cálculo de indicador é aquele sobrejacente à superfície terrestre do Território Nacional.

A meta manteve-se a mesma do ano anterior porque os radares cuja implantação fora programada para 2015 não se destinaram à ampliação da cobertura no Nível de Voo 200, mas a prover redundância para outros radares posicionados em áreas próximas.

O índice não sofreu alteração porque os novos radares que entraram em operação em 2016 (Bacacheri/PR e Lagoa Santa/MG) não se destinaram a ampliar a cobertura radar no nível de voo 200, mas a prover redundância para outros radares posicionados em áreas próximas (respectivamente, Curitiba/PR e Confins/MG).

É necessário registrar que a informação apresentada no Relatório de Gestão de 2015, de que alterações no índice viriam a ocorrer até o fim de 2015 como resultado da entrada em serviço de quatro novos radares (Porto Velho/RO, Vitória/ES, ambos postergados para 2016, Lagoa Santa/MG e Curitiba/PR, radar este que foi especificamente instalado em Bacacheri), não era pertinente, uma vez que nenhum deles se destina à ampliação da cobertura no Nível de Voo 200.

Quadro 2.4.2 - Indicadores de Desempenho – Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Disponibilidade da Frota da Força Aérea Brasileira	40,11% (31/12/2014)	41,10%	41,10% (21/12/2016)	Anual	(Média de aeronaves disponíveis / quantidade total da frota de aeronaves) x 100

Observação: a disponibilidade média dos meios operativos em cada ano é o resultado da razão entre a média de disponibilidade dos meios operativos pela média do total de meios existentes (Frota) na Força durante o referido ano, conforme norma interna DCA 400-10/2007. O “Índice de Referência” lançado no Sistema SILOMS é 40,11%. Quanto maior esse valor, mais aeronaves disponíveis a FAB terá à sua disposição para executar suas missões. O denominador do índice (quantidade total da frota de aeronaves) também é uma média, pois a quantidade total de aeronaves no acervo costuma variar durante o ano; seu valor também é considerado até a casa centesimal.

Evolução do Indicador: Comparando o valor apurado em 2016 (41,10) com o de referência (40,11), observa-se uma ligeira variação positiva, ou seja, uma singela melhora na disponibilidade das aeronaves. Apesar das diversas gestões no sentido de priorizar alguns projetos, a reduzida quantidade de recursos orçamentários para sustentabilidade da frota, bem como para o custeio dos contratos de aquisição e modernização de meios, não permitiu uma significativa elevação na disponibilidade das aeronaves. É importante ressaltar que, em cenários de orçamento comprimido, são adquiridos apenas itens de menor custo e emergenciais, causando um natural desabastecimento de itens de valor mais elevado no médio prazo. Como a liberação de recursos tem ficado aquém da necessidade real para sustentar a frota, os estoques atingiram níveis baixos nos últimos anos, causando uma estagnação na disponibilidade média dos meios. Fruto desse cenário, classificamos o índice como "regular" em relação ao valor de referência. Em uma visão prospectiva, a melhora do indicador só será alcançada por meio da concretização de três ações: aquisição de novas aeronaves, modernização das aeronaves já existentes na frota e elevação da capacidade de manutenção dos meios existentes, com a reposição adequada dos estoques de peças. As três ações necessitam, compulsoriamente, de aporte e liberação de recursos orçamentários adequados. Assim, considerando a atual conjuntura econômica e os valores previstos na PLOA 2017, provavelmente o indicador permanecerá estagnado.

2.5 PESE Informações sobre as ações do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

A Estratégia Nacional de Defesa, publicada em 2008, estabelece três setores estratégicos: o espacial, o cibernético e o nuclear. Detalhadas no Livro Branco de Defesa Nacional, divulgado em 2012, esses projetos foram divididos entre as Forças Armadas. Cabe à Aeronáutica conduzir os projetos espaciais, com prioridade na capacitação científica e tecnológica do País e preparar os recursos humanos.

Em 2012, foi criada a Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE) para atuar na concretização do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais. Apesar de ser conduzida pela Aeronáutica, a iniciativa pretende implantar sistemas espaciais de defesa para as três Forças Armadas, e também de uso compartilhado para atividades civis.

O PESE deverá proporcionar ao Brasil serviços como comunicações, sensoriamento remoto, meteorologia, navegação e monitoramento do espaço. Estão em desenvolvimento, com foco no domínio nacional das tecnologias, tanto o segmento espacial, que envolve o uso de satélites, como o de infraestrutura de solo para controle e uso das informações.

Seguem abaixo informações sobre as ações do PESE, destacando os seguintes aspectos:

2.5.1 Identificação das Unidades Gestoras que Realizaram Despesas no Âmbito do PESE

A CCISE teve sua subordinação alterada, em outubro de 2016, da CISCEA para o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) pela Portaria nº 1325/GC3. Por isso, o ordenador de despesas da CCISE é, atualmente, o Diretor do DCTA. O Presidente da CCISE é o Vice-Diretor do DCTA, Maj Brig Eng FERNANDO César Pereira Santos.

- Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
- CNPJ: 00.394.429/0044-40;
- Endereço postal: Av. Brig. Faria Lima, 1941 – Parque Martim Cererê, CEP: 12227-000 – São José dos Campos, SP;
- Endereço eletrônico institucional: dcta@cta.br; e
- Endereço do sítio na internet: www.cta.br

2.5.2 Identificação dos Gestores Envolvidos no Gerenciamento e na Execução de Despesas Relacionadas ao PESE.

A identificação do gestor envolvido, no âmbito do COMAER, refere-se ao responsável pelas despesas executadas pela CCISE. A partir de 13 de outubro de 2016, o ordenador de despesas da CCISE passou a ser o Diretor do DCTA.

I. Nome completo: Ten Brig Ar Carlos Augusto AMARAL Oliveira.

II. Atribuições e responsabilidades no que se refere ao Projeto Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras: A implantação do SISFRON não compete à CCISE. Esse trabalho está a cargo do Comando do Exército.

III. Endereço eletrônico e telefones para contato: dcta@cta.br e (12) 3947-6600.

IV. Órgão de lotação: DCTA

2.5.3 Identificação e Descrição Sucinta das Normas que Regulam a Gestão do PESE

I. Portaria EMAER nº 31/3SC3, de 31 de agosto de 2012. Aprova a edição do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PCA 358-1);

II. Portaria nº 224/GC3, de 10 de maio de 2012. Aprova a edição da Diretriz de Implantação do PESE (DCA 358-1), no âmbito do COMAER; e

III. Portaria nº 1325/GC3, de 13 de outubro de 2016. Altera a subordinação da CCISE e dá outras providências.

2.5.4 Organograma Funcional das Unidades Gestoras na Execução do PESE

De acordo com a Portaria nº 1325/GC3, de 13 de outubro de 2016, a CCISE é uma Comissão criada pelo Comandante da Aeronáutica para “coordenar os trabalhos relativos à definição e à implantação de sistemas espaciais relativos à defesa, incluindo seus elementos orbitais e a relativa infraestrutura de apoio. A Comissão é subordinada diretamente ao Diretor-Geral do DCTA. Dispõe de um Presidente, um Vice-Presidente Executivo e um Coordenador Técnico-Operacional. De acordo com o previsto no Art. 5º da Portaria nº 1325/GC3, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) presta o apoio administrativo necessário ao funcionamento da CCISE.

No entanto, para realizar as atividades do PESE, a CCISE depende de repasse orçamentário do MD, que é o detentor da ação 151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais.

2.5.5 Alinhamento dos Projetos do PESE com o Plano Plurianual do Governo

Programa 2058: Defesa Nacional.

Objetivo 1119: Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Iniciativa 0507: Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no PESE.

Ação: 151S Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

2.5.6 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados do PESE

Foi recebido um crédito de R\$ 1.057.929,76 em 2016, o qual foi empenhado na sua totalidade, conforme mostra o Quadro 2.5.6.1.

Quadro 2.5.6.1 - Despesas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) no Exercício de 2016

ND	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO						CRÉDITO DISPONÍVEL
		EMPENHADO				DESCENTR. PAÍS	DESCENTR. EXTERIOR	
		TOTAL	PAGO	LIQUIDADO	A LIQUIDAR			
3390.14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390.15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390.33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490.39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490.52	1.539.260,00	1.057.929,76	171.104,44	176.104,44	881.825,32	1.014.241,52	43.688,24	0,00
TOTAL GERAL	1.539.260,00	1.057.929,76	171.104,44	176.104,44	881.825,32	1.014.241,52	43.688,24	0,00

Fonte: CISCEA

4490.52

- 1 - Destaque de crédito no valor de R\$ 100.000,00 para o GAP-DF, fins atender aquisição de equipamentos destinados ao COMDABRA, em proveito do desenvolvimento do PESE;
- 2 - Destaque de crédito no valor de R\$ 709.946,00 para o GAP-DF, fins atender aquisição de equipamentos destinados ao COPE-P(Centro de Operações Espaciais/ COMGAR), em proveito do desenvolvimento do PESE;
- 3 - Destaque de crédito no valor de R\$ 250.000,00 para o GIA-SJ, em favor do DCTA, fins atender aquisição de equipamentos destinados à instalação da CCISE, em SJC, em proveito do desenvolvimento do PESE.

3390.33

- 1 - Pagamento de passagens aéreas para a realização de missões no País e no exterior em proveito do COPE/PESE – CCISE.
- 2 - Do crédito de 2014 inscrito em RAP, no valor de R\$ 275.151,54 (duzentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), foram executados, em 2015, R\$ 153.182,94 (cento e cinquenta e três mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo reinscrito para 2016, o saldo de R\$ 121.968,60 (cento e vinte e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos), que foi executado em sua totalidade.

2.5.7 Cronograma Físico-Financeiro do PESE

O PESE não possui cronograma Físico-Financeiro, pois não há nenhum Contrato em vigor.

2.5.8 Informações por Projeto (Frotas Cálidris, Attícora, Lessônia e Carponis) do PESE

Não houve atividade orçamentária, realizada no Exercício de 2016, para tratar dos projetos das frotas Cálidris, Attícora, Lessônia e Carponis, que são constelações de satélites para atender objetivos estratégicos específicos do PESE.

2.5.9 Indicação das Próximas Etapas Previstas do PESE

Em 2016, a CCISE, em coordenação com o EMAER, iniciou um trabalho de revisão do PESE. Tal revisão irá gerar um novo cronograma, adaptado às restrições orçamentárias que se impuseram nos últimos anos.

Quadro 2.5.9.1 - Previsão Anual de Recursos da Ação 151S

PREVISÃO ANUAL DE RECURSOS DA AÇÃO 151S						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
SAT OBT	160.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00
SGDC 1 e 2	-----	-----	20.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00	160.000.000,00
RECORRE NTE SGDC	10.704.743,25	10.704.743,25	10.704.743,25	10.704.743,25	10.704.743,25	10.704.743,25
SERVIÇO SATÉLITE	16.850.000,00	8.250.000,00	-----	-----	-----	-----
TOTAL DA AÇÃO 151S	187.225.103,25	178.954.743,25	190.704.743,25	330.704.743,25	330.704.743,25	330.704.743,25

Fonte: EMAER, conforme Ofício nº 107/3SC3/15519, de 7 de outubro de 2015, do EMAER para a Secretária-Geral do Ministério da Defesa.

2.5.10 Análise Crítica sobre o Andamento dos Projetos do PESE

A Estratégia Nacional de Defesa atribuiu ao COMAER a responsabilidade de, juntamente com outros órgãos federais, promover uma série de medidas com vistas a garantir a autonomia de produção, lançamento, operação e reposição de sistemas espaciais, por intermédio do desenvolvimento de veículos lançadores de satélites e sistemas de solo que garantam o acesso ao espaço em órbitas baixas e geoestacionárias.

Dessa forma, o COMAER aprovou o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, o qual estabelece a estratégia de implantação em longo prazo dos subprogramas e de projetos de sistemas espaciais de defesa com uso compartilhado (duais, militar e civil), respeitadas as peculiaridades de cada sistema. O PESE busca trazer benefícios diretos e indiretos a todos os potenciais usuários do Ministério da Defesa, como também a toda sociedade brasileira, e permite que as operações das Forças Armadas (FA) tenham o necessário suporte das aplicações espaciais de forma coordenada e integrada.

O PESE é organizado de forma complementar ao Programa Nacional de Atividades Espaciais da Agência Espacial Brasileira, buscando atender às necessidades militares específicas. O programa busca estimular a indústria nacional, de forma a garantir uma demanda contínua por produtos com um índice crescente de nacionalização.

Na área de Defesa e Segurança, o emprego dos sistemas espaciais propostos pelo PESE contribuirá para a redução dos custos provocados pela violência, por meio de um incremento na eficiência da vigilância de fronteiras e ações de inteligência. Os sistemas espaciais previstos no PESE podem beneficiar diversos projetos estratégicos, como os Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) da Marinha do Brasil, de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), de Defesa Aeroespacial Brasileiro, de Proteção da Amazônia (SIPAM), entre outros.

O incremento da disponibilidade de imagens de alta resolução e o refinamento das informações de posição e navegação, proporcionados pelos produtos gerados pelo PESE, fomentarão a Agricultura de Precisão (AP) que, por sua vez, permitirá um aumento da produção nacional e da rentabilidade desse setor. Essas imagens também servirão de insumo importante para os esforços de redução dos impactos de desastres naturais, por meio do aumento da eficiência no monitoramento de áreas de risco, no planejamento e nas respostas a esses eventos.

Outra contribuição importante do aumento da disponibilidade e da precisão das imagens será o aumento da eficiência no monitoramento ambiental, possibilitando ações de supervisão e fiscalização mais eficientes.

Além disso, a importância estratégica, para um país como o Brasil, de um programa espacial sólido e consistente baseia-se nas capacidades que são disponibilizadas pela tecnologia espacial dos projetos do PESE, tais como:

- a) atender às necessidades de comunicação via satélite;
- b) propiciar suporte ao monitoramento ambiental e dos recursos naturais;
- c) integrar os sistemas de vigilância das fronteiras terrestres, marítimas e do espaço aéreo;
- d) dar suporte para o controle do espaço aéreo e todo o controle dos sistemas de navegação civil e militar;
- e) disponibilizar informações de meteorologia e de inteligência, imagens e sinais, em apoio às operações militares, inclusive, globalmente;
- f) auxiliar na previsão do tempo e clima e no monitoramento de eventos climáticos extremos;
- g) controlar, sob o ponto de vista urbano, a expansão das cidades e as formas de ocupação do solo; e
- h) impulsionar a realização de parcerias estratégicas e a integração das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento com o setor industrial, de forma a qualificar a indústria nacional para o desenvolvimento e a manufatura de subsistemas e sistemas completos para o setor espacial.

O Brasil já detém alguma competência nessa área, possuindo um programa espacial com algumas realizações, porém muito aquém das necessidades do Estado. Houve investimentos em centros de lançamento, veículos lançadores de satélites, foguetes de sondagem, na produção de satélites e na formação de recursos humanos para o setor. Todavia, os resultados estão longe dos obtidos pelas nações que iniciaram os seus programas espaciais junto com o Brasil, como a Índia e a China.

Os investimentos em programas espaciais são justificados pelos incrementos que trazem às capacidades científica, tecnológica e de segurança. Adicionalmente, os investimentos proporcionam retornos socioeconômicos relevantes, destacando-se o fortalecimento da atividade industrial, o aumento de eficiência e de produtividade para outros setores, conforme detalhado anteriormente.

Em 2013 o COMAER solicitou para o exercício de 2014 recursos no valor de R\$ 203.500.000,00 para o PESE na Ação 151S (Ofício nº 5/5SC1/4758, de 30 de abril de 2013 do EMAER para a Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do MD), tendo sido contemplado na LOA 2014 o valor de R\$ 113.000.000,00, porém, tais recursos foram aplicados no projeto SGDC.

Em 2014, o COMAER solicitou para o exercício de 2015 recursos no valor de R\$ 573.000.000,00 para o PESE na Ação 151S (Ofício nº 6/5SC1/5186, de 7 de maio de 2014 do EMAER para a Secretaria-Geral do MD), porém, não foram contemplados na LOA 2015.

De acordo com a Análise de Viabilidade de Empreendimento de Grande Porte do PESE, realizada em 2012, os contratos com a indústria nacional tem potencial para produzir estímulos à economia em função da tecnologia adquirida e ampliação da mão de obra especializada, que poderão contribuir para outros setores econômicos, de forma que a implantação do PESE proporcionaria um incremento de 370.000 novas oportunidades de emprego diretos e indiretos, além de mais de 500.000 empregos associados ao efeito-renda, distribuídos por todas as classes de renda.

Outrossim, o Brasil ainda desfruta da possibilidade de transformar-se em um ator de destaque no setor espacial internacional, gerando oportunidades de renda e divisas para o País. A indústria espacial mundial está em fase de expansão, porém, caminha rapidamente para a maturidade. O atraso na implementação do PESE pode acarretar a perda de oportunidades como, por exemplo, o mercado de microssatélites (satélites da classe de 100kg, 150kg), que está em crescimento e, também, retardar os diversos benefícios ao país que podem ser proporcionados pelos sistemas espaciais.

Em virtude da falta de orçamento suficiente para a execução do Programa, as atividades do PESE limitaram-se à realização de estudos internos, à busca de informações para o planejamento da implantação dos sistemas espaciais previstos e à aquisição de equipamentos de suporte, em proveito do desenvolvimento do PESE.

Como não existem contratos firmados para o fornecimento de qualquer serviço ou sistema espacial, a situação orçamentária atual atrasa o desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais.

2.6 Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate

A Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, Organização do Comando da Aeronáutica prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem a finalidade de gerenciar os projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o COMAER, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.

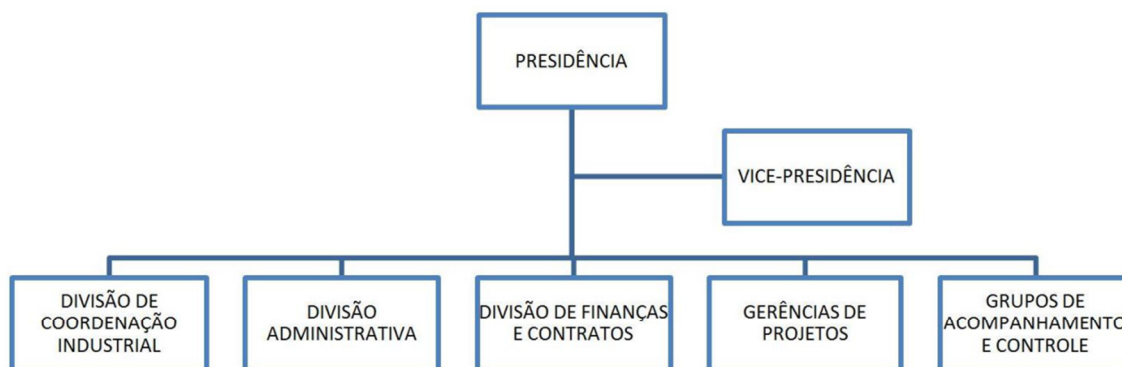
A COPAC tem sua subordinação e sede estabelecidas no Regulamento Interno aprovado pela Portaria nº 1.667/GC3, de 16 de setembro de 2013, faz parte da estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e possui as principais competências, conforme quadro abaixo:

Quadro 2.6.1 – Competências da COPAC

	NOME DO ÓRGÃO	SIGLA	PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate	COPAC	<ul style="list-style-type: none"> - gerenciar os projetos de aquisição, de desenvolvimento e de modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, que lhe forem atribuídos por órgão superior; - assessorar o EMAER na coordenação das ações necessárias à implantação dos materiais e sistemas aeronáuticos adquiridos, desenvolvidos ou modernizados por intermédio da COPAC; - cumprir as diretrizes da Aeronáutica para as atividades de compensação comercial, industrial e tecnológica; e - gerenciar o conhecimento envolvido nos processos de gerenciamento de projetos de aquisição, desenvolvimento e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos atribuídos à COPAC.

ESTRUTURA BÁSICA

Figura 2.6.1 - Organograma da Estrutura Básica



A Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate tem a finalidade de gerenciar os projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o Comando da Aeronáutica, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.

Para tanto, no exercício de 2016, foram alocados à COPAC recursos do Comando da Aeronáutica na ordem de R\$ 2.369.521.812,02 e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação disponibilizou recursos no montante de R\$ 4.100.000,00 na ação orçamentária 2014 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas do Programa 2021 - Ciência,

Tecnologia e Inovação em apoio ao projeto de desenvolvimento de um míssil de quinta geração com a Republica Sul Africana.

No exercício de 2016, a COPAC tinha sob sua responsabilidade a condução dos projetos denominados AM-X, CL-X2, E-99, F-X2, F-5BR, H-XBR, KC-X, KC-390, LINK-BR2, MAA-CA, MAR-1 FASE 2, P-3BR e I-X. O projeto MAA-1B teve seu contrato rescindido conforme determinação superior. Os projetos SARP-MD, KC-X2, VC-X2 e AAe aguardam definições para o prosseguimento ou não das tratativas para sua contratação. Foi iniciado, ainda em 2016, estudos para a rescisão contratual do contrato do projeto MAR-1 FASE 2. O desempenho destes projetos desde a sua contratação quanto a despesas, prazos, performance do produto, bem como a descrição sucinta dos instrumentos contratuais são apresentados a seguir:

2.6.1 Projeto AAE



O projeto de aquisição de um Sistema de Artilharia Antiaérea visa atender às necessidades estratégicas do Estado brasileiro e propor medidas de fomento para ampliar a capacidade da indústria nacional e garantir a sua autonomia no fornecimento de produtos às Forças Armadas, em relação ao Sistema de Defesa Antiaérea, conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 1.808/MD/MCT/MDIC/MF/MP/MRE, de 12 de junho de 2013.

Para a aquisição deste sistema o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em atendimento ao Ministério da Defesa, criou uma ação orçamentária específica denominada 151D – Obtenção de Sistemas de Defesa.

Devido à complexidade deste sistema de armas, a ação 151D foi subdividida visando um melhor acompanhamento da execução e gerenciamento, em quatro Planos Orçamentários:

- 0000 - Obtenção de Sistema de Defesa Antiaérea - Despesas Diversas;
- 0001 - Aquisição de Baterias Antiaéreas de Baixa Altura;
- 0002 - Aquisição de Baterias Antiaéreas de Média Altura; e
- 0003 - Integração das Baterias Antiaéreas com o SISDABRA.

Por determinação do Ministério da Defesa a condução da aquisição de baterias antiaéreas de média altura ficou a cargo da COPAC. Este sistema, composto por três baterias antiaéreas de média altura, de origem russa - PANTSIR-S1 teve como dotação inicial no exercício de 2016, PO 0002, o montante de R\$ 962.038,00 e dotação final de R\$ 769.631,00. Não houve execução de recursos no ano de 2016.

A COPAC aguarda a aprovação dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais - RTLI* pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, para continuidade das ações de negociação.

Os recursos utilizados em exercícios anteriores no valor de R\$ 1.068.358,62 foram utilizados para custeio de diárias e passagens nacionais e internacionais, em virtude das diversas reuniões gerenciais e visitas técnicas realizadas. Complementando que, por se tratar de um projeto conjunto, essas reuniões e visitas técnicas contaram com militares das três Forças.

Os recursos também foram utilizados na montagem da infraestrutura para a Gerência do projeto. Uma vez que se trata de um projeto Conjunto, sob gestão da COPAC, além dos militares do COMAER, foram designados militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro para integrarem a equipe, havendo necessidade de aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para uso da equipe do projeto.

Devido às características específicas do projeto e para um profícuo desenvolvimento dos trabalhos e das negociações foi contratado um curso de idioma russo para os militares envolvidos no projeto.

* Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLII) - Documento que decorre dos requisitos operacionais e consiste na fixação das características técnicas, logísticas e industriais que o Sistema ou Material deverá ter para cumprir os requisitos operacionais estabelecidos.

2.6.2 Projeto AM-X



A modernização da aeronave de caça-bombardieiro-reconhecedor ligeiro A-1M tem por objetivo atualizá-lo tecnologicamente visando a recuperação de sua capacidade original com vistas a manter sua operacionalidade no cumprimento de sua missão constitucional.

O projeto AM-X foi concebido para se encerrar em 2013, com o custo estimado nas condições originais de cada Contrato de R\$ 1.789.733.984,46. No entanto, fatores diversos alteraram o planejamento inicial.

O Comando da Aeronáutica ao decidir-se pelo projeto de modernização das aeronaves A-1 em 2001, reformulando o procedimento de tão somente contratar a campanha de “retrofit” das aeronaves do 1º e 2º lotes, para atualizá-las às condições da configuração do 3º lote, teve por objetivo encontrar uma solução efetiva para resolver problemas de obsolescência e configuração, propiciando a redução do custo do ciclo de vida da aeronave.

No ano de 2010 foi incluída a atividade de revitalização no processo de modernização das aeronaves A-1, motivada pela falta de componentes nas aeronaves que se encontravam na condição estocada e também pela indisponibilidade de material de giro na Força Aérea que pudesse prover a linha de montagem das aeronaves na Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A – EMBRAER, haja vista que todo o estoque disponível no Parque de Material Aeronáutico mantenedor estava sendo disponibilizado para apoio à operação das Unidades Aéreas.

No ano de 2012 as atividades de CLS foram incluídas no projeto o que representou um acréscimo de mais R\$ 99,56 milhões no projeto.

Para o cumprimento das obrigações contratuais, o projeto AM-X é suportado por ação orçamentária própria, do PAC, denominada 7U72 Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves A-1. Anteriormente este projeto foi apoiado pela ação orçamentária de revitalização e modernização de aeronaves denominada 20IH.

No exercício de 2016, os recursos alocados ficaram aquém da necessidade para o cumprimento do estabelecido contratualmente. A LOA 2016 contemplou o projeto com R\$ 129.948.367,00 quando a necessidade era de R\$ 150.630.741,88. Diante da evolução da crise econômica no ano de 2016, os ajustes realizados imputaram ao projeto um pesado corte. Da necessidade inicial de R\$ 150.630.741,88, apenas R\$ 18.483.078,96 foram alocados ao projeto, ou seja, 12,27% das obrigações contratuais para o ano.

Como consequência, o projeto sofreu mais um atraso na finalização do desenvolvimento e retardo nas entregas das últimas aeronaves modernizadas. Fruto disso, a Contratada reduziu ao mínimo a equipe responsável pelas tarefas de desenvolvimento alocadas ao projeto, bem como foram iniciadas as negociações para redução do número de aeronaves com as empresas Embraer, Ael Sistemas, Mectron e Leonardo S.p.a.(Empresa italiana).

Convém mencionar que em dezembro de 2016 o projeto foi contemplado com uma

Suplementação de R\$ 3.923.940,00. Tal valor permitiu a liquidação de etapas contratuais, utilizando-se inclusive de RAP de exercícios anteriores na complementação do pagamento.

O valor pago no ano de 2016 refere-se ao avançamento da produção dos nove últimos conjuntos de unidades Italianas do radar SCP-01 (Contrato 10/DEPED-COPAC/2000), Suporte Logístico do Radar SCP-01 (Contrato 02/DEPED-SDDP/2002) e Suporte Logístico da aeronave modernizada A-1 (Contrato 35/DCTA-COPAC/2012).

Caso não ocorra um incremento de recursos no exercício de 2017, poderá haver uma dificuldade da empresa em disponibilizar mão de obra para a produção das aeronaves restantes.

Contratualmente, o projeto de modernização da aeronave A-1 está respaldado por oito Contratos administrativos:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 010/DEPED- SDDP/2000
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	GALILEO AVIONICA S.p.A.
Anuente Solidária	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do “CAPUT” do Art. 25 da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 firmado em 14 de novembro de 2000 com a empresa LEONARDO S.p.A, tem como objeto a produção e fornecimento de 60 unidades radar SCP-01. Com valor original de USD 25.740.954,60 e saldo atual de USD 2.482.323,12, atualmente está em seu 10º Termo Aditivo (TA). Prazo de vigência: 61 meses. Prazo de execução: 55 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 18 de dezembro de 2001 para alterar a identificação referente à Contratada para nova razão social adotada pela empresa. Não ocorreram outras alterações. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 5 de setembro de 2003 a fim de adequar o CFF, estendendo os prazos de execução (66 meses) e de vigência (72 meses) com o único propósito de garantir a execução conjunta e coordenada dos Contratos nos 010, 011 e 013/DEPED-COPAC/2000, já que eles se vinculavam ao mesmo objeto. Além disso, foi necessário ajustar a cláusula nona - garantia da qualidade, de forma a prover maior confiabilidade ao produto final. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 229, Seção 3, de 30 de novembro de 2006.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de novembro de 2006 a fim de adequar o prazo de vigência (85 meses) em virtude de restrições

orçamentárias e do início dos estudos para adequar o Radar SCP-01 à aeronave A-1M. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 3, Seção 3, de 4 de janeiro de 2008.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de dezembro de 2007 a fim de adequar o prazo de vigência (97 meses) em virtude dos estudos para adequar o Radar SCP-01 à aeronave A-1M não terem sido finalizados a tempo e para alterar a identificação referente à anuente para a nova razão social adotada pela empresa. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 251, Seção 3, de 26 de dezembro de 2008.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 12 de dezembro de 2008 a fim de modificar a estrutura contratual para que o produto fosse à aeronave A-1M, bem como a quantidade produzida fosse alterada de forma a atender o número de aeronaves a serem modernizadas. Tal alteração culminou com uma extensão da execução contratual para 150 meses e da vigência para 167 meses. Além disso, o objeto de 60 unidades IT foi fracionado para 47 unidades mais 13 unidades opcionais que poderiam ser suprimidas em até 40 meses após assinatura deste TA. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 246, Seção 3, de 24 de dezembro de 2010.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 de dezembro de 2010 de forma a se adequar o Contrato às dificuldades técnicas inerentes à integração a aeronave A-1M, bem como algumas especificações técnicas foram modificadas com a finalidade de se aumentar a comunalidade operacional deste produto com o radar Grifo-F que equipa a aeronave F-5BR. Conseqüentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 13/03/2015 e a vigência para 13/09/2015. Além disso, foi necessário alterar a denominação da contratante e da Contratada. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	7º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 213, Seção 3, de 5 de novembro de 2012.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 25 de outubro de 2012 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção das últimas 13 unidades (de 40 meses após a assinatura do 5º TA para o dia 14/04/2013) e para se adequar os termos utilizados neste Contrato à edição 2010 dos INCOTERMS – *International Commercial Terms* – 7ª Revisão. Além disso, atrasos provenientes do desenvolvimento do Radar, bem como da adequação à nova aeronave, culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 13/05/2016 e da vigência para 13/11/2016. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	8º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 96, Seção 3, de 21 de maio de 2013.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 15 de maio de 2013 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção das últimas 13 unidades (de 14/04/2013 para o dia 12/04/2014) em face das diversas alterações ocorridas no cronograma do Projeto, desde seu início, o que também resultou em um impacto nas datas das entregas constantes do Cronograma Físico-Financeiro, sem alteração do preço porém alterando a distribuição dos valores por exercício. Conseqüentemente, foi necessária a extensão do prazo de execução contratual para 13/05/2017 e da vigência para 13/11/2017. Além disso, foi necessário alterar a denominação da Contratada. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	9º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 36, Seção 3, de 24 de fevereiro de 2015.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 e fevereiro de 2015 com a finalidade de se cumprir a cláusula de supressão das 13 unidades IT. Tal opção tinha como consequência direta a devolução de materiais mecânicos e eletrônicos para a contratante, porém em um estado que impossibilitaria a utilização futura. Desta forma, as partes decidiram por utilizar o material para se produzir 9 conjuntos de unidades IT já adequadas a aeronave A-1M no lugar das 13 que não poderiam ser utilizados neste vetor sem um retrabalho. Esta modificação não trouxe acréscimo ao preço total do Contrato. Valor do Contrato US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	10º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 231, Seção 3, de 2 de dezembro de 2016.

O 10º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 29 de novembro de 2016 com a finalidade de se realizar os ajustes decorrentes das restrições orçamentárias ocorridas no os exercícios de 2015 e 2016. Valor contratado US\$ 25,740,954.60.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 011/DEPED- SDDP/2000
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Anuente Solidária	GALILEO AVIONICA S.p.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do “CAPUT” do Art. 25 da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 11/DEPED-SDDP/2000 firmado 14 de novembro de 2000 com a empresa Mectron – Engenharia, Indústria e Comércio S.A., tem como objeto a produção e fornecimento de 60 unidades BR e 60 radares SCP-01. Com valor original de R\$ 10.372.797,96 e saldo atual de R\$ 13.486,72, atualmente está em seu 11º TA. Valor do Contrato R\$ 12.828.712,80.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 1º de novembro de 2001 para alterar a cláusula custeio, fins de se adequar a classificação funcional e estrutura programática que o COMAER receberia os recursos orçamentários, bem como a Natureza de Despesa. Nada mais foi alterado. Valor do Contrato R\$ 12.828.712,80.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 5 de setembro de 2003 a fim de adequar o Cronograma Físico-Financeiro, estendendo os prazos de execução (58 meses) e de vigência (72 meses) com o único propósito de garantir a execução conjunta e coordenada dos Contratos nos 010, 011 e 013/DEPED-COPAC/2000, já que eles se vinculavam ao mesmo objeto. Além disso, foi necessário ajustar a cláusula nona - garantia da qualidade, de forma a prover maior confiabilidade ao produto final. Valor do Contrato R\$ 12.828.712,80.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 229, Seção 3, de 30 de novembro de 2006.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de novembro de 2006 a fim de adequar o prazo de vigência (85 meses) em virtude de restrições orçamentárias e do início dos estudos para adequar o Radar SCP-01 à aeronave A-1M. Valor do Contrato R\$ 12.828.712,80.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 28 de dezembro de 2007.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de dezembro de 2007 a fim de adequar o prazo de vigência (97 meses) em virtude dos estudos para adequar o Radar SCP-01 à aeronave A-1M não terem sido finalizados a tempo e para alterar a identificação referente à Contratada para a nova razão social adotada pela empresa. Valor do Contrato R\$ 12.828.688,03.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 18, Seção 3, de 27 de janeiro de 2009.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 28 de dezembro de 2009 a fim de modificar a estrutura contratual para que o produto fosse à aeronave A-1M, bem como a quantidade produzida fosse alterada de forma a atender o número de aeronaves a serem modernizadas. Tal alteração culminou com uma extensão da execução contratual para 14/04/2014 e da vigência para 14/10/2014. Além disso, o objeto de 60 unidades IT foi fracionado para 47 unidades mais 13 unidades opcionais que poderiam ser suprimidas em até 40 meses após assinatura do 5º TA do Contrato 010/DEPED-SDDP/2000. Houve ainda a necessidade de se refletir as alterações das denominações da anuente e da contratante e de se revisar para menos o valor contratual, em função da extinção de um tributo (CPMF). Valor do Contrato R\$ 12.816.688,03.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 246, Seção 3, de 24 de dezembro de 2010.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 21 de dezembro de 2010 de forma a se adequar o Contrato às dificuldades técnicas inerentes à integração a aeronave A-1M, bem como algumas especificações técnicas foram modificadas com a finalidade de se aumentar a comunalidade operacional deste produto com o radar Grifo-F que equipa a aeronave F-5BR. Conseqüentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 12/04/2015

e a vigência para 12/10/2015. Além disso, foi necessário alterar a denominação da anuente. Valor do Contrato R\$ 12.816.688,03.

Instrumento Contratual	7º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 213, Seção 3, de 5 de novembro de 2012.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 25 de outubro de 2012 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção das últimas 13 unidades (de 40 meses após a assinatura do 5º TA para o dia 12/04/2013). Além disso, atrasos provenientes do desenvolvimento do Radar, bem como da adequação à nova aeronave, culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 12/06/2016 e da vigência para 12/01/2017. Valor do Contrato R\$ 12.816.688,03.

Instrumento Contratual	8º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 96, Seção 3, de 21 de maio de 2013.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 15 de maio de 2013 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção das últimas 13 unidades (de 12/04/2013 para o dia 12/04/2014) em face das diversas alterações ocorridas no cronograma do Projeto, desde seu início, o que também resultou em um impacto nas datas das entregas constantes do CFF, sem alteração do preço, porém alterando a distribuição dos valores por exercício. Conseqüentemente, foi necessária a extensão do prazo de execução contratual para 12/10/2017 e da vigência para 12/04/2018. Além disso, foi necessário alterar a denominação da anuente. Valor do Contrato R\$ 12.816.688,03.

Instrumento Contratual	9º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 189, Seção 3, de 2 de outubro de 2015.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 1º de outubro de 2015 teve como objetivo a opção pela supressão da Fase II referente à produção dos 13 conjuntos de Unidades brasileiras adequadas ao A-1M. Tal fato induziu a uma redução no Preço do Contrato e antecipou o prazo de execução contratual para 12/12/2015 e da vigência para 12/06/2016. Valor do Contrato R\$ 10.464.023,54.

Instrumento Contratual	10º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 110, Seção 3, de 10 de junho de 2016.

O 10º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi firmado em 9 de junho de 2016 motivado pela necessidade de se prorrogar a vigência de forma a permitir que as atividades de análise e adequação relativas a uma possível redução de escopo sejam realizadas. Prazo de vigência: 12 de fevereiro de 2017. Valor do Contrato R\$ 10.464.023,54.

Instrumento Contratual	11º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 233, Seção 3, de 6 de dezembro de 2016.

O 11º TA ao Contrato de Despesa nº 011/DEPED-SDDP/2000 foi firmado em 5 de dezembro de 2016 motivado pela necessidade de novos ajustes nas cláusulas contratuais, bem como, o insuficiente prazo para que a Comissão de Recebimento Definitivo do Objeto Contratual

finalize as suas ações. O prazo de vigência foi prorrogado para 12 de junho de 2017. Valor do Contrato R\$ 10.372.797,96.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	GALILEO AVIONICA S.p.A.
Anuente Solidária	MECTRON – Engenharia, Indústria e Comércio S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do “Caput” do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no item 6.1.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 175-1 Aprovação, Celebração e Registro de Contratos.

O Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 (Radar) firmado em 19 de dezembro de 2008 com a empresa SELEX ES S.p.A, tem como objeto a prestação de serviços e fornecimento de bens relativos à adaptação do radar SCP-01 à aeronave A-1. Com valor original de EUR 9.964.002,29 e término previsto para 14 de dezembro de 2012, atualmente está em seu 6º TA. O encerramento deste Contrato está previsto para 31 de março de 2017.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 246, Seção 3, de 24 de dezembro de 2010.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 23 de dezembro de 2010 e teve como finalidade adequar o Contrato às dificuldades técnicas inerentes à integração a aeronave A-1M, bem como algumas especificações técnicas foram modificadas com a finalidade de se aumentar a comunalidade operacional deste produto com o radar Grifo-F que equipa a aeronave F-5BR. Conseqüentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 14/05/2013 e a vigência para 13/11/2013. Além disso, foi necessário alterar a denominação da contratante e da Contratada. Valor do Contrato EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 2013, Seção 3, de 5 de novembro de 2012.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 25 de outubro de 2012 e teve como finalidade adequar os termos utilizados neste Contrato à edição 2010 dos INCOTERMS – *International Commercial Terms* – 7ª Revisão. Além disso, diversos problemas técnicos e de obsolescência obrigaram as partes a revisar o cronograma de entregas bem estender o prazo de execução contratual para 14/09/2013 e a vigência para 13/04/2014. Valor do Contrato EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 96, Seção 3, de 21 de maio de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 15 de maio de 2013 e teve como finalidade alterar a denominação da Contratada. Em adição, atualizou-se a cláusula de garantia técnica e duas atividades contratuais foram juntadas em uma única etapa, fins de um melhor aproveitamento de pessoal e equipamento envolvido. Valor do Contrato EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 70, Seção 3, de 11 de abril de 2014.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 9 de abril de 2014 e teve como finalidade alterar a denominação da Contratada e se estender algumas atividades de suporte técnico à integração do radar na aeronave A-1M em virtude do atraso do projeto de modernização desta última. Conseqüentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 14/03/2015 e a vigência para 31/05/2015. Valor do Contrato EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 102, Seção 3, de 1º de junho de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 21 de maio de 2015. Devido as constantes restrições orçamentárias que a modernização da aeronave A-1M sofreu, as atividades de suporte técnico à integração do Radar não puderam ser concluídas. Desta forma, o prazo de execução contratual foi estendido para 31/01/2016 e a vigência para 31/03/2016. Valor do Contrato EUR 9.964.002,29.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 62, Seção 3, de 1º de abril de 2016.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 007/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 31 de março de 2016 foi motivado pela necessidade de finalizar e receber algumas atividades de suporte técnico relativos à integração do Radar SCP-01 na aeronave modernizada. Alterados os prazos de execução e de vigência. Prazo de execução: 31 de janeiro de 2017. Prazo de vigência: 31 de março de 2017.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Art. 2º do Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa 008/DEPED-SDDP/2003 firmado em 29 de dezembro de 2003 com a empresa EMBRAER S.A, tem como objeto a modernização das aeronaves A-1. Com valor original de R\$ 741.636.580,21 (Condição Econômica de setembro de 2003 - CE SET03) seu saldo atual é de R\$ 238.526.890,94. A última etapa contratual estava prevista para 15 de junho de 2013. Atualmente está no 4º TA e seu prazo de encerramento foi reprogramado para 30 de setembro de 2017. Valor do Contrato R\$ 842.333.380,10.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 243, Seção 3, de 20 de dezembro de 2004.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/03 foi assinado em 15 de dezembro de 2004 e teve como finalidade adequar o Contrato ao atraso no início da execução contratual, visto

que haviam atividades essenciais para isto que, devido à complexidade inerente, não haviam sido Contratadas. Valor do Contrato R\$ 842.333.380,10.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 15, Seção 3, 22 de janeiro de 2009.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 e foi necessário em função de ajustes nos Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Básicos (RTLIB) da modernização e pela decisão do EMAER em reduzir o escopo de 53 para 43 aeronaves a modernizar. Em consequência o preço original do Contrato foi alterado e o prazo de execução contratual foi estendido para 140 meses e a vigência para 146 meses. Valor do Contrato R\$ 740.741.433,29.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 144, Seção 3, de 26 de julho de 2012.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de julho de 2012 e foi necessário em razão de inclusões e exclusões de itens relacionados nos Anexos partes integrantes do Contrato, motivado pelas mudanças nos Requisitos originais do projeto. Como consequência direta, o preço contratado teve que ser revisto. Da mesma forma, houve a necessidade de ajustar o cronograma físico financeiro do Contrato a esta realidade e estender a execução contratual para 04/05/2017 e da vigência para 30/10/2017. Valor do Contrato R\$ 740.926.729,76.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 251, Seção 3, de 27 de dezembro de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2013 e foi necessário para ajustar o CFF, pois a LOA 2013 não atendeu às reais necessidades do Projeto no exercício. Naquela ocasião, os recursos que seriam destinados ao COMAER sofreram significativos cortes nos créditos solicitados para a execução de seus Projetos, mesmo aqueles relativos a compromissos contratuais já anteriormente assumidos e contemplados no Plano Plurianual. A modificação no Preço do Contrato foi motivada pela inclusão do Imposto Sobre Serviço (ISS), pois o lote que contemplava o serviço de modernização era beneficiado pela isenção de impostos do ISS de 2% preconizado pela Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto - SP. Tal benefício encerrou-se no ano de 2015, em atendimento à resolução do artigo 2º da Lei Complementar nº 013, de 26 de março de 2001, publicada pela Prefeitura. Valor do Contrato R\$ 741.636.580,21.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e Art. 2º do Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 firmado em 17 de janeiro de 2004 com a empresa EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI, tem como objeto o fornecimento de Bens necessários à modernização de 43 aeronaves A-1 e de Itens de suporte logístico associado. Com valor original de USD 204.784.358,62 (CE SET03) e entrega da última etapa contratual prevista para 1º de julho de 2012, atualmente está em seu 6º TA com o saldo de USD 45.328.528,36 e encerramento postergado para 31 de março de 2018. Valor do Contrato US\$ 182,489,329.35.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 7, Seção 3, de 10 de janeiro de 2006.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 22 de dezembro de 2006 para ajustar o custeio do Contrato, de maneira a contemplar os recursos que foram disponibilizados para o Exercício de 2006, reescalando, também, o montante relativo aos anos subsequentes. Por consequência, o prazo de execução contratual foi estendido para 128 meses e a vigência para 131 meses. Valor do Contrato US\$ 182,489,329.35.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 15, Seção 3, de 22 de janeiro de 2008.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 no intuito de ajustar o RTLIB e promover redução do escopo contratual para 43 aeronaves. Além disso, a lista de *deliverables* foi alterada, tanto para contemplar a redução no número de aeronaves quanto para atualizar a arquitetura aviônica do projeto, resultando em um acréscimo no preço total do Contrato. Ademais, o cronograma foi ajustado, fins de se sincronizar o objeto às necessidades do COMAER. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 129 meses e da vigência para 135 meses. Valor do Contrato US\$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 198, Seção 3, de 15 de outubro de 2010.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 29 de outubro de 2010 com o objetivo de modificar os procedimentos para importação definitiva e para ajustar o cronograma físico-financeiro frente às restrições orçamentárias sofridas. Valor do Contrato US\$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 28 de dezembro de 2011.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 27 de dezembro de 2012 com o objetivo de modificar a denominação da Contratada e para ajustar o CFF frente às restrições de grande monta sofridas na LOA 2011. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 30/06/2016 e da vigência para 30/12/2016. Valor do Contrato US\$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 171, Seção 3, de 4 de setembro de 2013.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 7 de agosto de 2013. Foi celebrado em função de ajustes nas entregas do Contrato, com a migração de itens para outros Contratos, exclusões e modificações; correções na lista de Proposta de Modificação Técnica (PMT); substituição dos equipamentos obsoletos rádio (VUHF Helmer) e IFF (Transponder SIT 421); e em virtude de a Lei Orçamentária Anual 2013 não ter contemplado as reais necessidades orçamentárias do Projeto A-1M. Estas modificações alteraram o preço total do Contrato e as restrições orçamentárias culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 30/09/2016. Valor do Contrato US\$ 204,784,385.62.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 243, Seção 3, de 20 de dezembro de 2016.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi firmado em 15 de dezembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se prorrogar os prazos de execução e de vigência. Prazo de execução: 30 de setembro de 2017. Prazo de vigência: 31 de março de 2018.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ALENIA AERONAUTICA S.p.A.
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso XIV, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 28 de dezembro de 2004.

O Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 firmado em 23 de dezembro de 2004 com a empresa LEONARDO S.p.A., tem como objeto o fornecimento de kits de modificação técnica para as aeronaves A-1. Com valor original de EUR 1.876.483.86 e entrega da última etapa em 20 de novembro de 2009, atualmente está em seu 9º TA e vigência até 30 de junho de 2017.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 208, Seção 3, de 28 de outubro de 2005.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 5 de outubro de 2005 em função das modificações de requisitos implementados pelo Estado-Maior da Aeronáutica que, em decorrência, alterou a necessidade de kits previstos. Em consequência houve alteração no Preço do Contrato e ajustes no cronograma e no custeio. Valor do Contrato EUR 1.925.177,60.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 233, Seção 3, de 5 de dezembro de 2007.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 3 de dezembro de 2007 para estabelecer os novos prazos de entrega dos mod sets que compõem os kits. Adequar a redistribuição das incorporações nos mod sets a serem fornecidos como *Government Furnished Equipment* (GFE). Em consequência houve alteração no Preço do Contrato e ajustes no CFF e Custeio. Valor do Contrato EUR 1.827.790,12.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 233, Seção 3, de 1º de dezembro de 2008.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 20 de novembro de 2008 em função da exclusão de modificações técnicas com alteração na lista dos mod sets. Desta forma, foi alterado o Preço do Contrato e o prazo de execução contratual foi estendido para 76 meses e a vigência para 81 meses. Valor do Contrato EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 129, Seção 3, de 7 de julho de 2011.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 6 de junho de 2011 em função da alteração da denominação da contratante e para fins de se adequar as entregas ao novo calendário apresentado pela Contratada. Por conseguinte, o prazo de vigência foi estendido para o dia 15/12/2012. Valor do Contrato EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 232, Seção 3, de 3 de dezembro de 2012.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 22 de novembro de 2012 com o objetivo de modificar a denominação da Contratada e para permitir que houvesse tempo hábil para a análise dos processos de apuração de sanção administrativa. Tal ajuste culminou com a extensão da vigência para o dia 15/12/2013. Valor do Contrato EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 233, Seção 3, de 2 de dezembro de 2013.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 29 de novembro de 2013 com o objetivo de estender a vigência em virtude do fato de algumas etapas terem chegado ao Brasil com itens danificados. Desta forma, houve a extensão do prazo de execução contratual para 15/08/2014 e da vigência para 15/12/2014. Valor do Contrato €1.876.483,86.

Instrumento Contratual	7º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 238, Seção 3, de 9 de dezembro de 2014.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 8 de dezembro de 2014 com o objetivo de estender a vigência já que os itens danificados ainda não chegaram ao Brasil por problemas operacionais e administrativos da Contratada. Desta forma, houve a extensão do prazo de execução contratual para 15/08/2015 e da vigência para 15/12/2015. Valor do Contrato EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	8º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 227, Seção 3, de 27 de novembro de 2015.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 26 de novembro de 2015 com o objetivo de estender a vigência já que parte dos itens danificados ainda

não chegaram ao Brasil e parte dos que chegaram, ainda apresentam discrepâncias. Desta forma, houve a extensão da vigência para 15/12/2016. Valor do Contrato EUR 1.876.483,86.

Instrumento Contratual	9º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 238, Seção 3, de 13 de dezembro de 2016.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 12 de dezembro de 2016 com o objetivo de estender o prazo de vigência a fim de permitir a reposição de itens danificados que impedem a emissão do Termo de Aceitação Definitivo. Prazo de vigência: 30 de junho de 2017.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação Ratificação	DOU nº 36, Seção 3, de 20 de fevereiro de 2009.

O Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 (Modernização) firmado em 23 de dezembro de 2008 com a empresa EAI, tem como objeto componentes e Kit's para a modernização de 43 aeronaves A-1. Com valor original de EUR 147.565.954,11 (CE NOV08) e saldo atual de EUR 51.961.051,60, atualmente está em seu 3º TA. Devido a dificuldades orçamentárias ao longo dos anos, o prazo de encerramento foi reprogramado para 29 de novembro de 2017.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 236, Seção 3, de 9 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 7 de dezembro de 2011 com a finalidade de se adequar o cronograma do contrato ao cronograma de desembolso do Contrato de financiamento. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 29/05/2015 e da vigência para 29/11/2015. Valor do Contrato US\$ 147,565,954.11.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 225, Seção 3, de 25 de novembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 24 de novembro de 2015 com o objetivo de se adequar aos novos procedimentos de importação definitiva e de se estender os prazos contratuais frente as restrições orçamentárias que o projeto vem enfrentando. Desta forma, foi necessário prorrogar o prazo de vigência para 29/11/2016. Valor do Contrato US\$ 147,565,954.11.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 228, Seção 3, de 29 de novembro de 2016.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 28 de novembro de 2016 com o objetivo de estender o prazo de vigência. Tal medida se fez necessária devido aos reflexos da crise financeira nos projetos da Força Aérea. Prazo de vigência: 29 de novembro de 2017.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A.
Anuente Solidária	-
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 250, Seção 3, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/10 (Revitalização) firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens para a revitalização de 43 aeronaves A-1/A-1B. Com valor original de R\$ 261.740.587,58 (CE OUT10) e saldo atual de R\$ 99.198.673,11, atualmente está em seu 6º TA. O prazo de entrega da última etapa estava prevista para 16 de abril de 2016. Devido a dificuldades orçamentárias, o encerramento foi reprogramado para 13 de julho de 2017.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 28 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 7 de dezembro de 2011. Foi motivado em virtude da LOA 2011 ter imposto restrições de grande monta ao Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus Contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o CFF do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 04/08/2016 e da vigência para 04/02/2017. Valor do Contrato R\$ 264.089.775,39.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 3, Seção 3, de 4 de janeiro de 2013.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012 com o intuito de redimensionar as necessidades das células das aeronaves a serem revitalizadas e de se adaptar a precificação ao fato das atividades que seriam desenvolvidas na Unidade da Embraer em Gavião Peixoto - SP estarem isentas de impostos e taxas municipais até o término do exercício financeiro de 2015. Com isso, o preço total do Contrato foi reduzido. Valor do Contrato R\$ 261.740.587,58.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 252, Seção 3, de 30 de dezembro de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013. Foi celebrado fins de se fazer ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado e o prazo de

execução contratual fosse estendido para 13/01/2017 e a vigência para 13/07/2017. Valor do Contrato R\$ 261.740.587,58.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/10
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no item 6.1.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica.

O Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 (Revitalização) firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EAI, tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens no exterior para a revitalização de 43 aeronaves A-1/A-1B. Com valor original de EUR 61.435.737,41 (CE OUT10) e saldo atual de EUR 24.589.852,40, atualmente está em seu 3º TA. O prazo de entrega da última etapa estava prevista para 16 de abril de 2016. Devido a dificuldades orçamentárias o encerramento foi reprogramado para 20 de junho de 2017.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 28 de dezembro de 2010.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 27 de dezembro de 2011. Este 1º TA Foi motivado por restrições de grande monta no Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o cronograma físico-financeiro do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 21/05/2016 e da vigência para 21/11/2016. Valor do Contrato € 55.372.860,54.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 3, Seção 3, de 4 de janeiro de 2010.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012. Foi motivado pela necessidade de se revisar o controle do estoque logístico da Aeronáutica, referente à Aeronave A-1. Com as informações atualizadas acerca das condições de cada célula de aeronave a serem revitalizadas, foi necessário redimensionamento nos reparos e aquisição de itens de reposição, alterando o Preço do Contrato e antecipando o prazo de execução contratual para 03/09/2015 e a vigência para 03/03/2016. Valor do Contrato EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 251, Seção 3, de 27 de dezembro de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013. Foi celebrado fins de se fazer ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado e o prazo de execução contratual fosse estendido para 20/12/2016 e a vigência para 20/06/2017. Valor do Contrato EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEL SISTEMAS S.A.
Anuente Solidária	-
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 245, Seção 3, de 20 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012 firmado em 12 de dezembro de 2012 com a empresa AEL SISTEMAS S.A., tem como objeto serviços de apoio logístico contratado para as aeronaves A-1. Com valor original de R\$ 79.386.033,75 (CE NOV12) e saldo atual de R\$ 20.949.221,86, atualmente está em seu 1º TA. O prazo de entrega da última etapa contratual estava prevista para 5 de agosto de 2016. Devido a dificuldades orçamentárias o encerramento foi reprogramado para 30 de setembro de 2018.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 243, Seção 3, de 20 de dezembro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/12 foi firmado em 13 de dezembro de 2016 motivado pela necessidade de se adequar à nova previsão de desembolso para pagamento. O preço total de R\$ 99.565.530,55 nas CE NOV12 passou para R\$ 79.386.033,75. Prazo de vigência: 30 de setembro de 2018. Prazo de execução: 30 de março de 2018.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ELBIT
Contratos Associados	010/CTA-SDDP/2008
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 11, Seção 3, de 16 de janeiro de 2013.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012, com a empresa ELBIT. Valor USD 147.565.954,11 dos quais já foram reconhecidos USD 89.803.028,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 28 de dezembro de 2021 teve como beneficiários o DCTA e a empresa AEL Brasil. Contrato comercial vinculado nº 010/CTA-SDDP/2008.

2.6.3 Projeto CL-X2



O projeto CL-X2 visa a aquisição de duas aeronaves modelo CASA 295, na configuração SAR (*Search and Rescue*), destinadas às missões de busca e salvamento. O processo de aquisição foi iniciado por meio do Pedido de Oferta para quatro aeronaves emitido em abril de 2009. Devido a restrições de ordem orçamentária o processo de aquisição foi suspenso e

reiniciado em 2 de setembro de 2013 com a redução de uma aeronave.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EADS CONSTRUCCIONES AERONÁUTICAS S.A. SOCIEDAD UNIPERSONAL
Modalidade de Licitação	Dispensável nos Termos do Art. 24, XIX, da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 84, Seção 3, de 6 de maio de 2014.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, assinado em 30 de abril de 2014 com a empresa EADS Construcciones Aeronáuticas S.A., tem como objeto o fornecimento de três aeronaves CASA – 295 na versão de Busca e Resgate (SC 105), o fornecimento de equipamentos de apoio de solo, publicações técnicas, conjunto de peças de reposição, treinamento, assistência técnica e fornecimento de serviços e materiais referentes ao *full in service* – FISS.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 240, Seção 3, de 16 de dezembro de 2015.

O Preço total acordado para a execução do objeto foi de EUR 186.765.476,00 (CE MAR14). Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 20XV, a qual custeia o SISCEAB. O DECEA, órgão central do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), é a organização responsável pela sustentação normativa, coordenação e supervisão operacional das atividades de busca e salvamento, na área de responsabilidade do País. Por meio da Divisão de Busca e Salvamento (D-SAR), o DECEA gerencia toda a atividade de busca e salvamento aeronáutico. Não há Contrato de financiamento externo para esta aquisição.

O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 31 de dezembro de 2021.

Devido a mudanças da denominação social da empresa EADS Construcciones Aeronáuticas SA para Airbus Defense and Space e da redução de R\$ 50.000.000,00 do orçamento planejado para o projeto, foi assinado em 9 de novembro de 2015, o 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014.

Em decorrência desta redução orçamentária, houve a necessidade de se prorrogar a execução contratual até 1º de novembro de 2022 e a vigência contratual até 1º de maio de 2023. O cronograma de entrega das etapas remanescentes foi adequado aos custos de postergação. Com isso o preço total, para a execução do objeto, passou para EUR 191.205.686,00 nas (CE MAR14) e o cronograma de entrega das aeronaves alterado para:

1ª aeronave – de dezembro de 2016 para maio de 2017;

2ª aeronave – de outubro de 2017 para maio de 2018;

e 3ª aeronave – de dezembro de 2017 para maio de 2019..

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 240, Seção 3, de 16 de dezembro de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, ocorreu em 12 de dezembro de 2016, teve por causa as graves restrições orçamentárias impostas ao Comando da Aeronáutica fruto da crise econômica severa pela qual vem passando o país. Foram iniciadas as ações para identificar os impactos provenientes deste corte. O Projeto foi contemplado com o montante de R\$ 60.000.000,00 para as despesas do ano de 2016 o que inviabilizou o pagamento integral das obrigações do corrente ano. Em virtude do valor alocado inferior ao previsto para o exercício, houve a necessidade de se reduzir o objeto de três para duas aeronaves e a adequação completa do cronograma físico-financeiro, assim como, a reconfiguração de toda a tabela de itens entregáveis e seus respectivos prazos de execução. A redução do objeto implicou na alteração dos valores contratados e na modificação de toda a estrutura de produção, o que acarretou a diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.

Em decorrência da redução do objeto contratual associada à prorrogação de prazos, o preço total para a execução do objeto foi ajustado para EUR 153.206.763,96 e o prazo de vigência estendido para 1º de maio de 2023. As entregas das aeronaves sofreram as seguintes alterações:

- 1ª aeronave – maio de 2017 para junho de 2017;
- 2ª aeronave – maio de 2018 para maio de 2019; e
- 3ª aeronave – cancelada.

Em relação ao comportamento dos requisitos de performance do produto, não houve alteração das características técnicas, logísticas, industriais e de desempenho estabelecidas pelo EMAER que implicassem em majoração de Preço.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	Airbus
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 119, Seção 3, de 25 de junho de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do projeto CL-X2 foi celebrado, em 17 de junho de 2014, o Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2014 com a empresa Airbus.

O valor da obrigação acordado foi de EUR 186.765.476,00 que corresponde ao valor do Contrato associado nº 001/DCTA-COPAC/2014. Do montante de EUR 186.765.476,00 foram reconhecidos EUR 48.629.957,00. Com encerramento previsto para 31 de dezembro de 2021 tem como beneficiários o DCTA, a DIRSA, Universidades Brasileiras e a empresa Liebherr do Brasil.

*Preliminary Design Review (PDR) - demonstra que o projeto preliminar satisfaz todos os requisitos do sistema com risco aceitável e dentro das restrições de custo e cronograma e estabelece a base para prosseguir com o projeto detalhado. Ele mostrará que as opções corretas de design foram selecionadas, as interfaces foram identificadas e os métodos de verificação foram descritos.

** Critical Design Review (CDR) - demonstra que a maturidade do projeto é apropriada para suportar o prosseguimento com fabricação, montagem, integração e teste em escala completa. O CDR determina que o esforço técnico está no bom caminho para concluir o desenvolvimento do sistema de voo e terrestre e as operações da missão, cumprindo os requisitos de desempenho da missão dentro das restrições de custos e horários identificadas.

2.6.4 Projeto E-99M



O projeto E-99M prevê a prestação de serviços e o fornecimento de bens, necessários para a modernização dos Sensores Aeroembarcados de cinco Aeronaves E-99.

Este projeto teve seu início em 13 dezembro de 2012 com término previsto para agosto de 2017 a um custo planejado de R\$ 550.000.000,00. Devido aos percalços orçamentários, a conclusão da modernização foi postergada para outubro de 2022. Das 109 etapas para a realização dos serviços, 37 foram concluídas e recebidas.

Em termos de execução física o projeto encontra-se com a CDR realizada desde 2013, mas com as atividades de engenharia e produção paralisadas, em decorrência das restrições orçamentárias de 2013 a 2016. Uma aeronave encontra-se nas dependências da EMBRAER, desde maio de 2013, aguardando a retomada das atividades. A previsão atual para modernização dessa primeira aeronave passou para novembro de 2019, uma postergação de 54 meses em relação à previsão inicial.

Apesar das tratativas com as empresas, com o fito de adequar os Contratos à realidade orçamentária, através da celebração de termos aditivos no final de 2015, e a reiterada insuficiência de recursos financeiros para o atendimento das necessidades do projeto no ano de 2016, acarretará a necessidade de novos Termos Aditivos, impactando não só na postergação das entregas de etapas, mas também no prazo para finalização do projeto e, principalmente, no aumento dos custos finais, com a possibilidade de sua inviabilidade de conclusão.

Para a execução dos serviços de modernização destes sensores, devido à alta tecnologia embarcada, foi necessário a assinatura de Contratos com as empresas EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL-EAI, EMBRAER S.A, SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS, AEL LTD, e ROHDE & SCHWARZ. Foram firmados os Contratos:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 83, Seção 3, de 5 de maio de 2014.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012 firmado em 14 de dezembro de 2012 com a empresa EAI, tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica.

O preço total é de EUR 86.907.588,64 (oitenta e seis milhões, novecentos e sete mil, quinhentos e oitenta e oito EUROS e sessenta e quatro centavos), nas CE DEZ12.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ12 são custeadas por meio da Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 01 de julho de 2017. Prazo de Execução: 01 de janeiro de 2017.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 250, Seção 3, de 28 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 assinado em 13 de dezembro de 2012 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica.

O preço total é de R\$ 216.008.676,00 (duzentos e dezesseis milhões, oito mil, seiscentos e setenta e seis reais), nas CE DEZ12.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ12, são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 30 de janeiro de 2018. Prazo de Execução: 30 de agosto de 2017.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de dezembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de se adequar os requisitos técnico-operacionais, com o incremento de serviços e suas contrapartidas financeiras, para disponibilização de uma versão ínterim para duas aeronaves E-99, atendendo a demanda operacional do EMAER para os Grandes Eventos Esportivos.

O preço total é de R\$ 216.915.678,08 (duzentos e dezesseis milhões, novecentos e quinze mil, seiscentos e setenta e oito reais e oito centavos), nas CE DEZ12.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ12 são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 30 de janeiro de 2018. Prazo de Execução: 30 de agosto de 2017.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 230, Seção 3, de 2 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 30 de novembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira.

O preço total é de R\$ 231.419.199,17 (duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e dezenove mil, cento e noventa e nove reais e dezessete centavos), nas CE DEZ12.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ12, são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 30 de abril de 2022. Prazo de Execução: 30 de outubro de 2021.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
Modalidade de Licitação	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
Publicação	DOU nº 63, Seção 3, de 3 de abril de 2013.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 assinado em 26 de abril de 2013 com a empresa SAAB AB (PUBL) *Eletronic Defence Systems* tem como objeto a aquisição de bens de modernização dos sensores aeroembarcados de cinco aeronaves E-99.

A modernização dos sensores aeroembarcados da aeronave E-99 atende sobremaneira aos interesses da Administração Pública, uma vez que permitirá à Força Aérea Brasileira manter e ampliar a sua capacidade de execução de: missões de Controle e Alarme em Voo e Reconhecimento Eletrônico.

O preço total é de EUR 39.881.925,00 (trinta e nove milhões, oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e vinte e cinco euros), nas CE JAN13.

Todas as despesas decorrentes do Contrato em tela nas CE JAN13 são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 48 (quarenta e oito) meses. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 248, Seção 3, de 23 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 26 de abril de 2013 motivado pela proximidade da realização de Grandes Eventos esportivos, especialmente no momento em que ocorre um incremento dos tráfegos ilícitos, o EMAER, solicitou que fossem feitas gestões junto à empresa Contratada, a fim de verificar a possibilidade de antecipação da entrega de duas aeronaves E-99, visando adequá-lo às realidades orçamentárias e operacionais. Prazo de Vigência: 26 de abril de 2017. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 248, Seção 3, de 29 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 26 de abril de 2013. Foi motivado pela diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração considerando a redução orçamentária, considerou-se um cenário em que existe a necessidade de prorrogar a execução contratual até 30 de janeiro de 2021 e a vigência contratual até 30 de julho de 2021.

Todas as despesas decorrentes do Contrato em tela, no valor total de EUR 46.963.594,68 (quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e três mil e quinhentos e noventa e quatro euros e sessenta e oito centavos), são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 30 de julho 2021. Prazo de Execução: 42 (quarenta e dois) meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 140, Seção 3, de 23 de julho de 2013.

O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013 assinado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELETRONICA INTERNATIONAL LTD, tem como objeto o fornecimento de cinco sistemas NCOM para as aeronaves E-99.

O preço total é de U\$ 6.441.450,00 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta Dólares Americanos), nas CE ABR13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE ABR13 serão custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 54 meses. Prazo de Execução: 48 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 248, Seção 3, de 29 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira.

O preço total é de U\$ 6.948.487,63 (seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete Dólares Americanos e sessenta e três centavos), nas CE ABR13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE ABR13 são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 1º de março de 2020. Prazo de Execução: 68 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROHDE & SCHWARZ
Modalidade de Licitação	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 assinado em 30 de agosto de 2013 com a empresa ROHDE & SCHWARZ, tem como objeto o fornecimento de bens para a modernização dos sensores aeroembarcados de cinco aeronaves E-99.

O preço total é de EUR 4.532.906,40 (quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e seis euros e quarenta centavos), nas CE JUN13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE JUN13 são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 51 meses. Prazo de Execução: 45 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 132, Seção 3, de 14 de julho de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 8 de julho de 2014. Foi motivado pela necessidade de se adequar o Cronograma Físico-Financeiro face ao aumento de serviços decorrentes da versão ínterim para duas aeronaves E-99, atendendo a demanda operacional do EMAER para os Grandes Eventos Esportivos.

O preço total é de EUR 4.532.906,40 (quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e seis euros e quarenta centavos), nas CE JUN13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE JUN13 são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de Vigência: 30 de novembro de 2017. Prazo de Execução: 45 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 132, Seção 3, de 14 de julho de 2014.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA de 2014 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira.

O preço total é de EUR 4.847.139,12 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e nove euros e doze centavos), nas CE JUN13.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE JUN13 serão custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e Ação 14SY (Apoio a Realização de Grandes Eventos). Prazo de Vigência: 15 de julho de 2021. Prazo de Execução: 88 meses.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 156, Seção 3, de 14 de agosto de 2013,

Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013 firmado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD. Valor USD 15.192.031,00 ainda não houve reconhecimento de créditos. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2019 teve como beneficiários a AEL. Contrato Comercial associado 001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROHDE SCHWARZ
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012, 003/DCTA-COPAC/2013, 001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013, firmado em 30 de agosto de 2013, com a empresa Rohde Schwarz. Valor USD 11.120.720,00 dos quais já foram reconhecidos USD 749.706,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 31 de julho de 2018 teve como beneficiários o ITA, o COMGAR e as empresas Mectron, Rohde Schwarz do Brasil. Contratos comerciais associados 001/DCTA-COPAC/2012, 003/DCTA-COPAC/2013 e 001/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 001/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 113, Seção 3, de 14 de junho de 2013.

Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012, firmado em 12 de junho de 2013, com a empresa SAAB. Valor EUR 91.759.177,30 ainda não reconhecidos. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2017, tem como beneficiário a empresa Atech. Contrato associado 001/DCTA-COPAC/2012

2.6.5 Projeto F-X2



Este projeto tem por finalidade a aquisição e implantação de 36 (trinta e seis) aeronaves de caça de múltiplo emprego novas, simuladores e logística para a implantação no acervo do COMAER, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida.

Para a execução das despesas decorrentes desta aquisição foi criada a ação orçamentária denominada 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins no PAC.

No ano de 2016, o valor de R\$ 1.533.000.000,00 aprovado na LOA foi inicialmente contingenciado em R\$ 352.742.133,00 sendo restabelecido em junho com o descontingenciamento.

O valor alocado possibilitou o cumprimento integral do acordado contratualmente. Todas as etapas programadas para o ano de 2016 foram recebidas.

O Desenvolvimento da aeronave Gripen NG encontra-se em plena atividade com a apresentação do protótipo do Gripen E no dia 18 de maio de 2016, antecedendo o início dos testes em voo. Não houve alteração de requisitos do projeto sendo mantido o cronograma acordado.

O processo de transferência de tecnologia iniciou-se em outubro de 2015, com o envio para a Suécia de engenheiros e técnicos da EMBRAER, AEL e, atualmente, a ATECH. Atualmente (Dez 16) existem 100 engenheiros e técnicos brasileiros na empresa Contratada SAAB. O processo de transferência de tecnologia e de desenvolvimento será implementado por meio do *Gripen Design Development Network - GDDN*, que foi inaugurado em 22 de novembro de 2016, nas instalações da EMBRAER na cidade de Gavião Peixoto - SP.

Para a realização deste projeto foram firmados quatro instrumentos contratuais sendo três Contratos de despesa e um acordo de cooperação. De forma sucinta, a evolução das despesas e dos prazos são apresentados a seguir. Os dados relativos ao Contrato de Financiamento que suporta o Projeto F-X2 são tratados de forma sucinta ao final do presente texto. Os Contratos de financiamento estão sob a responsabilidade da SEFA.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 208, Seção 3, de 28 de outubro de 2014.

O Contrato de Despesa 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o desenvolvimento conjunto da aeronave GRIPEN NG em versões monoposto e biposto nas fases funcionais BC, OC e FC. O fornecimento de 28 aeronaves novas de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves novas de caça multiemprego biposto incluindo as despesas com combustível e seguro para o voo de recebimento das aeronaves. O fornecimento e instalação, na Base Aérea de Anápolis, de dois treinadores/simuladores de voo para a aeronave de caça GRIPEN NG, incluindo CLS dos treinadores/simuladores de voo por cinco anos. O fornecimento de pacote de suporte logístico.

O preço total é de SEK 39.333.870.435,39 (trinta e nove bilhões, trezentos e trinta e três milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e trinta e cinco coroas suecas e trinta e nove centavos), na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e/ou do Tesouro Nacional, alocados no COMAER, pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O prazo de vigência: 24 de dezembro de 2026 e prazo de execução: 132 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 234, Seção 3, de 8 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 3 de dezembro de 2015. Foi motivado pelas restrições de pagamento dos desembolsos programados para 2015 e pela atualização da oferta básica em virtude da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado.

O preço total é de SEK 38.952.812.850,23 (trinta e oito bilhões, novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e doze mil, oitocentos e cinquenta coroas suecas e vinte e três centavos), na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0

(Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O prazo de vigência foi programado para 24 de dezembro de 2026 e o prazo de execução fixado em 132 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 235, Seção 3, de 8 de dezembro de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 7 de dezembro de 2016. Motivado pela necessidade de se revisar o cronograma físico-financeiro para adequar as entregas do contrato aos recursos orçamentários disponíveis nos exercícios de 2016 e aos estimados para os exercícios subsequentes. Detalhamento da especificação do treinamento que será ministrado aos pilotos previsto em Contrato.

O preço total é de SEK 38.952.812.850,23 (trinta e oito bilhões, novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e doze mil, oitocentos e cinquenta coroas suecas e vinte e três centavos), na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 24 de dezembro de 2026. Prazo de execução: 132 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 246, Seção 3, de 19 de dezembro de 2014.

O Contrato de Despesa 004/DCTA-COPAC/2014, firmado em 18 de dezembro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento do CLS de nível três para o sistema de armas GRIPEN e para os equipamentos de apoio associados, mediante a prestação de serviços de suporte logístico para 26.400 horas de voo ou cinco anos. Prazo de vigência: 18 de abril de 2027. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 203, Seção 3, de 21 de outubro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de outubro de 2016, devido há necessidade de atualização da oferta básica decorrente da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado em out de 2015 e consequente ajuste de cláusulas em função do ajuste do preço.

O preço total é de SEK 541.016.525,68 (quinhentos e quarenta e um milhões, dezesseis mil, quinhentos e vinte e cinco coroas suecas e sessenta e oito centavos), na CE OUT14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 18 de abril de 2027. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2015
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 78, Seção 3, de 27 de abril de 2015.

O Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015, firmado em 23 de abril de 2015 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento de bens e serviços necessários para aquisição e operação do armamento da aeronave GRIPEN NG.

O preço total é de US\$ 245.325.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e vinte e cinco mil dólares americanos), na CE MAR15.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, alocados no COMAER pela Ação 14T0 (aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). Prazo de vigência: 09 de janeiro de 2026. Prazo de execução: 123 meses.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBLIC)
Contratos Associados	003/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 113, Seção 3, de 14 de junho de 2013.

O Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014, com a empresa SAAB. Valor USD 9.118.170.000,00 ainda não reconhecidos. Com data de encerramento prevista para 24 de abril de 2025 como beneficiários o DCTA e as empresas Embraer, Atech, Akaer, Ael, Mectron, e Inbra Aerospace. Contrato Comercial associado nº 003/DCTA-COPAC/2014.

Este Acordo de Compensação Comercial apresenta, entre projetos diretos e indiretos, um total de 59 projetos com empresas do parque industrial brasileiro e Instituições do COMAER. Prazo de vigência: 138 meses. Prazo de execução: conforme cronograma dos Projetos de Compensação.

Contrato de Financiamento

Operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e a agência governamental sueca *Swedish Export Credit Corporation – AB SEK (AB Svensk Export)*, em duas moedas, no valor de SEK 39.882.335.471,65 e USD 245.325.000,00, cujos recursos destinam-se às aquisições de bens e serviços relacionados à execução do projeto F-X2.

Contrato de financiamento a prazo denominado em duas moedas (*Dual Currency Term Loan Facility Agreement*)

A) Data de assinatura: 25 AGO 2015;

B) Prazo de desembolso: O devedor tem o prazo de 2015 a 2026 para solicitar desembolsos para o credor;

C) Amortização de principal: em 30 parcelas semestrais, consecutivas e iguais sendo a primeira parcela devida a partir de 15 de abril de 2025;

D) Datas para pagamento de juros, seguro e principal: 15 de abril e 15 de outubro;

E) Juros: taxa juros fixa anual de 2.19% para a moeda Coroa Sueca e de 3,56% para Dólar.

F) Taxa de seguro de crédito (EKN FEE): fixa de 0,85% calculado sobre o valor principal em dívida da operação de crédito, pago nas mesmas datas de pagamento dos juros devidos, sem carência.

G) Custos de efetividade (*ENFORCEMENT COSTS*): reembolso sob demanda de custos e despesas documentadas, incorridas pelo credor necessário à efetividade Contrato de financiamento.

H) Despesas de Transação (*TRANSACTION EXPENSES*): pagar custos e despesas (viagens, custos legais internos e externos e despesas administrativas); os custos legais externos ficam limitados a USD 275.000,00.

I) Custos de alteração (*AMENDMENT COSTS*): reembolso pelo devedor, de custos e despesas comprovadas, por alteração, renúncia ou consentimento, no prazo máximo de 20 dias após a sua demanda sendo que para alterações pouco significativas, na opinião razoável do credor, esse reembolso é limitado a até USD 10.000,00.

J) Juros de mora: Em caso de mora será cobrado o maior valor entre as taxas libor e cirt acrescido de 1% a.a

2.6.6 Projeto F-5BR



O projeto F-5BR tem como finalidade a modernização das aeronaves F-5 E/F do acervo da FAB, no total de 46 aeronaves, definido como Lote 1. Este primeiro lote foi finalizado em 2013, tendo sido atingido completamente seu objetivo.

Tendo em vista a necessidade de se aumentar o número de aeronaves biposto, utilizadas na formação dos pilotos de caça, o COMAER decidiu pela aquisição de 11 aeronaves F-5 do Governo da Jordânia. Como estas aeronaves não eram modernizadas, e em função do conhecimento obtido pela EMBRAER no primeiro lote de modernização, decidiu-se pela manutenção do projeto F-5BR ativo, com a celebração de novos Contratos para padronização destas aeronaves com as demais da frota do COMAER, dando início assim ao Lote 2.

O Lote 2 iniciou com a modernização das 11 aeronaves adquiridas, das quais oito eram F-5E monoposto e três F-5F biposto, mas devido às constantes restrições orçamentárias pelas quais vem passando o COMAER e considerando-se os novos cenários operacionais, o Contrato teve seu objeto reduzido apenas para a modernização das aeronaves modelo biposto.

Atualmente o projeto conta com três Contratos de despesa além de um acordo de compensação comercial. O comportamento da despesa, bem como, prazo de execução dos Contratos são apresentados a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 250, Seção 3, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10, firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto a modernização de três aeronaves F-5F e oito aeronaves F-5E, bem como, o fornecimento de toda a documentação técnica resultante, os

equipamentos e as partes estruturais modificada, apoio logístico, fornecimento de publicações técnicas e equipamentos de apoio de solo.

O Preço acordado para a execução do objeto foi de R\$ 91.779.612,76 (CE OUT10). Esta despesa foi custeada inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves. Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

O término da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 28 de fevereiro de 2016.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 36, Seção 3, de 22 de fevereiro de 2012.

Em 30 de dezembro de 2010, o COMAER celebrou o Contrato de despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010, com a empresa EAI, para fornecimento de materiais e prestação de serviços para a modernização em apoio ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10.

Devido ao atraso no início deste Contrato e sua interdependência com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010, a EMBRAER S.A. solicitou a prorrogação das datas de apresentação das etapas previstas no CFF. Por meio do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010, em atenção à solicitação, o prazo de vigência do Contrato foi estendido para 12 de abril de 2016. Não houve alteração do preço total de R\$ 91.779.612,76. Os ajustes realizados no custeio do Contrato referem-se aos desembolsos anuais nos exercícios de 2012 a 2015.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 30 de dezembro de 2015.

Em 3 de julho de 2011, a EMBRAER S.A. solicitou nova prorrogação das datas de apresentação das etapas previstas no CFF, alegando dificuldades junto aos fornecedores da EAI. Além das dificuldades encontradas pela EMBRAER S.A., o EMAER face a não aprovação do Decreto de Execução Orçamentária, optou pela redução do número de aeronaves a serem modernizadas para três F-5F. Estes ajustes foram realizados por meio do 2º TA ao Contrato 005/DCTA-COPAC/2010.

Este 2º TA teve por finalidade ajustar o número de aeronaves Contratadas, reduzir os valores a serem pagos para a Contratada, em função da redução do objeto, ajustar o CFF entre outros.

O preço total foi reduzido para R\$ 57.330.228,93 e os desembolsos de recursos foram ajustados a partir do ano de 2012. O prazo de vigência foi postergado para 30 de junho de 2018 e o de execução para 30 de dezembro de 2017.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

Para o fornecimento de materiais e prestação de serviços, no exterior, necessários à execução da modernização das aeronaves F-5, o COMAER firmou, em 30 de dezembro de 2010, o Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 com a empresa EAI.

O preço total é de US\$ 107,519,244.09 dividido em três Lotes:

Lote 1 – Serviços no valor de US\$ 5,590,177.24;

Lote 2 – Material de Avião no valor de US\$ 91,393,263.96; e

Lote 3 - Equipamentos de Apoio de Solo e Estações de Solo no valor de US\$ 10,535,802.89.

As despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas por meio de recursos do Tesouro, inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves e posteriormente na ação orçamentária 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. O prazo acordado para a vigência deste Contrato foi 29 de fevereiro de 2016.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 30, Seção 3, de 10 de fevereiro de 2012.

A necessidade de adequação das datas do Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010, uma vez que as atividades dos dois são interdependentes e a decisão de cancelamento da aquisição do Simulador de Voo deu origem ao 1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010.

O Preço total passou para US\$ 91,579,159.74, com um decréscimo de US\$ 15,940,084.35. Os valores dos Lotes após os ajustes do 1º TA passaram para:

Lote 1 – Serviços no valor de US\$ 5,590,177.24;

Lote 2 – Material de Avião no valor de US\$ 81,391,636.96; e

Lote 3 – Equipamentos de Apoio de Solo e Estações de Solo no valor de US\$ 4,597,345.54.

O prazo de vigência foi estendido para 12 de abril de 2016.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 240, Seção 3, de 11 de dezembro de 2015.

O Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 teve novo aditivo no exercício de 2014. O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi motivado pela adequação da composição das tabelas de materiais AGE (*Aircraft Ground Equipment* - Equipamentos de Apoio de Solo) e por atrasos na apresentação de etapas. O prazo de execução foi estendido para contemplar o novo período de entregas das etapas e a redução do Preço total entre outras alterações.

O Preço total passou para US\$ 90,741,880.11. A redução decorre do Lote 3 – AGE e Estações de Solo que passou de US\$ 4,597,345.54 para US\$ 3,760,067.14.

O prazo de vigência passou para 30 de abril de 2017 e o prazo de execução até 30 de dezembro de 2016.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 248, Seção 3, de 29 de dezembro de 2015.

O 3º TA foi motivado pela necessidade de adequação da composição dos lotes de materiais que passaram a ser recebidos com a finalidade de suporte da frota e não mais para realização dos serviços de modernização. Não houve alteração do preço mantendo-se em US\$ 90,741,880.11. O prazo de vigência foi estendido de 30 de abril de 2017 para 30 de junho de 2018. Já o prazo de execução foi estendido para 30 de dezembro de 2017.

As despesas decorrentes deste Contrato, no valor de US\$ 90,741,880.11 serão custeados por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados nos exercícios de 2010 a 2017.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ELBIT
Contratos Associados	004/DEPED-SDDP/00 e 005/DEPED-SDDP/00
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Para compensar as importações de materiais para modernização das aeronaves do projeto F-5BR foi celebrado, em 4 de janeiro de 2001, o Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000 com a empresa ELBIT.

O valor da obrigação acordado foi de US\$ 230,000,000.00 que corresponde ao valor dos Contratos associados 004/DEPED-SDDP/2000 e 005/DEPED-SDDP/2000. Esta obrigação já foi totalmente reconhecida. Com encerramento previsto para 28 de abril de 2017 teve como beneficiários o COMAER e as empresas Aeroeletrônica, Embraer, Mectron, dentre outras.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 168, Seção 3, de 31 de agosto de 2004.

Em 27 de agosto de 2004, foi celebrado o 1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000. Este 1º TA alterou o fator multiplicador da atividade de compensação denominada “investimento financeiro em indústrias brasileiras” em decorrência dos custos dos investimentos realizados pela Elbit na empresa beneficiária de quatro para seis; bem como para substituir o representante da empresa no Brasil.

Instrumento Contratual	2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 192, Seção 3, de 7 de outubro de 2009.

Em 9 setembro de 2009, foi assinado o 2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DEPED-SDDP/2000 para ajustar o valor da obrigação da empresa, devido a sua subcontratação para a execução de serviços de integração do Sistema PHYTON-4. O valor do Acordo passou a ser de US\$ 262.934.058,24. Na mesma ocasião, atualizou-se a denominação da Contratante de Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial - CTA para Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA, devido à reestruturação do COMAER.

Em relação ao comportamento dos requisitos de performance do produto, não houve alteração das características técnicas, logísticas, industriais e de desempenho estabelecidas pelo EMAER que implicassem em majoração de preço.

Não há Contrato de Financiamento externo para esta aquisição

2.6.7 Projeto H-XBR



O projeto H-XBR tem por finalidade adquirir 50 Helicópteros EC-725 para as Forças Armadas, com apoio logístico para a operação nos cinco primeiros anos. Além de atender às necessidades operacionais das Forças Armadas, o projeto tem como propósito desenvolver a indústria de asas rotativas no Brasil.

O projeto H-XBR possui ação específica denominada 123J que está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. A ação 123J está inserida no PAC.

Os recursos disponibilizados ao projeto no montante de R\$ 447.748.925,00 possibilitaram o cumprimento do acordado e manutenção do cronograma. Ressalta-se que ao final do exercício foi assinado o 4º TA ao Contrato 008/CTA-SDDP/2008 ajustando o CFF a fim de adequar as etapas à LOA 2016.

Em relação aos RAP na ordem de R\$ 130.411.881,24, ressalta-se que este valor decorre do descompasso da disponibilização dos recursos em relação às necessidades contratuais. A descentralização dos recursos somente ocorreu no segundo semestre do ano. A sistemática de recebimento de equipamentos ou de serviços de grande vulto e de alta tecnologia requer procedimentos diferenciados das despesas da maior parte dos órgãos públicos. O processo de recebimento para as despesas realizadas ao final do exercício, embora sejam processadas gerencialmente não são consideradas processadas nos sistemas de acompanhamento do Governo.

Para a realização deste projeto foram firmados cinco instrumentos contratuais sendo três Contratos de Despesa e dois acordos de compensação. A titularidade dos Contratos nº 012/DCTA-COPAC/11 e 019/DCTA-COPAC/11 foi transferida para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo – PAMA-SP.

Os dados relativos ao Contrato de Financiamento que suporta o Projeto H-XBR são tratados de forma sucinta ao final do presente texto. Os Contratos de Financiamento estão sob a responsabilidade da SEFA.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	CONSÓRCIO HELIBRAS-EUROCOPTER
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008 com o Consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER, tem como objeto o fornecimento de 50 aeronaves modelo EC725, conforme configurações definidas pelas Forças Armadas e fornecimento de apoio logístico inicial.

O preço total é de 1.847.354.117,00 € (um bilhão, oitocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e dezessete EUROS).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08, serão custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional na Ação 8969 (Aquisição de Aeronaves). Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 114 meses. Prazo de execução: 90 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 234, Seção 3, de 8 de dezembro de 2009.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009. Motivado pela necessidade de ajuste da Cláusula Financiamento decorrente da recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX acatada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009

(EUR 83.333.333,00 - oitenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três euros) e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010 (EUR 193.769.784,55 - cento e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco centavos).

O preço total é de EUR 1.847.354.117,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e dezessete EUROS).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08 serão custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de Vigência: 122 meses. Prazo de execução: 91 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 223, Seção 3, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011. Motivado pela necessidade de ajustes para clarificar os termos contratuais, alterar as especificações para melhor adequação técnica. Mudanças de configurações das aeronaves em face das necessidades das Forças Armadas.

O preço total é de EUR 1.847.354.117,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e dezessete EUROS).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08, são custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional, pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 122 meses. Prazo de execução: 92 meses.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 232, Seção 3, de 4 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 3 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, alterar a matriz de requisitos com clarificações de funcionalidades técnicas e de desempenho, assim como configurações das aeronaves, todas aprovadas pelos Estados-Maiores das Três Forças Armadas.

O preço total é de EUR 1.891.517.314,22 (um bilhão, oitocentos e noventa e um milhões, quinhentos e dezessete mil, trezentos e quatorze euros e vinte e dois centavos).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato, no valor total de EUR 1.891.517.314,22 (um bilhão, oitocentos e noventa e um milhões, quinhentos e dezessete mil, trezentos e quatorze EUROS e vinte e dois centavos) nas CE DEZ08 são custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de Vigência: 15 de fevereiro de 2023. Prazo de execução: 15 de agosto de 2022.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 244, Seção 3, de 21 de dezembro de 2016.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 20 de dezembro de 2016. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF considerando a redução cambial ocorrida no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2016.

O preço total é de EUR 1.891.384.018,19 (um bilhão, oitocentos e noventa e um milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, dezoito euros e dezenove centavos).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08 são custeadas por meio de recursos da linha de crédito do Contrato de Financiamento ou por recursos do Tesouro Nacional pela Ação 8969 (Aquisição de Aeronaves). Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 15 de fevereiro de 2023. Prazo de execução: 15 de agosto de 2022.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	TURBOMECA DO BRASIL
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do “CAPUT” do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Publicação	DOU nº 199, Seção 3, de 17 de outubro de 2011.

O Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11, foi firmado em 28 de setembro de 2011 com a empresa TURBOMECA DO BRASIL, tem como objeto o CLS para os motores MAKILA 2A1 que equipam as aeronaves EC-725 das Forças Armadas.

O preço total é de R\$ 159.833.702,07 (Cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e trinta e três mil, setecentos e dois reais e sete centavos).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE SET11 são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 66 meses. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11
Publicação	DOU nº 240, Seção 3, de 13 de dezembro de 2012.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 10 de dezembro de 2012 face a necessidade de ajustes para clarificar Termos Contratuais e reequilíbrio econômico financeiro decorrente da nulidade da subcláusula 4.1 critérios de reajustamento – Para o Lote 1 – Lista de Aprovisionamento Inicial.

O preço total é de R\$ 164.276.217,34 (Cento e sessenta e quatro milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de Vigência: 27 de março de 2017. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/11
Publicação	DOU nº 62, Seção 3, de 1º de abril de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 012/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 30 de março de 2016. Foi motivado pela sub-rogação do Contrato para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA – SP); Necessidade de ajuste de Cláusulas do contrato em virtude da diminuição da cadência de entrega de aeronaves decorrente de restrições orçamentárias ocorridas em 2012 deixando de se executar parte do Lote 2 e do Lote 4 ocasionando diminuição de valores no Contrato.

O preço total é de R\$ 136.311.825,14 (Cento e trinta e seis milhões, trezentos e onze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 28 de março de 2017. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/11
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	HELIBRAS – HELICÓPTEROS DO BRASIL S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto 2.295/97
Publicação	DOU nº 247, Seção 3, de 26 de dezembro de 2011.

O Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/2011, firmado em 20 de dezembro de 2011 com a empresa HELIBRAS, tem como objeto o CLS para aeronaves EC-725 das Forças Armadas do Brasil, seus itens reparáveis, sistemas, componentes, equipamentos, ferramentas e equipamentos de apoio ao solo, mediante o fornecimento de bens e serviços.

O preço total é de R\$ 147.644.892,40 (Cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e quarto mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), nas CE DEZ11.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 66 meses. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/11
Publicação	DOU nº 62, Seção 3, de 1º de abril de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 019/DCTA-COPAC/2011 foi firmado em 30 de março de 2016 face a sub-rogação do Contrato para o Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA – SP).

O preço total é de R\$ 147.644.892,40 (Cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e quarto mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), nas CE DEZ11.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato, são custeadas pela Ação 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. Prazo de vigência: 20 de junho de 2018. Prazo de execução: 20 de dezembro de 2017.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	CONSÓRCIO EUROCOPTER/HELIBRAS
Contrato Associado	008/CTA-SDDP/2008.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008, com a empresa Eurocopter. Valor EUR 1.897.830.500,00 dos quais foram reconhecidos EUR 459.608.779,10 de crédito. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2011, tem como beneficiários o COMAER, a Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e as empresas Helibras, Inbra, Aeronova, Toyomatic, Ael, Mectron, RS Brasil, Rockell Collins Brasil, UNIFEI, Avibras, Brascopter. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009.

Foi motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas de prorrogação, alteração contratual, cessões e transferências para que o início da execução dos Projetos de Cooperação Industrial e dos Projetos de Compensação coincidisse com a integralização do “Pré-Pagamento, em consequência da recomendação da COFIEX acatada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009 e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010.

O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela Contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada projeto de compensação, já aplicados os Fatores Multiplicadores, e pela soma dos Projetos de Cooperação Industrial (ICP). O valor total da obrigação em pauta é de EUR 1.897.830.500 (um bilhão, oitocentos e noventa e sete milhões, oitocentos e trinta mil e quinhentos EUROS). Prazo de vigência: 03 de dezembro de 2021. Prazo de Execução: conforme cronograma dos Projetos de Compensação.

Instrumento Contratual	2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 223, Seção 3, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011. Motivado pela necessidade de ajuste da Cláusula EXECUÇÃO E VIGÊNCIA, em virtude de o início da execução ter se dado a partir da data da integralização do “Pré-Pagamento” e complementar a definição para o CLS, esclarecendo que o suporte será destinado às Aeronaves – modelo EC725, exceto o motor.

O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela Contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada projeto de compensação, já aplicados os Fatores Multiplicadores, e pela soma dos ICP. O valor total da obrigação em pauta é de EUR 1.897.830.500 (um bilhão, oitocentos e noventa e sete milhões, oitocentos e trinta mil e quinhentos EUROS). Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2022. Prazo de execução: 11 de novembro de 2022.

Instrumento Contratual	3º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 219, Seção 3, de 16 de setembro de 2016.

O 3º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de novembro de 2016.

Foi motivado pela necessidade de se ajustar a Cláusula EXECUÇÃO E VIGÊNCIA, por evolução da execução deste acordo e adequar a Cláusula GARANTIA FINANCEIRA, em função da redução da Garantia conforme o que já foi executado do Acordo. Ajustar as fichas de Projeto de Cooperação Industrial e adequar as Lista de Requisitos de Dados do Contrato (*Contract Data Requirements List - CDRL*) as novas necessidades do Acordo.

O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela Contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada projeto de compensação, já aplicados os Fatores Multiplicadores, e pela soma dos ICP. O valor total da obrigação em pauta é de EUR 1.897.830.500 (um bilhão, oitocentos e noventa e sete milhões, oitocentos e trinta mil e quinhentos EUROS). Prazo de vigência: 30 de junho de 2028. Prazo de execução: 30 de novembro de 2027.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	TURBOMECA S.A.
Contrato Associado	12/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 223, Seção 3, de 22 de novembro de 2011.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 28 de setembro de 2011, com a empresa Turbomeca. Valor EUR 29.500.000,00 dos quais foram reconhecidos EUR 27.329.020,00 de crédito. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2017, tem como beneficiário o Exército Brasileiro e a empresa Turbomeca do Brasil. Contrato associado nº 012/DCTA-COPAC/2011.

Contrato de Financiamento

Resumo das condições contratuais da operação de crédito:

Operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos Société Générale, BNP Paribas S. A., Santander S. A. e Calyon S. A., cujos recursos destinam-se a financiar o Projeto H-X BR, composta por dois Contratos:

Contrato de Empréstimo Comercial (*Commercial Loan*) – Já totalmente executado

A) Valor: € 193.769.784,55 (cento e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e cinco centavos);

B) Prazo de desembolso: até 15.11.2010, sendo que as condi es de primeiro desembolso deverão ser cumpridas em até 240 dias após a assinatura do Contrato;

C) Amortiza o: será feita em 12 parcelas semestrais, consecutivas e iguais, sendo a primeira devida em 15.12.2010 e a última em 15.06.2016;

D) Datas para pagamento de juros e principal: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano;

E) Juros: *Euribor* mais margem de 2,90% a.a.;

F) Comissão de compromisso: 0,50% a.a., sobre o montante não desembolsado;

G) Comissão de estrutura o (*Arrangement Fee*): 0,60% sobre o valor do financiamento;

H) Despesas gerais e taxas legais: até € 50.000,00;

I) Juros de mora: em caso de mora, será cobrado  ndice médio das opera es de overnight com euro (EONIA – *Euro Overnight Index Average*) acrescido de margem de 2,90% a.a. + 1% a.a.;

J) Taxa de altera o contratual ou de renúncia (*Amendment or Waiver FEE*): até € 15.000,00 por altera o.

2.6.8 Projeto KC-X



O projeto KC-X tem por objetivo o desenvolvimento e de dois protótipos da aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 da Força Aérea Brasileira na realiza o das missões de transporte aéreo logístico, SAR (Busca e Resgate) e reabastecimento em voo.

Para atender às necessidades expostas, tanto na sua missão precípua de caráter militar, como a de ajuda humanitária de âmbito civil, essa nova aeronave deverá ser capaz de ser empregada em qualquer latitude e longitude do globo terrestre; o que a tornar  passível de enfrentar qualquer cenário operacional hoje conhecido, nos teatros de opera o marítimo, antártico, amazônico e o pantaneiro, cumprindo missões de transporte aerot tico, aeroestrat gico e aerolog stico, em ambientes com diversos graus de ameaça física e eletromagnética.

O projeto   suportado por três Contratos de despesa e três acordos de compensa o. As descri es resumidas destes instrumentos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 81, Seção 3, de 30 de abril de 2009.

O Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, assinado em 14 de abril de 2009 com a empresa EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A., tem como objeto o fornecimento de dois protótipos da aeronave de transporte militar e reabastecimento, bem como, a prestação de serviços necessários para o gerenciamento da produção e montagem das aeronaves, entrega de documentação, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos e teste de avaliação operacional e um pacote de dados de produto. O preço total acordado para a execução do objeto foi de R\$ 3.028.104.951,07 (CE ABR09). Esta despesa foi custeada por meio de recursos do Tesouro Nacional, na ação 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X.

Está dividido em 4 fases para alcançar o seu objeto: Fase de Estudos Preliminares (concluída); Fase de Definições Iniciais - anteprojeto (concluída); Fase de Definições Conjuntas (Critical Design Review realizada); Fase de Projeto Detalhado e Certificação (Esta Fase está em curso. Ao final, prevê: Curva de Liberação de Desenhos, produção e certificação dos Protótipos).

O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 13 de outubro de 2016.

No ano de 2011, a LOA impôs restrições ao Orçamento da União que se refletiram na ação 123B e consequentemente no planejamento contratado. O montante disponibilizado ao projeto foi 17% menor ao necessário para o cumprimento do cronograma estabelecido para o ano.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 244, Seção 3, de 21 de dezembro de 2011.

A alocação de recursos abaixo das necessidades previstas para o exercício culminou com a assinatura, em 20 de dezembro de 2011, do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009. Neste TA foram realizados ajustes no cronograma de desembolsos e alteração da denominação social da Contratada e

O Preço total do Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDP/2009 de R\$ 3.028.104.951,07, assim como, o prazo de vigência foi mantido.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 97, Seção 3, de 23 de maio de 2014.

Com a entrada de parceiros estratégicos Argentina, Portugal e República Tcheca no desenvolvimento e na fabricação de segmentos estruturais do Projeto KC-X, o que resultou na revisão das tarefas e, nas novas obrigações assumidas com os fornecedores do sistema de trem de pouso, blindagem e parte do sistema de autoproteção, o Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, por meio do 2º TA, firmado 22 de maio de 2014, teve seu preço total reduzido de R\$ 3.028.104.951,07, nas CEABR09, para R\$ 2.955.244.556,24. O prazo de vigência foi mantido em 14 de outubro de 2016.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 26, Seção 3, de 6 de fevereiro de 2014.

A necessidade de se reprogramar as entregas das etapas do Contrato nº 002/CTA-SDDP/2009 devido à baixa disponibilidade de recursos orçamentários sem, contudo, adiar objetivos importantes, tais como, a realização do primeiro voo da aeronave protótipo, originou o 3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, firmado em 30 de dezembro de 20014.

No 3º TA foram realizados ajustes no custeio, aplicando as modificações dos valores anuais a serem desembolsados de acordo com a realidade orçamentária no CFF. Não houve alteração do preço total que permaneceu em R\$ 2.955.244.556,24. A vigência do Contrato foi mantida em 14 de outubro de 2016.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 237, Seção 3, de 11 de dezembro de 2015.

Devido a modificações técnicas inseridas em equipamentos do projeto em desenvolvimento e o aumento de custos de serviços decorrentes do alongamento dos prazos, da adequação dos compromissos aos limites orçamentários impostos pela LOA 2015 e, ainda, a elevação do câmbio da moeda norte americana no ano de 2015 foi firmado, em 9 de dezembro de 2015, o 4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009.

O preço total a ser pago para a execução do objeto passou de R\$ 2.955.244.556,24 para R\$ 3.166.969.050,59 e o prazo de vigência foi estendido para 14 de outubro de 2018.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EAI - EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL.
Modalidade de Licitação	Dispensável. Art. 24, Inciso IX da Lei 8.666/93, combinado com o Decreto Art. 1º, Inciso 1
Publicação	DOU nº 169, Seção 3, de 1º de setembro de 2011.

Em 4 de agosto de 2011 foi firmado o Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011 com a empresa EAI para o fornecimento dos sistemas categoria “E”(CAT “E”) para o desenvolvimento da aeronave KC-X. O preço total acordado foi de US\$ 631.702.459,35 (CE JAN11).

As despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela ação orçamentária 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X. O prazo de vigência deste Contrato estava programado para 4 de agosto de 2016.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 211, Seção 3, de 31 de outubro de 2012.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 19 de outubro de 2012, foi motivado pela necessidade de se revisar o Preço total do Contrato, bem como de introduzir a relação detalhada dos bens constituintes dos Sistemas CAT “E”, para o estágio de evolução do processo de desenvolvimento alcançado naquela ocasião.

O preço total foi reduzido passou de US\$ 631,702,459.35 para US\$ 589,213,228.88 nas – CE JAN11 sem alteração do prazo de vigência – 4 de agosto de 2016

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 253, Seção 3, de 31 de dezembro de 2014.

Com a finalidade de adaptar o Contrato à disponibilidade de recursos orçamentários alocados ao Projeto no exercício de 2014 foi firmado o 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011 em 30 de dezembro de 2014. Este 2ºTA dilatou os prazos de execução e vigência do referido Contrato, reprogramando as entregas das etapas para exercícios futuros. Foram realizados ajustes na composição de entregáveis, tanto em razão das modificações técnicas mandatárias, demandadas pela evolução do processo de desenvolvimento, quanto em função das adaptações nas etapas recebidas que por razões técnicas.

O preço total a ser pago sofreu reajuste passando de US\$ 589,213,228.88 para US\$ 598,967,691.76 nas CE JAN11. Já o prazo de vigência foi estendido para 4 de fevereiro de 2017.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 237, Seção 3, de 11 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 9 de dezembro de 2015, foi motivado pela necessidade de incorporação de modificações técnicas mandatárias, demandadas pela evolução do processo de desenvolvimento e pela alta desvalorização do Real frente ao Dólar. As etapas previstas no cronograma para 2015 foram reprogramadas para 2016, 2017 e 2018.

O preço total a ser pago à Contratada foi reajustado para US\$ 603,715,011.78 e o prazo de vigência estendido para 4 de novembro de 2018.

Para compensar as importações de materiais necessários ao desenvolvimento do projeto KC-X, foram firmados os acordos de compensação 001/DCTA-COPAC/2013 com a empresa BAE SYSTEMS CONTROLS INC, 004/DCTA-COPAC/2013 com a empresa Rockwell Collins e 003/DCTA-COPAC/2014 com a empresa Thales Avionics SAS.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	BAE SYSTEMS
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93 1
Publicação	DOU nº 6, Seção 3, de 9 de janeiro de 2015.

O Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013, firmado em 31 de dezembro de 2013, com a empresa BAE SYSTEMS CONTROLS INC. tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria “E”.

Do valor da obrigação de USD 47.105.372,00 já foram reconhecidos USD 11.673.600,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2019 teve como beneficiários as empresas TAM MR e EMBRAER S.A. . Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROCKWELL COLLINS.
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93 1
Publicação	DOU nº 6, Seção 3, de 9 de janeiro de 2014.

O Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013, firmado em 14 de novembro de 2013, com a empresa Rockwell Collins. Tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria Estratégica. Do valor da obrigação de USD 67.965.430,40 já foram reconhecidos USD 2.120.000,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2036 teve como beneficiários as empresas Rockwell Collins do Brasil, Ael, Jabil Brasil. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	THALES AVIONICS SAS
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 6, Seção 3, de 9 de janeiro de 2015.

O Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 11 de dezembro de 2014, com a empresa Thales Avionics SAS. Tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria “E”.

O valor da obrigação de US\$ 28,350,860.00 já foi integralmente reconhecido. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2017 teve como beneficiário a empresa TAP-ME. Contrato comercial associado nº 001/DCTA-COPAC/2011.

O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave. No exercício, 2016, o processo de desenvolvimento da aeronave evoluiu com a realização dos voos de ensaios, nos quais ocorrem, na prática, as confirmações dos dados de engenharia do produto, previstos nas fases anteriores. A certificação do produto (pela ANAC e pelo DCTA-IFI) ocorre após os ensaios. Podem ser destacadas as seguintes realizações na expansão da planta industrial da Embraer na cidade de Gavião Peixoto – SP; a realização de mais de 730 horas de ensaios, nos quais as duas aeronaves protótipos vêm confirmando a sua qualidade de voo conforme projetado; O engajamento da segunda aeronave protótipo nos voos de ensaios; corpos de provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação; e a realização, na Base Aérea de Campo Grande, da campanha de “congelamento aerodinâmico de aeronave”. Este importante evento contratual constituiu-se de voos de ensaios dedicados a analisar e confirmar o comportamento aerodinâmico da aeronave na realização de lançamentos em voo. Foram lançadas cargas e paraquedistas.

Ao final do exercício financeiro de 2016, a gerência do projeto KC-X e a Contratada realizaram vários *workshops* preparatórios para as campanhas de ensaios dedicados a analisar e confirmar o comportamento dos sistemas de reabastecimento em voo, manuseio e lançamento de

cargas e de autodefesa, com a participação do EMAER, de representantes do Exército Brasileiro e Marinha do Brasil. Não há Contrato de Financiamento externo para esta aquisição.

2.6.9 Projeto KC-390



O projeto KC-390 tem por objetivo a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves de transporte de tropa e carga C/KC-130 da FAB.

O projeto KC-X de desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo já contemplava, desde o seu início, a orientação para a aquisição das aeronaves de série que comporão a nova frota da FAB. O EMAER, após as devidas deliberações, decidiu pela retificação do Requisito Operacional - ROP EMAER 66 fixando em 28 aeronaves a serem adquiridas.

Em 29 de julho de 2013, o EMAER informou a criação da Ação Orçamentária 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas, inscrita no PAC e determinou à COPAC o início do processo para a aquisição das aeronaves e do suporte logístico inicial associado.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 114, Seção 3, de 17 de junho de 2014.

Em função dos prazos envolvidos na aquisição dos sistemas e materiais necessários para a produção das aeronaves de série e também na possibilidade de se manter linha de produção com o aproveitamento das equipes, evitando a ociosidade da linha e despesas com custos de desmobilização e remobilização, foi firmado em 20 de maio de 2014, o Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/14 com a empresa EMBRAER S.A. Tendo como objeto o fornecimento de 28 aeronaves de carga e reabastecimento em voo, denominada aeronave KC-390, ao preço total de R\$ 7.255.869.086,00, nas CE ABR14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas pela ação orçamentária 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-X. O prazo de vigência acordado foi até 23 de janeiro de 2026.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 190, Seção 3, de 2 de outubro de 2014.

Devido a insuficiência de recursos no orçamento de 2014 foi firmado o 1º TA ao Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, em 29 de setembro de 2014, para a readequação da execução do Contrato à disponibilidade orçamentária.

O Preço total a ser pago para execução deste Contrato de R\$ 7.255.869.086,00, nas CE ABR14 foi ajustado para R\$ 2.761.163.577,22.

As despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela ação orçamentária 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-X.

O prazo de vigência passou de 142 para 148 meses findando em 20 de setembro de 2026. O prazo de execução também foi alterado passando de 136 para 142 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 240, Seção 3, de 15 de dezembro de 2016.

Os valores aprovados na LOA 2015 e 2016, na ação orçamentária 14XJ foram insuficientes para suportar os desembolsos contratados. Devido a estas restrições foi realizada a adequação do CFF e a alteração do custeio do Contrato para os exercícios subsequentes. Estes ajustes foram realizados por meio do 2º TA ao Contrato de Despesa nº 10/DCTA-COPAC/2014 firmado em 12 de dezembro de 2016. A data de vigência foi mantida em 20 de setembro de 2026 assim como foi mantido o preço de R\$ 2.761.163.577,22.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014
Contratante	Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL EAI
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 190, Seção 3, de 2 de outubro de 2014.

O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/14, firmado em 30 de setembro de 2014 com a empresa EAI, tem como objeto o fornecimento de insumos importados para a produção e o fornecimento de 28 aeronaves KC-390, fornecimento de insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial e de equipamentos de apoio no solo.

O preço total acordado ficou em US\$ 1,925,704,094.68 nas CE SET14. Esta despesa são custeadas pela ação orçamentária 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-X. A vigência deste Contrato está programada para 30 de março de 2025.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 238, Seção 3, de 13 de dezembro de 2016.

Devido a restrições de ordem orçamentária e financeira nos exercícios de 2015 e 2016 houve a necessidade de se adequar o cronograma de desembolsos o que foi realizado por meio do 1º TA ao Contrato de Despesas nº 002/DCTA-CPAC/2014, firmado em 12 de dezembro de 2016.

O preço total acordado de US\$ 1,925,704,094.68, nas CE SET14, foi mantido. O prazo de execução foi reprogramado para 20 de março de 2026 e a vigência deste Contrato foi estendida para 20 de setembro de 2026.

O início da produção das 28 aeronaves KC-390 encontra-se, ainda, na fase inicial, tendo sofrido com as restrições orçamentárias em 2015 e 2016.

Os recursos disponibilizados abaixo das obrigações inicialmente previstas retardaram a aquisição dos itens necessários ao andamento da linha de montagem. Não houve entrega de aeronaves no exercício de 2016, mas foi possível comprovar a produção dos painéis dianteiros, contabilizando 6,88% da primeira aeronave KC-390. A entrega das duas primeiras aeronaves ficou para 2018; duas para 2019; três para os anos de 2020, 2021, 2022; três para 2023; cinco para 2024 e 2025; e duas para 2026. Não há Contrato de Financiamento externo para esta aquisição.

2.6.10 Projeto Link-BR2



A finalidade do projeto denominado Link-BR2 consiste na prestação de serviços e no fornecimento de bens, necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados

baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da Aeronáutica e que contenha o protocolo LINK BR2.

Com o surgimento de complexos cenários de operação, de alterações na concepção de emprego aéreo e do uso crescente do enlace de dados, surgiu a necessidade de se aumentar a capacidade de consciência situacional de pilotos e a eficiência dos mecanismos de Comando e Controle da Força Aérea Brasileira. Essa necessidade levou à concepção de um sistema que permitisse a integração de informações provenientes de diversos sensores e plataformas, em uma rede compartilhada, denominado SISCENDA (Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica).

O SISCENDA prevê a existência de um subsistema tático de enlace de dados, denominado LINK BR2, composto por protocolos, equipamentos de radiocomunicação, hardware e software, responsável pelo estabelecimento de comunicações de dados em rede.

A falta de recursos para o atendimento das necessidades do projeto acarretou a postergação do término do mesmo, prejudicando consideravelmente a operacionalidade da Força Aérea Brasileira. É importante destacar que outros projetos de interesse da Força (E-99M e FX-2) têm seu cronograma de desenvolvimento inter-relacionado com este, de forma que atrasos no projeto Link BR2 poderão implicar atrasos naqueles.

Com isso, foram realizadas tratativas com a empresa Contratada Mectron com o fito de adequar o Contrato com a realidade orçamentária através da celebração de TA, que implicaram na postergação nas entregas de etapas, no final do projeto – em 21 meses – e, principalmente, no aumento dos custos finais.

Da mesma forma, dada a restrição orçamentária imposta em 2016, foi necessário negociar novo TA ao Contrato.

O Plano de Ação do COMAER alocou ao projeto R\$ 9.378.236,00, valor muito inferior aos R\$ 48.418.783,97 necessários para adimplir as obrigações contratuais no ano de 2016. A insuficiência de recursos para o Projeto tem sido frequente nos últimos anos, causando a postergação da execução contratual e a sua conseqüente manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

O projeto encontra-se em fase de Preliminar Design Review – PDR e com a apresentação das etapas 13, 15 e subsequentes postergadas a pedido da Administração em função de restrições orçamentárias.

Por ocasião da VIII PMM*, a empresa Mectron demonstrou que as suas subcontratadas estratégicas (KRYPTUS e RAFAEL) encontram-se com suas atividades relativas ao projeto Link BR2 paralisadas por atrasos de pagamento daquela empresa. A empresa Mectron informou que a contratação de novos profissionais para o projeto está congelada e que dos 95 integrantes planejados para o projeto, há apenas 76 alocados, sendo que 5 não possuem competências para realocação de atividades, gerando uma curva de carga abaixo da planejada.

A existência de *Government Furnished Equipment (GFE)*** e *Government Furnished Data (GFD)****, os quais não se encontram em posse da CONTRATANTE, ou não podem ser disponibilizados pela mesma oportunamente, tem sido um complicador no desenvolvimento do objeto contratado, como melhor detalhado no Relatório de Riscos do projeto.

Os instrumentos contratuais que suportam este projeto, de forma sucinta, são descritos abaixo:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa nº 33/DCTA-COPAC/2012, firmado em 6 de dezembro de 2012 com a empresa MECTRON - ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., tem como objeto o desenvolvimento e implantação de um sistema de enlace digital entre as aeronaves F-5M e A-29.

O preço total é de R\$ 193.091.871,47 (cento e noventa e três milhões, noventa e um mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos), na CE OUT12.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato na CE OUT12, são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 6 de junho de 2017. Prazo de execução: 48 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 249, Seção 3, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 18 de dezembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de adequação das Cláusulas do Contrato às normas de Engenharia de Sistema (SMC – S -021) respaldada pela análise técnica realizada pela Gerência do Projeto que postergou o prazo de vigência do projeto em seis meses. Ajustes com relação a Etapa 4, após alinhamentos técnicos entre a contratante e a Contratada que postergou o prazo de execução do projeto em seis meses. Alterar os requisitos referentes as revisões técnicas do projeto em atendimento à norma MC – S -021.

O preço é de R\$ 199.907.062,01 (cento e noventa e nove milhões, novecentos e sete mil, sessenta e dois reais e um centavo), na CE OUT12.

Todas as despesas decorrentes deste na CE OUT2012 são custeadas por meio de recursos de financiamento externo e recursos do Tesouro Nacional, pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2017. Prazo de execução: 54 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 70, Seção 3, de 14 de abril de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de março de 2015. Foi motivado pela necessidade de se incluir e excluir atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2; Adequação do CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira.

O preço total a ser pago é de R\$ 231.959.562,54 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), na CE OUT12.

Todas as despesas decorrentes são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 1º de outubro de 2019. Prazo de execução: 1º de abril de 2019.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 162, Seção 3, de 25 de agosto de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de agosto de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF e demais anexos de entrega de etapas em virtude de atraso nos procedimentos de apresentação, análise, reapresentação e aceitação da Garantia Financeira do 2º TA ao Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012.

O preço total a ser pago é de R\$ 231.959.562,54 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), na CE OUT12.

Todas as despesas são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). Prazo de vigência: 1º de outubro de 2019. Prazo de execução: 1º de abril de 2019.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	RAFAEL ADVANCED DEFENSE SYSTEMS LTD.
Contrato Associado	033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012, firmado em 28 de dezembro de 2012, com a empresa RAFAEL, está no 1º TA. Valor USD 33.675.000,00 dos quais já foram reconhecidos USD 3.236.250,00 dos créditos. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2018 teve como beneficiário a empresa MECTRON. Contrato comercial associado nº 033/DCTA-COPAC/2012.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 55, Seção 3, de 21 de março de 2017.

O 1º TA ao Acordo nº 002/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 21 de dezembro de 2016. Este 1º TA incluiu e excluiu atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2 ao Contrato Vinculado nº 033/DCTA-COPAC/2012, o que gerou um aumento de valores e por consequência, aumento da contrapartida da Empresa RAFAEL para este acordo.; Adequação do CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA de 2014, 2016 e projeção para 2017, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato Vinculado nº 033/DCTA-COPAC/2012 e por conseguinte desse acordo.

O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela Contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada projeto de compensação. O valor total da obrigação em pauta é de US\$ 14.799.150,00 (quatorze bilhões, setecentos e noventa e nove milhões, cento e cinquenta mil Dólares Americanos). Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2018. Prazo de Execução: conforme cronograma dos Projetos de Compensação.

2.6.11 Projeto MAA-CA 5ª Geração (A-DARTER)



Este projeto tem como finalidade o desenvolvimento e certificação de um sistema de míssil ar-ar infravermelho de curto alcance para autodefesa de 5ª geração.

Iniciado em outubro de 2006, o presente projeto denominado A-Darter tinha como previsão inicial de término o ano de 2011. No entanto, devido ao descompasso orçamentário em relação ao CFF e entraves decorrentes da concretização de riscos inerentes a projetos que envolvem elevado nível de complexidade tecnológica, fato este que afetou o desenvolvimento do sistema de detecção do míssil, a finalização passou para o ano de 2018.

Em razão do surgimento dos problemas anteriormente mencionados, foi realizada uma reavaliação de todo o projeto A-Darter, pela Armaments Corporation of South Africa (ARMSCOR) Ltd., e pelo Departamento de Defesa Sul-Africano (RSA DoD), de modo a se obter a exata magnitude das dificuldades e de suas ações mitigadoras, resultando na necessidade de se readequar prazos e custos no CFF. Tal readequação visa não só a postergar atividades já previstas como também incluir atividades que levem a termo as ações mitigadoras para os desvios encontrados. Essas alterações qualitativas no escopo do Contrato foram exaustivamente discutidas durante as reuniões de acompanhamento gerencial, chegando-se à conclusão consensual que a implementação dessas ações seria imprescindível para a continuidade do projeto;

Decorrente do replanejamento de atividades houve a necessidade de confecção de equipamentos adicionais para a realização de testes em laboratórios em diferentes áreas de desenvolvimento.

Tendo em vista a extensão do período contratado para comportar as atividades mitigadoras, houve a necessidade de se aumentar a mão de obra necessária para serem realizados os serviços de gerenciamento do programa, controle da qualidade, gerenciamento da configuração e de engenharia de sistema para guiar o processo completo.

A necessidade de adequação do Contrato foi decorrente de análise dos resultados de ensaios, que não atingiram os parâmetros esperados. As alterações criaram novos pontos de controle, com trabalho adicional de execução e análise, que não poderiam ser conhecidos no início do projeto.

Efetivamente, o Objeto contratado permanece o mesmo, pois não houve alterações de requisitos. As alterações qualitativas foram incluídas em função de necessidade de ensaios intermediários adicionais, porém com a manutenção dos requisitos técnicos e características do projeto.

Os recursos orçamentários disponibilizados na ação orçamentária 2014 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Tecnológico - Termo de Cooperação FINEP Ref. 1373/13) que, juntamente com recursos da ação 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento no Setor Aeroespacial, do COMAER, possibilitou a continuidade do projeto com a realização da Critical Design Review (que representou a cristalização da configuração do produto) e a concretização com sucesso da sua última campanha de ensaio da fase de desenvolvimento do míssil, a *Carriage Flight Test 3*.

O valor pago de R\$ 1.473.069,63 (R\$ 299.684,70 – 20XB + 1.173.384,93 2014) no ano de 2016 refere-se ao pagamento de 23 etapas de desenvolvimento, absorção de tecnologia e industrialização.

A estrutura contratual do projeto conta com três Contratos de Despesa:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8666/93 combinado com o inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93

O Contrato de Despesa 034/DCTA-COPAC/2014, firmado em 7 de abril de 2015 com a empresa MECTRON - engenharia, indústria e comércio s.a., tem como objeto o desenvolvimento da industrialização e integração dos subsistemas do projeto A-Darter.

O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R\$ 22.364.217,88 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezessete REAIS e oitenta e oito centavos), nas CENOV14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante na Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação Nacional). Prazo de vigência: 30 de abril de 2017. Prazo de execução: 17 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 227, Seção 3, de 27 de novembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 26 de novembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de antecipação de etapas disponibilizadas pela contratada e de interesse da contratante.

O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R\$ 22.364.217,88 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezessete REAIS e oitenta e oito centavos), nas CENOV14.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato serão custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante na Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação Nacional). Prazo de vigência: 30 de abril de 2017. Prazo de execução: 17 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	DENEL DO BRASIL
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do “CAPUT” do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa 036/DCTA-COPAC/2014, firmado em 27 de maio de 2015 com a empresa DENEL DO BRASIL, tem como objeto o suporte ao desenvolvimento da industrialização do projeto A-DARTER no Brasil.

O preço total a ser pago pela contratante à contratada é de R\$ 7.499.789,46 (sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta seis centavos)

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro

Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação 2014 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas). Prazo de vigência: 27 de novembro de 2017. Prazo de execução: 19 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 242, Seção 3, de 18 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014 firmado em 17 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de antecipação de etapas disponibilizadas pela contratada e de interesse da contratante.

O preço é de R\$ 7.499.789,46 (sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta seis centavos).

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas). Prazo de vigência: 27 de novembro de 2017. Prazo de execução: 19 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ARMAMENTS CORPORATION OF SOUTH AFRICA – ARMSCOR LTD
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX do Art.24 da Lei nº 8.666/93 regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006, firmado em 16 de outubro de 2006, com a Armaments Corporation of South Africa (ARMSCOR) Ltd., agência governamental competente para a realização de licitações e processos de aquisição do Departamento de Defesa da República da África do Sul, tem por objeto o fornecimento dos serviços relacionados ao desenvolvimento conjunto e certificação de um Sistema de Míssil Ar-Ar Infravermelho de Curto Alcance para Auto Defesa (SRAAM) de 5ª Geração e o estabelecimento de base inicial de suporte logístico, incluindo o gerenciamento do programa, transferência de tecnologia, entrega da documentação do projeto, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos de teste e um pacote de dados de produto.

O preço total é de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares -americanos) nas CE ABR06.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico). Prazo de vigência: 16 de outubro de 2012. Prazo de execução: 66 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 122, Seção 3, de 27 de junho de 2007.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 21 de junho de 2007. Foi motivado pelo atraso da eficácia do Contrato, por consequência do “Ajuste suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul”, surgiu a necessidade de atualização do CFF do Contrato de forma que este passe a refletir os reais prazos e datas de execução do Projeto A-Darter na República da África do Sul. Ajuste de cláusulas contratuais em decorrência da atualização do CFF.

O preço total é de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares americanos) nas CE ABR06.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico). Prazo de vigência: 16 de outubro de 2012. Prazo de execução: 66 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 110, Seção 3, de 11 de junho de 2008.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 10 de junho de 2008. Foi motivado pela necessidade de se alterar especificações a fim de ajustar tecnicamente o projeto A-DARTER aos objetivos do COMAER, alterando o Preço total do Contrato. Alteração do escopo dos serviços de infraestrutura disponibilizados pela ARMSCOR.

O preço total é de US\$ 53.676.017,51 (cinquenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil, dezessete dólares americanos e cinquenta e um centavos) nas CE FEV08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para o COMAER, Programa 0463 (Inovação e Competitividade), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C T Aeronáutico). Prazo de vigência: 16 de outubro de 2012. Prazo de execução: 66 meses.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 134, Seção 3, de 14 de julho de 2011.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 1º de julho de 2011. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto decorrentes de fatos supervenientes devido a concretização de riscos inerentes a um projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Aumento do escopo do projeto relacionado a acesso a tecnologias de interesse do Brasil desenvolvidas pelo governo da África do Sul no Projeto A-DARTER alterando o Preço total do Contrato.

O preço total é de US\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares americanos) nas CE FEV08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1388 (Fundo Nacional de Desenvolvimento em ciência e Tecnologia), ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), Ação 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas) e Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico), Programa 0461 (Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Ação 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia), Programa 0627 (Tecnologia de Uso Aeroespacial), Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos de sistemas Bélicos e Associados – Nacional). Prazo de vigência: 16 de setembro de 2013. Prazo de execução: 78 meses.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 107, Seção 3, de 6 de junho de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 4 de junho de 2013. Motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto decorrentes de fatos supervenientes devido a concretização de riscos inerentes a um projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Em virtude dos fatos acima, houve a necessidade de aumento da mão de obra de serviços de gerenciamento do programa, controle de qualidade, gerenciamento de configuração de engenharia de sistema do projeto alterando o Preço total do Contrato.

O preço total é de US\$ 77.190.000,00 (setenta e sete milhões, cento e noventa mil dólares americanos) nas CE FEV08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1388 (Fundo Nacional de Desenvolvimento em ciência e Tecnologia), ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), Ação 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas) e Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico), Programa 0461 (Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Ação 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia), Programa 2058 (Política Nacional de Defesa), Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados – Nacional), Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial). Prazo de vigência: 18 de outubro de 2015. Prazo de execução: 106 meses.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 197, Seção 3, de 15 de outubro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 14 de outubro de 2015. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de necessidades técnicas inerentes a um projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Adequação de uma das etapas para assegurar o repasse de toda a documentação gerada no projeto a Contratante.

O preço total é de US\$ 77.190.000,00 (setenta e sete milhões, cento e noventa mil dólares americanos) nas CE FEV08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 2021 (Ciência, Tecnologia e Inovação), Ação 2014 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial). Prazo de vigência: 18 de outubro de 2018. Prazo de execução: 130 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AVIBRAS – DIVISÃO AÉREA E NAVAL S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8666/93 combinado com o inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
Publicação Ratificação	DOU nº 251, Seção 3, de 26 de dezembro de 2008.

O Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008, com a empresa AVIBRAS – divisão aérea e naval S.A. tem por objeto o fornecimento de material e prestação de serviços subdivididos por Lote: Lote A – Prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 36 (trinta e seis meses) para o acompanhamento do desenvolvimentos conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote B – Fornecimento de material e prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 40 (quarenta) meses, para absorção de tecnologias de subsistemas prioritários referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote C - Fornecimento de Material e prestação de serviços técnico especializados por 42 (quarenta e dois) meses para adaptação parcial dos laboratórios referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM).

O preço total é de R\$ 36.888.937,76 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), nas CE DEZ08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). Prazo de vigência: 22 de dezembro de 2012. Prazo de execução: 42 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 246, Seção 3, de 24 de dezembro de 2010.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2010. Foi motivado pela necessidade de adaptação aos insumos e processos disponíveis no País no que se refere aos materiais e serviços técnico-especializados para absorção de tecnologias e sistemas prioritários. Necessidade da elaboração de um plano de certificação para garantir que as especificações após a adaptação sejam atendidas. Adequação dos preços do Contrato em função de ajuste tributário do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) que estavam sendo computados nos custos de forma indevida, sendo o saldo compensando pelo fornecimento de materiais e serviços para o Contrato.

O preço total é de R\$ 36.888.937,76 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), nas CE DEZ08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). Prazo de vigência: 23 de abril de 2013. Prazo de execução: 46 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 247, Seção 3, de 26 de dezembro de 2011.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2011. Foi motivado pela necessidade de prorrogação da permanência na África do Sul por mais 12 meses da mão-de-obra (“equipe A”) responsável por acompanhar as atividades de desenvolvimentos do projeto e continuar no processo de transferência desses conhecimentos para a equipe do Brasil (“equipe B”).

O preço total é de R\$ 38.169.386,49 (trinta e oito milhões, cento e sessenta e nove mil,

trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos), nas CE DEZ08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato nas CE DEZ08 são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). Prazo de vigência: 23 de junho de 2014. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 243, Seção 3, de 18 de dezembro de 2012.

O 3º TA ao Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2012. Foi motivado pelo replanejamento suportado pelo Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 – contrato de desenvolvimento e com base nos estudos da Gerência de Projetos assessorada pelos Grupos de Acompanhamento concluiu-se pela necessidade de se sincronizar parte das entregas previstas dos Contratos no Brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades de um dos lote A do CFF até 30 de junho de 2013, com o devido acréscimo ao valor contratual.

O preço total é de R\$ 38.425.712,93 (trinta e oito milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e doze reais e noventa e três centavos), nas CE DEZ08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). Prazo de vigência: 23 de junho de 2014. Prazo de execução: 60 meses.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 117, Seção 3, de 23 de junho de 2014.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de junho de 2014. Foi motivado pelo replanejamento do Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 – contrato de desenvolvimento e com base nos estudos da gerência de projetos assessorada pelos grupos de acompanhamento envolvidos no projeto concluiu-se pela necessidade de se sincronizar parte das entregas previstas dos contratos no brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades do lote B do CFF até dezembro de 2015, com o devido acréscimo ao valor contratual.

O preço total é de R\$ 40.369.759,58 (quarenta milhões, trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), nas CE DEZ08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). Prazo de vigência: 30 de junho de 2016. Prazo de execução: 84

meses.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 242, Seção 3, de 18 de dezembro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2015. Foi motivado pela necessidade de ajustes em etapas do Lote B, por decorrência de não aceitação de matérias primas e por consequência nova importação desses insumos e da necessidade de viabilizar tempo para novos estudos e relatórios adicionais ao projeto, fez-se a necessidade da extensão das atividades do lote B do CFF até dezembro de 2017.

O preço total é de R\$ 40.369.759,58 (quarenta milhões, trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), nas CE DEZ08.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional alocados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e transferidos para a Contratante, Programa 1338 (Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia), Ações Transversais 2113 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia), 7N34 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas), 4947 (Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia) ou ou Ação 4053 (Fomento a Projetos Institucionais para a Pesquisa no Setor Aeronáutico – C-T- Aeronáutico). Prazo de vigência: 23 de junho de 2018. Prazo de execução: 108 meses.

2.6.12 Projeto MAA-1B



Este projeto tinha por finalidade o desenvolvimento de um míssil ar-ar denominado MAA-1B. As atividades contratuais foram encerradas no âmbito da COPAC com a rescisão do Contrato nº 025-S/CTA/2004 de 9 de dezembro de 2004, firmado entre a União, Ministério da Defesa, por meio do Comando da

Aeronáutica e a empresa MECTRON – Engenharia, Indústria e Comércio LTDA

Em 14 de março de 2016, o EMAER, incumbido pelo Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica determinou, motivado pela crise econômica severa pela qual o País atravessa, o encerramento do projeto.

As despesas decorrentes deste projeto estavam amparadas pelo Contrato de Despesa nº 025/CTA/2004, firmado em 9 de dezembro de 2004 com a empresa MECTRON - engenharia, indústria e comércio S.A., tinha como objeto o desenvolvimento, de um míssil ar-ar, derivado do míssil MAA-1. Com valor de R\$ 50.631.057,22 (CE NOV04) e término inicial previsto para abril de 2008. Este Contrato foi rescindido por meio do Termo de Rescisão ao Contrato nº 025-S/CTA/2004 firmado em 23 de agosto de 2016, motivado pela crise econômica severa vivida pelo País, que impôs ao COMAER impactos diretos no custeio de seus investimentos

2.6.13 Projeto MAR-1 Fase 2 (Míssil Antirradiação)



Este projeto tinha por finalidade assegurar a disponibilidade de um míssil de defesa aérea para as aeronaves de superioridade aérea da FAB por meio do desenvolvimento de um míssil tático antirradiação denominado MAR-1.

Em 14 de março de 2016, o EMAER, incumbido pelo Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, motivado pela crise econômica severa pela qual o País atravessa, determinou o encerramento do projeto.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/10
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do “CAPUT” do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 99, Seção 3, de 26 de maio de 2010.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/10 firmado em 4 de maio de 2010 com a empresa MECTRON - engenharia, indústria e comércio S.A., tinha como objeto o desenvolvimento, certificação, logística inicial e ante-projeto de industrialização de um míssil antirradiação.

O preço total é de R\$ 190.980.782,24 (cento e noventa milhões, novecentos e oitenta mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), na CE MAR10.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato, são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional, alocados ao COMAER, Programa 0627 (Tecnologia de Uso Aeroespacial), Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos e Sistemas Bélicos Associados), Programa 0632 (Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira), Ação 3123 (Implantação de Novos Sistemas Bélicos). Prazo de Vigência: 30 meses. Prazo de Execução: 24 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/10
Publicação	DOU nº 245, Seção 3, de 18 de dezembro de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 25 de outubro de 2012 com a finalidade de ajustar o CFF, prorrogando os prazos de vigência e de execução. Estes ajustes foram motivados pela dificuldade do gerenciamento de circunstâncias de difícil previsão, inerentes ao processo de desenvolvimento de um artefato de alta tecnologia, bem como na dificuldade de estabelecimento de fornecedores de materiais tão particulares.

O preço total é de R\$ 190.980.782,24 (cento e noventa milhões, novecentos e oitenta mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), na CE MAR10.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato na CE MAR10, são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional, alocados ao COMAER, Programa 0627 (Tecnologia de Uso Aeroespacial), Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos e Sistemas Bélicos Associados), Programa 0632 (Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira), Ação 3123 (Implantação de Novos Sistemas Bélicos). Prazo de vigência: 15 de julho de 2014. Prazo de execução: 14 de janeiro de 2014.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/10
Publicação	DOU nº 182, Seção 3, de 11 de setembro de 2013.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 25 de outubro de 2012 com a finalidade de ajustar o *Statement Of Work – SOW*, o CFF, prorrogando os prazos de vigência e de execução, direitos de propriedade intelectual e detalhamento dos fornecimentos e serviços. Estes ajustes foram motivados pela necessidade de compatibilização entre o texto das “Especificações Técnicas” e os requisitos que foram modificados, bem como, adequação às normas pertinentes.

O preço total é de R\$ 109.918.375,82 (cento e nove milhões, novecentos e dezoito mil,

trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), na CE MAR10.

As despesas decorrentes deste Contrato são custeadas pela Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados), Ação 20XB (Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação do Setor Aeroespacial) e Ação 3123 (Implantação de Novos Sistemas Bélicos). Prazo de vigência: 15 de janeiro de 2016. Prazo de execução: 7 de julho de 2015.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/10
Publicação	DOU nº 225, Seção 3, de 25 de novembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 24 de novembro de 2015 com a finalidade de se prorrogar a vigência em função dos estudos determinados pelo EMAER para readequação nos requisitos do Projeto MAR-1.

O preço total é de R\$ 190.918.375,82 (cento e noventa milhões, novecentos e dezoito mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), na CE MAR10.

Todas as despesas decorrentes deste Contrato, são custeadas por meio de recursos do Tesouro Nacional, alocados ao COMAER, Programa 0627 (Tecnologia de Uso Aeroespacial), Ação 5408 (Desenvolvimento de Projetos e Sistemas Bélicos Associados), Programa 0632 (Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira), Ação 3123 (Implantação de Novos Sistemas Bélicos), ou outra Fonte, Programa e Ação disponibilizados pelo COMAER. Prazo de Vigência: 23 de dezembro de 2016. Prazo de Execução: 07 de julho de 2015.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/10
Publicação	DOU nº 243, Seção 3, de 20 de dezembro de 2016.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2010 firmado em 13 de dezembro de 2016 foi motivado pela necessidade de se prorrogar a vigência do Contrato com a finalidade de assegurar as ações necessárias para a efetivação da rescisão. A decisão de rescindir este Contrato deve-se à crise econômica severa vivida pelo País, que impôs ao COMAER impactos diretos no custeio de seus investimentos. Prazo de Vigência: 23 de abril de 2017.

2.6.14 Projeto P-3BR



Este projeto tinha por finalidade modernizar as aeronaves P-3A da Força Aérea Brasileira, destinadas a executar as missões de Anti-submarino, Patrulha Marítima, Reconhecimento Aéreo, Ataque, Controle Aéreo Avançado e Busca e Resgate e prover a logística associada.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EADS CONSTRUCCIONES AERONÁUTICAS S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX do Art 24 da Lei nº 8.666/93 regulamentado pelo decreto 2.295/97
Publicação Ratificação	DOU nº 249, Seção 3, de 18 de dezembro de 2007.

O Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005, firmado em 29 de abril de 2005, com a empresa EADS Construcciones Aeronáutica S.A. tem como objeto a modernização de oito aeronaves P-3 ORION do acervo do COMAER que se encontravam estocados nos Estados Unidos,

desmanchar outras três aeronaves (*spare part*) e selecionar as peças servíveis como de reposição, desenvolver e fornecer um simulador tático e uma estação de planejamento de missão, fornecer peças e ferramentas, prestar serviços de assistência técnica e treinar operadores e mantenedores.

O preço total é de US\$ 423.380.000,00 (CE ABR05). Esta despesa foi custeada por meio de linha de crédito de financiamento e recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER dentro do Programa 0632 – Reparcelhamento da Força Aérea Brasileira, na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves. Do montante de US\$ 423.380.000,00, a quantia US\$ 23.380.000,00 correu por conta de recursos do Tesouro e US\$ 400.000.000,00 oriundos dos recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento.

Com prazo de execução de 96 meses e com vigência programada para ocorrer em 29 de outubro de 2009, foi aditivado, por meio do total do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005, em 28 de dezembro de 2006 devido a inclusão da 12ª aeronave no escopo do objeto e mudanças nos procedimentos relativos à certificação e validação sob os aspectos de gerenciamento da configuração, homologação e qualidade. O preço total passou para US\$ 456.660.157,00.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 28 de dezembro de 2006. Foi motivado pela necessidade de se incluir a 12ª aeronave (9ª aeronave modernizada) no escopo do objeto e mudança do procedimento do pessoal espanhol representante da garantia da qualidade para certificação e validação sob os aspectos de gerenciamento da configuração, homologação, qualidade e certificação.

O preço total é de US\$ 456.660.157,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta mil, cento e cinquenta e sete dólares americanos).

As despesas deste Contrato são custeadas por meio de linha de Crédito de Financiamento e por recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER da seguinte forma: US\$ 56.660.157,00 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta mil, cento e cinquenta e sete dólares americanos) à conta de recursos do Tesouro e US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de Dólares norte-americanos) à conta de recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento. Prazo de vigência: 29 de março de 2014. Prazo de execução: 100 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 21 de novembro de 2008. Teve por motivação modificar os critérios de reconhecimento do item “reparos estruturais” desfazendo a necessidade de aprovação da comprovação de gastos para acesso ao Fundo de recursos para Revitalização. Incluir a descrição detalhada dos serviços gerados pelo Boletim “AFB 356 Ver. B” a serem aplicados nas aeronaves brasileiras decorrentes das necessidades apontadas no “*Total Life Index*” (TLI), que determinou a quantidade de itens estruturais a serem removidos e trocados em cada avião em virtude do índice de fadiga de cada aeronave, que foi apresentado pelo “*Airframe Structural Integrity Program (ASIP)*” assessorado pelo Grupo de Especialistas em Fadiga criado pelo COMAER. Mudança do procedimento do pessoal português (subcontratado da OGMA) representante da garantia da qualidade para certificação e validação sob os aspectos de gerenciamento da configuração, homologação, qualidade e certificação.

O preço total é de US\$ 470.946.524,00 (quatrocentos e setenta milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos).

As despesas deste Contrato são custeadas por meio de linha de Crédito de Financiamento e

Recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER dentro do Programa 0632 - Reparcelamento e Adequação da Força Aérea Brasileira, Ação 3128 (Modernização e Revitalização de Aeronaves), da seguinte forma: US\$ 70.946.524,00 (setenta milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos) à conta de recursos do Tesouro alocados ao COMAER e US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos) à conta de recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento. Prazo de vigência: 30 de novembro de 2014. Prazo de execução: 106 meses.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 3º Terceiro TA ao Contrato nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 27 de novembro de 2009. Este 3º TA foi motivado pela dificuldade técnica de se fornecer, no Brasil, em tempo oportuno, o protocolo validado do LINK BR2, para a instalação do Sistema DATA LINK, pela necessidade de se ajustar o CFF face ao contingenciamento orçamentário imposto no exercício de 2009 e de ajustes na forma de pagamento em consequência da modificação do recebimento das duas primeiras aeronaves ocasionadas por problemas técnicos ocorridos durante os voos de teste.

O preço total é de US\$ 470.946.524,00 (quatrocentos e setenta milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos). Prazo de vigência: 30 de novembro de 2014. Prazo de execução: 106 meses.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 30 de dezembro de 2010. Foi motivado pela necessidade de se incrementar o valor do Fundo de Revitalização, em função das fissuras encontradas em um componente estrutural do avião denominado “*Wing Ring Fitting*”, o que implicou na necessidade da troca desse componente em sete aeronaves e, a diminuição do escopo de horas de simulador. Este 4º TA ajustou o CFF em virtude das alterações dos valores mencionados.

O preço total é de US\$ 495.946,524,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos).

As despesas deste Contrato são custeadas por meio de linha de Crédito de Financiamento e Recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER dentro do Programa 0632 - Reparcelamento e Adequação da Força Aérea Brasileira, Ação 3128 (Modernização e Revitalização de Aeronaves), da seguinte forma: US\$ 95.946.524,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos) à conta de recursos do Tesouro alocados ao COMAER e US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos) à conta de recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento. Prazo de vigência: 29 de dezembro de 2015. Prazo de execução: 128 meses.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 6 de dezembro de 2011. Foi motivado pela necessidade de se atualizar o “Fundo de Revitalização” para regular a execução dos serviços de substituição dos “*Wing Ring Fitting*” em função das fissuras encontradas nesse componente estrutural do avião.

O preço total é de US\$ 495.946,524,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos).

As despesas deste Contrato são custeadas por meio de linha de Crédito de Financiamento e Recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER dentro do Programa 0632 - Reparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira, Ação 3128 (Modernização e Revitalização de Aeronaves), da seguinte forma: US\$ 95.946.524,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos) à conta de recursos do Tesouro alocados ao COMAER e US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos) à conta de recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento. Prazo de vigência: 29 de dezembro de 2015. Prazo de execução: 128 meses

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 2 de agosto de 2013. Foi motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude das seguintes alterações contratuais: desmonte da última aeronave a ser revitalizada nos Estados Unidos em virtude de falha em componente estrutural e sua recuperação ser técnica e economicamente inviável; Cancelamento do treinamento da 2ª Equipe de pilotos e operadores em virtude da tripulação já estar operando a aeronave em sua plenitude e realocação do valor dessa etapa no “Fundo de Revitalização” previsto em Contrato; Cancelamento do curso de instrução complementar dos equipamentos de missão no solo e realocação do valor dessa etapa no “Fundo de Revitalização” previsto em Contrato; Cancelamento, por limitações técnicas, da instalação do sistema SATCOM (*Satellite Communication*) e realocação do valor dessa etapa no “Fundo de Revitalização” previsto em Contrato e Ajuste entre as obrigações de Desembaraço Alfandegário e Garantia Estendida.

O preço total é de US\$ 495.946.524,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos).

As despesas deste Contrato são custeadas por meio de linha de Crédito de Financiamento e Recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER dentro do Programa 0632 - Reparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira, Ação 3128 (Modernização e Revitalização de Aeronaves), da seguinte forma: US\$ 95.946.524,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro dólares americanos) à conta de recursos do Tesouro alocados ao COMAER e US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos) à conta de recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento. Prazo de vigência: 29 de novembro de 2016. Prazo de execução: 29 de junho de 2016.

Instrumento Contratual	7º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 14 de novembro de 2013. Foi motivado pela necessidade de se restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro pleiteado pela Contratada em virtude da superveniência de fato excepcional que decorreram das falhas estruturais apresentadas em 7 aeronaves em seus componentes “*Wing Ring Fitting*”, ocasionando atrasos diversos para execução da substituição desses componentes, atrasos esses que impactaram economicamente a empresa contratada.

O preço total é de US\$ 505.420.599,70 (quinhentos e cinco milhões, quatrocentos vinte mil, quinhentos e noventa e nove dólares americanos e setenta centavos).

As despesas deste Contrato são custeadas por meio de linha de Crédito de Financiamento e Recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER dentro dos Programas 0632 - Reparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira e 2058 (Política Nacional de Defesa, e Ações 3128 (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves), da seguinte forma: US\$ 105.420.599,70 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte

mil, quinhentos e noventa e nove dólares americanos e setenta centavos) à conta de recursos do Tesouro alocados ao COMAER e US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos) à conta de recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento. Prazo de vigência: 29 de novembro de 2016. Prazo de execução: 29 de junho de 2016.

Instrumento Contratual	8º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 22, Seção 3, de 31 de janeiro de 2007.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 21 de novembro de 2014. Foi motivado pela necessidade de se substituir dois equipamentos GSE por motivo de incompatibilidade de especificação por equipamentos de IPL e AGE sem impacto técnico e financeiro para o projeto; realocação dos recursos do “Fundo de Revitalização” para a “Garantia Estendida” visto que a última aeronave tinha sido entregue em 25 de julho de 2014 e esse Fundo de Revitalização não seria mais necessário.

O preço total é de US\$ 505.420.599,70 (quinhentos e cinco milhões, quatrocentos vinte mil, quinhentos e noventa e nove dólares americanos e setenta centavos).

As despesas deste Contrato são custeadas por meio de linha de Crédito de Financiamento e Recursos do Tesouro Nacional alocados ao COMAER dentro dos Programas 0632 - Reparcelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira e 2058 (Política Nacional de Defesa, e Ações 3128 (Modernização e Revitalização de Aeronaves) e 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves), da seguinte forma: US\$ 105.420.599,70 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e noventa e nove dólares americanos e setenta centavos) à conta de recursos do Tesouro alocados ao COMAER e US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos) à conta de recursos provenientes da linha de crédito do Contrato de Financiamento. Prazo de vigência: 25 de dezembro de 2017. Prazo de execução: 25 de julho de 2017.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DEPED-SDDP/2005
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EADS Construcciones Aeronautica S.A.
Contrato Associado	003/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 85, Seção 3, de 5 de maio de 2005.

Em contrapartida ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 foi firmado em 29 de abril de 2005 o Acordo nº 002/DEPED-SDDP/2005 com a empresa EADS Construcciones Aeronáutica S.A. Este Acordo tem como objeto a concretização de seis projetos de compensação, totalizando, com aplicação dos fatores multiplicadores acordados, um valor de US\$ 467.134.400,00. O prazo de vigência até 2013.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 002/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 224, Seção 3, de 11 de novembro de 2007.

O 1º TA ao Acordo nº 002/DEPED-SDDP/2005 ocorreu em 14 de novembro de 2007. Este TA foi provocado pela assinatura do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DEPED-SDDP/2005 que incluiu a modernização da 9ª aeronave, alterando o valor da obrigação para US\$ 502.552.050,00. O prazo de vigência foi mantido para 2013.

Instrumento Contratual	2º TA ao Acordo de Compensação nº 002/DEPED-SDDP/2005
Publicação	DOU nº 55, Seção 3, de 21 de março de 2014.

O 2º TA ao Acordo nº 002/DEPED-SDDP/2005 firmado em 19 de março de 2014 teve por finalidade alterar os projetos 4, 5 e 6, excluir os projetos 1 e 7 e incluir o projeto 8. O valor total da obrigação foi ajustado para US\$ 502.552.050,00 e o prazo de vigência estendido para 30 de novembro de 2017.

As principais metas do projeto foram atingidas com: o recebimento das nove aeronaves modernizadas; a conclusão do treinamento operacional e dos mantenedores; a implantação da assistência técnica (em execução); o fornecimento da estação de planejamento de missão (*Mission Support Center - MSC*); o fornecimento do treinador tático (*Mission Trainer-Tactical Trainer - MT-TAT*); a finalização do suporte logístico (concluídas as 4.960:05 horas de voo suportadas pela Garantia Estendida); o RIG do projeto foi entregue e está instalado no IEAV, pronto para o uso; a última versão do software das aeronaves (versão 2.8) já foi instalada nas aeronaves; e em dezembro de 2016 foi entregue a última etapa prevista no CFF.

2.6.15 Projeto I-X



O Projeto I-X tem por finalidade a aquisição de seis aeronaves laboratório para inspeção em voo, modelo Legacy 500, fabricadas pela EMBRAER, bem como, a aquisição de suporte logístico inicial associado.

A despesa com a aquisição destas aeronaves está sendo suportada com recursos provenientes da ação orçamentária 20XV, a qual custeia o SISCEAB. Para assegurar o perfeito funcionamento do SISCEAB, é necessária a execução regular da chamada "Inspeção em Voo de Equipamentos e Procedimentos Operacionais". Essa inspeção tem como principal objetivo garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados pelo DECEA, uma vez que mantém aferidos e operando todos os equipamentos de auxílio à navegação aérea, aproximação e pouso do Brasil.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 83, Seção 3, de 5 de maio de 2014.

Em 30 de abril de 2014 foi firmada com a empresa EMBRAER S.A., por meio do Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, a aquisição de seis aeronaves de inspeção em voo e suporte logístico.

O Preço total é de R\$ 662.261.166,02, nas CE DEZ13. As despesas deste Contrato são custeadas pela Ação 20XV – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

Contrato de Despesa	1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 245, Seção 3, de 18 de dezembro de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, celebrado em 17 de dezembro de 2014, teve como motivação a necessidade de se ajustar o preço total do Contrato face a correção nos elementos de despesas de algumas etapas e conseqüentemente dos impostos incidentes no preço base das etapas.

Contrato de Despesa	2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 181, Seção 3, de 20 de setembro de 2016.

Com a alocação de recursos orçamentários inferiores aos compromissos contratuais no ano de 2016 houve a necessidade de se ajustar a cadência de entrega das aeronaves de número 3 a 6 e, ainda, o fracionamento e prorrogação da entrega de etapas relacionadas ao suporte logístico inicial. Estes ajustes foram formalizados por meio do 2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014 em 19 de setembro de 2016.

Contrato de Despesa	3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 243, Seção 3, de 20 de dezembro de 2016.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, firmado em 19 de dezembro de 2016 foi motivado pelo uso intenso da aeronave nas atividades de inspeção em voo e treinamento das equipagens. Com o recebimento da segunda aeronave, verificou-se a necessidade de se recompor a lista de provisionamento inicial, modificado em função da redução dos recursos orçamentários por meio do 2º TA. Devido a dificuldades de ordem orçamentária o encerramento foi reprogramado para 30 de novembro de 2021.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das estruturas de governança

Conforme a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de maio de 2016, a GOVERNANÇA é definida como a “combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos”.

Cabe ressaltar que, de acordo com o inciso I do Art.23 do Anexo I ao Decreto nº 6.834 de abril de 2009, o Comandante da Aeronáutica está incumbido de “exercer o Comando, a Direção e a Gestão da Aeronáutica”. Desse modo, o CMTAER é o cargo de maior relevância (autoridade máxima) na Estrutura de Governança do COMAER.

A Governança, no âmbito do COMAER, utiliza-se da sua estrutura hierárquica, reforçando a responsabilidade do EMAER como Órgão de Direção-Geral, por intermédio de uma estrutura corporativa matricial, que permite a transparência necessária ao processo de planejamento e gestão.

O EMAER é o Órgão Central do Sistema de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA), sendo responsável por disciplinar, tecnicamente, os assuntos relacionados ao tema, bem como administrar os elos sistêmicos nos temas afetos à planejamento e gestão

Atuando em sincronia com o órgão central, e de acordo com a NSCA 11-1/2012, norma interna do Estado-Maior da Aeronáutica que dispõe sobre a Organização e o Funcionamento do Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica, têm-se os seguintes elos:

a) Elos de Planejamento e Gestão: são setores pertencentes ao EMAER, aos ODSA e às OM subordinadas, responsáveis, no seu nível de competência, pela coordenação das atividades de planejamento e de elaboração e atualização dos Planos Setoriais dos ODSA e Programas de Trabalho. No EMAER, esse setor (6ª Subchefia), é responsável, ainda, pela normatização do SPGIA, confecção e atualização do Diagnóstico Estratégico, da Concepção Estratégica, do Plano Estratégico e do Plano de Direção-Geral, além da homologação dos Planos Setoriais. Nos ODSA, esses setores são responsáveis, também, pela ligação com o Órgão Central.

b) Elos de Gerência: são os responsáveis por manter atualizadas as informações relativas ao desempenho físico-financeiro dos Projetos de sua competência, com vistas a facilitar o acompanhamento por parte dos Elos do SPGIA; e

c) Elo Consultivo: é o responsável por assessorar o CMTAER na administração dos assuntos relacionados com o planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade e auditoria. Tal função é realizada pelo Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica (CONSEFA).

A fim de complementar a estrutura do SPGIA, foram idealizados outros “conselhos”, além do CONSEFA, com a finalidade de deliberar sobre temas específicos, bem como promover o assessoramento de alto nível. Ainda estão sendo estudadas a necessidade de outros conselhos, em áreas como Ciência e Tecnologia, bem como a readequação de outros conselhos existentes tais como o de Pessoal.

Atualmente estão constituídos os seguintes Conselhos:

*Conselho de Planejamento e Gestão (COPLAG)

Instituído por norma interna aprovado pela Portaria nº 1.266/GC3, de 30 de setembro de 2016, com respaldo nos incisos I e XIV do art. 23 do Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Destinado a assessorar o CMTAER no trato dos assuntos relacionados com o SPGIA. Em suas reuniões, o COPLAG aprecia, prioritariamente, o planejamento das ações a serem executadas nos exercícios seguintes, estuda as prioridades e estabelece a necessária compatibilização entre o que se pretende realizar e o que será possível executar com os recursos

disponíveis. O COPLAG atua como um arranjo deliberativo pelo planejamento institucional consolidando as prioridades, objetivos, metas e demais elementos do planejamento. O Conselho possui quatro níveis, conforme descrito a seguir:

1º nível: ODSA. Define as necessidades e metas em sua área de atuação. O Comandante ou Diretor será o presidente;

2º nível: Composto pelos representantes atuando na área de planejamento dos ODSA e EMAER. Define e consolida as necessidades e metas do COMAER como um todo. O presidente deste nível será o Chefe da 6ª Subchefia do EMAER;

3º nível: Conselho de Vice-Chefes (CONVICE). Identifica as prioridades e metas do COMAER. O presidente deste nível será o Vice-Chefe do EMAER; e

4º nível: Representado pelo Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM). Assessora o CMTAER nas decisões que envolvam a governança institucional nos temas relacionados ao planejamento e gestão.

*** Conselho de Vice-Chefes (CONVICE)**

Instituído pela Portaria nº 25/GC3, de 07 de janeiro de 2002, publicada na Seção 1 do DOU nº 7, de 10 de janeiro de 2002.

Além de constituir o 3º nível do COPLAG, é destinado a assessorar o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica na apreciação de assuntos de natureza relevante e de interesse da Aeronáutica, bem como na coordenação dos estudos, programas e ações decorrentes.

O Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica indicará os temas que, por sua importância, prioridade, peculiaridade ou prazos, serão objeto de análise do CONVICE.

As recomendações oriundas do CONVICE deverão ser apreciadas pelo Chefe do EMAER, que, em função da relevância e implicações das matérias, as submeterá à apreciação do Comandante da Aeronáutica.

*** Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica (CONSEFA)**

Conforme Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Conforme citado anteriormente, como Elo Consultivo do SPGIA, é destinado a assessorar o Comandante da Aeronáutica na administração dos assuntos relacionados com o planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade e auditoria. Em suas reuniões, o CONSEFA avalia a execução física e financeira do Plano de Ação da Aeronáutica, a situação do Fundo Aeronáutico e outras atividades relacionadas com a gestão econômico-financeira da Aeronáutica.

*** Conselho de Planejamento de Pessoal (CONPLAP)**

Conforme Portaria nº 278/GC3, de 19 de abril de 2007 (publicada na Seção 1 do DOU nº 76, de 20 de abril de 2007) e Portaria nº 78/GC3, de 20 de fevereiro de 2008 (publicada na Seção 1 do DOU nº 35, de 21 de fevereiro de 2008).

Destinado a tratar os assuntos referentes ao planejamento, no mais alto nível, dos recursos humanos do COMAER.

*** Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (COMTI)**

Norma interna aprovada pela Portaria nº 1.911/GC3, de 18 de outubro de 2013, com respaldo no inciso XIV do art. 23 do Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Destinado a assessorar o EMAER no trato dos assuntos relacionados à governança de Tecnologia da Informação (TI) no COMAER, no mais alto nível.

*** Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM)**

Conforme Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

Destinado a assessorar o Comandante da Aeronáutica nas suas atribuições de direção e gestão da Força, cabendo também apreciar os assuntos de interesse do COMAER,

elaborar as listas de escolhas para promoção aos postos de oficiais-generais da Aeronáutica e assessorar o CMTAER nos assuntos relativos à Política Militar Aeronáutica.

Em atenção à IN conjunta CGU/MP nº 001, encontra-se em fase de elaboração a Norma para a criação do “Comitê de Gestão de Risco da Aeronáutica”, a ser instituído em 2017.

Em complemento a esta estrutura de governança, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) é uma Unidade Setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, à qual compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do COMAER, empregando as técnicas de fiscalização e de auditoria, com vista à aplicação eficiente, eficaz e legal dos recursos alocados ao COMAER.

Por fim, o COMAER encontra-se submetido aos Controles Externos que fazem parte da estrutura do Governo Federal.

3.2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

3.2.1 Pessoal Civil

A sistemática de apuração de ilícitos cometidos por servidores civis das Unidades do COMAER inicia-se com uma análise prévia às instaurações de Procedimentos Disciplinares (sindicância e processo administrativo disciplinar), com o intuito de aferir indícios de autoria e materialidade do fato, para que seja, dessa forma, coibida a banalização de tais instrumentos.

Verificando-se os requisitos à abertura de processo, a Unidade do servidor solicita ao Comando-Geral do Pessoal o número de controle para o Procedimento Administrativo, sendo, a partir deste momento, controlado pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) e lançado no Sistema de Gestão de Processos Administrativo (CGU-PAD).

A Unidade, então, publica a Portaria de Instauração determinando a apuração dos fatos reportados, bem como a instituição da Comissão que irá conduzir o rito adotado.

Cabe ressaltar que a responsabilidade pelo controle efetivo dos Procedimentos e pelo registro de informações (fase de Instauração, Instrução e Julgamento) no Sistema CGU-PAD é atribuída ao COMGEP, medida adotada para atender à orientação da Controladoria-Geral da União, em sua Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, evitando-se assim a descentralização no que diz respeito à área correcional, conforme disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 18, § 5º, Incisos IV e IX.

Tais informações são fornecidas pelas Unidades ao término de cada fase e são lançadas no Sistema juntamente ao anexo das digitalizações dos documentos comprobatórios

Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias são conduzidos conforme o preconizado na Lei nº 8.112/90, nas normas internas editadas sobre o assunto (ICA 110-2/2015 e NSCA 40-1/2012) e também no Manual de Procedimentos Administrativos da Controladoria-Geral da União.

Nas situações em que a penalidade aplicada excede a alçada da Autoridade Instauradora do processo, este é encaminhado ao COMGEP, seguindo, via Gabinete do Comandante da Aeronáutica ao Ministério da Defesa para julgamento.

Ao término do julgamento e de sua publicação em Boletim Interno, a Unidade envia à Unidade de Controle todo o processo digitalizado, para que seja arquivado a fim de subsidiar futuras auditorias.

Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos instaurados no exercício de 2016, referente aos servidores públicos

Quadro 3.2.1.1 - Processos Administrativos e Sindicâncias

ASSUNTO		NÚMERO DE PROCEDIMENTOS
1	Ausência de prestação nas atividades ou na prestação de informações	3
2	Ausência ou imp pontualidade ao serviço	6
3	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	4
4	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública e manifestação de apreço ou despreço	5

5	Favorecimento próprio ou de terceiros	3
6	Inassiduidade Habitual	1
TOTAL DE PROCEDIMENTOS		22

Fonte: DPC (Divisão de Pessoal Civil)-COMGEP

O total de servidores envolvidos em Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados no ano em questão representa uma porcentagem de aproximadamente 0,45% no universo de 4.889 (quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) servidores ativos.

Não se observou, no período do exercício em questão, irregularidades ocorridas que pudessem impactar o andamento dos macroprocessos finalísticos.

Desde o ano 2012, com a edição das normas internas citadas (NSCA 40-1 e ICA 110-2), e após auditorias, o COMAER vem envidando esforços para atender às solicitações da Controladoria-Geral da União, no sentido de buscar a atualização sistêmica de forma concomitante aos atos ocorridos nos Procedimentos Administrativos, bem como a anexação de documentos comprobatórios anteriormente citados.

O COMAER busca, na medida do possível, cumprir com as exigências e prazos estabelecidos, apesar das dificuldades encontradas devido à descentralização de suas Organizações, tanto administrativa quanto geográfica (Unidades localizadas em todo o território brasileiro).

No que se refere à aderência do registro de informações relativas aos processos em epígrafe, conforme preceitos estabelecidos na Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, quanto ao devido cumprimento do prazo de trinta dias para a inserção sistêmica, tem-se a seguintes informações:

Quadro 3.2.1.2 - Inserção dos PAD instaurados, em 2016, no sistema CGU-PAD

	<u>Inseridos no prazo de 30 dias</u>	<u>Inseridos com atraso de até 10 dias</u>	<u>Inseridos com atraso de mais de 10 dias</u>
<u>Quantitativo de Processos</u>	Oito	Oito	Seis
<u>Porcentagem</u>	Aprox. 36,36%	Aprox. 36,36%	Aprox. 27,27%
<u>TOTAL</u>	22 Procedimentos		

Fonte: DPC (Divisão de Pessoal Civil) -COMGEP

O COMAER vem de forma constante realizando gestões juntamente às Unidades Instauradoras quanto à necessidade de se manter o sistema atualizado, alertando-as acerca do descumprimento dos prazos previstos, bem como a formalística processual, pensando sempre no aprimoramento de futuros processos, em evitar possíveis nulidades por vícios insanáveis e onerosidades decorrentes, dispensáveis à Força.

3.2.2 Pessoal Militar

A correção do pessoal militar do COMAER, da ativa, da reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correção do pessoal militar encontra-se

fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Subsidiariamente correição militar complementa no que couber o Conselho de Justificação - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972; na Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas - Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica - Decreto nº 7.099, de 4 de fevereiro de 2010; o Conselho de Disciplina – Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972; e no Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica - Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

3.3 Gestão de risco e controles internos

Em 10 de maio de 2016 foi assinada a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001 que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.

Em decorrência desse normativo, a Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (SFC/MTFC), antiga CGU, promoveu, no 2º semestre de 2016, algumas edições do Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos, oportunidade na qual diversos militares do COMAER puderam realizar um aprofundamento sobre o tema.

Preocupado com a relevância do assunto, o Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), órgão que trata diariamente com as questões associadas a riscos em projetos, já havia criado um normativo, no nível ODSA, absorvendo as abordagens sobre o tema nos diversos institutos subordinados. Dessas discussões foi elaborada a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 80-13 “Gerenciamento de Riscos em Projetos e Atividades do DCTA”, aprovada em 02 de maio de 2016, portanto, antes da aprovação da IN Conjunta.

De igual modo, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) também já possuía normativo interno atendendo a recomendações da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Em 9 de junho de 2010, foi aprovada a ICA 63-26 “Gerenciamento do Risco à Segurança Operacional no SISCEAB” (Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro) com a finalidade de identificar os riscos presentes na segurança operacional para atingir níveis aceitáveis de desempenho.

Outros órgãos do COMAER, cada um dentro de sua área de atuação, também possuem procedimentos ou normas internas relativas ao gerenciamento de risco sem, contudo, constituir uma sistemática institucional e integrada na UPC como um todo. As informações contidas nessas ICA, juntamente com o aprendizado obtido no Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos, e outros dados obtidos consultando as normas ABNT/COSO que regulam o assunto, servirão de base para o EMAER elaborar, no 1º semestre de 2017, o documento que sintetize a política institucional de gestão de risco do COMAER.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de pessoas

O COMAER intensificou a sua reestruturação administrativa e operacional no decorrer do ano de 2016, nessa conjuntura, a readequação da sua força de trabalho tornou-se imprescindível.

Além da necessidade de reestruturação, as limitações orçamentárias e as incertezas do ambiente externo fizeram com que o COMAER estabelecesse uma diretriz para tornar a sua força de trabalho mista, ou seja, com profissionais de carreira e temporários, de forma a permitir uma redução gradativa da quantidade de pessoal na área de apoio e reforçar aqueles recursos voltados para a atividade fim.

Dentro desse cenário uma nova abordagem em relação à Tabela de Pessoal (TP) obrigou o Comando Geral do Pessoal (COMGEP) a acompanhar todas essas alterações estruturais, elaborar uma projeção de efetivos para cada quadro existente, contribuindo efetivamente para modelar, em cada OM, a sua necessidade.

A distribuição da força de trabalho entre as áreas meio e fim foi baseada na DCA 11-45/2016, Conceção Estratégica Força Aérea 100, no que concerne ao Poder Aeroespacial, e em especial na observância das Diretrizes da Estratégia Setorial de Defesa que orientam as ações da FAB na manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro.

O COMAER, no ano de 2016, desenvolveu uma série de atividades de ensino, dentre elas a realização de cursos voltados à formação, à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais de nível superior, oficiais e civis, nas áreas de interesse do COMAER, visando ao desempenho de atividades operacionais e administrativas de liderança, comando, assessoramento, gerenciamento, chefia e direção dos diversos segmentos da Aeronáutica.

Dentro da política de educação continuada, a habilitação de profissionais para o exercício de funções de Estado-Maior, cargos de comando, direção e chefia e de assessoramento da alta administração militar, também foram promovidos com o acesso aos Cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia.

O COMAER atuou na formação, capacitação, aperfeiçoamento e especialização de profissionais de nível médio, sargentos e civis, nas áreas de seu interesse, visando ao desempenho de atividades operacionais, técnicas e administrativas dos diversos segmentos da Aeronáutica.

Destacam-se ainda os processos de formação e especialização de Cabos, Soldados e TAFEIROS através dos sete Serviços Regionais de Ensino (SERENS) localizados, cada um, no seu respectivo Comando Aéreo Regional (COMAR), para o desempenho das atividades operacionais, técnicas, administrativas e de segurança e defesa.

Ao longo do ano, essas atividades foram executadas pelas Organizações de Ensino da estrutura do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), em modo presencial e semipresencial, e em Organizações ligadas sistemicamente, tais como: Instituto Logístico da Aeronáutica (ILA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Pesquisas e Ensaio em Voo (IPEV), Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ), Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE) e os Serviços Regionais de Ensino (SERENS).

O conjunto dessas ações visa à consecução do objetivo de capacitar o efetivo do COMAER, sendo que os principais cursos foram:

- Curso de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e Infantes;
- Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais;
- Curso de Comando e Estado-Maior;
- Curso Preparatório de Cadetes-do-Ar;
- Curso de Formação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos;

- Curso de Formação de Oficiais Especialistas;
- Curso de Formação de Sargentos;
- Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento;
- Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários;
- Estágio de Adaptação ao Oficialato;
- Curso de Tática Aérea para Oficiais;
- Curso de Formação de Cabos;
- Curso de Especialização de Soldados;
- Curso de Especialização em Logística;
- Curso Básico de Manutenção para Oficiais;
- Curso de Padronização de Instrutores;
- Curso de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação; e
- Curso de Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais.

No ano de 2016 foram capacitados um total de 13.596 (treze mil e quinhentos e noventa e seis) alunos.

Na capacitação do círculo de Oficiais participaram as seguintes instituições de ensino da Aeronáutica:

- a Academia da Força Aérea (AFA);
- o Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR);
- o Centro de Instrução e Especialização da Aeronáutica (CIEAR);
- a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR);
- o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA);
- , o Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA);
- Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São José dos Campos - SP (CPORAER-SJ);
- Instituto de Pesquisa e Ensaio em Voo (IPEV); e
- o Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE).

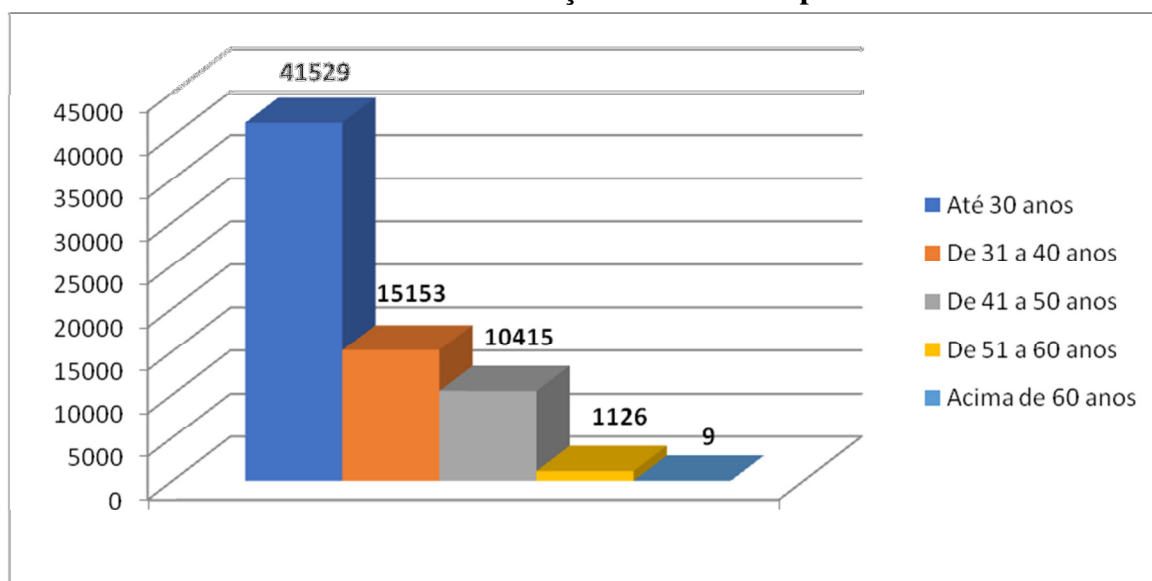
Na formação, aperfeiçoamento e especialização de Sargentos e Civis, participaram a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), o ILA, o CIEAR e o IPEV.

O COMAER, para o cumprimento de sua missão e no esforço de aprimorar a gestão de recursos humanos do COMAER, busca desenvolver competências voltadas para o aumento da capacidade gerencial do Sistema de Pessoal da Aeronáutica (SISPAER), implementando procedimentos que permitam mensurar o desempenho dos militares e civis da Aeronáutica, assim como avaliar as atividades desenvolvidas para o gerenciamento estratégico dos recursos humanos.

Dessa forma, os Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos são uma importante ferramenta para aferição do desempenho da gestão dos recursos humanos do COMAER.

Com o objetivo de divulgar os indicadores gerenciais de recursos humanos do COMAER do ano de 2016, foram realizadas consultas ao Sistema de Informações Gerenciais de Apoio à Decisão do Comando da Aeronáutica (SIGAER) e se obteve os seguintes indicadores:

Gráfico 4.1.1: Distribuição dos militares por idade



Fonte: SIGAER

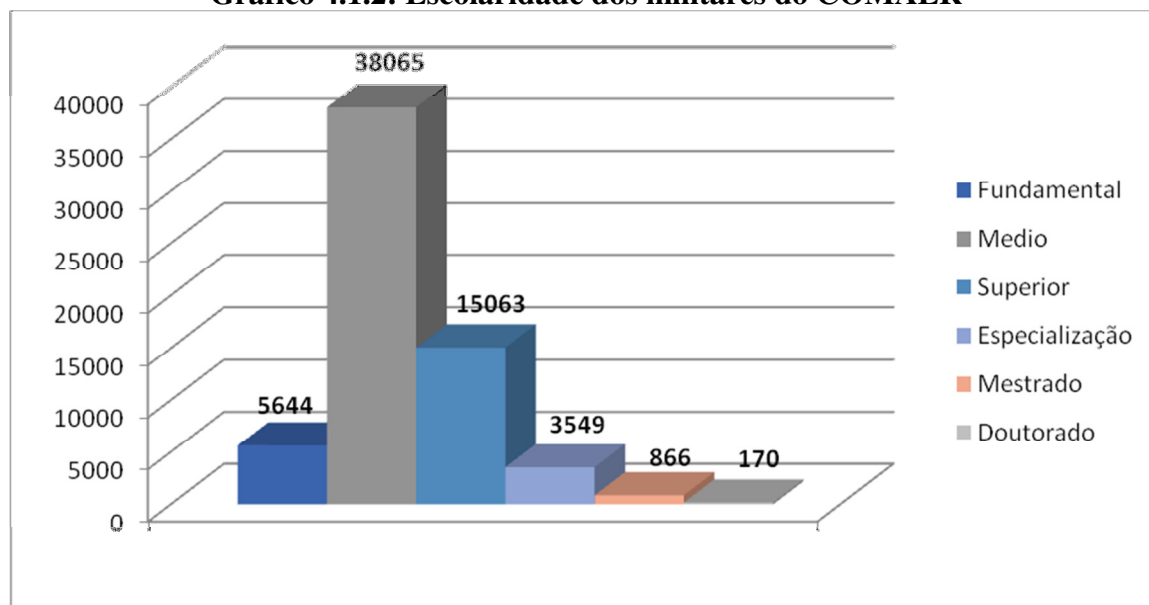
Pode-se notar, no gráfico acima, que grande parte dos militares do COMAER tem idade abaixo de 30 anos. Pode-se observar, também, que há poucos militares com idade acima de 60 anos, apenas 9. Fazendo uma comparação dos números de militares categorizados por idade nos anos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 4.1.1: Comparação da Distribuição de Idade dos Militares do COMAER

COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE IDADE DOS MILITARES DO COMAER					
Idade dos Militares do COMAER	2012	2013	2014	2015	2016
IDADE ATÉ 30 ANOS	43188	46060	43895	42339	41529
IDADE DE 31 A 40 ANOS	12579	12863	13871	14622	15153
IDADE DE 41 A 50 ANOS	11072	10940	11072	10773	10415
IDADE DE 51 A 60 ANOS	1119	1209	1254	1183	1126
IDADE ACIMA DE 60 ANOS	18	20	19	10	9

Verifica-se que a concentração majoritária dos militares, nas faixas de idade abaixo de 41 anos, é extremamente benéfica para a manutenção da prontidão operacional da FAB, tendo em vista as exigências físicas e psicológicas que a atividade militar exige.

Gráfico 4.1.2: Escolaridade dos militares do COMAER



Fonte: SIGAER

Pode-se observar, no gráfico “Escolaridade dos Militares do COMAER”, que a grande maioria dos militares do COMAER possui o nível médio. Fazendo-se uma comparação da escolaridade dos militares do COMAER, nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, tem-se a seguinte tabela:

TABELA 4.1.2 - Comparação da escolaridade dos militares do COMAER

Escolaridade dos Militares do COMAER	2012	2013	2014	2015	2016
Fundamental	8990	9502	8439	6317	5644
Médio	40597	42757	41880	39453	38065
Superior	16847	14326	14524	14842	15063
Especialização	----	2805	3114	3314	3549
Mestrado	662	662	748	788	866
Doutorado	113	113	136	149	170

Os dados relativos aos graus de escolaridade do ensino fundamental, médio e superior, no ano de 2015, foram corrigidos em relação aos divulgados no Relatório de Gestão ano-base 2015. Os novos números representam os militares com o grau de escolaridade completo. No ano anterior, foram computados os militares que ainda estavam cursando.

Na tabela 4.1.2, pode-se notar que houve uma diminuição do número de militares com ensino fundamental e médio. Já no que diz respeito aos militares com ensino superior, especialização, mestrado e doutorado, podemos observar que houve aumento do número.

Verifica-se que tal fato é bastante positivo, pois reflete que o nível de escolaridade do pessoal vem crescendo e conseqüentemente uma melhoria do capital humano da Instituição está ocorrendo.

A melhoria do capital humano otimiza a assimilação, a utilização e o desenvolvimento das novas tecnologias existentes nas aeronaves e sistemas adquiridos pelo COMAER, proporcionando dessa forma uma melhoria nos serviços prestados à sociedade brasileira.

Gráfico 4.1.3: Porcentagem de militares do COMAER Por sexo



Fonte: SIGAER

Pode-se verificar, no gráfico acima, que o COMAER possui em seu efetivo 16% dos militares do sexo feminino. Fazendo-se uma comparação da porcentagem dos militares do COMAER, por sexo, nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 4.1.3: Comparação da porcentagem dos militares por sexo

Porcentagem dos Militares do COMAER por Sexo	2012	2013	2014	2015	2016
Masculino	78%	87%	85%	85%	84%
Feminino	22%	13%	15%	15%	16%

Pode-se notar que houve um pequeno aumento na porcentagem de militares do sexo feminino em 2016.

O COMAER proporciona acesso a todas as escolas de formação para ambos os sexos, possibilitando uma maior participação das mulheres nas atividades administrativas e operacionais da Instituição.

Gráfico 4.1.4: Resultado De Avaliação Do Condicionamento Físico



Fonte: CDA

Observa-se, no gráfico acima, que somente uma pequena porcentagem (1,36%) dos militares do COMAER não obteve aprovação no teste de avaliação do condicionamento físico.

Fazendo-se uma comparação dos resultados dos testes de avaliação do condicionamento físico, nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 4.1.4 Comparação dos resultados do teste de avaliação do condicionamento físico

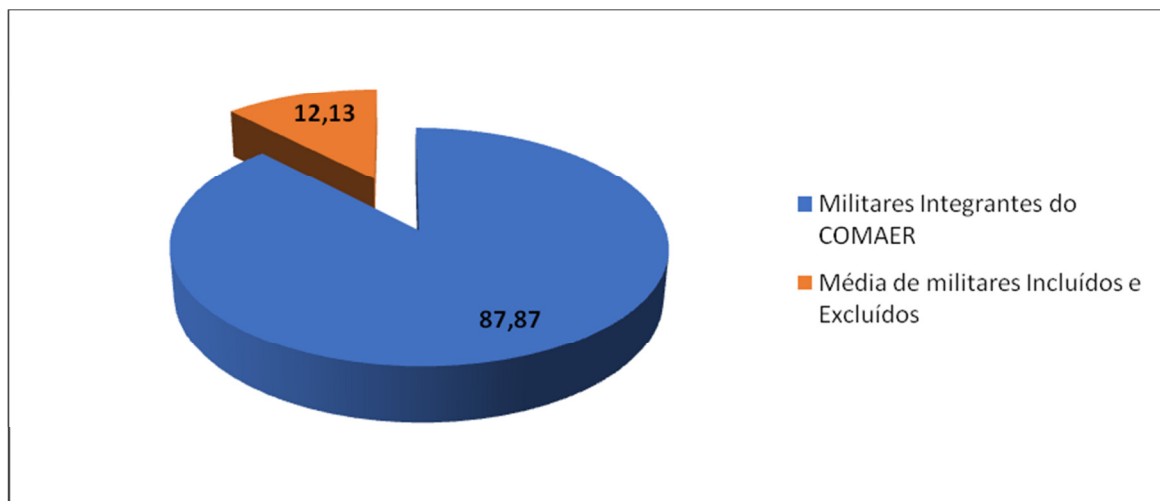
Resultado do Teste de Avaliação do Condicionamento Físico	2012	2013	2014	2015	2016
Aprovados (Normal, ACN ou MAC)	98%	97,29%	98%	98,81%	98,64%
Reprovados (ABN ou MAB)	2%	2,71%	2%	1,09%	1,36%

Na tabela 4.1.4, pode-se notar que a porcentagem de militares do COMAER aprovados, no teste de avaliação do condicionamento físico, permaneceu quase no mesmo patamar. As siglas utilizadas, no gráfico, significam: ACN - resultado acima do normal, MAC - resultado muito acima do normal, ABN - resultado abaixo do normal e MAB - resultado muito abaixo do normal.

Verifica-se que o condicionamento físico dos militares do COMAER está adequado às necessidades operacionais da Força, permitindo a manutenção de uma força de trabalho em condições de cumprir sua missão institucional.

O “Índice de Rotatividade por Afastamento do Serviço Ativo” é utilizado para medir a rotatividade anual da força de trabalho militar no COMAER.

Gráfico 4.1.5: Rotatividade – 2016



Fonte: SIGAER

Fazendo-se a comparação da rotatividade ocorrida nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 4.1.5: Comparação da Rotatividade

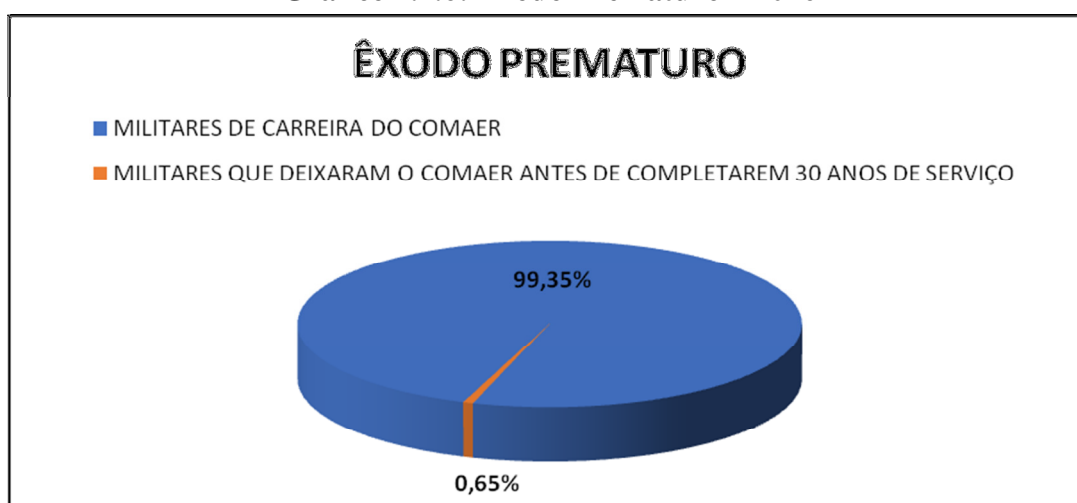
TABELA DE COMPARAÇÃO DA ROTATIVIDADE					
	2012	2013	2014	2015	2016
ROTATIVIDADE	14,23%	15,54%	15,98%	10,60%	12,13%

Observa-se, na tabela comparativa acima, que houve um pequeno aumento no índice de rotatividade de militares do COMAER no ano de 2016.

Os níveis de rotatividade atuais são adequados para a Instituição, pois permitem uma maior retenção dos militares com experiência e mais bem qualificados.

O êxodo prematuro é composto pelos militares que deixam o COMAER antes de completarem 30 anos de serviço, passando para a reserva não-remunerada. No universo da pesquisa, foram considerados somente os militares de carreira.

Gráfico 4.1.6: Êxodo Prematuro – 2016



Fonte: SIGAER

Fazendo-se a comparação do êxodo prematuro nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 4.1.6: Comparação do êxodo

TABELA DE COMPARAÇÃO DO ÊXODO					
	2012	2013	2014	2015	2016
ÊXODO PREMATURO	1,13%	1,20%	1,27%	0,27%	0,65%

Na tabela de comparação do êxodo, pode-se notar que houve um pequeno aumento no êxodo prematuro em 2016.

A taxa de êxodo vem se mantendo baixa ao longo dos anos, contribuindo favoravelmente para a manutenção dos recursos humanos necessários ao cumprimento da missão do COMAER.

- MEDIDAS PARA IDENTIFICAR IRREGULARIDADES:

O COMAER, visando atender determinação dos órgãos de controle externo em relação à acumulação irregular de cargos, atua quando recebe alguma denúncia ou é notificado pelo TCU, por meio do CENCIAR, que determina a apuração e a consequente regularização dos casos de acumulação comprovadamente irregular.

Para conseguir realizar a apuração e a consequente regularização dos casos de acumulação, o COMAER adotou as seguintes estratégias:

1º - Publicou a NSCA 35-2/2016, que é uma norma interna que estabelece os procedimentos para cumprir as determinações constantes do Acórdão 1.153/2014- TCU-Plenário, no âmbito da Aeronáutica.

2º - O COMGEP, de comum acordo com o CENCIAR, expediu ofícios aos sete Comandos Aéreos Regionais (COMAR) em 2016, solicitando que distribuíssem as orientações e as legislações pertinentes para as OM de sua área de atuação (aquelas que possuíam militares cujos nomes constassem na relação recebida do TCU) para que designassem responsáveis pelas apurações e, consequentemente, regularizassem os casos de comprovada irregularidade;

3º - Os ofícios expedidos continham todas as instruções necessárias para as regularizações, além de cópia da NSCA 35-2, e orientações sobre como agir nos casos omissos, estabelecendo também prazos para as respostas.

4º - Os casos já regularizados foram comunicados ao TCU, via CENCIAR, com a apresentação dos comprovantes de regularização.

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 4.1.1.1 – Força de trabalho da UPC

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. SERVIDORES EM CARGOS EFETIVOS (1.1+1.2)	57.447	43.436	534	3.689
1.1 MILITARES (1.1.1+1.1.2)	46.837	38.522	526	3.328
1.1.1 MILITARES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO - ATIVA	46.837	38.491	524	3.328
1.1.2 RECONVOCADOS	NÃO HÁ	31	2	0
1.2 SERVIDORES CIVIS DE CARREIRA (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	10.610	4.914	8	361
1.2.1 SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	10.610	4.889	2	358
1.2.2 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	NÃO HÁ	6	0	0
1.2.3 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	NÃO HÁ	17	6	2
1.2.4 SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	NÃO HÁ	2	0	1
2. CONTRATOS TEMPORÁRIOS (2.1+2.2+2.3)	47.094	38.376	8.008	5.315
2.1 MILITARES TEMPORÁRIOS (2.1.1+2.1.2+2.1.3+2.1.4+2.1.5)	46.900	38.243	7.952	5.313
2.1.1 SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO (*)	34.100	25.919	5.191	3.808
2.1.2 OFICIAIS TEMPORÁRIOS (**)	5.015	4.493	558	1.083
2.1.3 TAREFA POR TEMPO CERTO	4.500	3.982	676	147
2.1.4 ALUNOS DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO (***)	1.296	2.022	1.004	154
2.1.5 SARGENTOS TEMPORÁRIOS	1.989	1.827	523	121
2.2 CIVIS TEMPORÁRIOS	34	32	0	2
2.3 AUXILIARES LOCAIS (UNIDADES DO EXTERIOR)	160	101	56	0
3 SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	NÃO HÁ	33	0	0
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	104.541	81.845	8.542	9.004

Fonte: COMGEP

* TODOS OS CABOS NÃO ESTABILIZADOS E OS SOLDADOS

** TODOS OS QCOA E QCON

*** ALUNOS MATRICULADOS NA AFA, EPCAR E EEAR

Quadro 4.1.1.2 - Distribuição da lotação efetiva

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. SERVIDORES EM CARGOS EFETIVOS (1.1+1.2)	24.789	18.647
1.1 MILITARES (1.1.1+1.1.2)	20.881	17.641
1.1.1 MILITARES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO - ATIVA	20.869	17.622
1.1.2 RECONVOCADOS	12	19
1.2 SERVIDORES CIVIS DE CARREIRA (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.908	1.006
1.2.1 SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	3.887	1.002
1.2.2 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	6	0
1.2.3 SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	13	4
1.2.4 SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	2	0
2. CONTRATOS TEMPORÁRIOS (2.1+2.2+2.3)	19.414	18.962
2.1 MILITARES TEMPORÁRIOS (2.1.1+2.1.2+2.1.3+2.1.4+2.1.5)	19.281	18.962
2.1.1 SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO (*)	9.553	16.366
2.1.2 OFICIAIS TEMPORÁRIOS (**)	3.503	990
2.1.3 TAREFA POR TEMPO CERTO	2.904	1.078
2.1.4 ALUNOS DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO (***)	2.022	0
2.1.5 SARGENTOS TEMPORÁRIOS	1.299	528
2.2 CIVIS TEMPORÁRIOS	32	0
2.3 AUXILIARES LOCAIS (UNIDADES DO EXTERIOR)	101	0
3 SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	33	0
4. TOTAL DE SERVIDORES (1+2+3)	44.236	37.609

Fonte: COMGEP

* TODOS OS CABOS NÃO ESTABILIZADOS E OS SOLDADOS

** TODOS OS QCOA E QOCON

*** ALUNOS MATRICULADOS NA AFA, EPCAR E EEAR

Quadro 4.1.1.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	103	110	6	5
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	102	109	6	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não Há	40	4	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não Há	2	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não Há	2	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	Não Há	33	0	0
1.2.5. Aposentados	Não Há	3	1	0
1.2.6. Militares da Reserva Remunerada	Não Há	29	1	1
2. Funções Gratificadas	702	670	70	59

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	702	668	70	59
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não Há	2	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não Há	0	0	0
3.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	805	780	76	64

Fonte: SIAPE/SIAPENET/DW –COMGEP/DPC

Análise Crítica:

A atual Força de Trabalho do COMAER consegue atender de forma satisfatória às necessidades operacionais e administrativas da Instituição. Além disso, possibilita o cumprimento das determinações emanadas pelo Governo Federal, via Ministério da Defesa, para o cumprimento de atribuições subsidiárias e ações complementares.

Tendo em vista a sucessão de turmas de formação com o intuito de promover o fluxo contínuo de carreira e a renovação da força de trabalho, a possibilidade de a força de trabalho ser prioritariamente formada por servidores mais próximos de sair do serviço ativo – em tempo de paz – é bastante remota.

Não houve movimentações de pessoal (ingresso e egresso) decorrentes da reestruturação administrativa da Força Aérea durante o exercício de 2016.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 4.1.2.1 – Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Despesas Variáveis	Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	TOTAL
Membros de poder e agentes públicos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade (militar)											
Exercícios – MILITARES	2016	2.127.239.053,54	6.272.016,68	343.043.246,31	593.800.486,84	296.879.011,80	38.718.674,28	-	3.264.887,45	173.495,71	3.409.390.872,61
	2015	1.987.852.851,08	3.351.100,03	315.330.964,17	562.980.140,27	303.652.394,12	14.608.959,69	-	3.867.345,69	182.500,89	3.191.826.255,94
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios – CIVIS	2016	218.376.181,18	214.783.113,28	56.560.853,16	23.549.640,26	36.332.521,19	24.104.535,17	6.843,40	6.087.576,41	126.131,24	579.927.395,29
	2015	227.916.584,49	215.249.398,23	56.558.188,99	24.464.726,70	30.931.934,95	23.354.162,50	3.531,22	345.009,74	152.188,05	578.975.724,87
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios – CIVIS	2016	-	3.197.283,73	402.705,34	117.062,69	502.958,19	51.004,40	103,30	-	-	4.271.117,65
	2015	-	3.233.366,02	430.849,25	152.405,31	405.080,54	37.740,20	2.295,08	90.153,46	-	4.351.889,86
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios – CIVIS	2016	129.156,52	4.242.257,37	-	-	-	-	-	-	-	4.371.413,89
	2015	138.824,73	3.488.671,87	-	-	38.628,00	-	-	-	-	3.666.124,60
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios – CIVIS	2016	1.806.825,44	1.728.623,97	450.183,00	108.420,51	295.286,55	204.087,15	-	-	11.699,16	4.605.125,78
	2015	1.905.536,01	1.784.436,68	473.098,90	134.450,67	247.226,44	219.920,56	-	-	1.949,86	4.766.619,12
Servidores cedidos com contratos temporários											
Exercícios – CIVIS *	2016	2.440.858,40	-	-	-	-	243.769,50	-	1.268,25	-	2.685.896,15
	2015	835.824,70	-	-	-	-	90.875,34	-	-	-	926.700,04
Servidores com contratos temporário (militar)											
Exercícios – MIL TEMP	2016	1.145.890.126,69	1.308.088,01	212.922.892,48	149.404.779,37	179.637.238,32	22.232.933,16	-	489.419,36	35.007,52	1.711.920.484,91
	2015	1.097.054.377,44	290.188,99	155.700.299,92	125.359.320,63	145.830.066,00	7.050.883,57	-	457.419,16	241,80	1.531.742.797,51

Fonte: DIRINT (SIGPES E SIAPE)

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

As características da carreira militar exigem um acurado processo de planejamento da Gestão de Pessoas, a fim de que a Instituição possa assegurar a quantidade e qualidade adequadas de profissionais para atingir os objetivos e metas organizacionais. Somada à livre concorrência do mercado de trabalho, identifica-se a impossibilidade de substituição imediata de profissionais que atingiram determinados patamares de conhecimento e experiência por profissionais com a mesma qualificação.

Assim, as constantes variações na economia do País apresentam-se como o principal risco no planejamento de pessoal, capazes de alterar significativamente as taxas de evasão do efetivo, diferentemente do que outrora fora planejado.

Na busca da mitigação de seus efeitos, é necessário o efetivo acompanhamento do comportamento dos diferentes Quadros e níveis hierárquicos (postos e graduações), observando comportamentos afetos à evasão e à procura, correlacionando-as a fatores ligados à especialização do profissional e a fatores exógenos ao COMAER, tais como as condições da economia brasileira e do mercado de trabalho, permitindo correções necessárias no planejamento de ingresso dentro da maior brevidade possível.

Independentemente das questões aliadas à variação da economia do País, determinadas especialidades não apresentam, no mercado, disponibilidade de profissionais capazes de serem atraídos pelas condições ofertadas pela carreira militar. Por exemplo, da carreira de médicos, nem sempre é possível captar, no mercado de trabalho, profissionais com especialização na quantidade desejada e dispostos a trabalhar em determinadas localidades que são de interesse do COMAER.

Tal situação demanda um acompanhamento mais aproximado, com vistas às decisões quanto aos números dos editais de exames de seleção e /ou eventuais necessidades de movimentação de pessoal, bem como a realização de constantes e efetivas campanhas de comunicação social junto aos ambientes de formação e especialização de profissionais da medicina.

Em relação ao pessoal civil, foi identificado como principal risco a reposição insuficiente de servidores civis nas áreas específicas de pesquisa, tecnologia e ensino, devido à não autorização de concurso público pelo Ministério do Planejamento, nos últimos anos. Os efeitos são a falta de pessoal especializado em funções específicas e o aumento do custo com capacitação de militares substitutos dos civis. Como medida mitigadora, o COMAER envia propostas anuais de concursos públicos para as diversas carreiras existentes no Quadro de Pessoal das suas Organizações Militares.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A política de contratação de estagiários para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal tem como fundamentação a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, juntamente com a Portaria nº 313, de 14 de setembro de 2007 e a Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que consolida os procedimentos operacionais a serem adotados.

As unidades de recursos humanos que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação podem aceitar, como estagiários, pelo prazo máximo de vinte e quatro meses, alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado do País.

As vagas foram criadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e por ele disponibilizadas para os órgãos na quantidade resultante de 20% da lotação aprovada para os cargos de Nível Superior e de 10% para os cargos de Nível Intermediário do respectivo Órgão, em novembro de 2007. Ao COMAER couberam 447 vagas para estagiários de ensino superior e 715 vagas para estagiários de ensino médio.

No COMAER, dessas vagas disponíveis, foram distribuídas, com base na demanda, 201 vagas para a contratação pelas Organizações Militares, conforme quadro abaixo:

Quadro 4.1.4.1 – Distribuição de vagas por demanda

<i>Nível</i>	<i>Vagas Distribuídas</i>	<i>Contratações em 2016</i>	<i>Saídas em 2016</i>	<i>Ocupadas Dez 2016</i>	<i>Em Atividade Meio 2016</i>	<i>Em Atividade Fim 2016</i>
Médio	86	1	2	1	0	1
Superior	115	21	27	17	2	15
Total	201	22	29	18	2	16

Fonte SIAPE/DW

Quadro 4.1.4.2 – Evolução das Despesas

Evolução das Despesas	
2016	R\$ 129.156,52
2015	R\$ 177.452,73
2014	R\$ 86.426,53

Fonte SIAPE/DW

Foram aceitos estudantes de cursos cujas áreas de formação estivessem relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelas Organizações Militares do COMAER.

A realização do estágio no COMAER observou, dentre outros, os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do estudante, atestadas pela instituição de ensino, em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

II - celebração de Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TCE.

O estágio foi realizado sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de ensino e controlado pela unidade de recursos humanos do órgão ou entidade solicitante, bem como planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos. Foi proporcionada aos estagiários a complementação de ensino e aprendizagem, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Serviços Terceirizados:

No que se refere às contratações de terceirizados, celebradas com fulcro no Decreto 2.271/97 e outras legislações correlatas, os dados são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Ministério do Planejamento, com consequente publicação no sítio de compras governamentais do governo federal, conforme determina o art. 16, da Lei 13.242 de 31 de dezembro de 2015.

Os instrumentos contratuais celebrados pelo COMAER, objeto da presente análise, são disponibilizados a quaisquer cidadãos interessados, através do endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/Contrato/conrecon0.asp>

Considerando as restrições orçamentárias observadas sobretudo no início do exercício de 2016, esta UPC resolveu não dispender recursos públicos para o desenvolvimento de aplicação própria para divulgação das contratações em tela, haja vista o fato de já serem objeto de publicação em sítio oficial de maior alcance.

De forma geral, a análise das despesas em tela permitiu constatar que houve redução global da ordem de 17,14% no dispêndio com contratações de serviços terceirizados.

As reduções mais expressivas, em relação ao exercício anterior, foram observadas em relação aos serviços de manutenção de bens móveis de outras naturezas (81,54%); serviços de suporte aos usuários de TI (60,03%) e serviços de vigilância (54,91%).

Verificou-se uma elevação das despesas na área de desenvolvimento de software, haja vista a necessidade de ferramentas de TI para apoio ao processo de reestruturação da Força Aérea, objetivando o incremento da eficiência administrativa e operacional, uma vez que uma das vertentes da visão de futuro da Força Aérea Brasileira é a redução progressiva de efetivo.

O quadro a seguir ilustra a evolução da despesa, considerando os valores liquidados de forma acumulada.

Quadro 4.1.4.3 Despesa por Subelemento de Despesa

SUBELEMENTO DE DESPESA	LIQUIDADO 2015	LIQUIDADO 2016
MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	R\$ 6.802.959,73	R\$ 1.255.659,90
SUORTE A USUARIOS DE T.I.	R\$ 1.056.345,15	R\$ 422.267,78
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	R\$ 7.227.408,24	R\$ 3.258.590,37
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	R\$ 3.693.150,66	R\$ 1.668.202,02
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	R\$ 4.301.229,78	R\$ 2.641.255,53
LOCACAO DE SOFTWARES	R\$ 4.404.685,19	R\$ 2.764.754,22
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 188.188.297,13	R\$ 129.360.873,52
MANUTENCAO DE SOFTWARE	R\$ 37.190.606,53	R\$ 29.732.616,98
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	R\$ 3.277.080,07	R\$ 2.937.588,42
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	R\$ 10.159.064,37	R\$ 9.167.246,10
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	R\$ 41.999.758,78	R\$ 39.896.249,55
LIMPEZA E CONSERVACAO	R\$ 119.274.015,71	R\$ 113.932.841,97
COMUNICACAO DE DADOS	R\$ 34.020.071,58	R\$ 33.590.540,34
SUORTE DE INFRAESTRUTURA DE T.I.	R\$ 4.775.150,39	R\$ 5.501.216,26
MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 7.520.445,64	R\$ 12.940.133,80
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.	R\$ 496.903,66	R\$ 3.995.464,74
HOSPEDAGEM DE SISTEMAS	R\$ -	R\$ 6.064,00

Fonte: Tesouro Gerencial

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

4.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da união

A Portaria nº 674/GC3, de 5 de maio de 2014, reformula o Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica (SISPAT).

O SISPAT é composto por seu Órgão Central, a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - DIRENG, e seus elos, que estão localizados na estrutura organizacional do COMAER, e têm suas constituições e competências definidas em Regulamentos e Regimentos Internos próprios ou das Organizações a que pertencem.

Ao COMAER estão jurisdicionados 4.177 terrenos, perfazendo cerca de 23,79 mil km².

Tabela 4.2.1.1 – Situação Patrimonial dos Terrenos sob a Jurisdição do COMAER

	I COMAR	II COMAR	III COMAR	IV COMAR	V COMAR	VI COMAR	VII COMAR	TOTAL
Especial nº terrenos área m²	1 34.800,00	3 7.912,65	10 48.969,20	46 14.615.988,12	9 30.846,15	16 88.871,94	1 9.006,33	86 14.836.394,39
Legalizado nº terrenos área m²	83 97.463.184,25	32 11.084.130,71	23 21.787.783,31	16 21.135.505,05	139 5.474.948,65	2.215 937.883,63	9 9.386.993,11	2.517 167.270.428,72
Não legalizado nº terrenos área m²	77 487.291.980,40	15 5.763.132,24	47 514.001.760,92	37 5.087.156,49	29 22.852.793,20	7 939.666,00	21 27.019.038,34	233 1.062.955.527,59
Regularizado nº terrenos área m²	84 240.734.426,78	177 182.949.926,76	210 39.664.897,82	83 112.686.494,50	424 81.108.145,76	295 21.697.847.594,67	68 197.833.745,06	1.341 22.552.825.231,34
Total de Terrenos do COMAER	245	227	290	182	601	2.533	99	4.177
Total da Área do COMAER (m²)	825.524.391,43	199.805.102,36	575.503.411,25	153.525.144,16	109.466.733,76	21.699.814.016,24	234.248.782,84	23.797.887.582,03
% de Terrenos (GERAL)	5,87 %	5,43 %	6,94 %	4,36 %	14,39 %	60,64 %	2,37 %	100 %
% das Áreas (GERAL)	3,47 %	0,84 %	2,42 %	0,65 %	0,46 %	91,18 %	0,98 %	100 %

Fonte: Informações extraídas do SIGPIMA, em 05 de maio de 2017

Tabela 4.2.1.2 - Distribuição dos Imóveis nos 27 Estados da Federação e no Exterior

UF	REGULARIZADO	LEGALIZADO	NÃO LEGALIZADO	ESPECIAL	TOTAL
ACRE	6	1	1	0	8
ALAGOAS	3	0	0	0	3
AMAPÁ	4	0	0	0	4
AMAZONAS	43	7	7	0	57
BAHIA	39	16	7	1	63
CEARÁ	27	3	1	1	32
DISTRITO FEDERAL	238	2213	3	8	2462
ESPÍRITO SANTO	2	2	1	1	6
GOIÁS	34	1	4	4	43
MARANHÃO	25	52	69	0	146
MATO GROSSO	16	1	0	4	21
MATO GROSSO DO SUL	17	2	0	4	23
MINAS GERAIS	46	17	19	6	88
PARÁ	56	31	8	1	96
PARANÁ	318	12	9	5	344
PARAÍBA	6	0	1	0	7
PERNAMBUCO	45	8	6	0	59
PIAUÍ	12	1	0	1	14
RIO DE JANEIRO	161	4	27	3	195
RIO GRANDE DO NORTE	44	3	0	0	47
RIO GRANDE DO SUL	67	120	12	3	202
RONDÔNIA	14	0	13	0	27
RORAIMA	5	1	0	1	7
SANTA CATARINA	39	7	8	1	55
SÃO PAULO	65	13	30	41	149
SERGIPE	1	1	0	0	2
TOCANTINS	6	0	0	0	6
NO EXTERIOR	2	1	7	1	11
TOTAL	1341	2517	233	86	4177
	32,10%	60,26%	5,58%	2,06%	100%

Fonte: Informações extraídas do SIGPIMA, em 05 de maio de 2017

4.3. Gestão da tecnologia da informação

O COMTI foi instituído por norma interna aprovada pela Portaria nº 1.911/GC3, de 18 de outubro de 2013, com respaldo no inciso XIV do art. 23 do Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, com as seguintes atribuições:

I – atuação nos assuntos de alto nível, relacionados ao planejamento e à coordenação de ações estratégicas voltadas à governança de TI no COMAER, de maneira a promover o alinhamento entre as estratégias afins do COMAER e da área de TI;

II – ratificação das prioridades de investimento e de alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI, alinhados à estratégia e prioridades do COMAER; e

III – tratamento de potenciais conflitos relacionados à adoção de soluções de TI, pelo COMAER, nas esferas administrativas e em conformidade às orientações emanadas pelo Ministério da Defesa e demais órgãos reguladores da TI da Administração Pública Federal.

O COMTI, atualmente, é presidido pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e composto pelos Comandantes-Gerais e Diretores-Gerais dos Órgão de Direção Setorial (ODS), assessorados pelo Chefe de Gabinete do Comandante da Aeronáutica e pelo Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio e secretariados pelo Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica.

No ano de 2016, foi realizada 1 (uma) reunião, em 30 JUN 2016, nas instalações do EMAER, com a finalidade de discutir o limite de recursos de TI para 2016/2017, de acordo com planejamento consolidado pelo EMAER, e a sua aplicação, levando-se em conta, especialmente, as restrições orçamentárias impostas pelo cenário atual do País.

A capacitação de TI no COMAER é realizada principalmente com base na norma interna TCA 37-1 (Cursos na Área do COMGAP).

No ano de 2016, o quantitativo de militares, tanto da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI) como de OM externas, que realizaram cursos sob responsabilidade do Sistema de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (STI), cujo Órgão central é a DTI, representou um aumento de 5,67%.

Os principais cursos realizados durante o ano de 2016, com o quantitativo de militares capacitados, estão descritos na tabela a seguir:

Tabela 4.3.1 – Total de militares capacitados nos cursos do STI no ano de 2016

CURSO	QUANTIDADE
Curso de Ferramenta Aberta de Escritório (CFAE)	14
Curso de Linux Básico para Usuário (CLBU)	40
Curso Básico de Sistemas Operacionais para Administrador (CBSOA)	58
Curso de Gerência de Rede Local (CGRL)	26
Curso de Segurança da Informação (CSI)	39
Curso de Criação de Sites Joomla – Básico (CCSJB)	50
Curso de Virtualização de Software Livre (CVSL)	5
Curso de Manutenção de Rede Local – Mod. Básico (CMRL-MB)	27
Curso de Manutenção de Rede Local – Mod. Switches (CMRL-MS)	17
Curso de Criação de Sites Joomla – Intermediário	11
Curso Básico de Governança de Tecnologia da Informação (CBGTI)	35
Curso de Gestão por Processos Aplicado à Tecnologia da Informação (CGPATI)	69
TOTAL	391

O suporte à operação dos diversos serviços de TI implantados e em operação no COMAER é provido pelo “Serviço de Atendimento aos Usuários de Tecnologia da Informação (SAUTI)”. Este serviço é composto por uma Central de Atendimento, ponto único de contato, responsável pelo recebimento centralizado dos incidentes ou problemas, de acordo com o Catálogo de Serviços. A partir da abertura do chamado, a solicitação é encaminhada ao respectivo grupo de solucionadores, conforme recomendado pelas melhores práticas do *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL). Por fim, depois de concluído o atendimento, o resultado é retornado ao usuário.

O Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ) substituiu contratados terceirizados por militares do COMAER, nas atividades de configuração de ambientes dos servidores de redes corporativos, instalados em suas dependências. Além disso, a coordenação do desenvolvimento de sistemas corporativos, em especial para o SIGPES e o SILOMS passou a ter a manutenção dividida entre militares e civis contratados, mas a coordenação passou a ser exercida, exclusivamente, por militares do efetivo do CCA-RJ.

4.3.1. Principais sistemas de informações

SILOMS

Descrição:

Início do Projeto: 08/12/1997.

Previsão para Término do Projeto: 31/12/2031.

Sistema corporativo do tipo ERP (*Enterprise Resources Planning*), englobando funcionalidades de MRP II (*Management Resources Planning*), com banco de dados centralizado, destinado a apoiar a gerência de toda a logística do COMGAP, DECEA, DIRSA e Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), integrando a cadeia de suprimentos, bem como toda Catalogação de Material no COMAER.

Atende, de forma integrada, às funções logísticas de Suprimento (Aquisição, Controle de Material, Catalogação), Manutenção (Planejamento, Controle da Produção, Engenharia, Publicações, Nacionalização e Metrologia), Transportes, Recursos Humanos, Combustíveis e Lubrificantes, Gases e Produtos Químicos, Indicadores Logísticos nos níveis Parques, Diretorias e Grandes Comandos. Proporciona, também, interface de dados com fornecedores e SIAFI.

O projeto foi implantado, em todas as suas funcionalidades básicas, até 2007. Todavia surgiram novas necessidade de gestão de processos logísticos, que impingiram a implementação de novas funcionalidades e, conseqüentemente, novos módulos. Desde 2008, são realizadas manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas no sistema, visando a adequá-lo às demandas da FAB.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Terceirizada (parcialmente).

Despesas anuais com manutenção: R\$ 4.108.104,00 (quatro milhões, cento e oito mil, cento e quatro reais).

REDE MERCÚRIO

Descrição:

Início do Projeto: Jan/1997.

Previsão para término do projeto: 31/12/2019.

Tem por objetivo propiciar a transmissão e o recebimento de documentos que requeiram medidas de segurança, dentro do grau de sigilo em que se encontram classificados, em todo o âmbito do COMAER.

O custo total previsto para o Projeto é de R\$12.468.400,00 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais) e, até 2016, foi gasto o valor de R\$ 9.768.400,00 (nove milhões, setecentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais).

Importante ressaltar que a falta de aporte de recursos tende a prejudicar a adequação de infraestrutura do *core* da Rede Mercúrio no Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER) e a produção/aquisição de equipamentos de VPN para as redes locais do COMAER, o que poderá gerar o risco de comprometer a segurança da informação de dados sensíveis do COMAER.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Terceirizada.

Despesas anuais com manutenção:

Créditos descentralizados para o projeto em 2016: R\$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil reais).

Necessidade prevista para o ano de 2016: 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

SIGPES

Descrição:

Início do Projeto: Out/1996.

Previsão para término do projeto: 31/12/2031.

Sistema corporativo do COMAER com aplicativos destinados a produzir informações relativas ao pessoal do efetivo militar e civil, ativos, inativos e pensionistas de forma automatizada. O SIGPES visa a automatizar os processos de recursos humanos do COMAER. Foi concebido para unificar as bases de dados de pessoal, incorporando informações oriundas das diversas OM que participam dos diversos processos organizacionais.

Além dos sistemas supramencionados, outros continuam em execução, em função de serviços já contratados e com recursos alocados como RAP de outros exercícios.

O custo total previsto para o Projeto é de R\$ 76.761.387,92 (setenta e seis milhões, setecentos e sessenta e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos) e, até 2016, foi gasto o valor de R\$ 11.438.882,34 (onze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Atualmente, o SIGPES, que já substituiu completamente o antigo Sistema Acantus, encontra-se na fase de desenvolvimento de itens financeiros automatizados, os quais são utilizados para realizar a interface de entrada de dados no sistema de acordo com cada regra de negócio específica. Além disto, diversas manutenções são realizadas a fim de corrigir erros bem como adaptar o sistema às mudanças de legislação, como, por exemplo, o referente à mudança da ICA de movimentação de pessoal. Alguns módulos de manutenção evolutiva estão sendo desenvolvidos, como o Módulo de Identificação, o Módulo de Gestão por Competências e o Módulo de Cadastro de Beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA). Em 05/10/15, deu-se início ao serviço de modernização tecnológica do ambiente de desenvolvimento, por meio da migração do Forms10 para o Forms11, com intuito de garantir o suporte técnico pelo fabricante.

Anualmente há a necessidade de serem realizadas manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas no projeto, sendo tais manutenções apoiadas por empresa terceirizada, por meio de contrato vigente.

A falta de recursos financeiros gera riscos para se garantir um nível mínimo e satisfatório de manutenção do sistema. Nesse aspecto, cabe ressaltar que, como forma de mitigar riscos, tem-se priorizado alocar os recursos nas manutenções corretivas e adaptativas, em detrimento das evolutivas.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Própria.

Despesas anuais com manutenção:

Créditos descentralizados para o projeto em 2016: R\$ 1.868.268,78 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos)

Necessidade prevista para o ano de 2016: R\$ 1.742.400,00 (um milhão, setecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos reais).

TSG-M

Descrição:

O projeto visa a atender às necessidades de comunicação segura móvel do COMAER, por intermédio da implantação de voz com criptografia sobre a rede celular, viabilizada pelo uso do "Canal de Dados" disponível nas atuais infraestruturas de redes de celular comercial. Foi implementada uma central de supervisão, dotada de *software* próprio capaz de configurar as formas de operação do módulo criptográfico. Tem como foco a necessidade de se elevar o nível de segurança das comunicações da telefonia móvel da rede de telefonia celular comercial utilizada pelo COMAER, de forma a permitir que as informações transmitidas por meios eletrônicos não venham a ser interceptadas por terceiros ou perder a sua integridade. O COMAER será dotado de uma Rede de Comunicações com 750 terminais seguros móveis de voz.

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Terceirizada.

Despesas anuais com manutenção:

Proposta de gasto para o ano de 2016: R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

Prazo previsto para conclusão: 31/12/2018.

Risco do projeto: mudança de tecnologia que possa causar replanejamento/revisão do projeto.

SIGAER

Descrição:

O Sistema de Informação Gerencial de Apoio à Decisão do Comando da Aeronáutica (SIGAER) visa a atender, prioritariamente, ao ODG em nível estratégico e aos ODS do COMAER, mediante a construção de uma arquitetura tecnológica integradora apropriada, denominada Armazém de Dados (*Data Warehouse*, DW), a qual permita o monitoramento e o controle de informações gerenciais provenientes da fusão de dados setoriais, oriundos das diversas bases operacionais associadas aos sistemas de informações corporativos (transacionais) existentes e em

operação na INTRAER (por exemplo, SIGPES, SILOMS, SIGAMEH, DEA, HÉRCULES, ÓPERA, AVOEM, SIGIPAER).

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Própria.

Despesas anuais com manutenção:

Custo estimado do ano de 2016: R\$ 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais).

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

Início do Projeto: 01/01/2008.

Previsão para Término do Projeto: 30/12/2020.

Custo Total: R\$ 5.297.467,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil e quatrocentos e sessenta e sete reais).

Custo até agora: R\$ 942.467,00 (novecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e sessenta e sete reais).

Atualmente, trabalha-se na formalização de processos e procedimentos de Gestão de *Business Intelligence* - BI, para que o COMAER possa se valer dessa ferramenta nos níveis estratégico, tático e operacional (Fase 4 – Reestruturar Processo). Em paralelo, o Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília (CCA-BR) está apoiando o CCA-RJ no desenvolvimento do BI de Gestão de Recursos Logísticos e, ainda, com a utilização de recursos contratados, está apoiando o COMGAR e o CENIPA no desenvolvimento e na manutenção dos seus *Data Warehouse* - DW e painéis. Esse trabalho passa pela definição de suas necessidades estratégicas, mapeando seus processos para que, posteriormente, seja possível automatizá-los, recuperando dados dos aplicativos operacionais e gerando informações nos 3 níveis, de forma integrada.

A última fase (Fase 5 – Ampliar Projeto) ocorrerá concomitantemente com as Fases 3 e 4, com o objetivo de produzir os novos módulos de Gestão de Recursos Humanos, Assistência Hospitalar, Logístico, de Operações Aéreas e de Prevenção de Incidentes Aeronáuticos, assim como desenvolver os módulos de Promoção de Oficiais e Situação de Crise, além de ampliar o módulo de Planejamento Estratégico. Nesta fase, também serão realizadas tarefas de integrar estes módulos a possíveis novas necessidades e realizar as atualizações das ferramentas, servidores e garantias existentes.

A falta de recursos suficientes impacta, principalmente, na contratação de serviços de *mentoring*, suporte técnico e atualização de *software*, os quais são necessários para evitar riscos de atraso no atendimento às demandas previstas no planejamento.

MARTE

Descrição:

Ferramenta de *software* para apoio ao ensino previsto no Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), cujo objetivo é permitir o aumento da efetividade no ensino e na prática do Processo de Planejamento do Comando (PPC), possibilitando, inclusive, estabelecer conexão com terminais remotos instalados na Escola de Guerra Naval (EGN) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Tipo de manutenção (própria ou terceirizada): Própria.

Despesas anuais com manutenção:

Previsão para gasto 2016: R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Créditos descentralizados para o projeto em 2016: R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

Em se tratando de sistema em desenvolvimento, qual o prazo para conclusão e o orçamento de desenvolvimento, riscos associados:

Início do Projeto: 11/08/2004.

Término do Projeto: 31/12/2016.

Custo Total: R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Custo até agora: R\$ 2.186.150,00 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil e cento e cinquenta reais).

Atualmente, busca-se a integração de dados entre as máquinas de simulação das Escolas de Formação congêneres – ECEME, EGN e ECEMAR. A proposta de utilização do protocolo HLA, para concretização do intento, se mostrou inviável, em função das necessidades de apresentação em tempo real da máquina de simulação. Será mantido e aperfeiçoado o processo atual de troca de informações via arquivos XML, que supre as necessidades do processo ensino-aprendizagem.

Os riscos identificados para o projeto estão detalhados no Plano de Gerenciamento de Riscos, com o respectivo estudo de probabilidade, gravidade do impacto, estratégia de prevenção e plano de contingência em caso de ocorrência do risco. Quando da identificação de novos riscos, os mesmos serão adicionados ao plano de gerenciamento e monitorados.

4.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O COMAER possui áreas bem específicas de negócio, que são coordenadas por ODS. Esses Órgãos têm por finalidade planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas aos sistemas sob sua responsabilidade. Em função disso, o planejamento da TI, atualmente, é realizado por cada um desses ODS, resultando em Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) elaborados de acordo com as respectivas demandas.

Em função disso, o planejamento da TI, fundamentalmente, é consolidado no Estado-Maior, tomando por base as respectivas demandas desses ODS.

Cabe ressaltar que, em cada um desses planos, são levados em consideração o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica – PEMAER, em especial os objetivos estratégicos da FAB, a DCA 14-7/2013 – Política do COMAER para a TI, que estabelece os objetivos da Política do COMAER para a Tecnologia da Informação, bem como as diretrizes estratégicas para sua consecução.

Por fim, a DTI, organização subordinada ao Comando-Geral de Apoio – COMGAP, é responsável pela consolidação das solicitações dos recursos de TI, a serem encaminhadas ao Estado-Maior da Aeronáutica – EMAER que, em última instância, elabora o planejamento, de mais alto nível, para o cumprimento da missão da Aeronáutica.

4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG) instituiu, pela Portaria DIRENG nº 89-T/ACI, de 8/06/2016, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS), com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano, segundo o art. 6º da Instrução Normativa IN nº 10/2012, da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação (SLTI) /MP e do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

A norma interna de implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS) no âmbito do COMAER, em elaboração, está alinhada com o art. 9º da IN nº 10/2012. Abrange os seguintes temas: racionalização dos recursos naturais (energia elétrica e água), de bens e materiais de consumo (papel de impressão, cartuchos, copos descartáveis e materiais de limpeza); coleta seletiva; sensibilização e capacitação de servidores; compras e contratações sustentáveis.

Foi solicitada a participação de representantes da DIRENG na “Rede Rio de Sustentabilidade de órgãos públicos sediados no Rio de Janeiro”, por meio do Ofício nº 211/2016, de 19/05/2016, enviado pelo Presidente da Comissão de Políticas Institucionais para a Promoção da Sustentabilidade do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe divulgar que o Centro de Estudos e Projetos de Engenharia da Aeronáutica - CEPE elabora projetos de engenharia, para o COMAER, prevendo o cumprimento dos requisitos da sustentabilidade, segundo a IN nº 01, de 19/01/2010, como, por exemplo: o aproveitamento das águas de chuva pelo telhado para fins não potáveis; projetos de estações de tratamento de efluentes líquidos e industriais; estações de tratamento de esgoto; e programa de etiquetagem (ENCE – IN nº 2, de 4/06/2014), para eficiência energética em edificações com área acima de 500 m².

A DIRENG tem adotado, no âmbito do COMAER, nos últimos anos, práticas de sustentabilidade, com ações voltadas para a conscientização ambiental do efetivo, como a redução do consumo de papéis e copos descartáveis; centralização de impressoras para economia de cartuchos e racionalização do consumo de água. Também realizou seminários alusivos ao tema do meio ambiente e sustentabilidade, nos anos de 2014 e 2016.

O EMAER, durante os estudos de reestruturação da FAB, sob a regência da Diretriz do Comando da Aeronáutica - DCA 11-53/2016, propôs a inserção de um setor, na futura Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (que substituirá a DIRENG), para cuidar do aspecto meio ambiente no COMAER.

4.5. Gestão de fundos e de programas

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, modificado pelo Decreto-lei nº 9.651, de 23 de agosto de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 1.252, de 22 de dezembro de 1972, e regulamentado pelo Decreto-lei nº 73.070, de 01 de novembro de 1973, complementado pela Portaria nº 431/GC6, de 8 de agosto de 2011, alterado pela Portaria nº 1727/GC6, de 24 de setembro de 2013, é um fundo de natureza contábil, destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da FAB e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica.

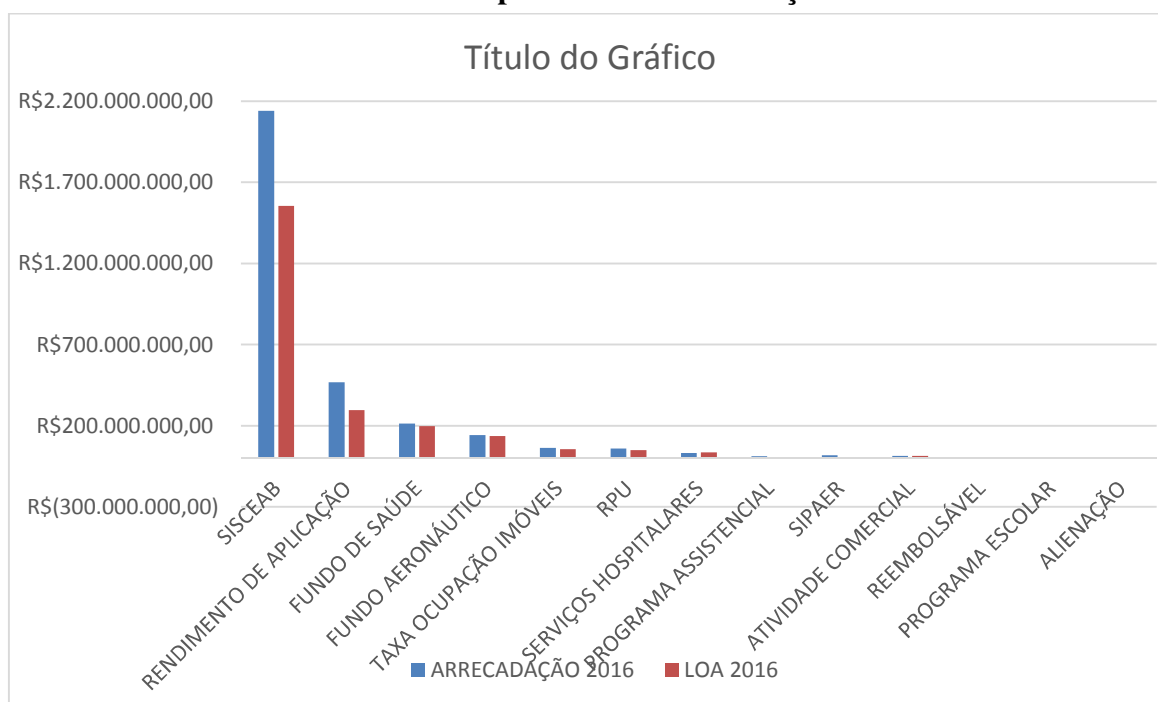
4.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Anualmente, a LOA estabelece metas de arrecadação em cada Fonte de Receita própria, componentes do Fundo Aeronáutico.

Mensalmente são feitas projeções da arrecadação para o exercício corrente, de forma a prover a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica de informações sobre a evolução das Fontes de Receita.

A receita realizada no exercício de 2016 está evidenciada no gráfico abaixo.

Gráfico 4.5.1.1 - Comparativo de arrecadação FAer – 2016



Quadro 4.5.1.1 - Comparativo de arrecadação FAer – 2016

	FONTE	ARRECADANÇA 2016	LOA 2016	%
SISCEAB	250120388	R\$ 2.141.061.553,00	R\$ 1.554.102.693,00	137,77%
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO	280120320	R\$ 468.696.536,00	R\$ 295.434.912,00	158,65%
FUNDO DE SAÚDE	250120350	R\$ 213.335.263,00	R\$ 196.947.355,00	108,32%
FUNDO AERONÁUTICO	250120320	R\$ 143.213.327,00	R\$ 137.189.312,00	104,39%
TAXA OCUPAÇÃO IMÓVEIS	250120560	R\$ 62.646.266,00	R\$ 55.495.090,00	112,89%
RPU	250120520	R\$ 59.204.856,00	R\$ 49.792.778,00	118,90%
SERVIÇOS HOSPITALARES	250120550	R\$ 32.188.105,00	R\$ 34.923.499,00	92,17%
PROGRAMA ASSISTENCIAL	250120610	R\$ 13.046.348,00	R\$ 6.428.013,00	202,96%
SIPAER	250120377	R\$ 17.286.337,00	R\$ 4.499.694,00	384,17%
ATIVIDADE COMERCIAL	250120510	R\$ 14.175.015,00	R\$ 14.000.000,00	101,25%
REEMBOLSÁVEL	250120630	R\$ 6.000.310,00	R\$ 4.036.207,00	148,66%
PROGRAMA ESCOLAR	250120620	R\$ 3.572.730,00	R\$ 2.900.000,00	123,20%
ALIENAÇÃO	263529110	R\$ 6.727.679,00	R\$ 1.660.230,00	405,23%
TOTAL		R\$ 3.181.154.325,00	R\$ 2.357.409.783,00	134,94%

Conforme Manual de Receitas da Secretaria de Orçamento Federal, a metodologia de previsão de receitas para a LOA, por se tratar de uma estimativa, ao término do exercício pode-se constatar que houve um excesso de arrecadação ou uma frustração.

Conforme a Portaria SOF nº 9, de 29 de janeiro de 2016, a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica passou a enviar, entre os meses de março e novembro, à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, a projeção de receita de cada Natureza de Receita. Cada Natureza é composta de uma ou mais Fontes. O parâmetro utilizado pela SOF para a análise e a comparação das receitas realizadas e previstas é o código da fonte/destinação de recursos e, neste caso, somente os primeiros três dígitos (250, 280 e 263), que indicam o grupo e especificação da fonte.

Utilizando este parâmetro, o COMAER superou em aproximadamente 35% da meta estabelecida na LOA, com uma arrecadação total de R\$ 3.181.154.325,00 (três bilhões, cento e oitenta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais) contra uma meta de R\$ 2.357.409.783,00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e nove mil, setecentos e oitenta e três reais). Esse fato deve-se principalmente aos cortes e contingenciamentos da LOA do COMAER, que resultam em menos crédito executado, gerando assim excesso de arrecadação no exercício. Outro fator que contribui para esse fato, porém em menor grau, é a previsão conservadora das receitas para o PLOA, o que pode ocasionar um pequeno excesso de arrecadação.

A seguir, é apresentado um detalhamento dos itens que apresentaram maior variação em relação à LOA 2016:

1) Fonte 0250.120.388 - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro: houve uma variação positiva na arrecadação de 38% em relação ao valor estabelecido na LOA 2016, em virtude do aumento da movimentação do Setor Aéreo, da valorização do Dólar frente ao Real e dos cortes na PLOA. Ocorre que metade das receitas de navegação aérea são oriundas de cobranças feitas em

Dólar Americano às empresas aéreas internacionais. A moeda americana teve uma valorização frente ao Real na ordem de 33% do exercício financeiro de 2015 para o de 2016.

2) Fonte 0280.120.320 – Rendimento de Aplicação: Nos primeiros sete meses do ano, a receita realizada encontrava-se ligeiramente abaixo da meta projetada para o período. A partir de agosto de 2016 a arrecadação ultrapassou a meta até o fim do período, o que gerou um percentual total de arrecadação de 158% em relação à meta anual. A elevação da taxa SELIC contribuiu para que a arrecadação superasse o previsto na LOA. Ao longo do período, a Divisão optou por aplicar os lotes com vencimento em curto prazo a fim de que o montante pudesse ser reaplicado em um curto espaço de tempo a uma taxa mais alta, visto os sucessivos aumentos da taxa SELIC. Assim, foi possível atingir a meta antes do término do exercício, sendo o total de arrecadação de R\$ 468.696.536,00 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais) no ano.

3) Fonte 0250.120.550 – Serviços Hospitalares: Essa receita refere-se aos reembolsos de exames e procedimentos hospitalares, logo é uma receita de difícil previsão, que pode sofrer uma variação de ano para ano, sem que para isso haja uma explicação específica. Apesar da arrecadação a menor, o superávit existente nessa fonte permitiu o atendimento integral das demandas.

4) Fonte 0250.120.610 – Programa Assistencial: Essa receita, tendo em vista que ela tem como origem a folha de pagamento, sofreu redução em razão de cortes na LOA.

5) Fonte 0250.120.377 – SIPAER: Essa receita tem como origem o percentual de 0,8% de tudo o que é arrecadado na Fonte 0250120388. Logo, como em 2016 houve um incremento na arrecadação do SISCEAB, isso refletiu no SIPAER.

6) Fonte 0250.120.630 – Reembolsável: Referente às receitas oriundas do Serviço Reembolsável, houve uma arrecadação de 148% em relação ao previsto na LOA. A estimativa foi feita com base na histórico das vendas de peças de uniformes dos últimos quatro anos, utilizando-se também o índice de reajuste salarial previsto para os militares no ano de 2016. Foi observado que a modalidade de pagamento por desconto em folha facilitou o ingresso de receitas, acarretando em uma arrecadação maior do que a prevista na LOA 2016, na ordem de 48%.

7) Fonte 0263.529.110 – Alienação: Tendo em vista a falta de histórico, já que essa fonte foi criada em 2015, o valor arrecadado foi muito superior ao previsto na LOA 2016. Para o ano de 2017, essa previsão será corrigida.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER) é a Organização do COMAER que tem a missão de assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relacionados à Política de Comunicação Social da Aeronáutica regulando, estimulando e orientando ações que favoreçam a projeção e a preservação da imagem institucional.

O CECOMSAER dispõe de uma estrutura completa de comunicação, trabalhando de forma integrada as atividades de Jornalismo (Assessoria de Imprensa e Produção e Divulgação), Relações Públicas e Publicidade e Propaganda.

Em todos os canais de acesso do cidadão é possível verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela FAB, em especial devido ao recurso de interação comentada, em via de mão dupla nas mídias sociais. Há de se ressaltar, no caso do Facebook, a opção de avaliação da página.

5.1 Canais de acesso do cidadão

De acordo com a Política de Comunicação Social da Aeronáutica (DCA 142-1, de 2011), um dos objetivos do CECOMSAER é “garantir a credibilidade e a transparência nos atos promovidos pela Instituição, salvaguardados os assuntos de Segurança Nacional”. Para tanto, dispõe de inúmeros canais de acesso do cidadão, a saber:

5.1.1 Portal FAB

A página oficial da FAB na internet - www.fab.mil.br, denominada Portal FAB, é o local onde estão reunidas informações sobre a Instituição. Haja vista ser uma central de conteúdos, a página dispõe de uma pluralidade de arquivos multimídia, publicações, notícias, notas oficiais, dados institucionais, formas de ingresso e muito mais, tudo isso para facilitar o acesso à informação, conforme consta na Lei de Acesso à Informação,

Outrossim, o Portal FAB foi desenvolvido pelo CECOMSAER, de acordo com o Padrão de Identidade digital do Poder Executivo, proposto pelo Governo Federal. No ano de 2016, vale enfatizar que atingiu a marca de 18.703.044 visualizações de página, sendo mais acessados os links relativos ao tema formas de ingresso na FAB.

5.1.2 Serviço de Informações ao Cidadão da Força Aérea Brasileira (SIC-FAB)

A Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 e regulamentou o direito constitucional de acesso à informação. Nesse contexto, toda pessoa física ou jurídica pode requerer as informações desejadas, eletronicamente, pelo *site* www.acessoainformacao.gov.br, ou, ainda, pessoalmente, no posto do Serviço de Informação ao Cidadão da Força (SIC-FAB), conforme dados a seguir:

Endereço:

Comando da Aeronáutica
Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Térreo - Brasília (DF). CEP: 70.045-900

Horário de Funcionamento:

De segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h30min às 17h

Contatos:

Telefone: +55 (61) 3966-9130 ou (61) 3966-9665

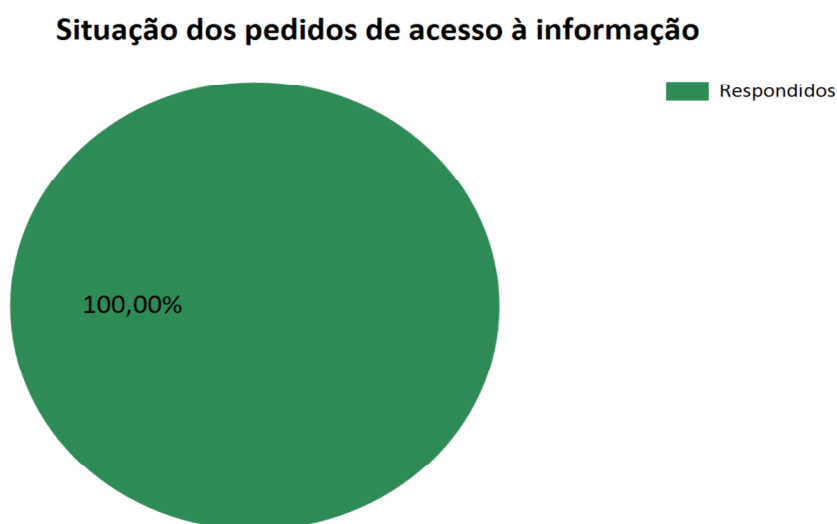
E-mail: sicfab@fab.mil.br

Alternativamente, os formulários de pedido de acesso à informação se encontram disponíveis por intermédio do endereço www.fab.mil.br/acessoainformacao.

Por outro lado, com respeito à atuação e ao desempenho do SIC-FAB, dados estatísticos podem ser acessados em <http://www.acessoinformacao.gov.br>, aba “Relatórios e Dados”. Nesse sentido, vale sublinhar alguns dados do ano de 2016 (vide figuras 1 e 2):

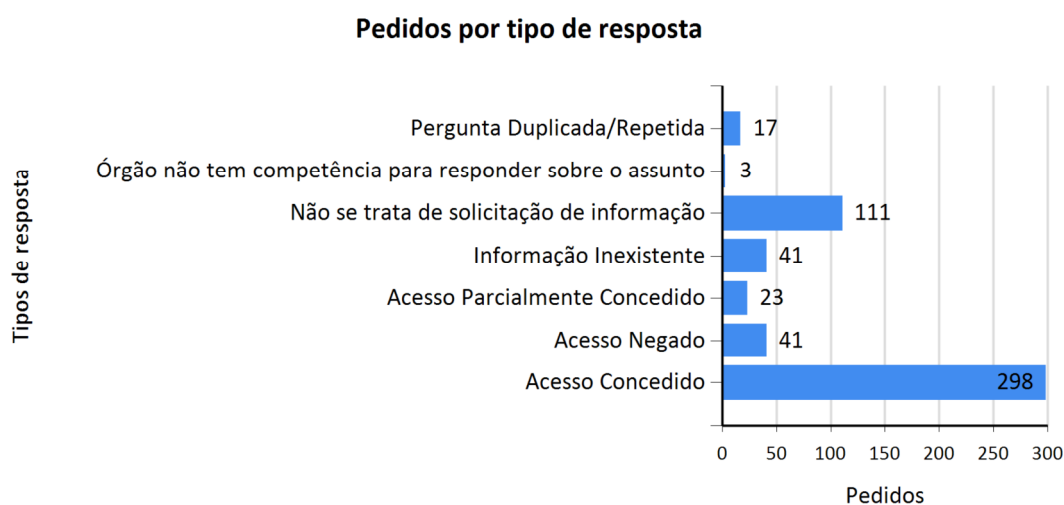
- 534 pedidos de acesso à informação totais e média mensal de 44,50 pedidos;
- 100% dos pedidos foram respondidos;
- Mais da metade (298) tiveram acesso concedido à informação solicitada; e
- Não foi registrada qualquer reclamação contra a FAB por meio deste canal.

Figura 5.1.2.1 – Situação dos pedidos de acesso à informação



Fonte: <http://www.acessoinformacao.gov.br>

Figura 5.1.2.2 – Pedidos por tipo de resposta



Fonte: <http://www.acessoinformacao.gov.br>

5.1.3 e-OUV

O e-OUV é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Está disponível na Internet, no endereço <http://sistema.ouvidorias.gov.br/>, com funcionamento 24 horas.

O CECOMSAER iniciou efetivamente o recebimento de demandas via Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal em 2016, totalizando 72 pedidos formulados, sendo 32 solicitações, 23 reclamações, 11 denúncias e 6 sugestões. Os temas mais recorrentes foram Pagamento, Educação, Saúde e Orçamento.

5.1.4 Fale Conosco

O e-mail faleconosco@fab.mil.br é o canal por meio do qual a FAB recebe todos os tipos de solicitações, sugestões, elogios e reclamações. Nesse canal, o relacionamento com os cidadãos acontece por email e de imediato. As demandas são avaliadas e encaminhadas para os setores e órgãos mais indicados. Nesse sentido, vale sublinhar que em 2016 foram respondidos aproximadamente 5.400 e-mails, com prazo para atendimento de até cinco dias úteis.

As solicitações mais frequentes compõem o *Frequently Asked Questions* (FAQ), vide www.fab.mil.br, aba “contato”, onde são antecipados esclarecimentos sobre os seguintes assuntos: Ingresso e Alistamento, Viajar em Aeronaves da FAB, Esquadrilha da Fumaça, Pessoal Militar, Eventos e Projetos, Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (Para-Sar), Denúncias, Doações, Sugestões, Objetos Voadores Não Identificados (OVNI), entre outras.

Além disso, à conveniência do cidadão, é possível também contatar a FAB por meio telefônico, +55 (61) 3966-9124.

5.1.5 Mídias Sociais

A FAB possui contas oficiais nas seguintes mídias sociais: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Flickr, Tumblr e Blog. Por intermédio dessas redes de relacionamento, o CECOMSAER contribui para a projeção e proteção da imagem da FAB. Tal trabalho é realizado por meio de postagens e interações feitas para que a instituição se relacione com a sociedade, de forma democrática e próxima, respeitando-se os limites da plataforma e as características do público de cada mídia. Todas essas ferramentas são utilizadas de forma integrada, viabilizando um discurso único da instituição.

O conteúdo disponibilizado tem como fonte três canais principais: a agência de notícias da FAB; o clube de mídias no Whatsapp, que conta com a participação da maioria dos elos de comunicação social das mais diversas organizações militares; e a assessoria de imprensa da FAB. Esses três pilares, somados ao calendário de datas comemorativas nacionais e institucionais, norteiam as publicações de todas nossas mídias sociais. Por fim, os assuntos externos que estão repercutindo em veículos nacionais e/ou internacionais também podem vir a ser fonte de conteúdo criativo para aproveitamento da FAB, dependendo da sua possibilidade de inserção no contexto das atividades executadas pela instituição.

Em 2016, a *fanpage* da FAB obteve um crescimento médio de 30% de fãs, um percentual bem abaixo dos 80% relativos no ano anterior. Esse decréscimo pode ser consequência de dois fatores principais: o fato de a página ter ultrapassado 1 milhão de fãs, e, portanto, ter sido submetida a uma mudança de algoritmo que reduz a frequência de postagens disponibilizadas ao usuário/fã; e a uma mudança interna na estratégia e frequência de publicações. A atual linha de publicação da *fanpage* é servir de suporte para a agência de notícias FAB, ou seja, replicar conteúdo noticioso. Outras tarefas incluem responder perguntas via linha de comentários e monitorar as postagens realizadas.

O perfil no Instagram, por sua vez, cresceu 51% em 2016, uma porcentagem inferior ao ano de 2015, mas ainda considerada positiva. As tarefas principais são postar, responder perguntas via linha de comentários e monitorar. Os conteúdos são mais voltados para o entretenimento, mas ainda há uma porcentagem de réplicas de fotos referentes a matérias noticiosas.

O perfil no Twitter foi o que proporcionalmente mais cresceu entre todas as contas oficiais em 2016: 33%. As tarefas principais são postar, responder perguntas via linha de comentários (retuítes), além de monitorar. O foco da rede continua sendo as postagens curtas, no entanto, vale ressaltar que vídeos e coberturas de eventos em tempo real cresceram consideravelmente em toda plataforma durante o ano passado, formatos esses que foram bastante explorados no nosso perfil oficial.

O Força Aérea Blog teve um aumento de acessos de 60,20% em relação a 2015. As postagens mantiveram a periodicidade semanal e o conteúdo voltado para assuntos atemporais e que possam fornecer maior riqueza de informações e curiosidades, com uma linguagem mais leve e espontânea do que a jornalística.

O YouTube teve 3.436.983 visualizações, que corresponde a um aumento de 34,30% em relação ao ano anterior, e 28.237 inscritos. A rede é voltada para a publicação de vídeos em forma de matérias jornalísticas, clipes, especiais de operações e outros conteúdos extras. Os vídeos postados recebem comentários que são respondidos semanalmente. Constitui-se como ferramenta primordial usada na divulgação da FABTV.

O Flickr teve média anual de 2.258.485 de visualizações em 2016. A rede social possibilita amplo acesso a um banco de imagens selecionadas de alta qualidade. O conteúdo disponibilizado permite que os cidadãos acompanhem as atividades realizadas pela instituição, bem como utilizem as imagens para trabalhos, matérias jornalísticas, pesquisas, entre outros.

O Tumblr é uma mídia social que permite publicar um pacote completo: textos, áudios, vídeos, imagens, links, citações e até diálogos. Além disso, em painéis, os usuários podem seguir outros usuários e ter acesso a suas postagens, bem como “favoritar” ou “reblogar” conteúdos. No momento não está sendo utilizado, considerando a inexpressividade da plataforma na Internet.

A FAB lançou, em outubro de 2015, o seu aplicativo para *smartphones* (versão IOS e Android), por meio do qual é possível acessar todos os conteúdos disponíveis no Portal FAB (vide www.fab.mil.br, aba “Central de Conteúdo”):

- Notícias (as mais recentes da Agência Força Aérea);
- Ingresso (contato de todas as Organizações Militares que podem ter edital publicado);
- Notimp (Noticiário de Imprensa confeccionado pela Assessoria de Imprensa da FAB);
- Redes Sociais (acesso a todas as mídias sociais oficiais da FAB, vide capítulo anterior);
- Aeronaves (imagem e especificação de todas as aeronaves em uso pela FAB);
- Unidades da FAB (contato de todas as Organizações Militares da FAB);
- Fotos (seleção de imagens que pode ser acessada mesmo estando *offline*, além de permitir compartilhamento direto nas mídias sociais);
- Vídeos (os mais recentes da FAB TV);
- Rádio Força Aérea FM (ao vivo e com informações sobre os artistas e as últimas músicas tocadas);
- Revista Aerovisão (os números mais recentes publicados da Revista da Força Aérea Brasileira);
- Notaer (os números mais recentes publicados do Jornal da Força Aérea Brasileira); e

- Contracheque (exclusivo do público interno da instituição, para acesso ao contracheque do mês e anteriores).

5.2 Carta de serviços ao Cidadão

Instituída por meio do Decreto nº 6.932/2009, a Carta de Serviços ao Cidadão simboliza o compromisso firmado pelas Organizações Militares da Aeronáutica na prestação de um atendimento de qualidade, contribuindo para a simplificação na forma de acesso a esses serviços. O documento está disponível no Portal FAB - <http://www.fab.mil.br/cartaServicoCidadao>.

5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal da FAB, no menu “Acesso à informação”, é possível ter acesso a dados de transparência ativa, todo o conteúdo institucional da FAB e visualizar a Estrutura Programática do COMAER:

- Agenda do Comandante;
- Ações e programas;
- Auditorias;
- Convênios;
- Licitações e contratos;
- Despesas;
- Lei de Acesso à Informação;
- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC;
- Servidores;
- Informações classificadas;
- Registro de Voos; e
- Relatórios Estatísticos.

Na opção “Ações e Programas” (estrutura programática), em especial, constam informações dos diversos programas realizados, tais como:

- Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, Financiamentos com Retorno, Serviço da Dívida Interna e Externa (Juros e Amortizações);
- Desenvolvimento Produtivo;
- Política Espacial;
- Política Nacional de Defesa; e
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS			
ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA			Código do Órgão
			52111 e 52911
<p>Declaro que a Unidade Prestadora de Contas, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.</p> <p>Em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos, e à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Prestadora de Contas adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:</p> <p>a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.2.3.1.0.00.00;</p> <p>b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;</p> <p>c) a vida útil econômica, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação dos bens imóveis obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet. Em 2016, a depreciação de bens imóveis foi processada pela STN, com base nos registros do SPIUNet;</p> <p>d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilidades, Créditos, Obrigações e Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.- Imobilizado - valor de aquisição/produção/construção, com previsão do reconhecimento dos efeitos da depreciação; a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação, apresentou reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.- Intangível: Encontra-se em fase de estudo (Projeto de Melhoria nº 02, da Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica) a implantação da política contábil de amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável de intangíveis de <i>softwares</i>, marcas, patentes, licenças e congêneres do COMAER, visando a cumprir o prazo de 01 de janeiro de 2019, estabelecido no Anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.			
Local	Brasília	Data	15/03/2017
Contador Responsável	Thiago Filardi Ferreira – 1º TEN QOAP CCO	CRC nº	RJ 119627/O-6

6.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos

A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) – antiga Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, cuja denominação foi modificada pelo Decreto nº 8.909/16, de 22 de novembro de 2016, que alterou a estrutura regimental do COMAER – é o Órgão Setorial de Custos do Governo Federal, no âmbito do COMAER, instituído pela Portaria SEFA/SUCONT nº 100, de 22 de dezembro de 2011, sendo responsável pelo acompanhamento de custos no âmbito desta UPC, conforme prevê a Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011.

Identificação das subunidades administrativas da UPC das quais os custos são apurados

Todas as Unidades Gestoras da UPC são classificadas como objeto de custo, totalizando mais de 400 Organizações. Cada Unidade Gestora pode ser agregada em um nível superior, correspondente aos Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica¹.

Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

O sistema utilizado pelo COMAER é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal, que realiza extração de dados dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, tais como SIAPE, SIAFI e SIOP.

Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

A UPC utiliza o método de atribuição de custos a atividades com base na alocação direta. A alocação direta se faz quando há uma identificação direta e objetiva dos itens de custo com as atividades. O custo de uma atividade compreende todos os sacrifícios de recursos para desempenhá-la, tais como salários brutos, materiais, depreciação etc².

A UPC utiliza códigos de centro de custos para representar as macroatividades realizadas, tais como Operações Aéreas, Suprimento e Manutenção de Aeronaves, Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo e outras.

Além dos centros de custos, a distribuição se dá pelos códigos SIAFI das UG beneficiadas no âmbito do COMAER. O conceito de UG Beneficiada corresponde à UG Executora, Credora ou de Controle em favor da qual é entregue um material a ser consumido, ou prestado um serviço de qualquer natureza.

A conjugação de macroatividades e de códigos de UG permite a extração de custos referentes aos processos gerenciais, finalísticos e de apoio executados pela UPC. Entretanto, cabe destacar que a UPC ainda não trabalha com direcionadores de custos entre as atividades, a fim de alocar os processos gerenciais e de apoio às atividades finalísticas da Unidade.

Impactos observados na atuação da UPC, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

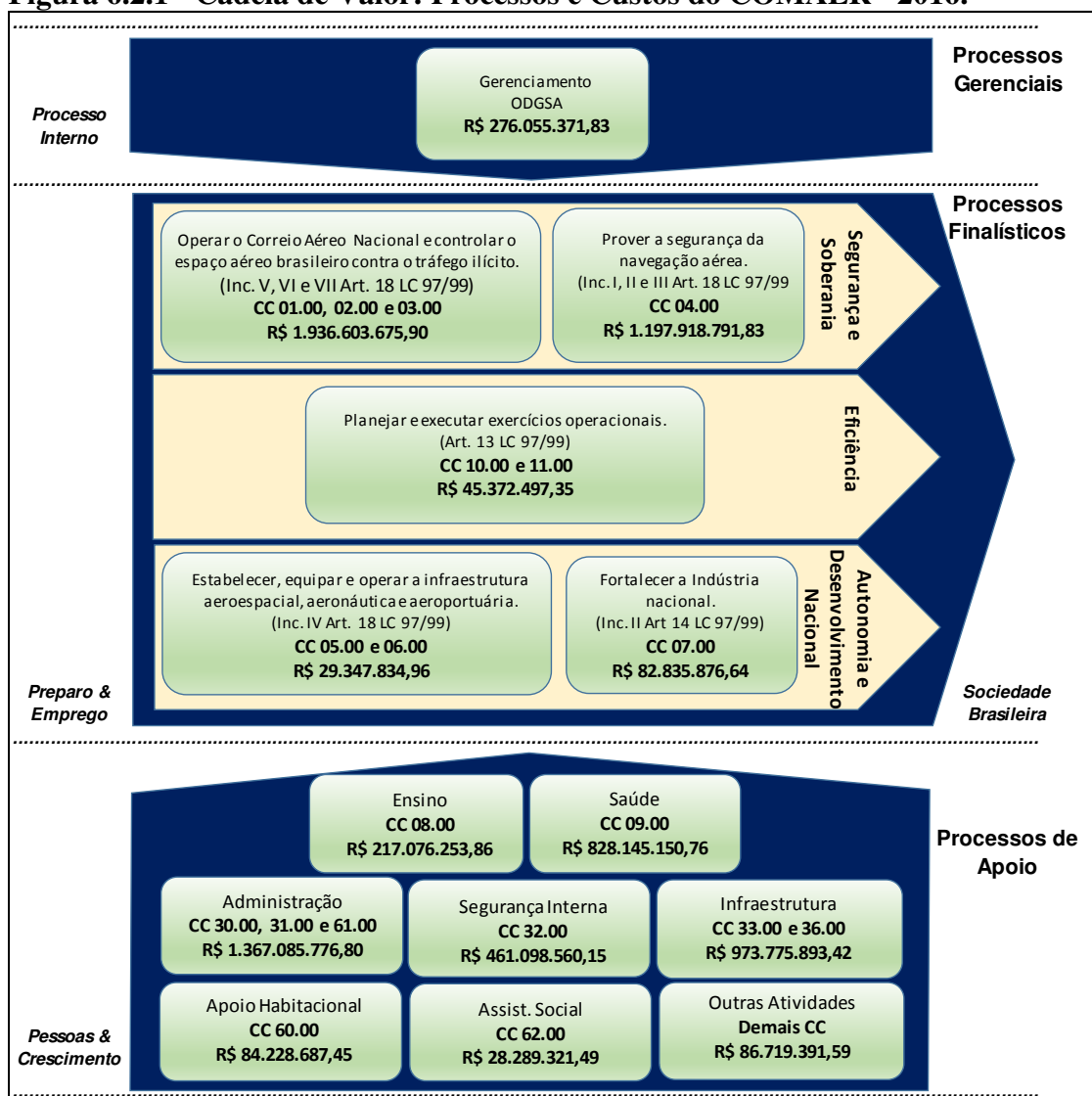
O gerenciamento de informações contábeis permitiu à UPC estabelecer alguns indicadores capazes de mensurar os custos decorrentes do cumprimento de sua missão constitucional.

¹ Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009.

² Fonte: Contabilidade de Custos. Martins, Eliseu - 10ª ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

A seguinte cadeia de valor foi idealizada para evidenciar a correspondência entre a missão constitucional do COMAER, seus objetivos estratégicos, a execução de suas macroatividades e os custos envolvidos:

Figura 6.2.1 - Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER - 2016.



Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

De forma diferente do setor privado, a maioria dos órgãos públicos não possui produto único e facilmente mensurável. Entretanto, podemos assumir que o pleno cumprimento da destinação legal de qualquer órgão público seja o produto esperado por todos os brasileiros.

Interessante, então, destacar que o produto do COMAER pode ser representado pela manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro, que alcança a expressiva área de 22 milhões de Km².

Figura 6.2.2 - Dimensão 22: Quem Controla e Defende, Protege.



Fonte: CECOMSAER.

Destarte, resta à Contabilidade evidenciar o custo unitário do serviço prestado pelo COMAER à sociedade brasileira **em um país de proporções continentais**. A Tabela 6.2.1 evidencia, ao longo dos últimos exercícios, o custo unitário representado pela divisão entre os valores financeiros e o produto gerado pela UPC.

Tabela 6.2.1 - Custo Unitário do Produto COMAER.

Ano	Custo Total	Produto	Custo Unitário (km ² ao ano)
2013	R\$ 7.899.915.030,61	Soberania dos 22 milhões de km ² do espaço aéreo brasileiro	R\$ 359,08
2014	R\$ 8.642.625.848,92	Soberania dos 22 milhões de km ² do espaço aéreo brasileiro	R\$ 392,84
2015	R\$ 7.883.632.573,15	Soberania dos 22 milhões de km ² do espaço aéreo brasileiro	R\$ 358,35
2016	R\$ 7.614.553.084,03	Soberania dos 22 milhões de km ² do espaço aéreo brasileiro	R\$ 346,12

Fonte: Elaborada pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial

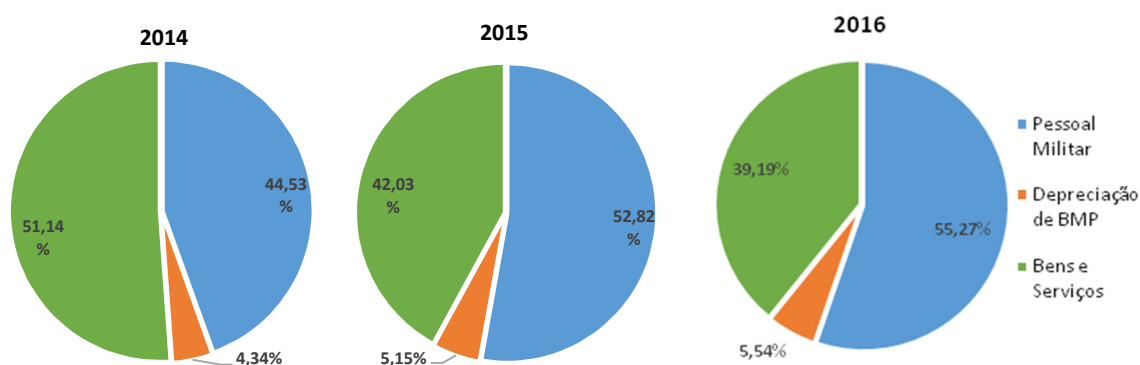
A redução de custos de 2015 para 2016 decorreu, em especial, da forte restrição orçamentária imposta ao COMAER ao longo do ano de 2016, o que significa, por exemplo, inevitável consumo de estoques sem a devida reposição decorrente de aquisição junto ao mercado. Como se pode observar, tal comportamento persiste desde as restrições impostas no ano de 2015, sendo prejudicial a médio e a longo prazo, conforme se pode inferir da análise da tabela e do gráfico que seguem:

Tabela 6.2.2 – Distribuição dos custos do COMAER por categoria.

CATEGORIAS	2014	2015	2016
PESSOAL	R\$ 3.852.539.496,05	R\$ 4.164.323.848,25	R\$ 4.208.331.498,74
DEPRECIACÃO	R\$ 375.163.829,31	R\$ 405.617.094,43	R\$ 421.994.778,85
BENS E SERVIÇOS	R\$ 4.424.172.835,63	R\$ 3.313.689.615,47	R\$ 2.984.226.806,44
TOTAL	R\$ 8.651.876.160,99	R\$ 7.883.630.558,15	R\$ 7.614.553.084,03

Fonte: Elaborada pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

Gráfico 6.2.1 – Evolução do perfil de custos do COMAER – Ótica de Categorias.



Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

Percebe-se que, por meio da evolução do perfil de custos do Órgão, pode-se constatar que as restrições orçamentárias impostas nos últimos anos vêm impactando sobremaneira a capacidade de o COMAER prover os meios necessários (bens e serviços) para o adequado cumprimento da missão institucional. Ressalta-se que os valores apresentados são nominais, ou seja, não sofreram qualquer correção decorrente da inflação do período, caso isso tivesse ocorrido, evidenciar-se-ia gravidade ainda maior na situação em comento.

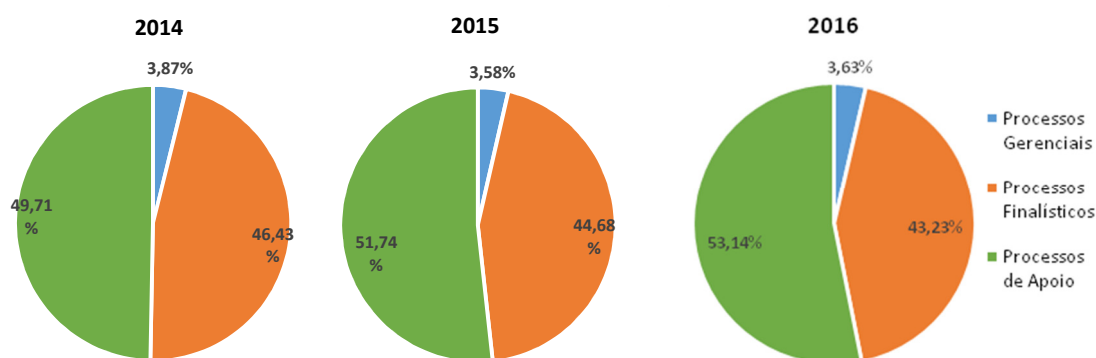
De forma análoga, a Tabela 6.2.3 e o Gráfico 6.2.2 apresentam os efeitos das restrições orçamentárias no custeio dos processos (gerenciais, finalísticos e de apoio), evidenciando a penalização proporcionalmente maior das atividades finalísticas, mesmo havendo redução significativa no valor nominal direcionado às atividades de apoio, fruto das medidas de racionalização administrativa por que passou o COMAER nos dois últimos anos.

Tabela 6.2.3 – Distribuição dos custos do COMAER por processos.

PROCESSOS	2014	2015	2016
GERENCIAIS	R\$ 334.544.569,87	R\$ 282.329.307,86	R\$ 276.055.371,83
FINALÍSTICOS	R\$ 4.016.867.214,26	R\$ 3.522.270.705,42	R\$ 3.292.078.676,68
DE APOIO	R\$ 4.300.464.376,86	R\$ 4.079.030.544,87	R\$ 4.046.419.035,52
TOTAL	R\$ 8.651.876.160,99	R\$ 7.883.630.558,15	R\$ 7.614.553.084,03

Fonte: Elaborada pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

Gráfico 6.2.2 – Evolução do perfil de custos do COMAER – Ótica de Processos.

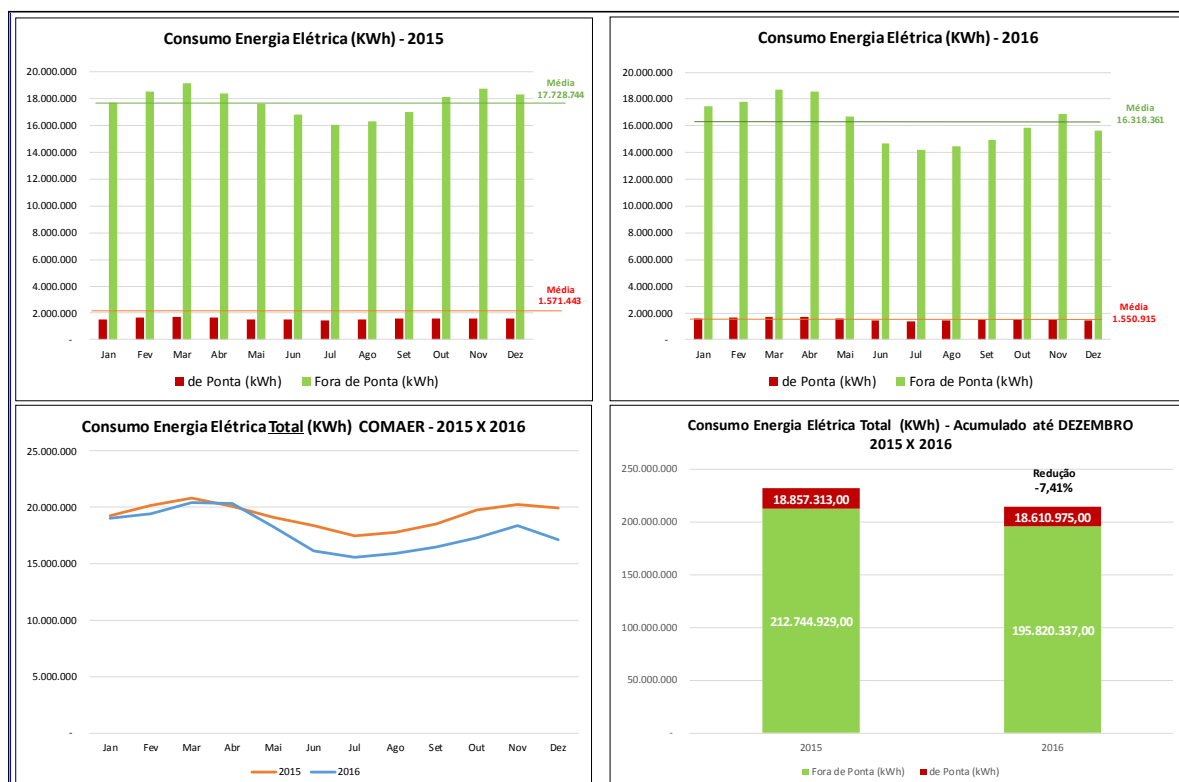


Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

As informações de custos são utilizadas, também, como meio para mensurar e controlar o atingimento de metas estabelecidas para economia de recursos e/ou derivadas de processos de racionalização de atividades.

Como exemplo, segue gráfico que evidencia redução no consumo de energia elétrica, no âmbito do COMAER, em 2016, em decorrência da adoção de medidas pautadas nas boas práticas das UG em que se verificou maiores reduções de custos na utilização de tal serviço público.

Gráfico 6.2.3 – Acompanhamento do consumo de Energia Elétrica (KWh) no COMAER – 2016 x 2015.



Horário de Ponta - P

Período definido pela distribuidora e aprovado pela ANEEL para toda sua área de concessão, considerando a curva de carga de seu sistema elétrico e composto por 3 (três) horas diárias consecutivas, exceção feita aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da paixão, Corpus Christi e feriados definidos por lei federal.

Horário Fora de Ponta - F

Período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no horário de ponta.

Fonte: <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/glossario.cfm?att=H>. Acesso em 26/fev/16.

Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema Esplanada Sustentável (SISPES).

Como pode ser observado no Gráfico 6.2.3, o estreito acompanhamento dos custos das UG, aliado à promoção de medidas com fulcro na racionalização do consumo, possibilitou, no âmbito do COMAER, redução de 7,41% no consumo de energia elétrica em 2016, quando comparado ao montante consumido em 2015.

Relatórios disponibilizados pela UPC para análise de custos e tomada de decisão

Com objetivo de fornecer subsídios ao gerenciamento, esta UPC compilou e divulgou diversos dados de custos a todas as Unidades Gestoras, disponibilizando, no Sistema Tesouro Gerencial, os seguintes relatórios com seus respectivos propósitos:

- Custos por Atividades: evidenciar os custos das atividades exercidas pelas Unidades.
- Custos das Unidades Administrativas: evidenciar os custos totais das Unidades.
- Custos das Ações Orçamentárias: demonstrar o custo existente na execução das Ações Orçamentárias, envolvendo apenas recursos orçamentários do Exercício corrente.
- Custos Orçamentários por Natureza da Despesa: evidenciar, em ordem decrescente, os maiores custos decorrentes da execução orçamentária, distribuídos pelas Unidades e pelas naturezas de despesas detalhadas.
- Custos de Manutenção e Conservação de Imóveis: apresentar os valores de despesas correntes utilizados na manutenção e na conservação de bens imóveis por parte das Unidades.
- Investimentos X Depreciação: evidenciar, por Unidades, a relação entre valores investidos em bens móveis permanentes (BMP) e os desgastes registrados para os mesmos, em função das atividades realizadas.
- Custos de Serviços Públicos: evidenciar os valores de pagamentos afetos ao consumo de serviços públicos pelas Unidades (energia elétrica, telecomunicações e água e saneamento).
- Custos de Diárias: evidenciar os valores de pagamentos afetos ao consumo de diárias militares e civis pelas Unidades no cumprimento de suas missões.

No ano de 2016, foi disponibilizado, ainda, o Demonstrativo Gerencial de Custos (DGC), com o objetivo de evidenciar os recursos consumidos por todas as UG Executoras ou Credoras desta UPC, inclusive os custos de pessoal militar ativo, distribuídos por grupos que permitam ao gestor reconhecer em quais áreas estão concentrados os esforços da Organização.

Tal demonstrativo é um documento gerado, sem custos, a partir de relatórios confeccionados no Sistema Tesouro Gerencial e apresenta três conjuntos de informações:

- a) Índice de Esforço Administrativo: indica, para cada Unidade Gestora, o esforço alocado ao processo administrativo;
- b) Distribuição de Custos por Atividades: evidencia todos os custos distribuídos pelas principais atividades desenvolvidas na Organização; e
- c) Distribuição de Custos por Funções: evidencia todos os custos da Organização, agrupados por atributos, tais como natureza da despesa detalhada, capazes de permitir visão geral quanto ao emprego dos recursos, distribuídos por funções de interesse da UG.

Além dos DGC relativos a cada uma das Unidades Gestoras, é possível também se extrair o demonstrativo referente aos custos totais do Órgão, conforme a seguir:

Figura 6.2.3 – Demonstrativo Gerencial de Custos do COMAER - 2016 (Página 1).

COMANDO DA AERONÁUTICA DEMONSTRATIVO GERENCIAL DE CUSTOS - DGC

Expedido em 1/2/2017 13:35:20 por ADRIANO
Dados acumulados até: DEZ/2016

Centro de Custos	Índice de Esforço Administrativo
CC 30.00 + CC 31.00	20,24%
Média COMAER	Índice de Esforço Administrativo
UG CRED	16,58%
UG EXEC	21,65%

Distribuição de Custos por Atividades

Distribuição dos Custos	Pessoal Militar		Depreciação de BMP		Bens e Serviços		Total	
	Custo Acum. - R\$	%	Custo Acum. - R\$	%	Custo Acum. - R\$	%	Custo Acum. - R\$	%
Grupo CC - Consolidado II								
CC 01.00 - Operações de Aeronaves	336.567.938,83	4,42%	36.544.065,96	0,48%	394.000.230,98	5,17%	767.112.235,77	10,07%
CC 02.00 - Suprimento e Manutenção de Aeronaves	349.807.234,88	4,59%	44.080.147,78	0,58%	722.329.054,65	9,49%	1.116.216.437,31	14,66%
CC 03.00 - Aquisição, Revitalização e Modernização de Aeronaves	12.157.707,79	0,16%	1.013.443,10	0,01%	40.103.851,93	0,53%	53.275.002,82	0,70%
CC 04.00 - Segurança e Proteção do Tráfego Aéreo	615.663.814,30	8,09%	47.155.358,54	0,62%	535.099.618,99	7,03%	1.197.918.791,83	15,73%
CC 05.00 - Desenvolvimento e Manutenção da Rede Aeroportuária	3.815.373,60	0,05%	495.121,93	0,01%	21.167.387,21	0,28%	25.477.882,74	0,33%
CC 06.00 - Desenvolvimento da Aviação Civil	3.571.042,76	0,05%	277.212,77	0,00%	21.696,69	0,00%	3.869.952,22	0,05%
CC 07.00 - Ciência e Tecnologia Aeroespacial	57.410.908,45	0,75%	14.569.894,67	0,19%	10.855.073,52	0,14%	82.835.876,64	1,09%
CC 08.00 - Ensino e Treinamento	205.108.346,16	2,69%	10.526.862,62	0,14%	12.018.910,48	0,16%	227.654.119,26	2,99%
CC 09.00 - Atividades de Saúde	569.632.358,49	7,48%	14.015.744,20	0,18%	244.642.067,20	3,21%	828.290.169,89	10,88%
CC 10.00 - Atividades Operacionais Complementares	36.047.924,98	0,47%	1.903.169,79	0,02%	861.436,65	0,01%	38.812.531,42	0,51%
CC 11.00 - Operações Específicas					6.559.965,93	0,09%	6.559.965,93	0,09%
CC 30.00 - Comando da Organização	291.953.984,92	3,83%	20.467.307,82	0,27%	40.000.976,23	0,53%	352.422.268,97	4,63%
CC 31.00 - Administração Geral	800.052.435,75	10,51%	105.721.795,80	1,39%	282.956.694,32	3,72%	1.188.730.925,87	15,61%
CC 32.00 - Informações e Segurança Interna	441.052.537,12	5,79%	9.761.827,38	0,13%	27.793.936,90	0,37%	478.608.301,40	6,29%
CC 33.00 - Infraestrutura	255.701.628,66	3,36%	87.008.067,11	1,14%	530.794.694,92	6,97%	873.504.390,69	11,47%
CC 34.00 - Atividades Especiais	70.966.996,77	0,93%	3.280.818,44	0,04%	8.463.959,30	0,11%	82.711.774,51	1,09%
CC 36.00 - Atividades de Informática	102.239.209,53	1,34%	23.920.183,80	0,31%	40.505.721,82	0,53%	166.665.115,15	2,19%
CC 60.00 - Atividade de Apoio Habitacional	35.470.473,80	0,47%	527.746,95	0,01%	48.230.466,70	0,63%	84.228.687,45	1,11%
CC 62.00 - Assistência Social	19.228.168,37	0,25%	414.792,09	0,01%	10.176.973,92	0,13%	29.819.934,38	0,39%
Demais CC	1.883.413,58	0,02%	311.218,10	0,00%	7.644.088,10	0,10%	9.838.719,78	0,13%
Total	4.208.331.498,74	55,27%	421.994.778,85	5,54%	2.984.226.806,44	39,19%	7.614.553.084,03	100,00%

Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

A análise dos quadros apresentados na Figura 6.2.3 (Índice de Esforço Administrativo e Distribuição de Custos por Atividades), possibilita à UG, assim como ao Órgão, verificar se os esforços de sua gestão estão sendo direcionados para as atividades relacionadas com a sua missão, de modo a evidenciar possíveis desvios e a possibilitar correções tempestivas.

Do exposto, cada Unidade Gestora deverá analisar, por intermédio do respectivo DGC, se a distribuição dos custos por atividades está coerente com seus objetivos legais. É desejável que os recursos públicos consumidos guardem estreito relacionamento com o cumprimento da missão por parte de cada UG. Por exemplo, em relação ao custo total de uma Unidade Aérea, quanto maior a taxa de utilização de recursos em prol da atividade finalística (Centro de Custos 01.00 – Operações de Aeronaves), melhor.

Figura 6.2.4 – Demonstrativo Gerencial de Custos do COMAER - 2016 (Página 2).

Distribuição de Custos por Funções

Grupo DGC (NDD)	Custo Acum. - R\$	% do Total
Custo de Pessoal Militar Ativo	4.208.331.498,74	55,27%
Depreciação de BMP	421.994.778,85	5,54%
Materiais de Consumo Imediato	8.882.075,69	0,12%
Consumo de Estoques	1.155.100.554,86	15,17%
Serviços Públicos	213.868.508,47	2,81%
Limpeza, Conservação e Lavagem de Roupas	123.369.167,41	1,62%
Aviação (Combustíveis, Lubrificantes e Serviços em Itens Reparáveis)	481.506.481,31	6,32%
Manutenção Bens Móveis e Imóveis	283.445.214,20	3,72%
Manutenção de Veículos	16.268.804,04	0,21%
Contratação de Serviços Médicos	137.402.512,01	1,80%
Demais Custos	564.383.488,45	7,41%
Total	7.614.553.084,03	100,00%

O objetivo do Demonstrativo Gerencial de Custos é apresentar adequadamente os custos do Comando da Aeronáutica no desempenho de suas operações, de acordo com as práticas contábeis constantes do MCA 172.3 (Digital).

A administração de cada UG é responsável pelo acompanhamento diário, pela correção dos registros e pela adequada apresentação mensal do DGC, bem como pelos controles internos necessários à elaboração de demonstrativos livres de distorção relevante, independentemente se causada por lançamentos próprios ou por registros de outras Unidades.

As UG Executoras e Credoras deverão atentar para o roteiro mínimo de verificação estabelecido pelo MCA 172-3 (Digital).

Fonte: Elaborado pela Divisão de Contabilidade Gerencial, a partir de dados extraídos do Sistema de Informações de Custos, módulo integrante do Sistema Tesouro Gerencial.

Por meio dos dados evidenciados no quadro da Figura 6.2.4 (Distribuição de Custos por Funções), as UG são capazes de verificar a distribuição dos custos pelos grupos de natureza de despesas detalhadas mais significativos, de maneira a possibilitar racionalização no uso dos recursos disponíveis e, conseqüentemente, a maximizar os resultados almejados.

6.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e as respectivas notas explicativas encontram-se no Anexo II, conforme o item 8.3 das orientações para elaboração do conteúdo do tópico “Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas” emanadas pelo Tribunal de Contas da União no e-Contas.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As deliberações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em acórdãos dirigidos às Organizações do COMAER, são remetidas aos dirigentes máximos das Unidades, por intermédio do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR). Esses são os agentes públicos responsáveis pelo atendimento das deliberações exaradas nas referidas decisões da Corte de Contas.

As Organizações do COMAER dispõem de uma Assessoria de Controle Interno, apoiada pela Assessoria Jurídica, em suas estruturas regimentais, para o controle e o acompanhamento relativo ao atendimento dos acórdãos do TCU qualificados com determinações e recomendações.

Destarte, por ocasião da elaboração do Relatório de Gestão, os dirigentes máximos das Organizações devem informar à Unidade Prestadora de Contas (EMAER), por intermédio dos Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA), aos quais se encontrem subordinados, as providências atinentes aos acórdãos do Tribunal em apreço.

No exercício de 2016, o TCU exarou quarenta acórdãos dirigidos às Organizações do COMAER, sendo vinte e um específicos de atos de pessoal (admissão, concessão de reforma, aposentadoria e pensão), um relativo ao julgamento das contas do exercício de 2014, dois referentes a contas julgadas irregulares, três sobre TCE, dois atinentes a recebimentos indevidos de auxílio-invalidez e acúmulo de proventos, dois acerca de monitoramento de acórdãos e nove afetos a representações (possíveis irregularidades em processos licitatórios e na administração da Unidade e omissão no guardo do patrimônio público).

O quadro a seguir apresenta o resumo dos quantitativos de determinações e recomendações deliberados nos acórdãos referentes ao exercício de 2016, comparativamente com o atendido pelas Organizações do COMAER.

Quadro 7.1.1 - Comparativo de determinações e recomendações

Classificação	Acórdãos 2016	Atendidos
Determinações	6	6
Recomendações	6	6

Por fim, destaca-se o Acórdão nº 9704/2016 – TCU – 2ª Câmara, detalhado abaixo, com o cumprimento da determinação expressa no item 1.7.1.1 desse Acórdão:

Quadro 7.1.2 – Cumprimento da determinação do Acórdão nº 9704/2016 - TCU

Acórdão	Processo	Unidade	Tipo	Situação
Acórdão nº 9704/2016 – TCU – 2ª Câmara	014.701/2016-2	Grupo de Apoio do Rio de Janeiro – GAP/RJ	REPRESENTAÇÃO	Determinação atendida através da Mensagem SIAFI 2016/1466904, de 28/09/2016, conforme descrito abaixo: A DIRINT/SDEE - Subdiretoria de Encargos Especiais orienta aos Órgãos Executivos do Sistema de Assistência Social (SAS) o cumprimento da determinação expressa no Acórdão do TCU. Destaca ainda que no caso de prescrição médica não se enquadrar na determinação, o fornecimento de medicamentos e produtos poderá ser realizado por meio de Restituição de Despesas Previamente Efetuadas (RDPE), constante do item 2.4.2, da

Acórdão	Processo	Unidade	Tipo	Situação
				norma interna ICA 161-1/2014. Informo ainda que a cópia do referido Acórdão encontra-se à disposição para consulta, no endereço eletrônico da DIRINT.

7.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

A sistemática de acompanhamento das recomendações emitidas pelo CENCIAR é realizada de forma descentralizada no âmbito do COMAER. Por sua vez, o EMAER não realiza acompanhamento individual das recomendações de auditoria.

Cada OM auditada é responsável por adotar as providências associadas às recomendações que constarem no respectivo relatório de auditoria. Os Órgãos de Direção Setorial recebem cópia dos relatórios de auditoria referentes a suas Unidades Subordinadas para que possam adotar medidas administrativas julgadas cabíveis.

No âmbito das OM, as recomendações do CENCIAR são controladas e acompanhadas pelo Agente Diretor e pelo Ordenador de Despesas, assessorados pela Assessoria Jurídica e pela Assessoria de Controle Interno das Unidades.

Ao longo do exercício de 2016, o CENCIAR realizou no total 38 missões, sendo trinta de Auditoria de Avaliação da Gestão, duas de Auditoria de Contas e seis de Auditoria de Acompanhamento da Gestão.

A Organização utiliza o Sistema de Auditoria e de Fiscalização (AUDIFISC) como ferramenta para gerir as auditorias de avaliação da gestão. Esse meio gerencial foi implantado, a partir do segundo semestre de 2014 e possibilita o acompanhamento das diferentes fases da auditoria, a saber: planejamento, execução e monitoramento.

O Quadro 7.2.1 demonstra, ao final de 2016, a situação das auditorias realizadas pelo CENCIAR no exercício em comento. Cabe ressaltar que uma auditoria só é considerada concluída com o encerramento do monitoramento de todos os pontos de auditoria.

Quadro 7.2.1 – Auditorias realizadas em 2016

AUDITORIAS 2016	
Auditorias Realizadas	38
Relatórios em Elaboração	21
Relatórios Emitidos	17
Relatórios em Análise/Monitoramento	17
Auditorias Concluídas	0
Percentual Concluído	0 %

Fonte: Prestação de contas do CENCIAR janeiro/2017

De forma geral, as OM auditadas receberam 486 recomendações nos relatórios emitidos no exercício de 2016, sendo que 44% foram consideradas atendidas, conforme demonstrado no Quadro 7.2.2.

Quadro 7.2.2 - Monitoramento das Recomendações

Natureza	Quantidade	%
Não avaliado	241	49,59
Não atendido	2	0,41
Atendido parcialmente	29	5,97
Atendido	214	44,03
Total	486	100

Fonte: AUDIFISC e Relatórios de Auditoria e Contas e de Acompanhamento da Gestão

Dentre as recomendações que provocaram maior impacto na gestão das Unidades, temos as seguintes:

a) o pagamento de multas e juros em faturas de serviços públicos. Mediante o Ofício Circular nº 1/CENCIAR-1/561, de 1º de março de 2017, o CENCIAR deu ciência aos Órgãos Setoriais para adoção de providências;

b) as impropriedades na gestão de bens patrimoniais móveis. O fato foi levado ao conhecimento do EMAER por intermédio do Ofício nº 11/CENCIAR/6039, de 16 de agosto de 2016. Adicionalmente, o Ofício Circular nº 1/CENCIAR-5.2/585, de 7 de março de 2017, orienta os Órgãos Setoriais no sentido de observar os procedimentos previstos no caso de ocorrência de restrições ou discrepâncias;

c) o Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU) também foi auditado pelo CENCIAR em diversas ocasiões. Por meio do Ofício nº 168/CENCIAR-1/9367, de 7 de dezembro de 2016, encaminhado ao COMGEP, foi tratada a gestão da arrecadação das receitas do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) que tem apresentado diversas impropriedades. Considerando a relevância do assunto e visando a sanar as impropriedades registradas, o CENCIAR recomendou ao COMGEP que orientasse no âmbito das seguintes organizações: Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Organização de Saúde (OSA) e Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), a elaboração de normativos e a implantação de controles internos.

7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Os procedimentos administrativos para ressarcimento ao Erário, no âmbito das UG do COMAER, seguem o preconizado na Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 174-3, de 2015 – Procedimentos para Ressarcimento ao Erário, aprovada pela Portaria CENCIAR nº 123/CENCIAR-4, de 26 de novembro de 2015, combinados com orientações normativas complementares expedidas pelo CENCIAR.

Nesse contexto, quando houver fatos de mesma natureza que contenham indícios de prejuízo à Fazenda Nacional, a autoridade competente no âmbito da UG deverá adotar medidas administrativas para a elucidação dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, caso o mesmo seja constatado.

Todos os processos que envolvam indícios de dano ao Erário devem ser informados ao CENCIAR e aos Órgãos de Direção-Geral, Setorial ou Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), à qual a OM estiver subordinada, tanto no momento da instauração quanto no da conclusão, para propiciar o acompanhamento por parte dos mencionados órgãos. A sistemática em comento foi ratificada por meio da mensagem SIAFI 1806378, de 05 de dezembro de 2016, emitida pelo CENCIAR.

As investigações, cujas conclusões não envolvam dano ao Erário devem ser tratadas internamente pela UG na esfera disciplinar. Caso seja constatado crime militar, a instauração de um Inquérito Policial-Militar (IPM) é obrigatória.

Caso sejam apurados prejuízos à Fazenda Nacional, durante as investigações efetuadas por Sindicância, IPM ou Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), medidas preliminares para caracterização ou elisão do dano, dentre outras, quantificado e atualizado o valor do dano e identificado o responsável, sem que haja o devido ressarcimento, seus autos, no todo ou em parte, são imprescindíveis para instruir o Processo Administrativo para Ressarcimento ao Erário (PARE) ou a Tomada de Contas Especiais (TCE), conforme preconizado na ICA supracitada.

Cabe ressaltar que as esferas disciplinar e criminal, bem como a administrativa, são tratadas em diferentes instâncias, ou seja, os responsáveis respondem tanto pela transgressão disciplinar ou crime, como pelo dano ao Erário.

Caso o PARE seja concluído sem que se tenha obtido o devido ressarcimento ao Erário pelo (s) responsável (is), o dirigente máximo da UG encaminhará o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), observadas as normas pertinentes emanadas da Advocacia-Geral da União (AGU) e da própria PGFN. O dirigente máximo da UG poderá, ainda, devolver os autos ao encarregado, caso julgue necessária a realização de novas diligências para a obtenção de maiores esclarecimentos.

Quando esgotadas as medidas administrativas sem a elisão do dano e, sendo o valor atualizado igual ou superior ao estabelecido na IN TCU nº 71, o dirigente máximo da UG solicita ao ODSA ao qual se achar subordinado, a instauração da Tomada de Contas Especial, conforme incumbência atribuída na Portaria nº 2177/GC3, de 11 de dezembro de 2013, sendo a portaria de instauração de TCE publicada em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

O processo de TCE, quando concluído pela UG, é encaminhado para o ODSA, e posteriormente remetido para o CENCIAR, no intuito de que este Centro de Controle Interno realize a análise dos autos do processo e encaminhe ao TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa. Quando constatadas falhas no processo pelo CENCIAR, a TCE é restituída à UG para as correções necessárias.

Sobre a estrutura e controles para a apuração e redução de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral, a UG dispõe de um setor de investigação e justiça para gerenciar os procedimentos investigatórios, e da assessoria de controle interno para controles administrativos e gerenciamento de riscos.

As UG elaboram um mapa de controle de procedimentos administrativos relativos a dano ao Erário, o qual deve ser mensalmente atualizado, para que haja o monitoramento dos processos pelo dirigente máximo da UG, conforme estabelece a ICA 174-3, de 2015.

O quadro 7.3.1 demonstra, ao final de 2016, as quantidades de processos instaurados, nas UG do COMAER, para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.

Quadro 7.3.1 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
137	122		8				7	

Fonte: ODGSA

***Outros casos:**

- PARE-PESSOAL em processo de pagamento: 2;
- PARE-PESSOAL em processo de apuração: 6.

****TCE não enviadas > 180 dias do exercício instauração:**

- Seis processos de TCE, cujas portarias de instauração estão abaixo elencadas, encontram-se no CENCIAR, para análise e posterior encaminhamento ao TCU, conforme Art.19-A da Instrução Normativa nº 71 do TCU:

- a) Portaria COMGEP nº 1.741/SCI, DE 06/09/2016;
- b) Portaria COMGAR nº 116-T/GABGAR-50, de 27/06/2016;
- c) Portaria COMGAR nº 145-T/GABGAR-50, de 30/07/2015;
- d) Portaria DECEA nº 18-T/DGCEA, de 19/01/2016;
- e) Portaria COMGAP nº R-6-T/ASSCOM, de 28/04/2015; e
- f) Portaria COMGEP nº 112/DOR, de 13/02/2015.

- Um processo encontra-se em fase de apuração pela Unidade Instauradora da TCE (Portaria COMGAR nº 21-T/GABGAR-50, de 01/02/2016)

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A execução financeira das Unidades Gestoras do COMAER no exercício de 2016 foi balizada pelo Decreto de Programação Financeira nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016 e suas alterações posteriores, quais sejam, o Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro de 2016; o Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016; o Decreto nº 8.784, de 07 de junho de 2016; e o Decreto nº 8.919, de 30 de novembro de 2016. Diante de tais publicações, o Ministério da Defesa estabeleceu, por meio de Portarias, o Limite de Pagamento destinado ao COMAER, tendo o exercício financeiro finalizado conforme panorama abaixo:

Tabela 7.4.1 – Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Tesouro Nacional e Fundo Aeronáutico

LME	RP	OB 2015	TOTAL	LP	Déficit
4.226.398.000,50	1.010.198.000,80	180.261.000,10	5.416.858.000,40	4.512.081.000,00	904.777.000,40

Tabela 7.4.2 – Déficit do Limite de Pagamento relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento

LME	RP	TOTAL	LP	Déficit
2.119.122.000,00	1.435.966.000,60	3.555.088.000,60	3.202.870.000,00	352.218.000,60

O cenário acima permitiu que as principais demandas financeiras das Unidades Gestoras do COMAER fossem atendidas no decurso do ano de 2016. A tabela abaixo evidencia os percentuais de atendimento das Programações Financeiras emitidas mensalmente pelas Unidades Gestoras, tidas pela SEFA como expressões do ordenamento cronológico necessário para as liberações de recursos financeiros.

Tabela 7.4.3 – Atendimento das Programações Financeiras (PF) das UG em 2016 *

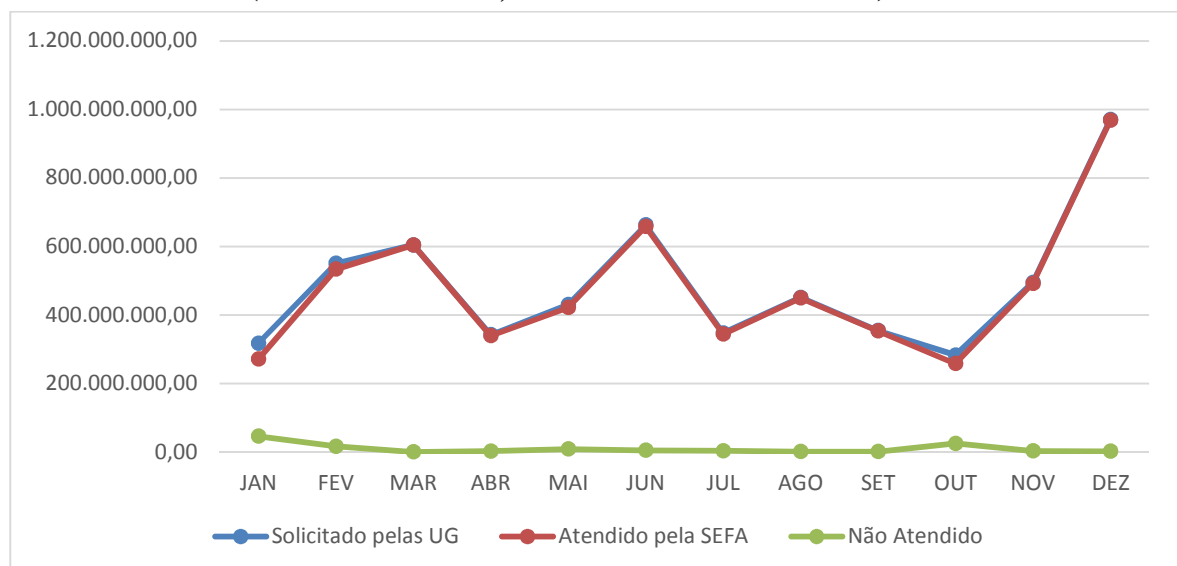
Mês	Solicitado pelas UG	Atendido pela SEFA	Não Atendido	% Atendimento das PF
JAN	317.386.987,67	271.328.695,10	46.058.292,57	85,49
FEV	550.513.248,19	533.797.529,85	16.715.718,34	96,96
MAR	604.361.424,17	604.242.672,66	118.751,51	99,98
ABR	342.079.301,08	339.578.494,91	2.500.806,17	99,27
MAI	430.623.590,44	421.821.407,74	8.802.182,70	97,96
JUN	662.592.942,11	657.825.006,71	4.767.935,40	99,28
JUL	347.268.679,35	343.936.230,48	3.332.448,87	99,04
AGO	451.099.794,92	449.826.323,86	1.273.471,06	99,72
SET	354.493.495,34	353.321.365,30	1.172.130,04	99,67
OUT	283.110.048,80	258.258.635,14	24.851.413,66	91,22
NOV	495.198.356,11	492.019.786,68	3.178.569,43	99,36
DEZ	970.460.198,25	968.240.601,50	2.219.596,75	99,77

Fonte: SEFA (Dados extraídos de planilhas da SUFIN-1 e do SIAFI)

* Reflete apenas a eficiência da execução dos recursos orçamentários disponibilizados, não devendo ser interpretados como a totalidade das necessidades orçamentárias/financeiras originais das UG.

No que diz respeito ao montante de recursos liberados, convém ressaltar que em determinados meses, em razão de insuficiência da cota mensal do Limite de Pagamento, em especial do Fundo Aeronáutico, a execução financeira foi baixa, conforme pode ser observado nos meses de abril, julho e outubro do gráfico abaixo:

Gráfico 7.4.1 - Liberação de Recursos para as Unidades Gestoras do País em 2016 (Tesouro Nacional, Fundo Aeronáutico e PAC)



Fonte: SEFA (Dados extraídos de planilhas da SUFIN-1 e do SIAFI)

Em virtude da insuficiência do Limite de Pagamento Mensal, a SEFA emitiu orientações de cunho restritivo às Unidades Gestoras, por meio de Mensagens COMUNICA no SIAFI, normatizando a priorização dos pagamentos, em especial àqueles relativos às despesas com serviços públicos, a fim de que não houvesse paralisação das atividades das Organizações. Além disso, foram adotadas medidas internas junto ao Ministério da Defesa, no sentido de propiciar o remanejamento dos Limites entre os Anexos I (Tesouro Nacional) e o Anexo II (Fundo

Aeronáutico), o que foi atendido por meio da Portaria STN nº 330, de 23 de agosto de 2016, publicada no DOU 163, de 24 de agosto de 2016. Tais ações, aliadas à ampliação do Limite de Pagamento no último mês do ano, propiciaram um considerável aumento da execução financeira no último trimestre do exercício e, por conseguinte, a redução do valor inscrito como RAP, que, em relação ao ano de 2015, diminuiu em 7% para as despesas que impactam os Anexos I e II (Fontes Tesouro Nacional e Fundo Aeronáutico) e em 79% para as despesas que impactam o Anexo III (Programa de Aceleração do Crescimento).

No entanto, em que pese o cenário positivo acima descrito, convém ressaltar que as Unidades Gestoras do COMAER enfrentaram, em 2016, dificuldades para receber alguns recursos financeiros vinculados a finalidades específicas.

Foi o caso dos recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional da Aviação Civil, em razão de Termo de Execução Descentralizada firmado junto à Secretaria de Aviação Civil. Houve descasamento entre o cronograma de desembolso planejado e o que foi efetivamente executado, bem como atraso nos repasses mensais efetuados por aquele Órgão, ocasionando demora no pagamento aos fornecedores responsáveis pelas obras nos aeródromos e aos trabalhadores contratados temporariamente pela Comissão de Obras da Região Amazônica – COMARA. Tal realidade foi objeto de inúmeras reuniões junto à SAC, bem como da emissão de diversos documentos a respeito do assunto, culminando com a inscrição de empenhos em RAP Processados no montante de R\$ 2.104.356,31 (dois milhões, cento e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos), em razão da insuficiência dos recursos financeiros

Também houve atraso nas liberações financeiras dos recursos do Programa Forças no Esporte – PROFESP, oriundos do Ministério dos Esportes e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A demora no repasse ocasionou atraso no pagamento a fornecedores de algumas Unidades Gestoras e tal fato foi objeto de tratativas junto ao Departamento do Ministério da Defesa responsável pelo Programa.

Ainda no que diz respeito ao atraso nas liberações de recursos financeiros, convém ressaltar a dificuldade para se receber o numerário referente às emendas parlamentares individuais, codificadas com a vinculação de pagamento 405. A partir do exercício de 2016 foi estabelecida rotina de solicitação mensal de tais recursos, mediante planilha especificando o autor da emenda, partido político e demais informações de pagamento. Tal planilha é enviada pelo Ministério da Defesa à Secretaria do Governo para análise e autorização. Ao longo do exercício, observou-se atraso no repasse de tais recursos, e, em razão disso, algumas Unidades Gestoras (como por exemplo o GAP-YS) não receberam o financeiro no tempo hábil necessário para honrar os compromissos no prazo, ocasionando paralisação de alguns serviços, bem como notificações por parte dos fornecedores. Além das tratativas habituais com o Ministério da Defesa, a SEFA solicitou auxílio à Assessoria Parlamentar, a qual atuou diretamente junto ao gabinete dos parlamentares envolvidos, a fim de agilizar o envio dos recursos financeiros. Em que pesem tais medidas, houve a inscrição de empenhos em RAP Processados no montante de R\$ 1.628.135,57 (um bilhão, seiscentos e vinte e oito mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), em razão da insuficiência dos recursos financeiros.

Por fim, no que diz respeito à observância da ordem cronológica dos pagamentos das obrigações, conforme disposições do Art. 5º da lei 8.666/93, as Unidades Gestoras do COMAER são orientadas a observar os cronogramas, mediante controles por elas instituídos.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Este item de informação decorre das determinações do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário atribuídas a órgãos jurisdicionados com objetivo de propor a revisão de preços em contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia.

Porém, diante do pedido de reexame feito por entidades representativas de setores abrangidos naquela decisão, acolhido em 2/3/2015, encontram-se suspensos, em caráter liminar, os subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão e, por consequência, a obrigatoriedade da revisão contratual dos preços contratados com a Administração Pública, com isso, esta UPC está desobrigada de atender a este item, até que sobrevenha do colegiado do TCU decisão definitiva, cujo andamento pode ser acompanhado pelo processo de nº 013.515/2013-6.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, a consolidação de todas as informações constantes no presente Relatório de Gestão objetiva o cumprimento, por parte do COMAER através do EMAER (UPC), da obrigação constitucional de prestar contas, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Neste sentido, o EMAER, mediante as orientações, recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, bem como do assessoramento constante do CENCIAR produziu o presente Relatório, o qual, em conformidade com as mudanças organizacionais e posteriores aperfeiçoamentos do presente instrumento de gestão, poderá sofrer alterações e implementações, visando a um contínuo aperfeiçoamento futuro da Governança do COMAER, sem perder de vista a missão síntese da Organização, qual seja: “Manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria”.



OBS: Aeronave da FAB desembarcando equipe médica com mais um órgão destinado à transplante.

ANEXO I

PORTARIA EMAER Nº 64/CEMAER, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Designa integrantes para compor o Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar a Realização do Relatório de Gestão do COMAER/EMAER, exercício de 2016.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos XVII do Art. 4º e II do Art. 20 do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 129/GC3, de 11 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Designar o pessoal, abaixo relacionado, para compor o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de coordenar a realização do Relatório de Gestão do COMAER/EMAER, exercício de 2016.

I - Presidente: Exmo. Sr. Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;

II – Coordenador Executivo: Exmo. Sr. Chefe da Sétima Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;

III - Coordenadores-Gerais: Exmos. Sres. Chefe das Subchefias do Estado-Maior da Aeronáutica;

IV - Auxiliares dos Coordenadores-Gerais: Sres. Chefes das Seções das respectivas Subchefias do Estado-Maior da Aeronáutica;

V - Coordenador junto ao CENCIAR/TCU: Chefe da Seção de Monitoramento e Controle Institucional da Sétima Subchefia do EMAER (7SC3); e

VI - Coordenador da Área de Inteligência: Chefe da Seção de Inteligência Estratégica da Segunda Subchefia do EMAER (2SC2).

Art. 2º Ao Presidente do Grupo de Trabalho cabe:

I - Coordenar as ações e estudos a fim de maximizar a dinâmica do trabalho a ser desenvolvido; e

II – Aprovar a minuta do Relatório de Gestão do Comando da Aeronáutica, que será apresentada ao Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica para devida apreciação e aprovação.

§ 1º O Presidente poderá delegar suas atribuições ao Coordenador Executivo e aos Coordenadores-Gerais do Grupo de Trabalho para que estes, em seu nome, formalizem as ações determinadas para continuidade dos trabalhos.

Art. 3º Ao Coordenador Executivo do Grupo de Trabalho cabe:

I – Convocar os membros do Grupo de Trabalho e demais oficiais do COMAER para reuniões de trabalho, no EMAER ou onde melhor convier;

II – Designar membros do Grupo de Trabalho e demais oficiais do EMAER para tarefas específicas, com fim à preparação da minuta do Relatório de Gestão;

III – Realizar a inserção do Relatório de Gestão do COMAER, aprovado pelo Exmo. Sr. CEMAER, no Sistema e-Contas do Tribunal de Contas da União; e

IV – Coordenar as ações de viabilização dos trabalhos da Auditoria de Contas do CENCIAR no EMAER e providenciar o documento de resposta às recomendações do respectivo relatório.

Art. 4º Aos Coordenadores-Gerais do Grupo de Trabalho cabe:

I - centralizar todos os trabalhos desenvolvidos, referentes à sua respectiva Subchefia, consolidando e harmonizando os textos a serem inseridos no Relatório de Gestão, atentando para o cumprimento da formalística e dos prazos previstos;

II - coordenar as férias, licenças e demais ausências dos membros, a fim de que não haja solução de continuidade nos trabalhos designados; e

III - assessorar o Presidente do Grupo de Trabalho e Coordenador Executivo nas tarefas que lhe forem delegadas.

Art. 5º Aos Auxiliares dos Coordenadores-Gerais do Grupo de Trabalho cabe:

I - comparecer às reuniões de trabalho convocadas;

II - realizar as ações, estudos e tarefas relativas ao Relatório de Gestão, de acordo com as designações efetuadas pelo Presidente, pelo Coordenador Executivo e pelos Coordenadores-Gerais; e

III - comunicar férias, licenças e demais ausências ao seu respectivo Coordenador-Geral.

Art. 6º Ao Coordenador junto ao CENCIAR/TCU do Grupo de Trabalho cabe:

I - verificar cotidianamente, junto ao CENCIAR/TCU, as atualizações das orientações concernentes ao Relatório de Gestão.

Art. 7º Ao Coordenador da Área de Inteligência cabe:

I - revisar todo o conteúdo consolidado do Relatório de Gestão do COMAER/EMAER - Exercício 2016, de forma que seja ostensivo e público.

Art. 8º O Presidente do Grupo de Trabalho poderá designar, eventualmente, militares ou servidores civis do EMAER para prestarem suporte ao GT na realização de tarefas de pesquisa, redação e outras diligências que se façam necessárias.

Art. 9º O período de trabalho deste GT se estenderá da entrada em vigor desta Portaria até a entrega formal do Relatório de Gestão e a respectiva aceitação pelo TCU.

Art. 10 Os integrantes ora designados deverão submeter ao seu respectivo Coordenador qualquer afastamento por férias, licenças ausências justificadas que ocorram dentro da vigência do GT, tendo a preocupação de passar todos os dados pertinentes as suas tarefas ao seu substituto legal.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

ANEXO II

COMANDO DA AERONÁUTICA	Código do Órgão
ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA	52111 e 52911
<p>1. Informações Gerais</p> <p>As Demonstrações Contábeis do COMAER foram extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e compõem o Relatório de Gestão do COMAER de 2016. As Demonstrações são constituídas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, exigidos pela lei 4.320/64 e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, exigidos pela NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.</p> <p>Tem abrangência sobre todas as unidades gestoras que fazem a sua execução financeira, orçamentária e patrimonial no SIAFI sob a estrutura administrativa da Unidade Prestadora de Contas (UPC) do COMAER, conforme definida pelas Decisões Normativas - TCU N° 154, de 19 de outubro de 2016 e 156, de 30 de novembro de 2016.</p> <p>Nesse sentido, faz-se necessário explicitar que, devido a impossibilidade da emissão das Demonstrações Contábeis de forma consolidada no SIAFIWeb dos órgãos 52111 (Comando da Aeronáutica) e 52911 (Fundo Aeronáutico - FAer), os quais compreendem as unidades gestoras executoras sob a supervisão da UPC do COMAER, foi necessária a emissão das Demonstrações Contábeis separadas por órgão. Destaca-se que, basicamente, o órgão 52111 abrange todas as unidades gestoras executoras, que realizam as despesas do COMAER e o Órgão 52911, com a finalidade precípua de gerenciar recursos próprios deste Comando. Nesse sentido, a análise do Balanço Orçamentário foi realizada considerando a integração dos saldos dos dois Órgãos.</p> <p>2. Órgão 52111 – COMAER</p> <p>BALANÇO PATRIMONIAL</p> <p>Caixa e Equivalente de Caixa</p> <p>São mensurados pelo valor original e os valores em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.</p> <p>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</p> <p>Corresponde, em sua maioria, ao saldo da conta 11.3.1.1.04.00 – Adiantamentos de Transferências Voluntárias. Tais transferências são formalizadas por convênios ou instrumentos congêneres, aguardando a aprovação da prestação de contas dos valores adiantados para a respectiva baixa. A variação de -46,69%, nesta conta, refere-se, basicamente, às baixas de adiantamentos referentes a convênios aprovados, de acordo com as orientações da Macrofunção 020307 – Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>Estoques</p> <p>Os estoques são mensurados pelo custo de aquisição ou produção, sendo reduzidos ao valor recuperável quando o valor de mercado for inferior ao custo de aquisição ou produção. Os bens de almoxarifado, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei n° 4.320/1964, são</p>	

mensurados pelo preço médio ponderado das compras. São representados, principalmente, por materiais de consumo para a formação de estoque interno destinado a distribuição.

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

O saldo deste item refere-se integralmente a valores relativos a depósito de cauções efetuado pela Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa para garantias contratuais realizáveis no longo prazo.

Compreende o saldo total da conta 1.2.1.2.1.06.01 – Depósito/Caução Efetuado por Contrato/Convenção, ou seja, R\$ 174.084,40 (cento e setenta e quatro mil, oitenta e quatro reais e quarenta centavos), da UG 120091.

Imobilizado

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis;

b) a variação positiva no item “Bens Móveis” é composta dos saldos das contas 1.2.3.1.1.07.01 – Bens Móveis em Elaboração e 1.2.3.1.1.07.02 – Importações em Andamento de Bens Móveis. Esta movimentação ocorre, sobretudo, na UG 120006, relacionada a um maior volume de recebimento de bens e serviços para a elaboração de aeronaves provenientes das UG 120090 e 120091, as quais realizam, dentre outras atividades, a aquisição de bens móveis permanentes no exterior.

c) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

d) a vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet.

Intangível

O registro da amortização dos ativos intangíveis ainda não está sendo realizado. Encontra-se em fase de estudo (Projeto de Melhoria no 02, da Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica) a implantação da política contábil de amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável de intangíveis de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres do COMAER, visando cumprir o prazo de 1o de janeiro de 2019, estabelecido no Anexo à Portaria STN no 548, de 24 de setembro de 2015.

Provisões a Curto Prazo

Uma provisão é reconhecida quando exista uma obrigação presente, decorrente de um evento passado, seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para sua liquidação, seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação e possuir prazo ou valor incerto. Em 2016, o COMAER não possuía eventos que caracterizavam o reconhecimento de provisões.

Empréstimos e Financiamentos a curto e a longo prazo

Os itens em análise, que totalizam a quantia de R\$ 4.760.463.886,00 (quatro bilhões, setecentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais), cerca de 97% do passivo exigível do COMAER, referem-se, integralmente, ao registro de valores de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras no exterior para a aquisição de bens do ativo permanente.

Patrimônio Líquido

No item “Ajustes de Exercícios Anteriores”, o valor de R\$ 4.569.110,49 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e dez reais e quarenta e nove centavos) corresponde a retificações de registros patrimoniais imputáveis ao exercício anterior, como por exemplo, lançamento equivocado de depreciação.

No item "Demais reservas" o valor de R\$ 4.718.925.629,76 (quatro bilhões, setecentos e dezoito milhões, novecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte nove reais e setenta e seis centavos) refere-se à reavaliação de bens imóveis conforme dados do SPIUNET.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Reavaliação de Ativos

A variação de 292,03% relacionada ao item “Reavaliação de Ativos” refere-se, basicamente, a registros de reavaliação de imóveis de uso especial com base nos dados do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União - SPIUnet. Destacam-se as reavaliações registradas na UG 120062 – Base Aérea de São Paulo, cujos registros de reavaliação somam a quantia de R\$ 9.671.716.327,17 (nove bilhões, seiscentos e setenta e um milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e sete reais e dezessete centavos) , o que representa 68,04% do item em análise.

Transferências e Delegações Recebidas e Transferências e Delegações Concedidas

As variações de 95,40% no item Transferência e Delegações Recebidas e 95,74% no item Transferências e Delegações Concedidas referem-se, majoritariamente, à transposição de saldos patrimoniais entre unidades gestoras executoras pertencentes ao COMAER. O movimento desses saldos patrimoniais deve-se ao processo de reestruturação organizacional do COMAER, conforme Diretriz para Reestruturação da Força Aérea Brasileira (DCA) n° 11-53, de 13 de maio de 2016. Para maiores informações acerca dessa reestruturação administrativa, consultar a publicação NOTAER, Ano XXXIX N° 12 dezembro, 2016, disponível em www.fab.mil.br/publicacao/listagemNotaer.

3. Órgão 52911 – FAer

BALANÇO PATRIMONIAL

Caixa e Equivalente de Caixa

São mensurados pelo valor original, sendo os valores em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. O item é composto, majoritariamente, por aplicações de liquidez imediata, sendo cerca de 90%, aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB), conforme autorização expressa na Portaria MF nº 345, de 29 de dezembro de 1998. Os demais valores referem-se, basicamente, a recursos aplicados na Conta Única da União, fins atendimento de fluxo de caixa necessário às UGE do COMAER e aplicações em Depósitos Especiais, com liquidez e rentabilidade diárias, conforme Tabela 6.3.1 abaixo.

Tabela 6.3.1 – Composição

		31/12/2016	AV (%)
1.1.1.1.1.50.10	CDB	5.476.307.943,28	90,89%
1.1.1.1.1.02.06	CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	292.249.046,98	4,85%
1.1.1.1.1.50.99	OUTRAS APLIC FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	256.406.882,80	4,26%
1.1.1.1.2.20.01	LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO-OFSS	11.240,50	0,00%
Total		6.024.975.113,56	100,00%

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A variação de -100% neste item refere-se ao registro da baixa de repasse (Conta contábil 1.1.3.8.2.33.02 – Repasse Concedido Diferido) diferido inscrito em exercício anterior, conforme previsão na Macrofunção 020318 – Encerramento do Exercício (2015) da Secretaria do Tesouro Nacional.

4. Órgãos 52111 e 52911

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas

As principais naturezas de receitas do COMAER estão discriminadas nas Tabelas abaixo:

Tabela 6.3.2 – Receitas corrente - Composição

	31/12/2016	AV (%)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	2.165.516.797,03	67,53
Valores mobiliários	468.696.536,08	14,65
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	245.523.367,71	7,66
Demais	327.101.616,78	10,20
Total	3.206.838.317,60	100,00

A receita de valor mais expressivo refere-se, majoritariamente, a Serviços de Proteção ao Voo, tais como meteorologia, tráfego aéreo, informações aeronáuticas, auxílios à navegação aérea e outros serviços auxiliares de proteção ao voo. A receita de valores mobiliários é proveniente da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelo COMAER por meio do Órgão Fundo Aeronáutico (FAer). As receitas de serviços e atividades inerentes à saúde referem-se, basicamente, a serviços de assistência médico-hospitalar em geral prestados por Organizações de Saúde da Aeronáutica, indenizações ao FUNSA conforme legislação interna, e arrecadações oriundas de contribuições mensais dos militares e pensionistas da Aeronáutica para custeio dos serviços de saúde, disciplinadas por legislação específica.

Tabela 6.3.3 – Receitas de capital - Composição

	31/12/2016	AV (%)
Operações de crédito – mercado externo	2.606.412.784,12	99,74
Alienação de Bens Móveis	6.727.879,47	0,26
Total	2.613.140.663,59	100,00

As receitas de operações de crédito que compõem a quase totalidade das despesas de capital referem-se a obrigações contratuais externas para a aquisição/desenvolvimento de aeronaves, equipamentos aeronáuticos e suprimentos de aviação. O item alienação de bens móveis refere-se, basicamente, a receita de alienação de veículos, aeronaves e outros bens móveis permanentes, de uso duradouro e de consumo, conforme legislação específica.

Despesas

Na data base de 31/12/2016, o COMAER empenhou cerca de R\$ 22,3 bilhões. A Tabela 6.3.4 abaixo evidencia as principais despesas empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 6.3.4 – Despesa empenhada por categoria econômica

Despesas Correntes			
31901201	SOLDO	2.682.543.814,05	14,63%
31900121	PROVENTOS - PESSOAL MILITAR	2.489.101.442,58	13,57%
31900302	PENSOES MILITARES	1.582.281.458,71	8,63%
31900328	VANTAGENS INCORPORADAS - PENSIONISTAS	1.160.172.432,43	6,33%
31900122	VANTAGENS INCORPORADAS - PESSOAL MILITAR	743.702.735,78	4,06%
31900110	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL MILIT	697.806.028,61	3,81%
31900114	ADICIONAL MILITAR	533.182.012,38	2,91%
31901204	ADICIONAL MILITAR	459.944.172,38	2,51%
31901206	ADICIONAL DE HABILITACAO	439.273.661,60	2,40%
31900101	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	435.226.990,13	2,37%
	Demais	7.114.780.910,66	38,80%
SUBTOTAL		18.338.015.659,31	100,00%
Despesas de Capital			
44903905	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.900.514.706,98	47,54%
44905254	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	654.729.870,61	16,38%
46907701	REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL - DIV.CONTRATUAL	395.018.633,63	9,88%
44905256	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACES.DE PROTECAO AO VOO	196.073.365,73	4,90%
44905202	AERONAVES	162.747.291,08	4,07%
44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	152.254.763,17	3,81%
44903032	SUPRIMENTO DE AVIACAO	115.133.080,42	2,88%
44903917	MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	48.665.081,42	1,22%
44903038	SUPRIMENTO DE PROTECAO AO VOO	42.468.969,33	1,06%
	Demais	329.823.850,65	8,25%
SUBTOTAL		3.997.429.613,01	100,00%
TOTAL		22.335.445.272,32	

Ressalta-se que o déficit apresentado no Balanço Orçamentário (consolidado dos Órgãos 52111 e 52911), de R\$ 16.515.466.291,12 refere-se às descentralizações de créditos recebidas das Unidades Orçamentárias constantes da Tabela 6.3.5 abaixo.

Tabela 6.3.5 – Despesas empenhadas por origem do crédito

Unidade Orçamentária		Despesa empenhada
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	6.714.911,49
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	143.311,84
24205	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	42.051.218,03
24901	FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	4.100.000,00
25101	MINISTERIO DA FAZENDA	4.357,64
25103	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	242.516,15
26101	MINISTERIO DA EDUCACAO	24.000.000,00
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	358.379,38
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	248.171,52
30101	MINISTERIO DA JUSTICA E CIDADANIA	1.890.521,46
30107	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	7.660,00
30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	207.342,57
36901	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	15.169.690,61
42101	MINISTERIO DA CULTURA	15.813,00
51101	MINISTERIO DO ESPORTE	61.913.447,96
52101	MINISTERIO DA DEFESA	617.389.001,88
52111	COMANDO DA AERONAUTICA	19.162.769.676,36
52121	COMANDO DO EXERCITO	2.173.998,91
52131	COMANDO DA MARINHA	55.454,32
52901	FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	70.261,81
52903	FUNDO DO SERVICO MILITAR	1.223.865,41
52911	FUNDO AERONAUTICO	2.368.816.167,63
52921	FUNDO DO EXERCITO	61.805,64
52931	FUNDO NAVAL	1.971.443,91
53101	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	4.514.125,89
55101	MINISTERIO DO DESENVOLVIM. SOCIAL E AGRARIO	1.198.723,12
62901	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	18.133.405,79
Total		22.335.445.272,32

Local	Brasília	Data	15/03/2017
Contador Responsável	Thiago Filardi Ferreira – 1º TEN QOAP CCO	CRC nº	RJ 119627/O-6



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	2.817.853.489,22	885.034.412,85	Despesas Orçamentárias	22.836.446.272,31	22.170.508.870,81
Ordinárias	11.384.122,39	2.686.438,69	Ordinárias	13.418.246.030,97	8.189.828.143,46
Vinculadas	2.806.412.784,12	882.638.035,81	Vinculadas	8.919.200.241,34	13.970.883.727,38
Operação de Crédito	2.606.412.784,12	882.638.035,81	Educação	4.000.000,00	611.448,18
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-143.417,29	-189.061,55	Seguridade Social (Exceto RPPS)	1.464.428.052,34	7.354.791.124,55
			Operação de Crédito	5.029.778.324,58	4.356.953.308,19
			Alienação de Bens e Direitos	1.657.693,69	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.413.244.009,79	2.257.499.885,24
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	6.092.150,94	827.961,20
Transferências Financeiras Recebidas	40.424.932.828,41	38.717.111.587,17	Transferências Financeiras Concedidas	21.782.368.132,30	20.123.841.721,38
Resultantes da Execução Orçamentária	37.130.465.549,46	34.720.061.775,21	Resultantes da Execução Orçamentária	17.274.002.118,96	16.326.175.965,40
Repasso Recebido	19.833.284.032,87	18.423.719.903,54	Repasso Concedido	-37.258.368,72	29.834.093,73
Sub-repasso Recebido	17.297.155.709,56	16.296.341.871,67	Sub-repasso Concedido	17.297.155.709,57	16.296.341.871,67
Repasso Devolvido	25.807,03		Repasso Devolvido	14.104.778,11	
Independentes da Execução Orçamentária	3.294.467.279,95	1.997.049.811,96	Independentes da Execução Orçamentária	4.518.357.013,34	3.797.665.755,99
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.810.456.162,94	1.563.041.249,85	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.166.437.127,84	465.385.863,75
Movimentação de Saldos Patrimoniais	428.162.420,46	434.008.562,11	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.296.071.188,95	3.332.279.892,24
Movimentações para Incorporação de Saldos	55.848.696,55		Movimentações para Incorporação de Saldos	55.848.696,55	
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	7.274.021.183,84	8.282.087.787,45	Despesas Extraorçamentárias	8.160.270.228,28	4.904.230.588,88
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11.045.047,14	765.780.838,97	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	782.041.143,61	86.408.896,48
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.755.614.942,77	2.617.283.162,99	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.419.502.665,52	2.458.396.438,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.619.294.536,21	2.216.239.851,04	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.724.018.169,22	2.358.949.144,24
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.888.066.637,82	3.682.763.914,45	Outros Pagamentos Extraorçamentários	224.708.249,94	476.110,26
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.095,47		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		5.819,35
Passivos Transferidos	0,20		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		470.290,32
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		87,82	Variação Cambial	77.115.380,78	0,59
Arrecadação de Outra Unidade	2.888.063.535,63	2.829.649.332,30	Ajuste Acumulado de Conversão	26.796.749,30	
Variação Cambial	6,52	325,31	Demais Pagamentos	120.796.119,86	
Ajuste Acumulado de Conversão		471.794.849,18			
Demais Recebimentos		381.319.319,84			
Saldo do Exercício Anterior	928.648.873,78	1.242.915.088,38	Saldo para o Exercício Seguinte	987.079.623,43	928.648.873,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	928.648.873,78	1.242.915.088,38	Caixa e Equivalentes de Caixa	967.079.523,43	928.648.873,78
TOTAL	61.246.164.168,33	48.127.128.866,86	TOTAL	61.246.164.168,33	48.127.128.866,86



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	9.284.135.882,06	6.983.876.981,41	PASSIVO CIRCULANTE	487.708.917,18	1.882.871.971,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	987.078.523,43	928.548.873,78	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	101.234,03	188.212,87
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	380.404.718,20	848.093.998,84
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	286.389.488,88	559.481.330,84	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18.734.481,87	778.767.569,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	110,81	1.882,54
Estoques	6.011.888.891,88	4.475.847.977,81	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	100.488.372,27	359.889.312,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE	101.604.882.608,57	96.983.914.134,08	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.380.514.023,08	1.893.728.128,20
Ativo Realizável a Longo Prazo	174.084,40	21.842.186,78	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	174.084,40	285.752,31	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.380.058.187,80	1.892.281.962,28
Estoques	-	21.355.433,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	454.856,28	1.448.176,92
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.878.223.840,26	3.878.800.098,38
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Luoros	-	-
Imobilizado	101.493.488.888,09	96.933.801.218,72	Demais Reservas	4.718.926.828,78	4.718.926.828,78
Bens Móveis	21.168.046.717,39	17.941.932.413,76	Resultados Acumulados	88.171.988.820,80	89.332.264.388,32
Bens Móveis	22.318.102.279,03	19.016.787.196,24	Resultado do Exercício	4.593.033.746,75	1.829.039.639,05
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.150.055.561,64	-1.013.097.113,14	Resultados de Exercícios Anteriores	93.583.504.184,34	91.362.542.503,72
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-61.757.669,34	Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.569.110,49	140.682.243,55
Bens Imóveis	80.325.452.170,70	77.991.568.804,96	(-) Ações / Cotas em Tecouraria	-	-
Bens Imóveis	80.496.411.588,72	78.084.079.870,50	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.890.894.460,38	98.061.190.018,08
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-170.959.418,02	-92.411.065,54			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	11.308.638,08	8.870.728,58			
Softwares	11.278.424,08	8.539.617,58			
Softwares	11.278.424,08	8.539.617,58			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	31.112,00	31.112,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	31.112,00	31.112,00			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	107.788.118.390,82	101.827.790.116,47	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.788.118.390,82	101.827.790.116,47

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	987.079.629,43	877.422.222,19	PASSIVO FINANCEIRO	2.048.383.648,79	4.068.178.427,57
ATIVO PERMANENTE	108.802.038.887,19	100.960.987.893,34	PASSIVO PERMANENTE	4.780.648.680,27	2.738.361.768,88
			SALDO PATRIMONIAL	100.880.186.281,82	96.130.261.929,32

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	22.083.416.486,86	27.630.966.818,88	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	28.716.681.728,61	17.388.268.437,22
Execução dos Atos Potenciais Ativos	22.063.415.465,85	27.530.955.616,86	Execução dos Atos Potenciais Passivos	26.715.561.729,51	17.388.253.437,22
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.759.247.114,39	4.353.614.789,56	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	401.946.487,94	409.301.847,17	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congén	557.809.198,71	616.459.631,34
Direitos Contratuais a Executar	15.902.221.863,52	22.768.038.980,13	Obrigações Contratuais a Executar	26.157.752.530,80	16.771.793.805,88
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	22.083.416.486,86	27.630.966.818,88	TOTAL	28.716.681.728,61	17.388.268.437,22

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO AFURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-189.800.280,03
Recursos Vinculados	-881.608.736,27
Educação	-3.897.920,75
Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.797.006,40
Operação de Crédito	-415.999.209,96
Alienação de Bens e Direitos	-1.551.737,51
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-463.890.335,53
Outros Recursos Vinculados a Fundos	38.462,08
TOTAL	-1.081.304.026,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	223.668.044.703,11	68.946.887.247,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	899.192.270,42	872.433.103,50
Contribuições Sociais	699.192.270,42	672.433.103,50
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.162.810.868,08	2.163.781.339,91
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.152.810.656,08	2.153.781.339,91
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.701.068.638,67	1.099.890.816,03
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	136.546,55	49,74
Variações Monetárias e Cambiais	1.697.470.206,75	1.099.890.865,29
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.452.783,27	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	202.424.748.346,98	43.476.822.382,13
Transferências Intragovernamentais	122.063.396.301,08	36.720.516.150,41
Transferências Intergovernamentais	-	3.096.876,22
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	80.361.352.044,88	6.753.209.355,50
Valorização e Ganhos ou Ativos e Desincorporação de Passivos	18.683.077.472,48	8.636.064.028,82
Reavaliação de Ativos	14.214.482.324,35	3.616.637.194,76
Ganhos com Alienação	164.363,26	721.674,78
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.792.541.916,33	3.900.298.294,27
Ganhos com Desincorporação de Passivos	555.888.868,55	2.017.396.864,81
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17.168.421,69	8.816.477,98
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
14/03/2017

PÁGINA
2

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO S2111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR S2000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.156.421,59	8.915.477,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	218.866.010.968,38	66.117.873.624,10
Pessoal e Encargos	6.788.341.743,28	8.130.808.031,88
Remuneração a Pessoal	5.169.194.641,36	5.605.231.336,75
Encargos Patronais	109.450.808,22	110.860.218,74
Benefícios a Pessoal	487.696.293,70	414.517.476,19
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.697.184.391,07	8.663.341.221,18
Aposentadorias e Reformas	6.044.433.926,84	5.221.240.976,56
Pensões	3.520.567.391,11	3.304.240.636,48
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.193.073,12	27.859.608,14
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.483.029.872,79	3.763.068.887,26
Uso de Material de Consumo	1.420.764.047,34	1.816.992.051,65
Serviços	1.557.703.146,78	1.519.443.985,12
Depreciação, Amortização e Exaustão	504.562.778,67	416.630.850,48
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.774.624.287,48	2.646.368.898,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	186.835.968,03	208.996.455,20
Juros e Encargos de Mora	30.517,35	10.993,34
Variações Monetárias e Cambiais	1.587.657.782,08	2.336.346.386,75
Descontos Financeiros Concedidos	-	4.831,37
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	184.067.824.988,21	27.191.868.956,06
Transferências Intragovernamentais	104.084.673.720,77	20.161.359.817,83
Transferências Intergovernamentais	226.346.122,99	-
Transferências a Instituições Privadas	201.452.718,60	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	79.545.152.423,85	7.030.497.137,22
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14.288.637.184,36	8.820.744.478,48
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	11.761.862.283,27	4.178.249.534,54
Perdas com Alienação	123.510.002,32	135.721.440,47
Perdas Involuntárias	2.547,99	17.623.559,31
Incorporação de Passivos	535.363.607,11	1.658.772.592,73
Desincorporação de Ativos	1.847.798.723,66	930.377.352,41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	604.816,67	388.871,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	333.552,44	285.442,64
Contribuições	171.263,13	81.429,31
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	2.676.678,84	10.086.803,60
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	2.575.578,64	10.086.903,50
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.878.037,01	12.442.607,37
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	656.620,92	458.044,52
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	14.021.416,09	11.984.462,85
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.693.033.746,73	1.829.023.723,96

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	11.240.706,10	11.240.706,10
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	11.240.706,10	11.240.706,10
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	11.236.039,01	11.236.039,01
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	4.666,09	4.666,09
RECEITAS DE CAPITAL	1.633.000.000,00	1.633.000.000,00	2.808.412.784,12	1.073.412.784,12
Operações de Crédito	1.633.000.000,00	1.633.000.000,00	2.808.412.784,12	1.073.412.784,12
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	1.633.000.000,00	1.633.000.000,00	2.808.412.784,12	1.073.412.784,12
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.633.000.000,00	1.633.000.000,00	2.617.663.489,22	1.084.663.489,22
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.633.000.000,00	1.633.000.000,00	2.617.663.489,22	1.084.663.489,22
DÉFICIT			18.717.791.783,08	18.717.791.783,08
TOTAL	1.633.000.000,00	1.633.000.000,00	22.836.446.272,31	20.802.446.272,31
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	82.500.000,00	82.500.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	82.500.000,00	82.500.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	16.889.740.970,00	18.772.838.091,00	18.338.016.869,39	17.506.399.724,27	17.489.160.166,27	-1.686.179.688,39
Pessoal e Encargos Sociais	14.382.918.480,00	14.917.156.965,00	14.841.340.998,83	14.841.223.802,18	14.841.144.998,49	76.216.288,17
Juros e Encargos da Dívida	198.841.442,00	198.841.442,00	198.839.848,41	198.839.848,41	198.839.848,41	30.001.696,59
Outras Despesas Correntes	1.279.981.048,00	1.668.838.894,00	3.328.836.148,16	2.488.338.075,68	2.481.176.311,37	-1.870.998.462,16
DESPESAS DE CAPITAL	3.030.871.970,00	2.383.488.871,37	3.802.410.979,29	2.878.411.971,84	2.874.908.492,60	-1.218.922.107,82
Investimentos	2.627.261.306,00	2.276.279.247,00	3.699.182.983,76	2.677.373.708,65	2.673.688.229,49	-1.323.903.438,76
Inversões Financeiras	982.038,00	789.831,00	3.228.296,64	1.038.263,01	1.038.263,01	-2.468.894,64
Amortização da Dívida	602.468.827,00	107.438.993,37	-	-	-	107.438.993,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	18.900.412.940,00	19.156.324.962,37	21.940.428.838,68	20.184.811.696,81	20.173.798.848,77	-2.784.101.879,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	396.018.833,83	396.018.833,83	396.018.833,83	396.018.833,83	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	396.018.833,83	396.018.833,83	396.018.833,83	396.018.833,83	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	395.018.633,63	395.018.633,63	395.018.633,63	395.018.633,63	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	18.900.412.940,00	18.661.343.698,00	22.336.446.272,31	20.679.830.329,64	20.688.786.282,40	-2.784.101.878,31
TOTAL	18.900.412.940,00	18.661.343.698,00	22.336.446.272,31	20.679.830.329,64	20.688.786.282,40	-2.784.101.878,31

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	129.748.607,93	668.833.803,44	672.791.207,24	671.889.689,92	38.884.707,88	80.047.813,77
Pessoal e Encargos Sociais	-	11.414,42	-	-	11.414,42	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.748.607,93	668.822.189,02	672.791.207,24	671.889.689,92	38.863.293,28	80.047.813,77
DESPESAS DE CAPITAL	167.127.284,83	1.704.613.280,38	1.760.893.466,16	1.747.833.076,80	12.421.468,39	101.388.033,00
Investimentos	167.127.284,83	1.700.987.294,11	1.747.888.063,38	1.744.806.873,84	12.088.444,48	101.218.480,42
Inversões Financeiras	-	3.646.886,26	3.027.401,78	3.027.401,78	362.011,81	188.672,68
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	296.875.792,66	2.383.348.883,80	2.423.484.862,39	2.419.602.866,62	49.296.184,07	181.433.846,77

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	138.089,42	196.888.329,23	194.972.447,26	400.789,30	631.162,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	687.866,31	376.381,09	182.284,13	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	138.089,42	196.300.873,92	194.697.088,18	208.605,28	631.161,92
DESPESAS DE CAPITAL	783.067,89	688.388.916,89	687.068.898,38	42.781,89	20.616,63
Investimentos	783.067,89	688.361.906,89	687.061.888,38	42.781,87	20.616,36
Inversões Financeiras	-	17.010,00	17.010,00	-0,00	0,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-0,00	0,00
TOTAL	898.127,31	782.237.244,92	782.041.143,61	443.680,99	651.887,63



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.784.846.411,84	2.400.436.023,74
INGRESSOS	46.843.631.813,07	42.818.511.728,70
Receitas Derivadas e Originárias	11.240.705,10	2.398.377,04
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.240.705,10	2.398.377,04
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	46.832.290.807,97	42.816.116.362,88
Ingressos Extraorçamentários	2.619.294.536,21	2.216.239.851,04
Passivos Transferidos	0,20	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	87,82
Transferências Financeiras Recebidas	40.424.932.829,41	36.717.111.587,17
Arrecadação de Outra Unidade	2.888.063.535,63	2.829.649.332,30
Variação Cambial	6,52	325,31
Ajuste Acumulado de Conversão	-	471.794.849,18
Demais Recebimentos	-	381.319.319,84
DESEMBOLSOS	-43.148.688.201,43	-40.218.078.706,88
Pessoal e Demais Despesas	-17.829.321.212,74	-17.283.884.278,08
Legislativo	-	-
Judiciário	-6.221.618,11	-3.419.372,44
Essencial à Justiça	-109.668,79	-6.592,33
Administração	-307.666,33	-8.470,00
Defesa Nacional	-13.476.947.318,13	-8.174.549.074,39
Segurança Pública	-5.402.979,38	-4.499.323,77
Relações Exteriores	-28.488.699,29	-
Assistência Social	-1.514.062,14	-1.797.550,41
Previdência Social	-4.353.659.418,53	-9.053.608.690,75
Saúde	-8.264.386,20	-3.174.669,52
Trabalho	-	-
Educação	-583.267,61	-2.066.728,49
Cultura	-15.813,00	-
Direitos da Cidadania	-	-42.112,10
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-40.375.160,82	-29.193.601,09
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-5.151.964,65	-7.632.103,32
Desporto e Lazer	-2.282.285,23	-3.500.103,65
Encargos Especiais	-	-190.066,48
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.095,47	-5.819,35
Juros e Encargos da Dívida	-188.838.848,41	-188.331.368,71
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-144.497.833,55	-170.728.791,98
Outros Encargos da Dívida	-22.342.012,86	-17.602.564,73
Transferências Concedidas	-811.338.680,82	-882.788.814,82
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-112.625.955,69	-116.156.079,19
Outras Transferências Concedidas	-198.713.635,13	-146.633.835,43
Outros Desembolsos das Operações	-24.741.086.661,48	-22.488.281.168,64
Despêndios Extraorçamentários	-2.724.018.169,22	-2.358.949.144,24
Transferências Financeiras Concedidas	-21.792.359.132,30	-20.123.841.721,39
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-470.290,32
Variação Cambial	-77.115.380,78	-0,59
Ajuste Acumulado de Conversão	-26.796.749,30	-
Demais Pagamentos	-120.796.119,86	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.887.808.712,48	-2.888.348.338,41
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.887.808.712,48	-2.888.348.338,41
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.638.613.612,66	-1.884.086.728,61
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.428.283.188,81	-1.326.262.807,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.211.384.160,48	274.644.888,06
INGRESSOS	2.808.412.784,12	882.838.036,81
Operações de Crédito	2.808.412.784,12	882.838.036,81
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMIÇÃO 14/03/2017 PAGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-395.018.833,83	-808.083.137,78
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-395.018.833,83	-808.083.137,78
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.532.348,87	-314.388.414,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	828.548.873,78	1.242.915.088,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	867.079.523,43	828.548.873,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Luoros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	90.786.721.618,62	-	-	90.786.721.618,62
Variação Cambial	-	-	-	-	-	575.820.885,10	-	-	575.820.885,10
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	140.682.243,55	-	-	140.682.243,55
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	4.718.925.629,76	-	-	-	4.718.925.629,76
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	1.829.023.723,04	-	-	1.829.023.723,04
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	15.916,00	-	-	15.916,00
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	4.718.925.629,76	93.332.264.386,31	-	-	98.051.190.016,07

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Luoros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	4.718.925.629,76	93.332.264.386,32	-	-	98.051.190.016,08
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-396.053.164,10	-	-	-396.053.164,10
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-653.147.392,11	-	-	-653.147.392,11
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-808.842,22	-	-	-808.842,22
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	3.639.911.476,98	-	-	3.639.911.476,98
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	1.602.509.393,57	-	-	1.602.509.393,57
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	647.292.962,14	-	-	647.292.962,14
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	4.718.925.629,76	98.171.968.820,58	-	-	102.890.894.450,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2016	ESPECIFICAÇÃO	2018	2016
Receitas Orçamentárias	3.202.326.481,87	3.120.606.763,71	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	3.206.088.886,83	3.133.304.464,78	Vinculadas	-	-
Alienação de Bens e Direitos	7.051.306,67	-			
Outros Recursos Vinculados a Orçãos e Programas	3.193.325.750,73	3.129.852.165,93			
Outros Recursos Vinculados a Fundos	4.711.808,43	3.452.288,83			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.763.373,86	-12.798.701,05			
Transferências Financeiras Recebidas	2.827.687.616,08	2.838.233.967,00	Transferências Financeiras Concedidas	2.861.280.888,01	2.439.418.288,28
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	1.974.722.432,59	1.389.276.717,35
Independentes da Execução Orçamentária	2.627.567.515,06	2.638.233.957,00	Repasso Concedido	1.974.722.432,59	1.389.276.717,35
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	27.019,76	-	Independentes da Execução Orçamentária	876.558.263,42	1.050.141.570,91
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.627.540.495,30	2.638.233.957,00	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	401.828.424,20	565.688.953,82
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	474.729.839,22	484.452.617,09
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-4.430.926,10	-	Despesas Extraorçamentárias	2.167.602.761,64	2.169.881.870,70
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-4.430.926,10	-4.431.234,45	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	308,35	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	4.431.234,45	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.157.502.443,19	2.159.661.870,70
Demais Recebimentos	-	4.431.234,45	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	2.445.217,06
			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	2.157.502.443,19	2.157.216.653,64
Saldo do Exercício Anterior	6.208.296.480,18	4.048.836.928,43	Saldo para o Exercício Seguinte	8.024.975.113,56	6.208.296.480,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.208.296.480,18	4.048.636.928,43	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.024.975.113,56	5.208.296.480,18
TOTAL	11.033.768.681,11	9.807.376.898,14	TOTAL	11.033.768.681,11	9.807.376.898,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	8.024.876.113,68	6.291.618.883,11	PASSIVO CIRCULANTE	-	4.431.234,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.024.876.113,68	6.298.298.480,18	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	63.222.462,83	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoque	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	4.431.234,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	4.431.234,46
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis			Reservas de Luoros	-	-
Bens Móveis			Demais Reservas		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			Resultados Acumulados	8.024.876.113,68	6.267.887.888,88
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			Resultado do Exercício	767.887.414,90	928.085.903,40
Bens Imóveis			Resultados de Exercícios Anteriores	5.257.087.698,66	4.329.001.795,26
Bens Imóveis			(-) Ações / Cotas em Teoraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.024.876.113,68	6.267.887.888,88
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível					
Softwares					
Softwares					
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	8.024.976.113,68	6.281.618.893,11	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.024.976.113,68	6.281.618.893,11

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	8.024.976.113,68	6.281.618.893,11	PASSIVO FINANCEIRO	-	4.491.234,46
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	8.024.976.113,68	6.267.687.698,68

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congén	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	8.024.976.113,68
Alienação de Bens e Direitos	6.619.215,38
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.018.355.898,18
TOTAL	8.024.976.113,68



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.873.230.806,24	3.866.163.339,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	238.824.788,28	218.743.056,73
Venda de Mercadorias	15.125.933,63	12.588.764,05
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	221.498.832,63	206.154.291,68
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	488.813.888,82	419.884.056,86
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	117.162,54	67.950,83
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	468.696.536,08	419.616.104,82
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.648.881.786,68	2.866.288.088,68
Transferências Intragovernamentais	2.635.052.186,18	2.644.408.502,58
Transferências Intergovernamentais	13.789.599,41	10.877.596,98
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	40.300,00	63.222.452,93
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	40.300,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	53.222.452,93
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	318.870.266,77	308.217.876,70
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONÁUTICO - FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	318.870.255,77	308.217.675,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.806.343.381,34	2.727.887.438,17
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.082,62	12.143,89
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.082,62	12.143,89
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.851.280.898,01	2.439.418.288,28
Transferências Intragovernamentais	2.851.280.696,01	2.439.418.288,26
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	64.068.644,68	287.838.734,87
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	54.059.544,58	287.636.732,82
Desincorporação de Ativos	-	2,05



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.068,23	269,15
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.068,23	269,15
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	767.887.414,80	828.086.903,40

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONÁUTICO - FUNDOS
ORGÃO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.682.828.408,00	2.682.828.408,00	3.186.687.612,60	832.771.203,60
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	428.478.847,00	428.478.847,00	688.886.826,28	170.517.278,28
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	87.684.189,00	87.684.189,00	90.253.048,99	2.568.859,99
Valores Mobiliários	308.973.372,00	308.973.372,00	468.696.536,08	159.723.164,08
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	31.821.086,00	31.821.086,00	33.241.433,22	1.420.347,22
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	6.804.907,00	6.804.907,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.019.388.726,00	2.019.388.726,00	2.472.686.307,43	463.218.682,43
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	54.754.502,00	54.754.502,00	48.498.795,12	-6.255.706,88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	1.720.315.356,00	1.720.315.356,00	2.165.516.797,03	445.201.441,03
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	231.870.854,00	231.870.854,00	245.523.367,71	13.652.513,71
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	12.428.013,00	12.428.013,00	13.046.347,57	618.334,57
Transferências Correntes	16.623.788,00	16.623.788,00	13.788.688,41	-1.734.188,68
Outras Receitas Correntes	99.466.261,00	99.466.261,00	110.228.780,37	10.771.629,37
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.456.693,00	1.456.693,00	4.691.787,11	3.235.094,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	97.998.558,00	97.998.558,00	105.534.993,26	7.536.435,26
RECEITAS DE CAPITAL	8.139.829,00	8.139.829,00	6.727.879,47	688.060,47
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	8.139.829,00	8.139.829,00	6.727.879,47	688.060,47
Alienação de Bens Móveis	6.139.829,00	6.139.829,00	6.727.879,47	588.050,47
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EMISSÃO
14/03/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.688.988.238,00	2.688.988.238,00	3.202.326.481,87	833.368.263,87
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilidade Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilidade Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	2.688.988.238,00	2.688.988.238,00	3.202.326.481,87	833.368.263,87
TOTAL	2.688.988.238,00	2.688.988.238,00	3.202.326.481,87	833.368.263,87
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.498.184.637,00	1.520.182.841,00	-	-	-	1.520.182.841,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.498.184.637,00	1.520.182.841,00	-	-	-	1.520.182.841,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.069.994.781,00	917.969.811,00	-	-	-	917.969.811,00
Investimentos	1.069.144.781,00	913.777.804,00	-	-	-	913.777.804,00
Inversões Financeiras	4.850.000,00	3.288.207,00	-	-	-	3.288.207,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.808.940,00	8.808.940,00	-	-	-	8.808.940,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.588.988.238,00	2.444.959.592,00	-	-	-	2.444.959.592,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.688.988.238,00	2.444.063.692,00	-	-	-	2.444.063.692,00
SUPERÁVIT			3.202.326.491,97			-3.202.326.491,97
TOTAL	2.688.988.238,00	2.444.063.692,00	3.202.326.491,97	-	-	-768.271.899,97

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	808.860.763,81	1.163.878.887,80
INGRESSOS	6.618.734.201,48	6.762.860.168,78
Receitas Derivadas e Originárias	3.181.808.013,09	3.103.848.802,78
Reculta Tributária	-	-
Reculta de Contribuições	-	-
Reculta Patrimonial	130.299.389,21	117.211.515,17
Reculta Agropecuária	-	-
Reculta Industrial	-	-
Reculta de Serviços	2.472.585.307,43	2.255.300.491,52
Remuneração das Disponibilidades	468.696.536,08	419.616.104,82
Outras Receitas Derivadas e Originárias	110.226.780,37	311.720.491,27
Transferências Correntes Recebidas	13.788.688,41	10.877.688,88
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	13.788.688,41	10.877.688,88
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.628.138.688,88	2.638.233.957,00
Ingressos Extraorçamentários	-4.430.926,10	-4.431.234,45
Transferências Financeiras Recebidas	2.627.567.515,06	2.638.233.957,00
Demais Recebimentos	-	4.431.234,45
DESEMBOLSOS	-5.008.783.447,66	-4.688.080.168,88
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONÁUTICO - FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-5.008.783.447,66	-4.688.080.168,88
Dispêndios Extraorçamentários	-308,35	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.851.280.696,01	-2.439.418.288,26
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-2.445.217,06
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-2.157.502.443,19	-2.157.216.653,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	6.727.878,47	6.778.663,86
INGRESSOS	6.727.878,47	6.778.663,86
Alienação de Bens	6.727.878,47	6.778.663,86
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO DEZ/Encerrado)
EMIÇÃO 14/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Luoros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tecouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	-	4.329.001.795,26	-	-	4.329.001.795,26
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	928.085.903,40	-	-	928.085.903,40
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	-	5.257.087.698,66	-	-	5.257.087.698,66

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Luoros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tecouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	5.257.087.698,66	-	-	5.257.087.698,66
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	767.887.414,90	-	-	767.887.414,90
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	6.024.975.113,56	-	-	6.024.975.113,56



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMIÇÃO 14/03/2017 PAGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52911 - FUNDO AERONAUTICO - FUNDOS
ORGÃO SUPERIOR	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	818.878.833,38	1.159.959.551,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.208.298.480,18	4.048.838.828,43
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.024.976.113,56	6.208.298.480,18